UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DOS TRAÇOS DA DESIGUALDADE AO DESENHO DA GESTÃO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E PROGRAMAS SOCIAIS NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Ludmila Costhek Abílio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Vera da Silva Telles

São Paulo

2005

Agradecimentos

Estes três anos de pesquisa foram presenteados por pessoas que foram, e são, fundamentais para mim. Além dos amigos e familiares, também sou muito grata aos que profissionalmente contribuíram para a construção e concretização deste trabalho.

À CAPES, pelos dois anos de bolsa que me foram cedidos.

A Ângela Ferraro de Souza, secretária da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia, pelo comprometimento que tem com seu trabalho e com as pessoas.

A Álvaro Augusto Comin e Cibele Saliba Rizek; suas argüições no exame de qualificação foram fundamentais para a definição dos rumos da pesquisa.

Ao grupo de pesquisa – Carlos Carvalho, Carlos Freire, Daniel Hirata, Eliane Alves da Silva, Rafael Godoy e Silvia Ferreira –, pelas discussões e reflexões que compuseram o campo desta pesquisa, e pelos eventos extra-curriculares, é claro. Especialmente a Caroline Sampaio e a José Cesar Magalhães, companheiros essenciais no trabalho de campo, por suas contribuições, leituras e conversas. Também a Robert Cabanes, por sua orientação e por acompanhar-me em algumas entrevistas.

A Vera Telles, pelo empenho em constituir esse coletivo de pesquisa, por coordenar o grupo compartilhando suas questões, dando solidez para os caminhos de cada um. A profundidade com que realiza seu trabalho foi fundamental para mim. Aprendi muito com sua orientação.

Às queridas amigas dos tempos de escola. Independentemente de qualquer distância, sempre estão perto de mim. A minha mestre e amiga, Rosana Núbia Sorbille, por sua forma de ver e pensar o mundo.

Às amigas que me acompanham desde a graduação, por seu companheirismo e incentivo, além de muito ouvido! Adriana Campos, Anna Paula Pomarico, Carolina Greco, Cristiana Ceschi, Daniela Sequeira, Gabriela Cano, Mariana Giroto, Mariana Varella, Marina Bitelman,

Paula Sterzi, Paula Patrone. Sou imensamente grata também a Clara Rocha. Amigas de todas as horas.

Às amigas e companheiras de mestrado, Tatianna Alencar e Silvia Vianna. A Tati, com que contei em todos os momentos, por ser essa amiga-irmã. A Silvia, pelos projetos, angústias, decepções, risadas e pensamentos que fazem essa amizade tão cotidiana e tão única, tão imprescindível para mim.

A meus familiares, em especial minha avó Gladys Costhek, por nossas conversas, por sua percepção das coisas, por ser a mulher que é.

Aos meus pais, Romeu Abílio e Rosemary Costhek Abílio, e a minha irmã Vanessa sou grata por tantas razões. À Vanessa, por seu carinho, sua amizade, seus cuidados que não têm medida. Também pela seriedade com que desempenha seu papel de pesquisadora, sempre um exemplo para mim. Toda minha admiração. Aos meus pais, por não terem se tornado pessoas indiferentes ao mundo; por terem sempre me apoiado tanto; por sua sensibilidade, generosidade e por seu amor. A meu pai, não só pelo apoio de todos os tipos, mas também pelas conversas, inquietações, histórias que ele traz para minha vida; a minha mãe, por seu apoio incondicional, por suas idéias, indignações e delicadezas. Agradeço a ela também por ter se tornado minha revisora de texto; seu trabalho foi totalmente fundamental para a finalização desta dissertação. A ambos, por sua amizade.

Por fim, agradeço e dedico esse trabalho às pessoas que me concederam as entrevistas. Provavelmente não lerão esta dedicatória, e talvez nem tenham entendido exatamente o que eu buscava com elas. Receberam-me, contaram suas vidas, suas denúncias, lembranças, perdas e alegrias. Por serem pessoas que em meio a tanta precariedade inventam caminhos, não se tornam vítimas, mas sujeitos do seu viver. São elas que dão sentido para esse trabalho.

Resumo

Esta dissertação tem como ponto de partida uma análise dos programas sociais Oportunidade Solidária e Começar de Novo, que foram implementados pela Prefeitura Municipal de São Paulo no período de 2001 a 2004, durante a gestão de Marta Suplicy. Realizou-se um estudo de trajetórias de beneficiários, assim como uma análise de seus relatos em contraposição ao discurso oficial. A implementação dos programas, que se deu pela parceria entre o Estado e o terceiro setor, bem como os desenrolares vividos e experimentados por beneficiários, orientaram a discussão sobre o que os programas produziram localmente. Em um contexto mais amplo, embasaram a reflexão acerca de um campo que se formaliza nas práticas pela "inclusão social". Assim, a discussão estrutura-se sobre os descompassos entre o planejamento da política e a experiência dos que se tornam público-alvo.

As transformações no mundo do trabalho, pensadas a partir do desemprego estrutural e das precarizações que se configuraram nas últimas décadas, fundamentam a reflexão acerca dos esvaziamentos e deslocamentos de sentido que hoje compõem o campo de uma "cidadania" despolitizada. Buscou-se assim, através de políticas públicas voltadas para desempregados de alta vulnerabilidade social, delinear um campo de reflexão acerca dos deslocamentos do trabalho, das políticas focalizadas e, num contexto mais amplo, da gestão da pobreza. A questão central que permeia a análise é em que medida tais políticas constituem possibilidades de redução da desigualdade social ou, por outro lado, configuram-se como meio para o apaziguamento e a gestão da pobreza.

Palavras chave: Políticas sociais, Cidadania, Trabalho, Pobreza, Análise biográfica

Abstract

This work presents an analysis of the public policies "Oportunidade Solidária" and "Começar de Novo" developed by the city hall of São Paulo during the years of 2001 to 2004. The present analysis is based on the experience of the beneficiaries and on the partnership between the State with the "third sector". It was conducted a study about the beneficiaries biography as the main focus, and also an opposition between their report and the official speech. Our concern is to discuss what the programs have produced locally, and, in a major context, how they are inserted in the field of the practices for the "social inclusion". Therefore, the reflection is constituted by the distance between the policy planning and the experiences of those who become the target of the social inclusion.

The transformations ocurred in the labor sphere on the last decades, here contextualized by the structural unemployment and by the precarious forms of work that took place in the labor market guide our discussion about the emptying and displacement of the meanings that now compose the field of an a-political "citizenship".

It was intended to structure one reflection about the displacements of labor, the focalized policies, as well, in a major context, the a-political management of poverty based on the social politics adressed to the unemployed people in situation of high social vulnerability. The central issue is the question if these politics are possibilities for the reduction of the social inequality or, in another way, become an instrument to the appeasement of the poverty and its management.

Key-words: Social policies, Labor, Citizenship, Poverty, Biographical analysis

"*Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É o que você chama de* pietàs. *É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação* e *povo.*" **Gilles Deleuze, Conversações**

INTRODUÇÃO 8

CONSTRUÇÃO DA PESQUISA 8
METODOLOGIA 11
ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS 13

CAPÍTULO I. TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS PÓS-ANOS 90 16

1.1 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA: CIDADANIA, TRABALHO E DESPOLITIZAÇÃO 16
1.2 UMA "NOVA QUESTÃO SOCIAL"? DESEMPREGO, TRAJETÓRIAS DE VIDA E GESTÃO DOS DANOS 31

CAPÍTULO 2. O PLANEJADO E O VIVIDO: O DISCURSO DA SDTS EM CONTRAPOSIÇÃO À EXPERIÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS 50

2.1 SDTS – O DISCURSO OFICIAL DA "INCLUSÃO SOCIAL" 51
2.2 EXPERIÊNCIAS DO CADASTRAMENTO E DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO 61
2.3 A ESTRUTURAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EMANCIPATÓRIO OPORTUNIDADE SOLIDÁRIA 73
2.4 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO NO FINAL DA GESTÃO: OS "RUÍDOS DE COMUNICAÇÃO" E OS "RESULTADOS ATINGIDOS" 89

CAPÍTULO 3: DO PÚBLICO-ALVO PARA AS HISTÓRIAS DE VIDA 100

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO A PARTIR DAS COOPERATIVAS DO PROMORAR 103
3.2 PERCORRENDO AS TRAMAS DO SOCIAL PELAS SINGULARIDADES DE CADA TRAJETÓRIA 167

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDEFINIÇÕES DO TRABALHO, SUPRESSÃO DA POLÍTICA E DOS HORIZONTES DA IGUALDADE SOCIAL. UM CAMPO EM PRODUÇÃO 170

4.1 NATURALIZAÇÃO DA POBREZA E CULPABILIZAÇÃO DOS POBRES 171
4.2 A TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO 174
4.3 O MERCADO DA CIDADANIA 176
4.4 OS DESLOCAMENTOS DO TRABALHO E ACIRRAMENTO DA EXPLORAÇÃO 179
4.5 PERCORRENDO O VÁCUO DA POLÍTICA 187

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 191

Introdução

Construção da pesquisa

No ano de 2001, a candidata petista Marta Suplicy foi eleita prefeita de São Paulo. Naquele mesmo ano seria consolidada a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS, que se tornaria responsável pelo desenvolvimento e implementação de programas sociais na cidade. Apoiada no discurso da inclusão social, essa Secretaria desenvolveu duas categorias de programas: Redistributivos e Emancipatórios. Os primeiros consistiam na distribuição de um benefício mensal, com uma duração variável entre seis meses e dois anos. Adotando-se como critério principal o desemprego e a renda – era necessário ter renda familiar inferior a meio salário mínimo *per* capita em todos os programas –, foram delimitadas faixas etárias e desenvolvidos programas específicos para cada uma delas. Para crianças até 14 anos, o Renda Mínima, que atrelava o recebimento do benefício com a freqüência escolar. Para jovens de 16 a 20, o Bolsa Trabalho, que além da renda tinha como critério de elegibilidade não estar participando de qualquer atividade remunerada. Para pessoas entre 21 e 39 anos, o Operação Trabalho, para os que estavam desempregados há mais de um ano. Finalmente, o Começar de Novo, dirigido a pessoas com mais de 40 anos que estivessem desempregadas há mais de seis meses. Dessa forma, os Programas Redistributivos consistiram na concessão de um benefício para pessoas pobres e desempregadas, de acordo com a idade. Com exceção do Renda Mínima, o recebimento estava atrelado à participação em algum dos programas Emancipatórios. Firmava-se assim uma estratégia de concessão de uma renda mensal e de encaminhamento dos beneficiários para algum tipo de capacitação ou outra atividade. O programa Emancipatório aqui analisado foi o Oportunidade Solidária, que tinha como objetivo a formação de empreendimentos coletivos e autogestionários. Assim, durante seis meses a um ano, era ministrado um curso sobre os princípios do cooperativismo e da economia solidária, visando que, ao longo daquele período, beneficiários se unissem para formarem cooperativas. Para isso implementou-se uma linha de crédito: para a consolidação do empreendimento era disponibilizado um empréstimo que poderia ser pago a longo prazo e com juros baixos. Portanto, o Oportunidade Solidária tinha como objetivo propiciar uma alternativa de geração de renda.

Ao longo daqueles anos a SDTS foi adquirindo importância política dentro da Prefeitura de São Paulo, tornando-se a sétima secretaria a receber mais recursos públicos do orçamento municipal (Campos, 2004). No final da gestão da prefeita, 490 mil famílias haviam sido diretamente contempladas pelos programas. Investiu-se aproximadamente um bilhão de reais, provenientes do município majoritariamente, dos governos estadual e federal, além de – no caso do Oportunidade Solidária – um financiamento internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU/FAO). A SDTS estruturou-se com um quadro enxuto de funcionários, optando pela implementação do programa em parceria com entidades do Terceiro Setor. No caso do Oportunidade Solidária, as parceiras contratadas eram ligadas ao fomento da economia solidária.

Em 2002, recém-formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, fui trabalhar em um projeto de extensão da Universidade, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-USP. A Incubadora, fundada pelo professor Paul Singer, hoje secretário nacional de Economia Solidária, tornou-se naquele ano parceira da SDTS. Assim, participei da implementação da primeira fase do Oportunidade Solidária, no distrito do Jardim Ângela. Após fazer um curso sobre economia solidária, tornei-me uma formadora do programa. Trabalhando oito horas semanais, ministrava um curso sobre formação de cooperativas para aproximadamente 40 beneficiários vindos do Começar de Novo. O curso era elaborado coletivamente dentro da ITCP e monitorado pela SDTS. Depois de passar um ano na ITCP, ingressei no mestrado. Ao definir que meu tema abordaria o Oportunidade Solidária, voltei a trabalhar no programa, através da parceira Integra – uma cooperativa formada predominantemente por engenheiros e arquitetos da USP. Inicialmente voltada para o auxílio técnico a movimentos de moradia, essa entidade havia optado por expandir sua área de trabalho, voltando-se para programas sociais – e assim contratou estudantes universitários que formariam a equipe que integraria o Oportunidade Solidária, sob a orientação de uma ex-coordenadora da ITCP-USP. Fiquei aproximadamente três meses na Integra, desempenhando a mesma função anterior: dar os fundamentos do cooperativismo e depois acompanhar os grupos que estivessem tentando viabilizar-se. Nesse período, trabalhei no Jardim São Luís, mais especificamente no conjunto habitacional Promorar, que posteriormente se tornaria meu campo de pesquisa.

Naquele mesmo ano, ingressei no grupo de pesquisa coordenado por minha orientadora, prof.ª Vera da Silva Telles. Era formado por outros mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica. Com base no projeto "Cidade, trabalho e seus territórios: um estudo sobre trajetórias urbanas na cidade de São Paulo", a pesquisa foi desenvolvida em cooperacao com o *Institut* de *Recherche pour le Dévellopement* – IRD (Convênio CNPq-IRD). O coordenador francês, Robert Cabanes, em suas diversas e prolongadas missões de trabalho no Brasil, participou diretamente de todas as etapas da pesquisa, bem como no trabalho de campo realizado.

Ali eram realizados seminários e discussões das pesquisas ou de temas pré-selecionados. Com o tempo foram delineando-se questões amplas, que perpassavam os diversos campos e temas de pesquisa que esse coletivo desenvolvia em bairros periféricos da zona sul e zona leste da cidade de São Paulo. Dessa forma, optei por delimitar minha pesquisa empírica no Promorar, mesmo território de outras que estavam em andamento, onde também eu e mais uma bolsista de iniciação científica havíamos trabalhado pela Integra. Assim, as pesquisas entrecruzavam-se tanto concretamente –desenvolvendo-se em territórios comuns – como em termos de reflexão: as questões de cada um desdobravam-se em um contexto maior, e assim tornava-se possível construir um campo de questões que encorpavam e ultrapassavam o objeto da pesquisa. A coordenação de Vera Telles ampliava e dava profundidade às questões que iam tomando forma, e assim a cidade, o trabalho informal, as ONGs, o desemprego, as configurações familiares, a violência passavam a compor uma reflexão coletivamente produzida, que ao mobilizar diversas análises e pesquisas empíricas parecia alcançar uma trama do social; questões localizadas cruzavam-se, assumindo a forma de um contexto maior a ser problematizado.

Desse modo, as discussões sobre os temas de pesquisa, a troca de experiências na realização do trabalho de campo, as análises conjuntas das entrevistas, os seminários tornaram-se práticas constantes, que deram o embasamento para que eu chegasse à maioria das questões e reflexões aqui colocadas.

A experiência de trabalho encontrou-se com a da produção de conhecimento, e assim consolidava-se o objeto empírico – beneficiários do Começar de Novo do Promorar que tivessem participado do Oportunidade Solidária e, na maioria, tivessem formado uma cooperativa – e o objeto sociológico. Este se constituiu em uma problematização acerca dos

programas de geração de renda no contexto do desemprego estrutural e da despolitização das questões que envolvem a desigualdade social.

Metodologia

Realizei uma pesquisa bibliográfica visando tanto a constituir um quadro teórico como a analisar o discurso oficial dos programas sociais tal como exposto pela SDTS. No entanto, a reflexão apoiou-se principalmente no trabalho de campo: a partir do estudo de trajetórias é que as questões tomaram força e forma.

A pesquisa empírica realizou-se fundamentalmente no Promorar, conjunto habitacional construído no início da década de 1980 e onde hoje vivem mais de duas mil famílias. Em seu Centro Comunitário foram ministradas as aulas do Oportunidade Solidária, entre muitos outros programas que são implementados na região. O trabalho de campo realizou-se por meio de entrevistas com pessoas que trabalhavam nas cooperativas da região. As entrevistas tinham como metodologia recompor a trajetória de vida dos entrevistados. Assim, os encontros se davam majoritariamente na casa das pessoas – o que possibilitaria entender um pouco da sua composição familiar, dos modos de vida, das condições de moradia. Pedia-se para o entrevistado que narrasse a história de sua vida, desde o nascimento até os dias de hoje – o que geralmente acontecia de fato: as pessoas dispunham-se a contar durante horas os episódios de suas vidas. O roteiro da entrevista orientava-se principalmente pela trajetória ocupacional do entrevistado, buscando estabelecer os nexos com as trajetórias espaciais na cidade e as peripécias para o acesso à moradia. Na demarcação de suas passagens pelo mercado de trabalho era possível traçar uma cronologia e desdobrá-la para o casamento, nascimento dos filhos, mudanças de bairro e outros acontecimentos que comporiam aquelas biografias. Assim, trabalho, moradia e família eram os eixos para o desenvolvimento tanto das entrevistas quanto das análises posteriores.

O estudo das trajetórias fundamenta-se na opção epistemológica de uma abordagem microanalítica. A escolha justifica-se por essa abordagem casar com as problematizações que orientam a pesquisa. Esta situa-se em um contexto histórico de deslocamento dos sentidos estruturantes do trabalho, de redefinições do papel do Estado, de reconfigurações da

cidadania, e em um contexto mais amplo de despolitização da política. Dessa forma, era necessário abdicar de uma reflexão que pensasse nesses processos abstratamente, para alcançar um nível de análise onde pudessem ser vistos de forma mais concreta, mais minuciosa, mais próxima. Com esse deslocamento de perspectiva, visava-se escapar de uma captura da reflexão – hoje recorrente no campo das ciências sociais – que ao apoiar-se em uma abordagem macro-histórica corre o risco de perder-se em abstrações que já não explicam muita coisa. A perda das referências chama-nos de volta para o chão das questões; é preciso um giro que saia dos conceitos que se reconfiguraram mas que ainda não estão redefinidos, para alcançar-se, em uma escala menor, a trama que hoje compõe o social.

A microanálise estabeleceu-se assim como o meio para, através de uma perspectiva em menor escala, ampliar os níveis de análise até que se pudesse alcançar a "*cartografia do social*" (Revel, 1998). Assim, a análise biográfica estabelece uma microescala analítica que configura o desenho de uma vida individual – suas escolhas, seus caminhos – e que entretanto pode ser ampliada, levando aquela imagem a tornar-se o traçado de um desenho maior. Como afirma Revel, a escolha individual possibilita *"acompanhar o fio de um destino particular(...) e com ele a meada das relações nas quais ele se inscreve"* (idem : 21).

Dessa forma, "*cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global.*" (ibidem : 28). A microanálise, na perspectiva aqui adotada, não busca relações de determinação entre a micro- e a macro-história. Não há um contexto mais amplo, homogêneo e fechado que paire sobre a vida dos indivíduos. É como se todos os contextos, do nível mais pessoal até o mais amplo, compusessem um mesmo cenário, o qual de acordo com a distância será visto de forma diferente. Bernard Lepetit recorre a uma figuração de Pascal: "*Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome de campo.*" (Lepetit, 1998 : 102). A trajetória de um entrevistado pode ser vista como um percurso individual – vinda para São Paulo, casamento, primeiro emprego registrado, desemprego etc –, acontecimentos que no entanto também são fios de uma trama maior: o movimento migratório que alimentou e configurou a cidade de

São Paulo nas últimas décadas, a época do "milagre econômico" e da ampliação dos postos na indústria, o desemprego estrutural que se instaura na década de 90, e assim por diante.

Porém, ao invés da determinação de um sobre o outro, buscou-se aqui – seguindo a perspectiva de uma microanálise – compreender como o encontro de diferentes contextos delimitam o "*espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.*" (Revel, 1998 : 26). Ao longo da reflexão evidencia-se a negação da passividade dos indivíduos assim como a perspectiva de que seus caminhos configuram escolhas dentro de um campo de possibilidades.

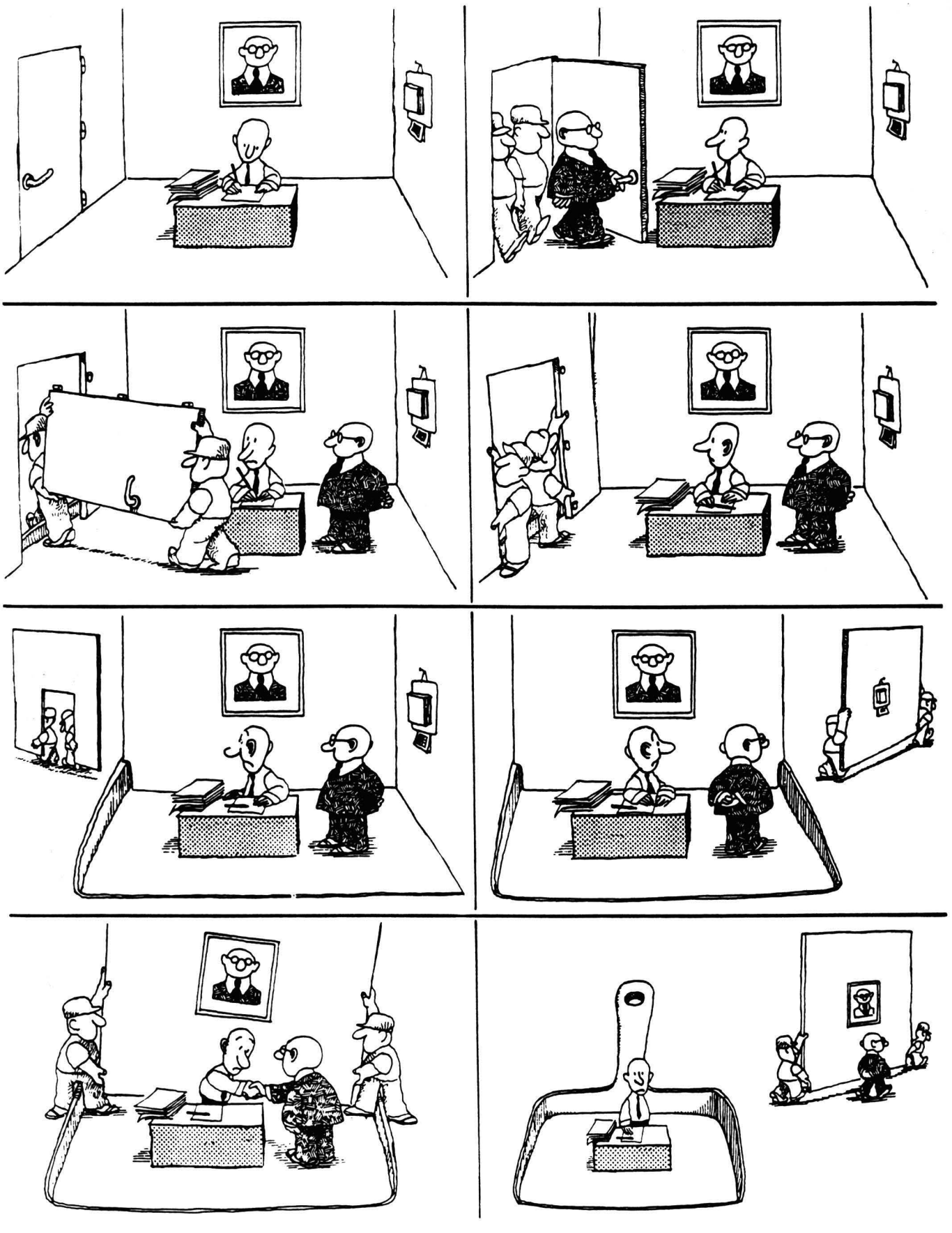
A discussão aqui desenvolvida é pautada pela perda de antigas referências. Essa perda demanda uma abordagem sociológica que alcance as tramas que formam o social, tendo como horizonte desvelar as configurações que permanecem obscuras no campo da crítica. Buscamos aqui puxar alguns dos fios do emaranhado que hoje embaraça cidadania, política pública, o discurso da inclusão social, para alcançarmos uma tessitura do social bordada pelo desemprego, a despolitização e a gestão da pobreza. Categorias e noções que não estão dadas *a priori*, que não têm uma forma acabada, discursos e conceitos que se esvaziaram de sentido, deslocamentos que estão em ato. Portanto, o estudo das trajetórias é um instrumento fundamental na abordagem desses processos.

"*Levados pela convicção de que o caráter intensivo do método microanalítico tem como mérito principal ajudar-nos a perceber melhor o embaralhamento das lógicas sociais, a resistir melhor, também, à tentação de uma reificação das ações e das relações assim como das categorias que nos permitem pensá-las.*" (Idem : 13)

Estrutura dos capítulos

O texto tem três momentos. O primeiro, desenvolvido no capítulo um, traça o contexto histórico que permeia a reflexão. Buscou-se historicizar os deslocamentos de referências, para chegar à atual configuração da cidadania, aqui interpretada como um campo que se despolitizou e se esvaziou de sentido, tornando-se uma forma de gerir a pobreza. No segundo capítulo, a partir de relatos de beneficiários e de publicações da SDTS, intentou-se analisar o discurso oficial da inclusão social, a formulação de uma política pública, em contraposição

com o discurso dos que foram contemplados por esses programas. Enfatizou-se o descompasso entre o planejamento e celebração da inclusão social, e a experiência dos beneficiários. No terceiro capítulo, que se estrutura a partir do trabalho de campo, interpretaram-se as trajetórias de vida de alguns beneficiários, fazendo esse movimento de ampliar e reduzir a escala de análise. Foi possível vislumbrar assim não só as escolhas individuais como os contextos de processos mais amplos que se cruzam e permeiam a vida dessas pessoas. No último capítulo, são desenvolvidas as considerações finais, que retomam o amplo campo de questões em que essa pesquisa se desdobrou, orientadas pela necessidade da atualização de referências que se perderam.



CAPÍTULO I. TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS PÓS-ANOS 90 **16**

1.1 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA: CIDADANIA, TRABALHO E DESPOLITIZAÇÃO 16

□ *Cidadania regulada e a possibilidade histórica de uma configuração outra da cidadania* *17*

□ *A passagem para os anos 90: Sai o trabalho regulado, entra o desemprego estrutural* *25*

1.2 UMA "NOVA QUESTÃO SOCIAL"? DESEMPREGO, TRAJETÓRIAS DE VIDA E GESTÃO DOS DANOS 31

□ *A questão social e seu desaparecimento* *31*

□ *A noção de inutilidade social* *36*

□ *Uma "nova cidadania"?* *40*

□ *O desaparecimento da questão social visto de baixo para cima* *46*

CAPÍTULO I. TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS PÓS-ANOS 90

1.1 a construção do problema: cidadania, trabalho e despolitização

O estudo das trajetórias de pessoas pobres com mais de 40 anos e desempregadas que foram abarcadas por uma política pública de geração de renda e de ocupação abre um amplo campo de questões. É preciso então traçar o caminho escolhido para a construção do objeto sociológico. Poderíamos afirmar de saída que a análise é fortemente orientada pela reflexão acerca de uma despolitização generalizada – aqui pensada através das transformações do mundo do trabalho – que traz consigo o esvaziamento dos horizontes políticos de superação da desigualdade social. Ao falarmos em despolitização, temos como pano de fundo os mais diversos processos, que se acentuam e tomam corpo na década de 90 – poderíamos remeter ao neoliberalismo, à globalização, à reestruturação produtiva, às privatizações e à deslegitimação do público; questões amplas, complexas, que nos orientam mas não constituem em si mesmas o foco da análise. Ao enfocarmos algumas perspectivas sociológicas acerca da cidadania postas em debate nos últimos quase 30 anos, esses processos permeiam a análise, mas visamos atentar principalmente para o deslocamento tanto de referências como de horizontes que pareciam orientar aquelas elaborações.

Vivemos um momento histórico de deslocamento não só de parâmetros sociológicos: certezas e referências que antes orientavam o cotidiano dos atores sociais desmoronam em suas vidas e também se esfacelam em uma perspectiva sociológica. A carteira assinada, o mercado formal concretizado na oposição com o mercado informal, os direitos do trabalho: termos, conceitos que vão se transfigurando e deixando de ter a clareza que antes sustentava não só a teoria como o viver dos indivíduos. Cobradores de ônibus antes sindicalizados, metalúrgicos, homens e mulheres que, ainda que instavelmente, transitavam pelo mercado formal e tinham a garantia do próximo emprego passam hoje a integrar o universo dos "bicos", das atividades informais e dos contratos temporários. Arma-se assim todo um campo de relações informalizadas que se tornam centrais na vida e no sustento dessas pessoas. Vender sacos para lixo nas mansões do bairro do Morumbi, fazer lingerie em casa, vender coxinhas na porta da escola: pessoas vão reinventando o trabalho, criando atividades e vivendo na corda bamba dos bicos, dos programas sociais que chegam e vão, dos empregos temporários. As incertezas do

mercado de trabalho dão a dimensão do drama social que vai se estabelecendo com toda força nas periferias e, com ele, o aprofundamento da violência e da precariedade que atingem todos os âmbitos da vida desses indivíduos.

Buscamos traçar e analisar as trajetórias de vida de alguns beneficiários e seus familiares. Através delas é possível puxar os fios das narrativas individuais que se enlaçam com as tramas que nos conduzem aos desmanches pelos quais o país passou nas últimas décadas. Referimo-nos a um desmonte de algo que não se consolidou, como se o que precedeu a atual cena histórica fosse um contexto de plenas garantias dos direitos sociais, de pleno emprego. Não era, como sabemos. As pessoas com quem falamos nunca estiveram na condição de pleno acesso. São pessoas pobres, hoje mais pobres do que nunca, que na maioria saíram do Nordeste em busca do sonho paulista. Já passaram pelos quatro cantos da cidade, mas muitas já tiveram anos de carteira assinada, uma relação contratual com seus empregos. Por fim inseriram-se no programa – ironia ou tristeza – intitulado "Começar de Novo".

"Começar de Novo" talvez resuma o *imbroglio* não só de vida como de sociologia em que nos encontramos atualmente, quase como se fosse necessário abdicar de referências que parecem já se tornar antigas, para um olhar que dê conta de um mundo obscuro e opaco onde se encontram ONGs, poderes públicos e moradores da periferia, todos numa mesma cena que se constrói a partir de um discurso da cidadania, da inclusão social e da capacitação pessoal. Políticas públicas que então se configuram no contexto da crescente precarização do trabalho e de um desemprego que se tornou estrutural. O que está em pauta são as (des)(con)figurações que se tornam estruturais no mercado de trabalho e trazem consigo a necessidade de redefinição de conceitos que antes pareciam dar conta dos dramas e impasses da realidade social brasileira. Há que pensar tanto nos sentidos e possibilidades da cidadania como em quê se transformam as políticas que se estruturam e se legitimam pelo discurso da inclusão social. Que inclusão é essa, a que direitos se refere, qual política e, ao fim e ao cabo, o que produz socialmente?

- *Cidadania regulada e a possibilidade histórica de uma configuração outra da cidadania*

No final da década de 70, Wanderley Guilherme dos Santos cunhou o conceito de *cidadania regulada* (Santos, 1979): uma cidadania que se estrutura e se desenvolve a partir do mundo do trabalho e, o que é central, a partir de uma esfera *regulamentada* do trabalho. Santos traz para

o debate a configuração da cidadania brasileira, no sentido de que os direitos no Brasil se constituíram não no reconhecimento e legitimação do conflito, mas enquanto tutelamento dos trabalhadores; no sentido de um Estado que intervém no conflito de classes de forma a controlar e estratificar a classe trabalhadora. Uma cidadania que se estrutura não a partir de "valores políticos", mas da definição e reconhecimento jurídicos da ocupação profissional: O acesso ao mundo dos direitos restringe-se àqueles que existem legalmente, e essa existência significa fazer parte de um mundo do trabalho regulamentado e contratualizado.

> "Sugiro que o conceito-chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da eqüidade, é o conceito de *cidadania*, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de *cidadania regulada*. Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei." (Santos, 1979 : 75) [grifos meus].

Nesse sentido, o Estado realiza-se enquanto mediador da relação entre capital e trabalho, regulamentando o lugar do trabalhador no processo acumulativo, atribuindo-lhe direitos, e assim também regulando o conflito. O lugar no processo de acumulação também determina o reconhecimento cívico: Ao regulamentar a entrada no mundo dos direitos pela ocupação profissional, o Estado estabelece formas de tutelamento e de desigualdade dentro da própria classe trabalhadora. Primeiramente, a clivagem entre os que são reconhecidos profissionalmente e os que não têm sua profissão regulamentada – todos os trabalhadores informais, por exemplo. Entre os que se tornam cidadãos, os direitos serão proporcionais à sua contribuição previdenciária. De acordo com a posição no processo produtivo, define-se a escala de acesso aos direitos. Uma cidadania que assim engendra a desigualdade intra-classe, através de direitos que não são universalizáveis, excluindo grande parcela dos trabalhadores e tratando desigualmente também os que são reconhecidos.

> "Sendo os benefícios previdenciários devidos aos cidadãos por via da regulação profissional, e sendo a contribuição de cada um em função de seu nível de renda, a

> regulação da cidadania implicou, na prática, uma discriminação na distribuição dos benefícios previdenciários na mesma medida em que quem mais podia contribuir, maiores e melhores benefícios podia demandar. A universalidade aparente da lei em sua partição profissional convertia-se em desigualdade entre os cidadãos via sistema previdenciário." (Santos, 1998 : 107) [grifos meus]

O Estado getulista conciliava eqüidade e acumulação, garantindo que a desigualdade social não se tornasse obstáculo para a acumulação de capital. Em um país que desde sempre se consolidou oligárquica e autoritariamente, estava posta uma nova forma, agora juridicamente estabelecida, não só de intervir autoritariamente no conflito mas também de minar as potencialidades políticas da classe trabalhadora. Os sindicatos – enquanto representantes da classe e mediadores da relação com o Estado – são internalizados no Estado, unificados; tornam-se extensão da burocracia estatal, gerindo a distribuição dos recursos previdenciários. Como afirma Santos:

> "O sistema previdenciário estatal permitiu, assim, a consolidação dos laços que amarravam a um mesmo destino a oligarquia política que controlava as instituições do Ministério do Trabalho e a oligarquia sindical que controlava os organismos operários." (Idem : 108)

Assim, os direitos configuram-se às avessas, seus pilares fundantes da igualdade e da universalidade revertem-se no Brasil em exclusão e desigualdade. Mais do que garantias sociais, os direitos que então se institucionalizavam constituíam-se como instrumento de controle e despolitização da classe trabalhadora. Estava garantido o processo de acumulação que poderia correr junto com – e não contra – a desigualdade social. Seguindo os passos do autor:

> "A lei assegurava o mesmo regime de benefícios, independente da categoria profissional de cada um, a todos os trabalhadores regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho – o que quer dizer, a todas as pessoas ocupando posições no processo de acumulação, *reconhecidas e reguladas pelo poder estatal.* (...) a política social do governo estava essencialmente ligada à política de acumulação e todo o problema, do ponto do vista governamental, consistia em conciliar uma política de acumulação que não exacerbasse as iniqüidades sociais a ponto de torná-las ameçadoras, e uma política voltada para o ideal da equidade que não

> comprometesse, e se possível ajudasse, o esforço de acumulação." (Santos, 1998 : 92) [grifos meus]
>
> "A vinculação entre acumulação – a contribuição de cada categoria profissional para o processo de crescimento, sinalizada pelo diferencial de salários – e equidade – distribuição de benefícios proporcionais à contribuição pretérita – foi assim consagrada definitivamente." (Idem : 107)

Portanto, a *cidadania regulada* põe em questão o papel do Estado como o que mantém, garante e regula o processo de acumulação de capital[1]. Realiza-se em um sentido profundamente conservador e despolitizante, constituída "de cima para baixo", muito mais como meio de manutenção do processo produtivo do que como reconhecimento da potencialidade e legitimidade políticas dos cidadãos. Dessa forma, a noção de cidadania regulada remete à força de um Estado – e conseqüentemente de uma elite – que não reconhece os que ocupam o "lado de lá" do conflito em seu estatuto de sujeitos políticos. Tal análise tornou-se referência para grande parte dos estudos que pensam a consolidação dos direitos no Brasil, e permanece central para qualquer formulação que tenha em seu cerne as impossibilidades, sempre postas na história brasileira, da constituição de um espaço público de negociação, onde as partes diversas sejam reconhecidas em suas diferenças e em suas demandas.

> "Reafirmava-se, por essa via, a constante da política nacional, desde 1933; isto é, o problema da justiça social não deve estar desvinculado, em realidade, deve decorrer do problema da criação continuada de riquezas." (Santos, 1998 : 95)
>
> "Importante a assinalar é o formato, por assim dizer, da engenharia institucional que presidiu à reorganização do processo acumulativo, pois este formato deitará raízes na ordem social brasileira, com repercussões na cultura cívica do país e até mesmo nos conceitos e preconceitos das análises sociais correntes." (Idem : 103)

---

[1] Certamente que a noção de cidadania regulada, ao remeter a um Estado conservador e autoritário, apoia-se na clássica discussão acerca da fundação do Estado brasileiro (Holanda, 1973; Freyre, 1963; Prado Jr., 1963). Não nos caberia aqui retomar esse caminho, mas vale ressaltar que tal conceito segue a linha e reafirma o papel de um Estado que desde sua fundação se consolida de forma autoritária, patrimonialista, estruturando-se na anulação do conflito, no tutelamento ou silenciamento violento daqueles que ameaçam sua ordem oligárquica. Fazemos a breve retomada desse pensamento somente para uma reflexão: a noção de cidadania regulada dá continuidade a um pensamento que afirma a ausência do povo em seu sentido político, enfocando os direitos não como fruto de disputas políticas mas essencialmente como forma de garantia da ordem e da reprodução da riqueza.

Ainda que os direitos sociais não mais estejam exclusivamente atrelados à ocupação profissional, a noção de cidadania regulada continua fundamental para a compreensão da gramática política que "deitou raízes" na história brasileira, que permanece fincada na negação da desigualdade social enquanto questão que atravancaria o progresso do país – leia-se: das classes dominantes. A noção de Santos aponta para uma cultura política que se consolida desvinculada da igualdade civil e social. Afirmar que a constituição dos direitos no Brasil se deu de forma autoritária e excludente significa dizer que as balizas republicanas são postas de cabeça para baixo. Não há povo, não há um espaço público de negociação, não há reconhecimento de lutas ou demandas políticas; há o controle estatal, que garante acessos ao mesmo tempo que não os universaliza nem reconhece grande parcela da população.

A "cultura cívica" do país realiza-se portanto em uma história de anulações e silenciamentos que configuraram a política no último século. Uma cidadania que desvinculou os sujeitos de direito de suas demandas políticas e sociais, não os reconhecendo como sujeitos mas como entraves no processo de acumulação e que tinham de ser regulados.

Partindo dessa referência de cultura cívica, no final dos anos 80 publiciza-se uma perspectiva sociológica que colocava em debate a possibilidade da constituição de uma outra figuração da cidadania. Período de redemocratização, após 30 anos de ditadura militar: para alguns autores, "entravam em cena" (Sader, 1988) atores que em suas demandas e práticas políticas traziam no cerne a pontecialidade da constituição de um arena pública, onde "excluídos" saíam de uma indistinção – do ser pobre, inevitavelmente pobre e genericamente pobre – para se colocarem como sujeitos políticos, com demandas distintas e, principalmente, com voz ativa em um espaço público (Sader, 1988; Dagnino, 1994; Telles, 1994; Paoli & Telles, 2001). Nesse sentido, a cidadania foi pensada como o campo da disputa política (Dagnino, 1994), na qual direitos teriam o sentido de reconhecimento do conflito e de suas legitimidades (Telles, 1994). Há portanto um sentido eminentemente político[2] em tal construção; a cidadania nessa experiência seria ela mesma a explicitação, o reconhecimento e o resultado do conflito, onde diferenças são politicamente enfrentadas e politicamente decididas. Portanto, esses autores –

---

[2] A noção de política nesse sentido é fortemente republicana. Remete-nos a um pensamento arendtiano, no qual a política constitui-se justamente no reconhecimento do outro, e de sua voz, em um espaço comum, ainda que marcado por suas diferenças. Observação aqui secundária, mas fundamental para a compreensão do que orientou

remetendo-se a um Estado desde sempre patrimonialista, oligárquico e violentamente silenciador – vislumbraram na ação de alguns movimentos populares dos anos 70 e 80 signos da possibilidade de um outro fazer político, da constituição pública do dissenso.

Dessa forma, para tais autores, os chamados "novos movimentos sociais" – ao pautarem suas demandas e terem parte delas reconhecidas e incluídas na constituição de 1988 – acenavam com a possibilidade de transformações na cultura política do país. Eder Sader voltou-se para os movimentos sociais que tomaram forma no final da década de 70, chamados de "novos" por não só se constituírem nas demandas de um movimento operário, mas por trazerem para o debate uma diversidade que ampliava a noção de movimento de classe operária para a de movimento de classes populares. Encontravam-se assim as vozes do movimento de mulheres, movimento de saúde, movimento sindical, em sua heterogeneidade mas em sua raiz comum, de lutas populares que publicizariam o conflito e a desigualdade social, rompendo com o silencio autoritário e configurando uma outra possibilidade da experiência de classe:

> "Os movimentos sociais que adentraram no cenário público (e o modificaram) no findar da década passada trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social. Suas características comuns nos permitem falar de uma nova configuração de classe. Ou seja: um outro tipo de representação das condições de classe, que ressalta quando o contrastamos com o tipo predominante antes de 1964.(...) O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem 'sujeitos de sua própria história', tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência alargando a própria noção de política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano. Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos." (Sader, 1988: 311-2) [grifos meus]

Autores que dessa forma enxergaram nesses movimentos outras práticas políticas, nas quais residia sua centralidade. Práticas que invertiam o processo da constituição de direitos, direitos

---

esse pensamento e, mais do que isso, para entender o que significa relacionar despolitização com a destituição da fala numa arena pública de disputa política (ver Arendt, 2003).

que naquele momento talvez fossem pautados e constituídos "de baixo para cima" (Dagnino, 1994). O enfoque nos movimentos sociais no processo de redemocratização, portanto, acenava para a possibilidade de outras práticas e novos sujeitos políticos que pautassem, através dos direitos, o reconhecimento da desigualdade pela via de uma outra configuração da cidadania.

Não havia consenso quanto à potencialidade e relevância desses movimentos. Ao recuperarmos uma abordagem que pensou na cidadania nos anos 80 como a possibilidade de uma constituição outra da cultura política brasileira, não é com a finalidade de avaliarmos o debate levantado na época: a questão central que aqui se coloca é que, embora a grande maioria da população certamente se mantivesse afastada de experiências políticas coletivamente construídas, a idéia de que "novos personagens" entravam em "cena" diz muito sobre os horizontes que eram passíveis de ser pensados no início dos anos 90. Sader, nesse período, apontava para os novos personagens, já também iluminando suas limitações históricas. Um olhar situado no final dos anos 80:

> "O que nos interessa aqui é que, nesse sentido, o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso mesmo que hoje suas promessas são vistas freqüentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação. Mas a verdade é que *toda* representação passada contém 'ilusões', porque, sendo contemporânea dos acontecimentos que representa, não pode dar conta deles em sua totalidade, nos desdobramentos que ainda estão ocorrendo, e é levada, pelas necessidades da ação, a supor uma idéia geral sobre seu significado. Nesse sentido, se bem que não tenhamos mais as 'ilusões' que tínhamos há 8 anos, não podemos cancelar o fato de que efetivamente aqueles movimentos eram portadores daquelas promessas e tiveram aqueles significados enquanto possibilidades postas numa situação aberta." (Sader, 1988 : 314-5) [grifos meus]

Projetos do fim da década de 70 que no final dos anos 80 já eram interpretados como promessas. A democracia ainda havia de ser interpretada, no entanto já estava posta a "derrota" enquanto possibilidades de outra política que haviam sido em alguma medida capturadas e reconfiguradas no processo de transição. Contudo, o sentido de promessa traz

consigo um horizonte histórico que então era possível vislumbrar – e para o autor ficava também a possibilidade da reatualização daquela experiência histórica.

> "Os movimentos sociais constituídos na década de 70, com as formas de expressão que eles instituíram, passaram a constituir um elemento da vida política do país. Suas promessas, inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas. E elas são, mesmo, condição para uma efetiva democracia entre nós." (Idem)

A passagem para os anos 90 trazia consigo tanto processos que aprofundariam a desigualdade social quanto a permanência de algumas possibilidades históricas, novamente de acordo com determinadas perspectivas sociológicas.

> "Se nesses anos, ao longo dos anos 80 e início dos 90, a trama da sociedade brasileira se modificou, abrindo-se ao reconhecimento das demandas populares, mesmo que no modo ambíguo e ambivalente de uma opinião pública sempre pronta a desfazer sua legitimidade e evocar as velhas imagens da desordem (...) se tudo isso pôde acontecer, é porque no campo dos conflitos que agitaram toda essa década, foi construída uma trama representativa por onde a reivindicação por direitos pôde circular, criando identidades onde antes parecia só existir homens e mulheres indiferenciados na sua própria privação." (Telles, 2001 : 53)

Ainda que, em 1988, Eder Sader já explicitasse a "derrota", o fato é que esses movimentos puderam ser compreendidos como "portadores daquelas promessas", e assim, em certa medida, se constituíram enquanto *signo* histórico da possibilidade de um outro fazer político. E se trazemos esse momento histórico para a reflexão é para que possamos fazer o contraponto com os dias de hoje, quando o campo da disputa política perde sua clareza e seu horizonte. Faz-se assim necessário dar conta de um momento político-social que se erige sobre pilares que ruíram: atualmente projetos de transformação política tornaram-se algo mundialmente "fora de moda"; os termos 'igualdade', 'democracia' e 'justiça' vão violentamente se esvaziando de sentido e dando lugar a discursos e ações em que conceitos e projetos adquirem uma total ausência de medidas. Instaura-se um pensamento hegemônico, no qual passamos a ser regidos por um desenrolar histórico que nada parece poder interromper. Na década de 80, apesar da derrota, – ou ainda, das muitas derrotas, as quais, em certo sentido, andam mais atuais do que nunca –, coube a reflexão acerca de sujeitos políticos que traziam consigo as possibilidades de uma outra política e, conseqüentemente, as promessas da

ultrapassagem de uma democracia estritamente formal para a realização da justiça e eqüidade sociais. Nos dias de hoje configura-se a necessidade de novas referências, que dêem conta de uma realidade na qual o conflito se obscureceu num emaranhado de relações e discursos que não mais apontam para horizontes de transformação política, para outros projetos de sociedade. E, ainda que antigas referências nos pareçam velhas, são fundamentais para a compreensão do que significa a avassaladora despolitização de nossos tempos, e a demanda por outras referências que dêem conta dos deslocamentos das últimas décadas.

- *A passagem para os anos 90: Sai o trabalho regulado, entra o desemprego estrutural.*

Se no início dos anos 90 ainda era possível a reflexão acerca de possibilidades históricas que apontariam para um horizonte da igualdade e justiça social, nos meados daquela década já tomavam forma os caminhos que enveredavam o país numa direção contrária. Mais do que a década da redemocratização, os anos 90 se configurariam como os anos de desenvolvimento e consolidação das políticas neoliberais, que tinham suas sementes plantadas na década anterior. Já no governo de Fernando Collor iniciam-se os desmanches que acarretariam a progressiva redução dos postos de trabalho na indústria, aliada ao crescimento do setor de serviços – já se configurava um mercado de trabalho precarizado, flexibilizado, que assenta na desregulamentação do trabalho a crescente massa de desempregados. Tal política seria intensificada e catalisada nos oito anos seguintes, pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Privatizações, incentivo às indústrias transnacionais, desregulamentação do mercado. Em 10 anos foram eliminados 400 mil postos de trabalho na indústria (IBGE, *Apud* Pochmann, 2003); no início de 2000, mais de 40% das ocupações não tinham contrato de trabalho (Oliveira, 2000 : 13). Alcançávamos a era da "reestruturação produtiva", da revolução tecnológica, da globalização e do desemprego. Ex-metalúrgicos passam a viver de "bicos" e de trabalhos temporários, cobradores de ônibus sindicalizados tornam-se beneficiários das políticas públicas, e assim por diante. As mediações que antes regulavam o trabalho, que garantiam direitos do trabalhador, pondo limites à exploração, desaparecem, dando lugar ao trabalho flexível, ao trabalho temporário e ao chamado trabalho informal – o qual se configura na ausência de regulação pública –, um trabalho que nem sempre é localizável ou mesmo bem definível: atividades transitórias, sem nome, que põem em dúvida até mesmo se são trabalho. Atividades que garantem também que a produtividade do trabalho não mais passe pela proteção ao trabalhador. É a livre exploração da força de trabalho, que não tem a contrapartida

de dar garantias à mão-de-obra que utiliza. Os elos da cadeia produtiva obscurecem-se na ausência de regulação, obscurecendo também o fato de que as atividades informais permanecem atadas ao processo de acumulação. Como ilumina Francisco de Oliveira, retomando seu argumento que já vinha desde a "Crítica a Razão Dualista", de 1976:

> "A progressão salarial foi coartada no começo dos anos 80 do século passado pela combinação da reestruturação produtiva com a globalização; isto forneceu as bases para um enorme avanço da produtividade do trabalho que jogou às calendas a possibilidade e/ou necessidade da relação formal de trabalho: pelo contrário, o que chamou-se no passado de 'informalidade' tornou-se a regra. Pede-se ao trabalhador formal os atributos do 'informal': flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centrões de nossas cidades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avêsso. A revolução molecular-digital (...) pavimenta a flexibilização, de modo a produzir o espantoso fenômeno de que os vendedores ambulantes de refrigerantes e cerveja nas portas dos estádios (...) tornaram-se funcionais para o capital financeiro. O formidável ataque ideológico neoliberal formatou um consenso pelo avêsso: tudo que era sólido desmancha-se no ar. Emprego estável é privilégio, regras de previsibilidade forma traduzidas como burocracia." (Oliveira, 2003b : 02) [grifos meus]

A desregulação do trabalho traz consigo o deslocamento de referências que orientavam o pensamento, assim como o viver dos indivíduos. Trabalhadores sem-trabalho, direitos que desaparecem; e assim novamente aquele metalúrgico com mais de 40 anos é empurrado não para sua aposentadoria mas para as redes do trabalho informal. Direitos que, se antes já se constituíam na desigualdade, agora se tornam os privilégios de quem for abençoado com a carteira assinada. O desemprego traz consigo a necessidade de redefinição dos parâmetros que antes balizavam a compreensão da desigualdade social brasileira, assim como orientavam seus horizontes (nunca próximos) de superação. Há um deslocamento, que esvazia de sentido o discurso dos direitos e as possibilidades de uma integração social. O conflito, antes discernível e constantemente silenciado, agora se obscurece na impossibilidade de até mesmo a classe trabalhadora reconhecer-se ou ser reconhecida como tal (Oliveira, 2000). A própria definição de trabalho deslocou-se; parâmetros que antes definiam e localizavam quem era o

trabalhador e seu lugar no processo produtivo não conseguem mais abarcar esse campo imenso, ainda sem forma mas pleno de substância, que se tornou o mercado informal.

> "... o atual desmanche nos obriga a procurar os termos pelos quais apreender os impasses atuais, para além da constatação da nossa barbárie cotidiana. (...) Pois o que parece estar em jogo nisso tudo é a erosão das mediações – reais e simbólicas – pelas quais a reivindicação por direitos pode ser formulada e ganhar visibilidade pública como questão que diz respeito às regras da vida em sociedade. Esse parece ser o sentido mais devastador da atual demolição dos, desde sempre precários, serviços públicos e da destituição de direitos pelas atuais tendências de precarização do trabalho e desregulamentação do mercado. Para além do agravamento das condições de vida de maiorias, trata-se aqui da demolição das referências públicas pelas quais os dramas de cada um podem ser desingularizados e traduzidos não apenas como experiências compartilhadas, mas como problemas pertinentes à vida pública de um país." (Telles, 2001 : 142) [grifos meus]

Ao falarmos em perda de referências e deslocamentos, há que historicizar em quê consistem no contexto brasileiro. Ao pensarmos nesse processo a partir do mundo do trabalho, é fundamental retomarmos o conceito de cidadania regulada. Dada a necessidade do trabalho regulamentado para o ingresso no mundo dos direitos, Santos aponta para a centralidade da carteira de trabalho neste país como um passaporte para a cidadania.

> "A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos do cidadão são decorrência dos direitos das profissões e as profissões existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão do nascimento cívico.". (Santos, 1979 : 76) [grifos meus]

A carteira assinada, portanto, delimita a linha divisória entre ser cidadão e estar excluído do mundo contratualizado; leia-se: a divisão entre ser trabalhador ou ser pobre – desprovido de

garantias legais, à parte do "mundo civilizado"[3]: Pós-anos 30 a carteira de trabalho torna-se o documento que dá acesso aos direitos trabalhistas – aposentaria, fundo de garantia, entre outros – e também a direitos que extrapolam o mundo do trabalho – de moradia, por exemplo, através do financiamento da casa própria, que até hoje só existe para quem é registrado. Não ter carteira de trabalho significava ser vagabundo, criminoso, não-reconhecível. Há uma criminalização do trabalhador não regulamentado, a qual imperou até algumas décadas atrás. Associa-se assim pobreza e desemprego com criminalidade. Retomando a noção de cidadania regulada, Telles argumenta:

> "Direitos que recriam desigualdades, pela sua vinculação profissional, são também direitos que não se universalizaram, sobrepondo às diferenças sociais uma outra clivagem que transforma em não-cidadãos os que escapam às regras do contrato. Esses são os não-iguais, os que não estão credenciados à existência cívica justamente porque privados de qualificação para o trabalho. São os pobres, figura clássica da destituição." (Telles, 2001 : 26)[4]

No entanto, o desemprego, tal como se configura na atualidade, impossibilita que a "existência cívica" seja tão claramente delimitável. A linha divisória entre ter ou não carteira de trabalho vai se deslocando, com a crescente precarização e eliminação de postos de trabalho.

> "A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente, todos aqueles cujas ocupações por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas." (Santos, 1979 : 75)

---

[3] Certamente que para além da questão do acesso aos direitos, a diferenciação entre o trabalhador e o pobre é carregada de julgamentos morais –o trabalhador honesto, digno, e o pobre, vagabundo, malandro e, cada vez mais, bandido. As matérias dos jornais, de hoje e de sempre, independentemente do estrato social a que se dirijam, são o retrato de como essa distinção permanece forte. As tragédias sociais cotidianas são narradas na chave "o trabalhador" e o "bandido". Para a questão da criminalização da pobreza que anda junto com o desemprego, vide Wacquant, 2001.

[4] A pobreza, que ideologicamente se configura como mundo naturalizado, indistinto e à parte da modernização brasileira, é fortemente trabalhada por Telles, 2001. Posteriormente retomaremos essa questão para refletirmos acerca do lugar dos pobres que se tornam os "públicos-alvo".

Essa afirmação, em artigo publicado em 1979, permanece atual, dada a crescente desregulamentação do trabalho; entretanto a linha divisória que separava o pobre do trabalhador, o trabalho informal do trabalho regulamentado, perdeu-se no emaranhado que hoje configura o trabalho. O aumento do desemprego e, conseqüentemente, das atividades informais, traz consigo a nebulosidade que põe em xeque referências que antes pareciam conseguir explicar o social. A dicotomia formal/informal torna-se uma abstração; mais que isso, o conceito de trabalho informal é insuficiente para abarcar a imensa diversidade de atividades e redes que compõem o mundo e a lógica daqueles que não têm mais o acesso a sua "certidão de nascimento cívico". Assistimos ao crescente enxugamento dos postos de trabalho na indústria nos últimos quinze anos – o que significa que o *locus* do trabalho regulamentado vem sendo desmontado. Concomitantemente, as relações de trabalho precarizam-se nas terceirizações, nos contratos temporários, entre outras formas ainda sem nome, tal a complexidade desse campo. E ainda, o crescimento – quase poderíamos dizer a invenção – de atividades que transitam entre ser um emprego, uma atividade que gera renda, que tornam difícil definir o próprio conceito de trabalho. Traduzindo isso em termos de experiências de vida, pessoas perdem seus empregos e são empurradas para as tais atividades informais – o que significa "fazer de tudo um pouco": vender refrigerante em porta de escola, montar barraquinha na rua 25 de março, fazer costura em casa, ou no extremo, lavar vidros de carro no semáforo, ficar parado com um placa na mão no meio da rua. Um universo de atividades que o conceito de informalidade não dá conta de explicar. Se a esfera do trabalho regulamentado parecia ser o *locus* da civilidade, e o mundo dos pobres, sub-empregados, "vagabundos", um mundo à parte da modernização brasileira, há um deslocamento no qual o primeiro pode permanecer como referência mas dificilmente como possibilidade frente ao vasto campo de atividades conceitualmente indefinidas, que hoje abrangem a vida de 40% da população economicamente ativa no Brasil.

A questão central é que o desemprego se tornou socialmente estrutural. O fato de estar desempregado não mais é vivido como um estado passageiro; tornou-se uma condição durável, socialmente definida. Dessa forma, mais que uma oposição ao trabalho, o

desemprego constitui um campo social em si: há toda uma teia de relações, de atividades, de significados simbólicos, que agora se estruturam a partir desse e nesse campo.[5]

Vale recorrer à intensa discussão francesa sobre o tema nos últimos 20 anos. Um debate que girou em torno de como manter um Estado *Providence* que conseguisse abarcar, e proteger socialmente, a crescente massa de desempregados franceses. A impossibilidade de classificar e atingir os desempregados explicita como os critérios de deficiência, incapacidade – que tornavam possível diferenciar o desempregado do "vagabundo" ou do incapaz – se tornam impraticáveis. Ainda que o Estado francês esteja a anos-luz de distância do brasileiro, o que interessa resgatarmos nesse debate é o fato de que, independentemente do "grau de civilização", o desemprego tornou-se constitutivo de qualquer sociedade, abrange milhões de pessoas pelo mundo, para além de suas potencialidades, vontades, esforços pessoais.

> "O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente." (Castel, 1998 : 516-7)

Portanto, o desemprego estrutural traz consigo a necessidade da redefinição de parâmetros que pensem a realidade social brasileira, visto que as referências que antes orientavam a construção da reflexão acerca das relações Estado-direitos-trabalho sofreram um deslocamento. O estudo das trajetórias de vida realizado nesta pesquisa indica, por exemplo, como a carteira de trabalho permanece tanto como referência quanto impossibilidade para os entrevistados, e que, ao serem praticamente expulsos do mercado de trabalho regulado, inserem-se e criam um outro campo de atividades, relações, circuitos de produção que se estendem por toda a cidade. Assim, mais do que passarem da figura do trabalhador/ ocasionalmente cidadão para a do pobre, compõem um tecido social que tem de ser entendido

---

[5] A própria palavra desemprego parece não mais dar conta do campo social que produz. Desemprego remete a oposição ao emprego; no entanto, o mundo do não-trabalho adquiriu forma própria, referências próprias, produz modos e experiências de vida que não têm mais como ser entendidos na chave da oposição ao trabalho. Nadya Guimarães, por exemplo, alega a necessidade da construção de uma "sociologia do desemprego", no sentido de que a "sociologia do trabalho" enquanto tal já não dá conta desse contexto histórico do não-trabalho (Guimarães, 2002).

nas suas complexidades; são outras identidades sociais que se configuram, as quais nem têm forma definida. Assim, dicotomias como formal/informal, trabalho/desemprego perdem sua força e sentido[6]. Além disso, o lugar regulamentador do Estado, o papel dos sindicatos, os direitos vindos do trabalho também se deslocam e se transfiguram. A questão da pobreza desdobra-se na necessidade de atentar-se para um contexto de transformações profundas e complexas; certamente que não temos como abarcá-las em sua totalidade, ainda que permaneçam como pano de fundo da análise. São questões que extrapolam o cenário brasileiro, que apontam para um outro momento histórico, no qual a relação entre capital e trabalho e a mediação do Estado se repõem em novas formas, produzindo outras configurações sociais. Deslocamentos que também significam despolitização ou novas configurações políticas; e assim retomamos a questão inicial de que nos dias de hoje cidadania, política pública (leia-se atuação do Estado), geração de emprego, desemprego trazem uma gama de significados históricos, políticos e sociais que não estão dados *a priori*.

1.2 Uma "nova questão social"? Desemprego, trajetórias de vida e gestão dos danos

- *A questão social e seu desaparecimento*

Ainda que realizada num contexto totalmente diverso do brasileiro, a discussão feita por Robert Castel acerca de "a nova questão social" na França serve-nos em muito para a compreensão dos dramas, impasses e reconfigurações decorrentes do desemprego estrutural. Em "As Metamorfoses da Questão Social", Castel discorre sobre a constituição de uma sociedade que agora tem seus pilares abalados. A sociedade salarial, como a denomina, fundamenta-se na centralidade do trabalho para a coesão social. Com o desemprego, os laços que constituíam o social se desfazem ou se deslocam. A sociedade salarial concretizou-se plenamente em países que consolidaram o Estado do Bem-Estar; no Brasil, permaneceu mais como referência do que realidade. Entretanto, os deslocamentos desenvolvidos por Castel

---

[6] Esses deslocamentos são fortemente trabalhados por Telles em TELLES, Vera S. "Trajetórias urbanas: fios de uma descricao da cidade". In: TELLES, Vera S. e CABANES, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (no prelo)

orientam a reflexão acerca do desaparecimento da igualdade social como horizonte a ser alcançado.

A sociedade salarial, tal como desenvolvida pelo autor, estrutura-se pela extensão do assalariamento. Se até então era próprio da condição operária, em torno dos anos 50 formalizava-se a desvinculação entre o salário e a condição de classe. Profissionais liberais, autônomos, funcionários de Estado, profissões que não eram constituintes da classe trabalhadora, tornaram-se assalariadas. A extensão do assalariamento acarreta um deslocamento ou até mesmo a impossibilidade da experiência de classe, a qual também é abordada por Oliveira (2000). Há, como afirma Castel, uma "redistribuição de conflitualidade social": o assalariamento dilui o reconhecimento de classe, sendo o salário o que dá a posição social – agora definida em termos individuais. Em uma sociedade em que a maioria é assalariada, o salário torna-se constitutivo da posição e da identidade social:

> "Assalariados 'burgueses, funcionários, quadros, profissões intermediárias, setor terciário: a salarização da sociedade cerca o operariado e subordina-o novamente, desta vez sem a esperança de que possa, um dia, impor sua liderança. Se todo mundo, ou quase, é assalariado (mais de 82% da população ativa em 1975) é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social." (Castel, 1998 : 417)

Se a extensão do assalariamento dilui a experiência de classe, tornando a posição social uma referência individualmente construída, também coloca outros horizontes, não mais os revolucionários atribuídos à classe operária. Horizontes que se configuram em um progresso individual, na superação da posição social.

Esse progresso toma forma no entrelaçamento entre os direitos – garantidos por um Estado provedor – e o consumo – na lógica do "você é o que você tem": materializa-se, portanto, no acesso aos bens materiais, que são mediados pela seguridade e proteção social.

> "Cada um se compara a todos, mas também se distingue de todos; a escala social comporta uma graduação crescente em que os assalariados dependuram sua identidade, sublinhando a diferença em relação ao escalão inferior e aspirando ao estrato superior. A condição operária ocupa sempre, ou quase sempre, a base da escala (há também os imigrantes, semi-operários, semibárbaros, e os miseráveis do

> quarto mundo). Mas que prossiga o crescimento, que o Estado continue a estender seus serviços e suas proteções e, quem merecer, poderá também 'subir': melhorias para todos, progresso social e bem-estar. A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidade inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções." (Idem) [grifos meus]

De uma condição de classe passava-se a uma identidade que então se construía individualmente. A sociedade parecia então constituída por um *continuum* de posições sociais que se formalizavam no consumo e no acesso aos direitos. Assim a identidade se estabeleceria na comparação entre essas posições, o consumo marcava o lugar do indivíduo na sociedade; e o salário era o que definia seu estabelecimento. Se o consumo compunha a referência da posição social em um âmbito privado, individualizadc, eram a seguridade e a proteção sociais que constituíam a referência pública. O acesso a determinados direitos e seguridades definia uma medida coletivamente instituída: nas negociações com o Estado e na obtenção de direitos formalizavam-se os coletivos a que o assalariado pertencia. Instituiu-se juridicamente a destinação de um percentual do salário para o Estado, desse modo, a contribuição previdenciária universalizou-se. Forma-se o sistema previdenciário, constituindo uma propriedade coletiva ; o autor denomina-a *propriedade social*, no sentido da constituição de bens que são de todos, sem pertencer a ninguém. São os serviços públicos, o sistema de saúde, a educação. Estabelece-se todo um sistema público, formado pelas instituições sociais, que integram a vida das pessoas, constituindo uma medida publicamente estabelecida para o reconhecimento e a identificação sociais, além de, ainda que mantidas as desiguais posições sociais, possibilitar que toda a sociedade esteja voltada para o mesmo horizonte, do crescimento econômico e do desenvolvimento do Estado social. Através do trabalho constituiu-se a coesão social, no sentido de que Estado, capital e assalariados pudessem estar ligados por interesses comuns. A propriedade social possibilita que a economia, o trabalho e as proteções sociais estejam interligados e interbeneficiados. A configuração do Estado social como mediador entre o capital e o trabalho, que fomenta a acumulação ao mesmo tempo que estabelece todo um sistema de proteção ao trabalhador, forma assim a sociedade salarial. O que é fundamental: o social passa a constituir-se pelos laços que ligam os assalariados entre si, os trabalhadores com o Estado e que ligam estes ao capital, numa relação mediada e protegida pelo Estado.

Portanto, o trabalho tornava-se central na constituição da identidade dos indivíduos, e também por estar no cerne da constituição do Estado Social e do sistema previdenciário. Através da mediação do salário, o Estado estabelecia uma outra relação entre o capital e o trabalho, pondo limites na exploração ao mesmo tempo que garantia sua manutenção. O salário definia os meios para a constituição da identidade social em nível individual, ao mesmo tempo que costurava a relação do trabalhador com o Estado e então com o capital.

A contribuição previdenciária é devolvida na forma de proteção social: estava assim instalado o sistema previdenciário, e com ele a idéia de uma supressão progressiva das desigualdades sociais. A formação do social como a coesão entre os indivíduos, o Estado e o capital não só garante a reprodução das condições materiais do trabalhador através da seguridade social, como acena com a possibilidade de um progresso individual – formalizado no consumo, e de um progresso socialmente constituído, através do desenvolvimento do Estado social:

> "... a sociedade salarial não se reduz a um nexo de posições assalariadas. Entregue somente à lógica da concorrência e da distinção, correria o risco de ser levada por um movimento centrífugo. Ela é também um modo de *gestão política* que associou a sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado." (Idem : 475) [grifos meus]

A sociedade salarial realiza-se em uma nova forma de relação entre capital-Estado-mercado. Essa "domesticação do capitalismo" pela proteção social estatal, tal como afirma Castel, assegurava que, ainda que houvesse a desigualdade, esta era reconhecida pelo Estado, o qual assumia sua responsabilidade integradora. O trabalhador era reconhecido enquanto cidadão a ser protegido, e também como consumidor. Dessa forma, a partir do trabalho se estabelece a coesão social no entrecruzamento das responsabilidades do Estado com a figura do trabalhador e o mercado consumidor. O trabalho tinha uma centralidade por ser constitutivo da identidade e da posição social dos indivíduos, por determinar a relação do indivíduo com o mercado de consumo – o progresso individual era possibilitado pelo sucesso no trabalho, o qual se materializava nos bens consumidos – e por estabelecer a partir dele o papel social do Estado, de provedor. O trabalho não só demandava como garantia a proteção e seguridade social estatais, era a contribuição previdenciária que sustentava o *Welfare*.

Para além da desestruturação da subjetividade do trabalhador, quais são as conseqüências do desemprego quando o número de contribuintes previdenciários for menor do que o daqueles que têm de ser protegidos? De que forma o Estado se mantém como protetor do trabalhador em face dos agora não-empregáveis? Castel demonstra os deslocamentos de um Estado que, ao estruturar-se na relação com o trabalho, teve um de seus pilares abalado frente aos que não têm, e não terão, mais lugar no mercado de trabalho. E assim, de provedor torna-se no máximo o mantenedor de uma situação precária que já está configurada.

> "É uma questão de honra (mas talvez também de remorso) para uma democracia não se resignar ao abandono completo de um número crescente de seus membros cujo único crime é ser 'não-empregáveis'. Mas essas tentativas têm alguma coisa de patético. Evocam o trabalho de Sísifo, rolando sua rocha que sempre volta a descer encosta abaixo no momento de atingir o cume, porque é impossível encaixá-la num lugar estável." (Castel, 1998 : 556) [grifos meus]

A superação progressiva da desigualdade social – que era garantida pelo Estado -- esvazia-se de sentido perante o movimento que transforma trabalhadores em desempregados. As relações civilizadas entre capital, Estado e trabalho são implodidas frente à massa de "não-empregáveis" que agora possibilita que o capital se utilize livremente da força de trabalho.

> "Ainda que a penosidade e a dependência do trabalho assalariado não estivessem completamente abolidas, o trabalhador recebia uma compensação para elas, tornando-se um cidadão em um sistema de direitos sociais, um beneficiário das subvenções distribuídas pela burocracia do Estado e, também, um consumidor reconhecido das mercadorias produzidas pelo mercado. Esse modo de domesticação do capitalismo tinha, assim, reestruturado as formas modernas da solidariedade e da troca em torno do trabalho, sob a garantia do Estado. Como fica essa montagem, se o trabalho perde sua centralidade?" (Idem : 513)

> "Globalmente, as performances da sociedade salarial pareciam em via de suprimir o déficit de integração que havia marcado o início da sociedade industrial através do crescimento do consumo, do acesso à propriedade ou à moradia decente, da maior participação na cultura e no lazer, dos avanços na realização de uma maior igualdade de oportunidades, a consolidação do direito do trabalho, a extensão das

> proteções sociais, a supressão dos bolsões de pobreza etc. A questão social parecia dissolver-se na crença do progresso indefinido.
> Essa trajetória é que foi interrompida, quem, hoje, afirmaria que vamos para uma sociedade mais acolhedora, mais aberta, trabalhando para reduzir as desigualdades e para maximizar as proteções? A própria idéia de progresso perdeu sua coesão." (Idem, : 493). [grifos meus]

Portanto, se houve um horizonte que orientava o presente da sociedade salarial – calcado na idéia da redução das desigualdades sociais através do trabalho, do consumo e de um Estado social pleno –, a "nova questão social" configura-se na diluição dessa idéia de progresso, nas impossibilidades do Estado social e no desemprego. Nossa reflexão orienta-se pelo desaparecimento da questão social: mais do que a configuração de uma "nova questão", está posta a diluição dos horizontes que pautavam a integração social, e assim a questão social – que lidava com a desigualdade, ensejando sua superação, ainda que calcada na idéia de um progresso individualizado e indefinido – esvazia-se na impossibilidade de alcançar esse horizonte, dando lugar à gestão permanente dos danos. Os não-integráveis tornam-se assim questão de políticas sociais ou de polícia, instrumentos não para transformação de sua condição social e sim para manutenção, mais que de sua sobrevivência, da ordem social.[7]

Ainda que no Brasil o Estado nunca tenha se realizado como provedor, o trabalho constituiu sua centralidade como o que dava forma e coesão aos vínculos sociais. Essa centralidade se desfez. A questão é: o que essa ausência produz? Ausência que agora é preenchida pelo não-trabalho, numa indefinição de formas que no entanto recompõem a trama do social. E então, qual o lugar daqueles que não mais estão atados ao trabalho?

- *A noção de inutilidade social*

> "Teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição de assalariado, etapa em que sua odisséia se transforma em drama? (...) A novidade não é só a retração do crescimento nem mesmo o fim do quase pleno-emprego, a

[7] O desmanche desse horizonte constitui um campo de questões trabalhadas por diversos autores, aqui nos referimos em particular aos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, CENEDIC. Ver: PAOLI e OLIVEIRA, 1999; OLIVEIRA, 2003c; TELLES, 2001; TELLES e CABANES (no prelo).

> menos que se veja aí a manifestação de uma transformação do papel de 'grande integrador' desempenhado pelo trabalho. O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de 'trabalhadores sem trabalho' que Hannah Arendt evocava, os quais ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de 'inúteis para o mundo'." (Castel, 1998 : 496) [grifos meus]

Pois bem, chegamos aqui a uma questão que permeia toda essa pesquisa, questão central que não só dá sentido, como constitui o horizonte e também o pano de fundo da análise. Saindo do contexto francês e voltando para o Brasil, onde o Estado, como bem sabemos, está longe do *Welfare*: como pensar nesse contingente de pessoas que não mais encontram seu lugar no mercado de trabalho, em uma sociedade em que o trabalho permanece central para a construção da identidade social, para o acesso ao direitos em alguma medida, sem mencionar sua essencialidade enquanto meio de reprodução material? Dessa forma, o termo "supranumerários", assim como "inúteis para o mundo" propostos por Castel têm uma atualidade profunda. Em alguma medida, a noção de "inutilidade social" elucida o viver nas periferias das metrópoles brasileiras – os assassinatos cotidianos, as mortes por "motivos fúteis", o tráfico, a truculência policial, as condições precárias de vida. Pessoas que se tornam o excedente de um sistema que já não as integra mais, passam por uma desumanização social, no sentido de que sua identidade constituída pelo trabalho se desfaz. Vidas que estão despidas de qualquer valor político, cada vez mais distantes do mundo dos direitos, vidas que se tornam descartáveis.[8]

---

[8] O estar "despido socialmente" inspira-se na noção de *vida nua*, cunhada por Giorgio Agamben (Agamben, 2002). Para o autor, a democracia tal como se configurou no século XX tem em sua constituição a possibilidade da normalização da exceção, enquanto um campo indefinido que se desloca e que define o poder de vida e morte. Fazendo um resgate histórico, conclui que os campos de concentração se configurariam não como anomalia histórica, mas como um dispositivo internalizado das nações modernas, que vem à tona no nazismo mas que permanece até os dias de hoje – de acordo com a determinação de um Estado de urgência, emergência, legitima-se a suspensão dos direitos em benefício da manutenção da ordem. Normalização que se tornou constante no mundo ocidental; basta ver as repetidas violações dos direitos a que se tornaram lugar comum nos últimos tempos. Para além dos "estados de emergência", alertas vermelhos, execução de suspeitos terroristas, etc, que legitimam a suspensão do Estado de Direito, fica a convivência da democracia com os campos de refugiados, que hoje abrigam milhões de pessoas pelo mundo, configurando o *locus* dos sem-lugar. Dessa forma, a exceção aqui não é pensada no sentido da exclusão social (termo que não explica muita coisa), mas no sentido de uma vida que, despida de qualquer relevância política, torna-se vida matável. Ainda que caminhe num sentido diferente e esteja pensando nos laços sociais que se solidificam através do trabalho, a idéia de Castel de

A noção de inutilidade social é portanto um ponto de partida e uma referência para pensarmos nos campos que se armam a partir do desemprego estrutural. Ao chegarmos aos desempregados pobres dos programas sociais da Prefeitura, deparamos com esse mundo de pessoas que foram desconstituídas de sua identidade social e que se adaptaram e criaram formas de sobrevivência. No entanto, as trajetórias de vida aqui estudadas falam de um viver que, na condição de pobreza, nunca esteve pleno de direitos, garantias ou reconhecimento social. Pessoas hoje desempregadas, antes quase todos migrantes nordestinos; enfim, ainda que haja um aprofundamento de desigualdades sociais, são indivíduos que hoje estão na condição de "supranumerários" sem que isso necessariamente signifique que antes tivessem visibilidade social. Pessoas que sempre transitaram entre a pobreza e a cidadania, do emprego registrado ao trabalho precarizado, do financiamento da casa própria à impossibilidade de ter uma casa com acabamento, do morar em dois cômodos. Enfim, pessoas que experimentam há muito tempo as muitas formas de precariedade da pobreza. Entretanto, a inutilidade social tal como se configura atualmente, tão explicitada pelo desemprego, traz à tona a impossibilidade de referências que antes punham a igualdade social como horizonte possível. Nesse sentido, a pobreza – que há muito pode ser compreendida como o lugar da indistinção, que corre do "lado de fora" do progresso – continua correndo como o avesso do país moderno. No entanto, a impossibilidade da integração social dos pobres (que antes estava posta sempre como possibilidade através do trabalho) está explícita, deixando nua e crua a realidade de um país (leia-se: de um pensamento dominante) que descola o progresso de suas mazelas sociais. Assim, celebra-se a saída do atraso, sem explicitar o que constitui esse "progresso": grifes e marcas mundiais estão disponíveis no mercado, acessamos os bancos de dentro de casa, dispomos de carros das mais diferentes marcas, de tecnologias que vão desde as geladeiras até os computadores – entretanto, não tendo como acompanhar as evoluções tecnológicas mundialmente produzidas, estabelece-se a dependência de um país que não produz tecnologia,

---

inutilidade social nos remete à noção de vida nua, no sentido de uma vida que, ainda que existente socialmente, é vida inútil, descartável. Essas são fortes e pesadas referências para refletirmos acerca da barbárie explícita, que é noticiada cotidianamente nos meios de comunicação. A "guerra" ao tráfico, brigas que se tornam homicídios nos bares das periferias, fatos cotidianos que mostram a existência de uma *vida matável* (Agamben, 2002), explícita e socialmente aceita (execuções de moradores de rua, comoções nacionais com as vítimas de classes médias/altas que correm juntas com corriqueiros homicídios dos pobres, notícias de canto de página relatando a descoberta de valas comuns africanas, iraquianas), e que em muitos momentos é legitimada pelo próprio Estado. Ainda que a pobreza não se constitua atualmente na total suspensão dos direitos – há escola, há posto de saúde, há transporte coletivo, enfim, há toda uma gama de serviços que apesar de precários simbolizam a chegada de alguns direitos –, a noção de vida nua de Agamben tem um sentido muito forte e importante para a reflexão acerca do viver nas periferias da cidade, um viver onde nada está garantido.

somente importa e reproduz a técnica; tornamo-nos confiáveis para os investimentos externos, comemora-se a boa imagem do país para os mercados mundiais – confiança iminentemente desestabilizável, que mais reafirma a dependência econômica do que caracteriza algum progresso: política e economia passam a ser regidas pela ditadura constante do medo/ameaça de crise, caracterizando um progresso que vai até onde o indefinível "risco-país" permitir; propagandeia-se a "integração" brasileira ao mundo globalizado – obscurecendo-se uma integração que se dá às avessas, mantendo e reafirmando o estatuto de um país periférico e colonizado. Fundamentalmente, estabelece-se a defesa hegemônica de um progresso que alcançou as modernizações disponíveis mundialmente, desvinculando-o da manutenção e aprofundamento da desigualdade social. Entretanto, se antes era possível "tornar-se moderno" trazendo os pobres como os potenciais "bem-integrados" de amanhã, hoje o fosso social adquire tanta visibilidade que o discurso do progresso aparece completamente descolado da realidade social. Assim, a igualdade social é colocada de vez para fora do horizonte brasileiro. No lugar da superação fica a suposta inevitabilidade dos ditames econômicos, que passam a regular a política e o social.

> "Se a pobreza brasileira é (e sempre foi) espantosa e só vem aumentando sob o efeito conjugado de recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos serviços públicos, o que impressiona é o modo como é figurada – como problema que não diz respeito aos parâmetros que regem a vida em sociedade e que não põe em questão as regras de equidade e justiça nas relações sociais. Hoje, no Brasil, nossa velha e persistente pobreza ganha contemporaneidade e ares de modernidade por conta dos novos excluídos pela reestruturação produtiva. Mas não só por isso: lançando mão dessa ficção regressiva do mercado auto-regulável, que Polanyi tão bem criticou, nossas elites podem ficar satisfeitas com sua 'modernidade' e dizer, candidamente, que a pobreza é lamentável, porém inevitável, dados os imperativos da modernização tecnológica em uma economia globalizada. Entre os 'resíduos' do atraso de tempos passados e as determinações da moderna economia integrada nos circuitos globalizados do mercado, a pobreza é projetada para fora de uma esfera propriamente política de deliberação, já que pertinente às supostas leis inescapáveis da economia." (Telles, 2001 :118) [grifos meus]

Tendo como perspectiva o contexto de desemprego estrutural, que agrava a desigualdade social e redefine a relação entre Estado, trabalho e direitos, as políticas de emprego e renda podem ser situadas no entrecruzamento das redefinições do trabalho, do papel do Estado, do agravamento da pobreza e ainda de ações por parte da sociedade civil[9]. E, ao afirmarmos que esses programas se inserem na gama de ações pela "inclusão social", adentramos um campo nebuloso, dos mais diferentes projetos, realizados pelas mais diversas entidades e com financiamentos que vão dos fundos públicos ao capital transnacional. Enfim, um campo que se erigiu e legitimou na defesa da cidadania e da solidariedade, termos hoje passíveis de se confundirem.

A cidadania esvazia-se de qualquer potencialidade política, adquirindo uma multiplicidade de significados e discursos que já não têm uma medida em comum. Ter aulas de dança na sede de uma associação comunitária, aprender a escrever um jornal, jogar o lixo no lixo, doar dinheiro para campanhas solidárias: projetos, discursos e ações que se assumem como práticas pela cidadania. Há uma total perda de referências, uma ausência que aponta para uma profunda despolitização do mundo social. Assistencialismo, solidariedade confundem-se com um campo que antes podia ser pensado como o campo dos direitos e da disputa política.

Dessa forma, há uma mobilização da sociedade civil formalizada pelas entidades não governamentais – que envolve desde projetos de fachada para lavagem de dinheiro e isenção de impostos até o empenho e engajamento de pessoas e entidades direcionadas para os problemas sociais. Entretanto, essa mobilização tem de ser pensada em outros moldes, diferentes, por exemplo, dos que orientaram movimentos sociais da década de 80. Há uma inversão de onde parte a ação e da definição de suas demandas. Os movimentos sociais daquela época constituíam-se em organizações coletivas e populares, que pautavam suas demandas e traziam consigo a possibilidade da publicização do conflito – o que significa dizer, de um embate político que girava em torno da desigualdade social. Mesmo a cidadania regulada, ainda que estruturada por uma regulação dos direitos que partiu de cima para baixo, reconhecia um conflito, que tinha de ser silenciado pela força ou pela tutela. Atualmente, o conflito é obscurecido por uma desigualdade que agora se torna questão de projetos sociais.

---

9 Ao longo das discussões travadas no coletivo da pesquisa visualizou-se esse entrecruzamento, que assim situava qual era o campo da discussão.

regulamentadas ou reconhecidas, sobrevivem com sua baixa geração de renda, têm eletrodomésticos mas estão endividadas, param de estudar para poder trabalhar ou têm acesso a um sistema educacional precário, morrem nos corredores dos hospitais.

> "Interpretarei aqui as políticas de inserção a partir de suas diferenças, e até mesmo – forçando um pouco os traços – de sua oposição em relação às políticas de integração. As políticas de inserção obedecem a uma lógica de *discriminação positiva*: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas." (Idem : 539) [grifos meus]

> "As políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter errático de algumas trajetórias de vida não decorre somente de fatores individuais de inadaptação. Para essas novas populações, as políticas de inserção vão precisar inventar novas tecnologias de intervenção. Vão situar-se aquém das ambições das políticas integradoras universalistas, mas também são distintas das ações particularistas com objetivo reparador, corretivo e assistencial da ajuda social clássica. (Ibidem : 543) [grifos meus]

Políticas que assim garantem a sobrevivência dos pobres, dos desempregados, mas não os retiram de sua condição social. Há que pensar que a questão social vem desaparecendo mundialmente, não só no Brasil, país que desde sempre se configurou na injustiça e na desigualdade. Telles também problematiza sobre o deslocamento da questão social:

> "No cenário político atual, há um deslocamento da pobreza, como questão e como figuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído – lugar da ação, da intervenção e da invenção, da crítica, da polêmica e do dissenso – para o lugar da não-política, no qual é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia. O campo social é despolitizado e fixado como esfera que escapa à ação responsável, pois é visto como dependente dessa versão moderna das leis da natureza hoje associada à economia e seus imperativos de crescimento." (Telles, 2001 : 155) [grifos meus]

> "Para além da retórica edificante da solidariedade, essas novas formas de gestão do social terminam também por descaracterizar a própria noção de cidadania e de direitos: a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no

> lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura do usuário de serviços. (...) trata-se aqui exatamente da desmontagem das mediações (institucionais e políticas) sem as quais os direitos viram uma ficção retórica: não podem ser formulados, não têm como ser reinvindicados e são privados das mediações pelas quais o litígio pode ser configurado e processado nas formas possíveis de sua negociação. Esse é o aspecto pragmático da desmontagem dos campos de conflitos e, no limite, da erosão da própria política." (Idem : 161) [grifos meus]

A pobreza, novamente no lugar de um "mundo à parte", é naturalizada, despolitizada e tratada como objeto, desconstituindo os "pobres" de suas identidades e de sua condição de sujeitos históricos. Essa gestão do social pode ser conceituada no que Francisco de Oliveira chamou de "planejamento da exceção" (Oliveira, 2003a). Os pobres de antes agora são os *focalizáveis*. A administração dos danos pressupõe toda uma engenharia social, tecnologias que traduzem a despolitização da política. Desigualdade social torna-se fato inevitável, tão inevitável quanto os imperativos da economia. E assim, pobreza passa a ser questão de tecnologia social. O que se vê nos dias de hoje é a consolidação de um vasto campo que se compõe na parceria de entidades com o Estado e com o capital privado, campo no qual se estabelece todo um discurso próprio, com técnicas e vocabulários específicos. Propaga-se, tanto no âmbito do Estado quanto no de entidades privadas, um mapeamento da pobreza: localização das necessidades, delimitação de focos de intervenção. Para os que são focalizados, certamente que tais projetos têm no cotidiano uma importância que não deve ser esquecida ou desprezada. No entanto, o que fica para reflexão é se esse é um campo que nega a questão social enquanto questão política, substiuindo-a por uma tecnologia objetiva, focalizada e imediata de apaziguamento da desigualdade. Como sintetiza e provoca Oliveira:

> "Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a 'realidade' e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiano já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações. Sejamos pragmáticos, já é tempo e já estamos em idade, ora bolas, de abandonar as utopias!" (Oliveira, 2003a : 04)

A tecnologia social que hoje se estabelece para gerir a desigualdade social é o que configura essa nova cidadania, se é que podemos conceituá-la dessa forma. Uma cidadania vazia de sentido político; mais ainda, uma política que se realiza em consonância com o "totalitarismo neoliberal" (Oliveira, 1999): da deslegitimação do público, da anulação do dissenso, de uma política que se realiza na despolitização. Assim, o Estado privatiza-se – o dito "enxugamento", mesmo termo aplicado às indústrias que para se tornarem mais modernas desempregaram milhares de pessoas. A propalada ineficiência do público legitimou o Estado delegar ao capital privado não só a gestão dos bens públicos como também a gestão da política: o que mais seria a consolidação do terceiro setor senão uma terceirização da política? Uma lógica da eficiência que torna a política uma questão de técnica, e assim é despolitizada. A cidadania hoje passa a ser uma questão de gestão; poderíamos até mesmo denominá-la "cidadania gestionária"[10]. Essa noção explicitaria o esvaziamentc político que hoje configura um outro campo da cidadania, constituído pelos deslocamentos dos sentidos e referências que a caracterizavam. Essa definição pressupõe uma nova forma de obscurecimento do conflito, que torna a pobreza uma questão de políticas focalizadas, que mapeiam e delimitam suas carências e precariedade.

A gestão da desigualdade social dá-se por meio de ações localizadas que não reconhecem os pobres como sujeitos de sua própria condição, mas como objetos da dita inclusão social. Desaparecem os processos que produzem o desemprego estrutural, a concentração de renda, os desmanches das regulações entre o capital e o trabalho, que configuram e engendram a desigualdade social; e a desigualdade, de questão política reveste-se em questão técnica e despolitizada. Os pobres tornam-se então ou os "bandidos" ou os potencialmente focalizáveis pelas políticas sociais. Assim, a "cidadania gestionária" elimina o imprevisível, o possível, retificando a realidade e anulando a potencialidade política dos que estão do lado de lá da desigualdade. Se a cidadania no Brasil pôde ser pensada pela regulação excludente do trabalho – o que desembocava na anulação política dos trabalhadores não regulamentados e pobres -- a gestão configura uma outra forma de anulação, que se apoia na inutilidade social, tal como definida por Castel: para os que vivem na sobrevivência, despidos de valor ou

---

[10] A definição de um termo que qualificasse essa cidadania a que nos referimos é fruto também das discussões do grupo de pesquisa que giraram em torno das políticas que hoje configuram o "planejamento da exceção". O termo gestionário, sugerido por Vera Telles, parecia assim dar conta de situar qual o plano de referências que contextualizam essa noção.

potencialidade política, os projetos sociais que contribuem para a manutenção da pobreza. Essa cidadania encontra-se com os processos que engendram a formação dos "supranumerários", ao mesmo tempo que fornece meios materiais e subjetivos para a sobrevivência dos mesmos. A "cidadania gestionária" se caracterizaria pela indistinção dos seus atores: seu campo compõe-se hoje pelas mais diversas entidades, empresas, financiamentos públicos e privados. Vazia de sentido político, formaliza-se no planejamento de ações dirigidas aos pobres, sendo reconhecida e legitimada pela comemoração de qualquer prática que tenha como mote a inclusão social. Realiza-se assim no desaparecimento da questão social, que se transfigurou na inevitabilidade dos processos que engendram a desigualdade social, aliada às ações que transformam os pobres em objetos da política.

A igualdade social já não se constitui como referência. Ainda que as perspectivas sociológicas relativas ao último século se referissem, em sua maioria, a um Estado autoritário que nunca teve como fundamento a questão da eqüidade e da justiça social, a igualdade parecia ser o que orientava a crítica, assim como seus campos de possibilidade. O momento atual traz consigo a clareza de que as velhas referências realmente se tornaram velhas. Não as percamos de vista, mas aventuremo-nos num emaranhado onde se entrecruzam novas práticas políticas, novos atores sociais, novos discursos e perspectivas. Pois, se projetos de sociedade parecem ter-se esfumaçado, se os pilares do pensamento e da crítica ruíram, faz-se agora necessária a percepção sobre quais são os tecidos sociais que estão se constituindo, e em quê podem consolidar-se.

- *O desaparecimento da questão social visto de baixo para cima*

Os pobres tornam-se os focalizáveis – os públicos-alvo – das mais diversas políticas e programas sociais. A realização do trabalho de campo sobre trajetórias de vida dos beneficiários possibilitou a transfiguração dessa categoria – estatística, numericamente produzida – para a realidade dos que se tornam objetos de programas sociais, suas histórias de vida e, principalmente, como se adaptam a esses programas e ressiginificam o lugar que eles vêm ocupar em suas vidas.

Ainda que possamos pensar acerca das referências que se deslocaram, refletindo abstratamente sobre o Estado, a política e a desigualdade social, ao chegarmos à realidade daqueles que passaram a ser os "alvos" torna-se possível entrever o chão dessas questões, suas contradições e sua complexidade. O contexto da despolitização que se traduz no *planejamento da exceção* deslocou as referências que orientavam a reflexão sociológica, sem a determinação do que ficou no lugar: em certa medida é um campo imprevisível, que está em ato. O que demanda uma postura sociológica atenta ao que está sendo produzido, ao que está sendo ressignificado, às contradições que desnaturalizam um mundo que na aparência caminha em linha reta.

Portanto, a pesquisa delineia-se na nebulosidade política e sociológica em que adentramos o ano 2000, aqui contextualizada a partir das biografias de pessoas que de desempregadas passaram à condição de beneficiários da política pública da Prefeitura de São Paulo. Por meio desse programa torna-se possível tanto visualizar uma política de Estado quanto chegar àqueles que são atingidos por ela. Através das trajetórias de vida dos beneficiários vamos nos embrenhando nos emaranhados que aos pouco a pouco podem ser visualizados em sua tessitura. O modo de vida dos beneficiários diz-nos muito sobre as transformações do mundo do trabalho, sobre as lógicas e mecanismos que consolidam segmentos do mercado informal, sobre a violência e a morte que permeiam a vida de qualquer um na periferia. Através dessa pesquisa procurou-se alcançar uma compreensão de como são feitas as articulações em nome da cidadania, por quais projetos são definidas e de que forma se realizam, e chegar às contradições e ressignificações que se erigem calcadas no discurso dos direitos e da inclusão social. Assim, talvez possamos vislumbrar novamente qual o atual campo de possibilidades, bem como a forma e o conteúdo dos atuais horizontes políticos. Desse modo retiramo-nos da lógica da inevitabilidade, que é sinônimo de fim da política, ao mesmo tempo que nos propomos ver na vida dos que estão envolvidos em diversos níveis desse programa as abstrações que já não querem dizer muita coisa. Estado, terceiro setor e periferia tornam-se assim um campo real de reflexão, um campo concreto.

Caminho difícil de percorrer, visto que ao adentrar as casinhas do Jardim São Luís tudo parece cinzento mesmo. A pobreza ali explícita, com seu cemitério em um barranco fincado de cruzes dos que nasceram na década de 80. É a esse lugar, dentre tantos outros, que chega o

programa, dentre tantos outros. E é ali que buscamos compor um campo de pesquisa e de reflexão.

CAPÍTULO 2. O PLANEJADO E O VIVIDO: O DISCURSO DA SDTS EM CONTRAPOSIÇÃO À EXPERIÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS 50

2.1 SDTS – O DISCURSO OFICIAL DA "INCLUSÃO SOCIAL" 51

Os programas "redistributivos" e os "emancipatórios" *54*

2.2 EXPERIÊNCIAS DO CADASTRAMENTO E DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO 61

Explicações para o benefício que não veio *62*

A política construída na impessoalidade e no rompimento com práticas clientelistas *67*

O cadastramento e as filas *68*

2.3 A ESTRUTURAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EMANCIPATÓRIO OPORTUNIDADE SOLIDÁRIA 73

A opção da SDTS pela autogestão *73*

Obrigatoriedade da freqüência e o "achei que a Prefeitura arrumaria um emprego" *77*

Para os que quiseram tornar-se empreendedores, as impossibilidades *79*

A experiência da impossibilidade no vácuo da política *83*

2.4 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO NO FINAL DA GESTÃO: OS "RUÍDOS DE COMUNICAÇÃO" E OS "RESULTADOS ATINGIDOS" 89

CAPÍTULO 2. O PLANEJADO E O VIVIDO: O DISCURSO DA SDTS EM CONTRAPOSIÇÃO À EXPERIÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS

Nesta seção analisaremos os programas partindo do discurso formalizado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) e do relato de alguns beneficiários. Dessa forma, o percurso aqui traçado será o de pensar na estruturação dos programas através do discurso oficial da administração municipal, juntamente com e em contraposição a falas de quem se tornou o público-alvo e foi contemplado por eles[11]. Iniciaremos pela formação da SDTS, passando pela apresentação oficial dos programas para então chegarmos ao discurso dos beneficiários e suas experiências desde o cadastramento até a participação nos programas[12]. Buscaremos, portanto, refletir acerca dos descompassos e das distâncias entre o discurso oficial e a experiência dos beneficiários. Dessa forma, será feito um paralelo constante entre o discurso formalizado da "inclusão social" e da cidadania e os desenrolares que os programas tiveram no viver daquelas pessoas, as imprevisibilidades, as interpretações e os significados produzidos. A contraposição dos discursos tem como perspectiva vislumbrar o campo que gravita em torno da "cidadania gestionária", as relações que se constroem entre Estado e terceiro setor, assim como a formação de uma engenharia social que delimita a tecnicidade de um discurso que denominaremos de "léxico da cidadania" – pelo qual termos técnicos atribuem força e forma às práticas que se constroem pelo discurso da "inclusão social". Discurso esse que, ao ser contraposto às experiências da pobreza – e sua fala –,

---

[11] A reflexão também é inevitavelmente permeada pela experiência desta pesquisadora, que, antes de tomar como objeto de pesquisa os programas da Prefeitura, participou de seu desenvolvimento como formadora. Portanto, a análise parte do ponto de vista de alguém que esteve na posição tanto de pesquisadora quanto de participante da implementação dessas políticas. Assim, as descrições e reflexões aqui desenvolvidas ultrapassam a pesquisa de campo, imbricando-se com uma experiência de trabalho, como se nessa pesquisa o programa fosse por mim visto por dentro e por fora. Impossível separar esses dois momentos para a construção da análise, visto que essa experiência profissional influenciou e enriqueceu as reflexões aqui construídas.

[12] Os relatos dos beneficiários aqui utilizados são extraídos tanto das entrevistas feitas durante a pesquisa quanto da tese de doutorado "Pobreza e direitos na cidade de São Paulo. A experiência da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade", de André Gambier Campos, defendida no ano de 2004. Esse pesquisador, ao ter como tema a experiência da SDTS, realizou diversas entrevistas de avaliação dos programas com beneficiários. Ainda que os rumos tomados por Campos, sua problematização e reflexão caminhem em um sentido bastante diverso do nosso, suas entrevistas são valiosas para a compreensão da distância entre o planejado pela Prefeitura e o vivido pelos beneficiários. De saída, ressaltamos nossa consideração pela publicização feita pelo autor dos relatos que colheu, visto que seu material empírico foi fundamental para a formulação desta reflexão. Posteriormente situaremos a tese de Campos em nossa discussão, não só pela centralidade dos relatos apresentados por ele como também por sua argumentação ir no sentido contrário da que aqui será desenvolvida.

esvazia-se de sentido, desvendando a despolitização e os apaziguamentos da pobreza que hoje constituem o universo das práticas e planejamentos pela cidadania.

2.1 SDTS – O discurso oficial da "inclusão social"[13]

Desde sua criação no final de 2000, a SDTS publicizou-se como uma secretaria diferenciada. Coordenada pelo economista Márcio Pochmann, estruturou-se com uma equipe de menos de 70 funcionários, que recebiam salários 71% mais altos que a média da Prefeitura (Campos, 2004). Esse é um dado relevante, indicando que a Secretaria defendia uma estrutura ágil, eficiente, que, por ter um quadro restrito e de pessoas altamente qualificadas, funcionaria de modo centralizado e concentrado. Inicialmente teve tímida participação no orçamento; ao longo da gestão chegou a ser a sétima secretaria municipal a receber mais recursos da administração (Campos, idem). Como afirma Pochmann na primeira publicação da SDTS sobre a formação da Secretaria:

> "Diante do envelhecimento da estrutura administrativa do aparelho de Estado de âmbito municipal, com quase duas décadas sem reforma, uma possibilidade seria associar a construção de um novo programa de políticas sociais e do trabalho à velha concepção assistencialista e residual, praticada continuamente pela experiência paulistana. Para isso, um caminho possível seria a conformação de uma secretaria fim (como de Educação, de Saúde, por exemplo), levando necessariamente ao estabelecimento direto de uma associação dos novos

---

[13] O termo "inclusão social" aparecerá sempre entre aspas, visto que é reprodução do discurso da Secretaria. De nosso ponto de vista, esse termo enviesa a questão social. Não se trata de incluir pessoas que estão excluídas, como se houvesse os que estão "do lado de fora" e pudessem ser postos "para dentro". Partimos da posição de que o termo "exclusão social" é vazio de sentido, não alcança e até mesmo obscurece a complexidade da questão da pobreza. Os pobres não estão excluídos socialmente; o termo de Castel, *desfiliação*, talvez seja o mais apropriado para definir a condição de pessoas que estão inseridas socialmente de forma precária, não reconhecida, sem visilibilidade política e social – inseridas mas não integradas, como define o autor. Uma integração às avessas, de pessoas que consomem e que movimentam em muito o mercado de trabalho e também o de consumo (o segmento pobre vem sendo um dos maiores alvos do mercado – vide as Casas Bahia constantemente na TV e nas avenidas esburacadas das periferias de São Paulo), inseridas pelo mundo do consumo e do trabalho (ou ainda, do desemprego), mas não reconhecidas em sua precariedade e no bloqueio ao parco mundo dos direitos. Indo mais longe, o reconhecimento político expressa-se no termo de Rancière: *a parcela dos sem-parcela* (Rancière, 1996) define a possibilidade de um lugar político dos pobres, não como excluídos mas reconhecidos na sua destituição. A noção de exclusão social reafirma portanto o lugar da pobreza enquanto o lugar do não reconhecimento, da naturalização e da indistinção. De certa forma, a definição dessas

> programas sociais à sua departamentalização e à sua setorialização, conforme a rotina de ações tradicionais com enorme custo administrativo e risco de baixa eficácia. A outra possibilidade, de constituição de uma secretaria meio (como de Finanças ou de Governo, por exemplo), poderia ser contaminada por lógicas distintas das evidenciadas pela dinâmica universalista da inclusão social, conforme registram algumas experiências administrativas brasileiras.
>
> Nesses termos, a solução encontrada foi a conformação de uma nova secretaria capaz de romper com as variantes de meio ou fim dentro da concepção da administração pública. A opção foi instituir uma secretaria de projetos, ágil, enxuta e eficaz, capaz de articular o conjunto do governo municipal (secretarias e empresas públicas) e organismos não-governamentais. Esta foi a diretriz definida estrategicamente pela prefeita de forma a integrar um amplo conjunto de programas sociais e do trabalho, tanto interna e externamente como territorialmente. Surgia, a partir de então, uma nova concepção de gestão administrativa voltada para a inclusão socio-econômica no município de São Paulo." (Pochmann, 2002 : 50) [grifos meus]

A opção por uma Secretaria reduzida, assim como sua caracterização como "Secretaria de projetos", formaram um dos pilares para a construção da imagem de um órgão da administração que faria um política diferenciada. Essa imagem é reafirmada constantemente na publicização das ações da Secretaria, tanto em relação à sua estrutura, quanto aos seus objetivos.[14] Dessa forma, optou pela parceria com outras secretarias e ONGs, possibilitando o quadro "enxuto" de funcionários. Entretanto, junto com a centralização veio a necessidade de delegar a implementação e o desenvolvimento local dos programas para as parceiras do chamado terceiro setor.

Ao longo daqueles quatro anos, publicou três livros acerca das "políticas de inclusão social". O primeiro constituiu na apresentação dos programas; o segundo, muito semelhante, tratou de seu desenvolvimento; e o último, publicado no final da gestão petista, tem um caráter avaliador. Os títulos das publicações dão a dimensão do caminho percorrido pela Secretaria: a

---

políticas públicas como "estratégias de inclusão social" reafirma a noção de exclusão social, e por fim dá sentido à formação dos públicos-alvo da inclusão social, questão que será desenvolvida posteriormente.

[14] Essa concepção de uma "outra política" permeou constantemente a gestão petista. Ao afirmar-se e publicizar-se como "o governo da reconstrução", as ações da Prefeitura vinham imbuídas da noção de que rompiam com a

primeira, de junho de 2002, intitulava-se "Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social"; a segunda, de junho 2003, "Outra cidade é possível. Alternativas de inclusão social em São Paulo"; e por fim, em 2004, quando o novo e o possível já estão findados, ficam as "Políticas de inclusão social. Resultados e avaliação" – como se os "novos caminhos" um ano depois se tornassem "alternativas", para encerrarem-se apenas como "políticas de inclusão social" que têm de ser tecnicamente avaliadas.

Os programas construíram sua legitimidade e publicizaram-se através de um discurso da emancipação e dos direitos. Tiveram uma dimensão nada desprezível: beneficiaram mais de 490 mil famílias e contaram com um investimento de mais de um bilhão de reais (Pochmann, 2004). Enfim, não eram mera propaganda de governo. Mobilizaram recursos e pessoas, fizeram-se presentes nas periferias da cidade, adquirindo visibilidade e integrando o cotidiano de muita gente. A SDTS movimentou verbas tanto da Prefeitura como dos governos estadual e federal, além de convênios com organismos internacionais; implementou-se nos 50 distritos mais pobres da cidade, estendendo-se a todos os outros 46 no último ano da administração. Estatísticas produzidas pelo IBGE demonstram que 83,6% das famílias pobres do município de São Paulo foram atendidas (Pochmann, 2004)[15].

É importante ressaltar que o objetivo que orienta a análise ultrapassa em muito uma avaliação da eficiência desses programas ou da Secretaria: o empenho e a proposição de fazer uma política distante dos clientelismos e favoritismos locais, ou até mesmo distante de propósitos exclusivamente eleitorais, são praticamente incontestáveis com relação à SDTS. Isso dá profundidade ao *imbroglio* em que nos encontramos: independentemente da virtuosidade de tais políticas públicas, o que fica predominantemente é o descolamento entre o planejamento e o vivido, descolamento que constitui o vazio político do campo da "cidadania gestionária". Nesse sentido, o caminho aqui percorrido tem como horizonte – apoiado nesse desencontro – pensar tanto na categoria público-alvo como algo ficcional, que não tem como abarcar a

---

lógica das gestões anteriores (leia-se, nesse sentido, lógica da destruição). De fato, a SDTS buscou romper com as lógicas clientelistas que andam comumente juntas com a implementação de programas sociais nas periferias.

[15] Segundo a última publicação da SDTS, o atendimento por região deu-se da seguinte maneira: no Centro, 6.875 famílias foram atendidas; na Zona Leste, 207.845; na Zona Norte, 100.495; na Zona Oeste, 24.649; e finalmente, na Zona Sul, 152.366. De acordo com o IBGE, o total de 492.212 famílias corresponderia a 83,6% das famílias pobres da cidade. Independentemente do uso dos indicadores sociais para a produção de dados – ou seja, a determinação do número de famílias pobres varia de acordo com os indicadores utilizados –, o fato é que a amplitude desses programas foi considerável.

realidade a que se propõe; quanto no fato de que os direitos proclamados pela SDTS foram em sua maioria vividos como "*a sorte de ser escolhido*", ou "*a ajuda que vem de Deus*".

Portanto, a reflexão ultrapassa a dimensão da ação da Secretaria e procura pensar o lugar que as políticas públicas ocupam hoje, como chegam e se vão na perspectiva dos "atingidos" e como se inseriram em um campo que hoje embaralha direitos e assistencialismo, sem alcançar a complexidade dos processos que progressivamente vêm jogando milhares de pessoas para o estado de inutilidade social.

- *Os programas "redistributivos" e os "emancipatórios"*

Afirmamos anteriormente como a SDTS se publicizou calcada na defesa de uma "gestão pública inovadora" (Pochmann, 2003: 35). Há um movimento fortemente presente em todas suas publicações, no sentido de afirmar que os programas não tinham caráter assistencialista ou compensatório[16]. O que justificava o diferencial desses programas, que tinham "*como objetivo devolver a cidadania àqueles que a perderam ou que nem sequer chegaram a tê-la*" (Pochmann, 2002 : 16), era a divisão em três categorias: Programas Redistributivos, Emancipatórios e de Desenvolvimento Local. O planejado era que os programas redistributivos propiciassem um "*choque distributivo*" (Pochmann, 2003) – leia-se concessão em massa dos benefícios –, o que daria aos públicos-alvo condições materiais para freqüentarem os programas emancipatórios, que estariam "*comprometidos com a criação de condições de autonomização dos pobres e desempregados*". Os programas de desenvolvimento local complementariam os outros dois, com o objetivo de "*promover o desenvolvimento local sustentável através da criação de espaços de discussão e articulação entre o poder público e atores da sociedade civil organizada. Isto é, da institucionalização de fóruns de discussão capazes de estudar, propor e ajudar na implementação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local para o combate à exclusão social*" (Idem : 183). Dessa forma, o diferencial residiria em toda uma estrutura pensada para que essas

---

[16] Marta Suplicy, ao escrever o prefácio do primeiro livro, afirma: "Não entendo os programas como políticas compensatórias", seguida pela introdução de Márcio Pochmann: "A novidade está numa proposta diferente de concepção, implementação e gestão das políticas públicas de proteção social, que vai até a população-alvo, mas sem fazer concessões paternalistas ou clientelistas" (Pochmann, 2002 : 11 e 16).

políticas fossem muito mais do que o pagamento de um benefício: com exceção do Renda Mínima, todas as pessoas inseridas nos programas redistributivos eram encaminhadas para algum dos programas emancipatórios, e o recebimento do benefício estava atrelado à freqüência aos mesmos. Ou seja, para receber no final do mês o beneficiário tinha de participar das aulas de cidadania, da formação em cooperativismo, dentre outros módulos implementados pela Prefeitura.

A pesquisa restringiu-se ao programa redistributivo Começar de Novo e ao emancipatório Oportunidade Solidária. Optamos por apresentar os critérios e características dos redistributivos, para então nos aprofundarmos na análise do Oportunidade Solidária[17]. Resumidamente, os programas redistributivos dividiam-se entre: Começar de Novo, que atendeu aproximadamente 58.925 pessoas; Renda Mínima, que atendeu aproximadamente 270,5 mil beneficiários; Bolsa Trabalho, que atendeu 57,4 mil; e Operação Trabalho, que atendeu mais de 20 mil (Pochmann, 2004). Começar de Novo dirigia-se a indivíduos com mais de 40 anos; Operação Trabalho, entre 20 e 40 anos; Bolsa Trabalho, entre 16 e 20 anos; e Renda Mínima, a famílias que tivessem filhos menores de 14 anos. Um critério comum de elegibilidade para todos os programas era auferir renda familiar inferior a três salários mínimos (Pochmann, 2002) e, com exceção do Renda Mínima, estar desempregado. O valor mensal do benefício variava de acordo com o programa: em 2001 o do Bolsa Trabalho era de R$137; o do Operação Trabalho chegava a R$295; do Começar de Novo, R$ 179. Já o valor do Renda Mínima era determinado por um cálculo complicado: correspondia a 33% da

---

[17] Por não terem sido objeto de pesquisa, optamos por não descrever os outros programas emancipatórios, e principalmente os de desenvolvimento local, visto que não temos a menor condição de ultrapassar o discurso oficial. Apenas para situar o leitor, os outros programas emancipatórios, além do Oportunidade Solidária, eram o Programa Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva, o qual, creio eu, dividia-se em dois módulos: um básico, de Formação Cidadã – para o "*resgate da identidade e elevação da auto-estima*" – e o módulo Específico, no qual eram ministrados cursos que possibilitassem a geração de ocupação e renda, tais como de pedreiro, cozinheiro, costureiro, cabeleireiro, operador de telemarketing, artesanto, informática entre outros. O outro programa emancipatório foi o Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia, que tinha como objetivo "*operar e articular linhas de crédito como forma de facilitar seu acesso àqueles empreendedores populares, que, em virtude de sua fragilidade socioeconômica, sempre tiveram dificuldade de obter recursos financeiros para responder às suas necessidades*" (Pochmann, 2003: 167). A maioria dos empreendimentos que se formaram no Oportunidade Solidária recorreram à linha de crédito do São Paulo Confia. Os programas de Desenvolvimento Local são mais difíceis ainda de descrever, devido a nosso total desconhecimento; para algum contato vide Pochmann 2003.

diferença entre o conjunto de rendimentos da família e o valor de três salários mínimos[18]. Vale notar que na mesma família era possível receber diferentes benefícios; por exemplo, pais estarem no Começar de Novo, filhos no Bolsa ou Operação Trabalho e ainda receberem o Renda Mínima. Algumas famílias chegaram a ter em sua renda mensal um acréscimo superior a R$500,00, proveniente dos benefícios.[19]

Para melhor visualização:

---

[18] Posteriormente veremos como o valor do Renda Mínima causou estranhamentos, indignações e comparações entre os beneficiários, pois o benefício variava de família para família, de uma forma que parecia quase inexplicável.

[19] Esse acréscimo tem de ser explorado ao pensarmos na experiência dos beneficiários, pois representou um incremento significativo na renda mensal. De acordo com dados da SDTS, "A renda familiar média mensal dos participantes dos programas corresponde a r$295,72. Ao observarmos esta mesma renda familiar mensal, distribuída por faixas, nota-se que 13,1% possuem até R$130,00 de rendimento, 36,9% possuem entre r$130,01 e R$260,00, 42,3% possuem entre R$260,02 e R$520,00 e 7,1% possuem renda maior que R$520,00." (Pochmann, 2004) [grifos meus] Portanto, 50% dos beneficiários auferiam uma renda menor do que R$260,00, o que significa que durante o recebimento do benefício provavelmente sua renda pelo menos duplicou.

Caracterização dos Programas Redistributivos

PROGRAMA	FAIXA ETÁRIA ELEGIDA	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	VALOR	TEMPO DE DURAÇÃO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	OBJETIVOS
Bolsa Trabalho	Entre 16 e 20 anos de idade	Estar estudando ou ter concluído o ensino médio, estar desempregado ou não ter atividade remunerada, não ter rendimento próprio, ter renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo	45% do salário mínimo. Em 2001, o valor era de R$ 137	De seis meses a dois anos	63.471	Postergar a entrada no mercado de trabalho para assim garantir a ampliação da escolaridade, "capacitação adicional não necessariamente dirigida ao mercado de trabalho", "potencializar integração dos jovens aos seus bairros"
Operação Trabalho	Entre 21 e 39 anos de idade	Estar desempregado há mais de oito meses, residir em São Paulo há mais de um ano, ter renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo	Máximo de R$295	De três a nove meses	20.553	Propiciar o "contato do cidadão com uma instituição ou setor formal(...) resgatando assim a experiência mínima necessária para enfrentar o mercado de trabalho". Desenvolvimento de atividades, em jornadas diárias de até seis horas, com instituições conveniadas, tais como CET, Sptrans, Serviço Funerário, entre outros
Começar de Novo	40 anos ou mais de idade	Estar desempregado há seis meses ou mais, não estar recebendo seguro-desemprego, residir em São Paulo há mais de dois anos, ter renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo	66% do salário mínimo. Em 2001, R$178	Seis meses, prorro-gação excep-cional que implica na redução do valor para 50% do salário mínimo vigente	58.925	"Oferecer capacitação nova ou adicional", "estimular espírito empreendedor – "formação para a montagem de pequenos negócios", "assegurar o acesso a atividades de capacitação ocupacional ou comunitária de Qualidade", "o programa não trabalha com a possibilidade inserção no mercado como objetivo primordial"
Renda Mínima	Famílias que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos	Residir em São Paulo há mais de dois anos, ter renda bruta mensal inferior a três salários mínimos, filhos freqüentando a escola e fora de situações de risco	33% da diferença entre a renda familiar e o valor de três salários mínimos	Do primeiro recebimento até o final da gestão (beneficiário tem de se recadastrar para manter o benefício)	323.792	Garantir a formação intelectual das crianças e dos adolescentes, complementar a renda familiar de forma que os filhos permaneçam na escola

Fonte: Publicações da SDTS – (Pochmann, 2002) e (Pochmann, 2004). Tabela formatada pela pesquisadora.

Dessa forma, os programas redistributivos apresentavam-se como benefícios que garantiriam condições mínimas para que o beneficiário pudesse ingressar em algum dos outros programas,

que por sua vez teriam como objetivo capacitá-lo para alguma forma de geração de renda e de ocupação (com exceção do Renda Mínima, que visava garantir a educação das crianças da família beneficiada). Resumindo: "*Os Programas Redistributivos representam o estágio inicial da estratégia, caracterizado por um verdadeiro choque distributivo. Os Programas Emancipatórios caminham no sentido da autonomização dos indivíduos, resgatados como cidadãos*" (Pochmann, 2003 : 65).

A partir dessa descrição já podemos abrir algumas reflexões. A primeira delas é que, para além da pobreza, o que orientou a formulação desses programas foi a questão do desemprego. Com exceção do Renda Mínima, que se baseava na renda familiar, para os outros programas não bastava ter uma renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo: era preciso estar desempregado.

Pode-se afirmar que a Prefeitura delimitou os programas de forma que atendessem à população de baixa renda de acordo com suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. O Renda Mínima garantiria a permanência das crianças na escola. Para os jovens, visava-se postergar a entrada no mercado, sendo a renda complementar um meio também de garantir sua permanência na escola. Para os que estavam na faixa dos 21 a 39 anos, propunha-se uma "*medida emergencial (...) de enfrentamento das condições da pobreza*"; eram desempregados definidos pela Secretaria como "de longa duração", que seriam então encaminhados para o programa emancipatório de Atividades de Utilidade Coletiva (Pochmann, 2002 : 126),. Difícil compreender o texto da publicação; ao que parece, o objetivo maior do programa era propiciar renda para essas pessoas, aliada a algumas formas de capacitação que possibilitariam o "*resgate da auto-estima*" abalada pelos longos períodos de desemprego. Entretanto, esse era o benefício de menor duração: metade do tempo dos dirigidos às outras faixas etárias. Na segunda publicação da SDTS consta que os beneficiários também eram apresentados ao empreendedorismo como forma de geração de ocupação e renda.

Para os de mais de 40 anos, o objetivo principal era a "*aquisição de novas competências e habilidades para a inclusão, bem como a aprendizagem em atividades de utilidade coletiva*" (Idem : 112). Os jovens e os mais velhos foram o público direcionado para o Oportunidade Solidária, a fim de criarem empreendimentos populares. Para essas duas faixas estaria aberta

então a possibilidade de alternativas de geração de renda e ocupação. Nessa primeira publicação é constantemente reafirmado que a Secretaria não tinha "*o propósito de resolver o problema do desemprego e tampouco de acabar com a pobreza de forma isolada com um único programa*" (Ibidem : 123).

Os programas desenvolviam-se então pela redistribuição – complemento da renda – e pelos objetivos emancipatórios – formas de o beneficiário alcançar sua autonomia. Os programas emancipatórios estavam ligados às alternativas de geração de renda (pelo empreendedorismo) ou à "*capacitação para atividades de utilidade coletiva*" (basicamente, formação de agentes comunitários). Enfim, o que é possível deduzir é que os programas não estavam necessariamente ligados à geração de emprego nem de ocupação. O complemento de renda visava garantir condições para o beneficiário alcançar sua "*emancipação*", a qual estava atrelada a um módulo básico de cidadania, relações com a comunidade local e ao empreendedorismo. Ao fim e ao cabo, fica difícil entender qual era a concepção de emancipação que estava ali colocada. Afirmava-se a importância dos programas por sua dimensão e qualidade; também por a distribuição de renda estar atrelada à permanência dos filhos ou do jovem na escola, ou pelo envolvimento com seu bairro, ou pela "*aquisição de novas habilidades e competências*". No que concerne o Oportunidade Solidária, que posteriormente será analisado aqui, a idéia de emancipação estava claramente ligada à possibilidade de uma autonomização econômica – os empreendimentos solidários possibilitariam tanto uma alternativa de geração de renda quanto a independência com relação aos bicos e trabalhos temporários. Assim, emancipação estaria ligada à construção de uma outra condição de vida, na qual estava posta a possibilidade de o beneficiário não depender e não se abalar pelas impossibilidades do mercado do trabalho. Entretanto, visto que ao mesmo tempo se afirma que a proposta não era a solução do desemprego, e que além do Oportunidade Solidária havia outros programas emancipatórios que não estavam diretamente ligados à geração de renda, fica difícil compreender o significado da emancipação defendida pela SDTS. Portanto, partimos do sentido de emancipação tal como é apresentado no programa Oportunidade Solidária, visto que é o temos possibilidade de analisar.

Independentemente da avaliação dos resultados, há que analisar o meio pelo qual tais políticas se estruturaram e se legitimaram. Os discursos da SDTS utilizavam-se de termos e expressões que trazem à tona a tecnologia social que vem consolidando o campo das políticas públicas e

dos projetos sociais. Há todo um léxico dessa "cidadania gestionária". O termo "público-alvo" não por acaso é emprestado do vocabulário do marketing e das pesquisas de mercado[20]. Há um conjunto de termos que possibilitam a formalização da tecnicidade que envolve a formulação de políticas públicas, e que são carregados de significados que não estão explícitos. "Choque distributivo", por exemplo, em um primeiro momento remete ao impacto que a implementação dos programas causaria. Contudo, pode-se pensar em sentidos não tão explícitos, como se as periferias fossem invadidas por um súbito e passageiro movimento de redistribuição da riqueza; 'choque' dá a dimensão da momentaneidade da distribuição: seis meses, um ano, dois anos... acabada a gestão acaba o choque. Outro termo recorrente é "devolução da cidadania", explicitando o sentido vazio que possibilita que 'cidadania' apareça em todo lado, com os mais diversos significados. O sentido da cidadania no contexto desses programas remete a todo um processo de mapeamento da pobreza, organização de projetos, demandas por verbas e, no fim, cadastramento e seleção de quem terá sua cidadania "devolvida". Há outra expressão que explicita o ponto de vista da formulação da política pública: "estratégia de indução" (Pochmann, 2002 : 152), repondo constantemente a passividade dos que são atingidos, beneficiados pelos programas.

Paralelamente aos esvaziamentos de sentido e às despolitizações que caminham juntos com a implementação das políticas e projetos sociais, é possível afirmar que a SDTS se propôs a uma política diferenciada: em um planejamento que objetivou abarcar todos os segmentos da pobreza, das crianças até aqueles que não mais têm possibilidade de reingressar no mercado de trabalho, assumiu uma certa responsabilidade de Estado frente à questão do desemprego (ainda que não tivesse como proposta enfrentar os processos que o ocasionam, e sim criar alternativas para os que estão desempregados). Impossibilidades e contradições levam-nos a perceber que tais programas tiveram essa dimensão e muitas outras também. Mas, independentemente dos resultados, e sem olvidar esse contexto maior da despolitização que torna os pobres os focalizáveis dos programas de "inclusão social", há que considerar a

---

[20] Interessante pensar na expressão *público-alvo*. Em termos mercadológicos, significaria aquela faixa da população para a qual uma determinada campanha ou produto está voltado, a qual pretende atingir. No universo das políticas e projetos sociais, pode ser entendida da mesma forma – o segmento a ser atingido. No entanto, em se tratando de política, a idéia de alvo pressupõe a passividade de quem é "atingido" pelas ações sociais. É como se fossem pessoas que pudessem ser "acertadas" por um programa – que muitas vezes parece mesmo que "*caiu do céu*", como nos dizem alguns beneficiários, aquela ajuda que "*vem de Deus*". A passividade implícita no termo "alvo" dá uma perspectiva interessante para pensarmos na realização das políticas sociais da atualidade.

iniciativa governamental – rara – de lidar com o social na cidade de São Paulo, empreendida por uma administração que se mobiliza em grande escala e assume que a pobreza não é só uma questão de polícia mas também de política. Qual política é o que fica para a discussão.

2.2 Experiências do cadastramento e do recebimento do benefício

Vamos aprofundar-nos a respeito das dimensões e significados que o programa teve na vida dos beneficiários, saindo da lógica e do planejamento que se formalizaram no campo institucional – mapeamentos, números, índices e classificações – para chegarmos a seus deslocamentos ao se inserirem em um campo de relações que se estrutura sobre a precariedade dos direitos, das condições de trabalho, de moradia; da violência; enfim, nos emaranhados que cruzam ilegalidades, sobrevivência, negociações locais. Os números e critérios que do lado institucional pareciam dar conta de delimitar a pobreza, planejar ações, determinar "estratégias de inclusão social", na periferia foram traduzidos para o universo das arbitrariedades e das aleatoriedades que transfiguram direitos em sorte ou azar.

Ainda que centenas de milhares de pessoas tenham sido abarcadas pelo programa, foi recorrente na fala dos beneficiários o espanto frente à aleatoriedade do ser ou não incluído. Uns recebiam, outros não, e nem sempre eram os mais pobres os contemplados. Assim, passou a ser prática comum avaliar quem era o mais pobre: pequenas diferenças de renda tornaram-se o parâmetro para medir quem seria o mais merecedor do benefício. Desse modo, os critérios formais da Prefeitura ressignificaram-se nas impossibilidades de contemplar todos e, ao não darem conta de medir localmente "quem é o mais pobre na pobreza", passaram a ser vivenciados como sorte ou injustiça[21]. Uma das falas acerca do recebimento do benefício após o recadastramento do Renda Mínima explicita esse deslocamento:

---

[21] Relato meu, da experiência de formadora. Os beneficiários que freqüentaram o Oportunidade Solidária tinham uma heterogeneidade socioeconômica notável. Na mesma sala de aula: uma mulher de mais de cinqüenta anos, vivendo sozinha, que não sabia de memória seu endereço e morava em um barraco cedido nos fundos de um sítio; uma mulher com os filhos todos empregados, casa própria, que guardava o benefício para "*comprar coisinhas pra casa*"; um homem alcoólatra, desempregado há um ano, aparentemente sem família;. outro que chegava de carro e não podia se comprometer em alguns dias da semana porque fazia vários "bicos". Apesar da semelhança de trajetórias de trabalho que desembocaram na impossibilidade de ter um emprego, havia sim uma heterogeneidade de renda – o que não implicava em diferença profundas entre as formas de precariedade vividas.

"Entrevistador: 'o que aconteceu com a bolsa?'

Beneficiária: 'Todo cartão que ia tirar dinheiro, todo comprovante que a gente tira, só falava assim: premiado, né? E as minhas amigas tudo era zero, zero, e eu toda vez que eu ia, era premiado." (Campos, 2004 : 336).

Esta é uma questão central para refletirmos acerca dos desdobramentos e formas pelos quais o programa é vivenciado pelo público-alvo. Através da sorte ou do azar de receber ou não o benefício, de ser "premiado", é possível abrirmos a reflexão acerca do deslocamento do campo dos direitos para sua transfiguração em assistencialismo. Ao mesmo tempo que reconheceu a pobreza e em alguma medida responsabilizou-se pelos que a integram, o Estado não conseguiu institucionalizar a "redistribuição", universalizar o benefício, e assim acabou fomentando mais uma das muitas formas de assistência que compõem e garantem a sobrevivência dos que vivem nas periferias da cidade de São Paulo. O relato intrigado de beneficiários frente à aleatoriedade aparentemente inexplicável do recebimento do benefício põe à mostra esse deslocamento.

- *Explicações para o benefício que não veio*

Com relação ao recadastramento exigido pelo Renda Mínima, quando lhe perguntam se "*os critérios que fazem a Prefeitura escolher um ou outro estão claros?*", a beneficiária responde[22]:

Mas o que ficava explícito era que, na prática, o único critério de elegibilidade era o da idade; impossível garantir que todos tivessem a renda correspondente à da seleção ou que não tivessem alguma atividade remunerada. As comparações entre os que recebiam o benefício, ou entre os que o recebiam e os que não, era constante e inevitável, pois a discrepância entre os próprios beneficiários significava também a discrepância entre estes e os que ficaram de fora, sendo que, pelos critérios, deveriam estar inclusos.

[22] Estes relatos foram extraídos da tese de André Gambier Campos. Este pesquisador, tendo também uma experiência de trabalho dentro da Secretaria durante aqueles quatro anos, buscou analisar a experiência da SDTS nos anos de 2001 e 2002. Para tanto, Campos realiza uma extensa discussão acerca do desenvolvimento dos programas, seus objetivos, como foram estruturados, relacionando-a com a constituição dos direitos e as configurações da pobreza no Brasil. Teve como hipótese central "*o descompasso entre os direitos observados sob a ótica dessa secretaria e sob a ótica das pessoas que entram em contato com ela*" (Campos, 2004 : 12). O capítulo de onde extraímos os relatos dos beneficiários intentou verificar os desdobramentos das ações da SDTS para os beneficiários e outras pessoas envolvidas com os programas, através de uma pesquisa qualitativa. Foram entrevistados 11 possíveis ou já beneficiários do Renda Mínima. A pesquisa realizou-se com entrevistas que buscavam a avaliação dos entrevistados. Posteriormente situaremos a reflexão do autor em nossa discussão.

"Pra mim não está muito claro, porque que eles falaram que iam investigar, iam fazer visita na sua casa, na casa da gente, pra ver se a gente tinha necessidade desse dinheiro ou não. Só que, que eu saiba não foi feita essa visita, entendeu? (...) Pra ver se vinha, mas eu acho que não tem nada a ver não, porque eu respondi certo o que tinha na minha casa, coloquei tudo, só que eu conheço gente que são pobre mesmo, e que não tem, e que também não veio. Declarou certinho e não veio." (Campos, 2004 : 320)

Como dissemos, o valor do Renda Mínima não era fixo. Isso também gerou entre os beneficiários questionamentos sobre os motivos da diferença de valores, bem como inevitáveis comparações:

"Entrevistador: 'O benefício do Programa Renda Mínima é variável. Dá pra entender o por quê?'

Beneficiária: 'Olha, eu não sei bem, porque eu já ouvi falar em mãe que só tem um filho e recebia 190. Eu até estranhei, né? Um filho só e recebe 190? Eu com quatro recebo 180. Estranhei. A minha amiga tem um filho só e recebe 30. Mas eu não sei qual o motivo. Não dá pra entender.' (...)

Entrevistador: 'Tem coisa errada aí?'

Beneficiária: 'Eu acho que sim, tem coisa errada, porque se vem um total pra todos, deveria vir o mesmo tanto. Igual pra todo mundo, porque ninguém é melhor do que o outro. (...) essa diferença que tem não é justo, não. Porque se tá todo mundo correndo atrás, é porque todo mundo precisa igual, né?"

Nos relatos percebe-se a necessidade de "declarar certinho", de responder corretamente sobre "o que tinha em casa" para garantir o benefício. No entanto, havia os que o fizeram, "precisavam mais" e não receberam. Percepções que andam bem longe dos direitos: para receber o benefício: há que contar a verdade para um órgão distante e maior, que pode vir às casas para verificar, fazer pesquisa, "investigar", e conceder ou não a renda. E o que faltou não era informação – as pessoas tinham claro que existiam os critérios de seleção. É justamente o descolamento entre os critérios e a seleção de beneficiários que fez com que o recebimento do benefício fosse vivido como sorte e como injustiça, entre outras interpretações possíveis. Conseqüência: media-se quem merecia mais, quem precisava mais, na busca de

algum parâmetro que explicasse a aleatoriedade. Procurava-se por critérios que não só explicariam quem poderia receber mas também dariam a medida do que seria justo ou injusto. Se ninguém é "*melhor que o outro*", se "*está todo mundo correndo atrás*", por que o valor do benefício varia? Se o Renda Mínima tinha como objetivo manter os filhos na escola – o que era sabido pela maioria –, como entender que a mãe que tem só um filho receba mais do que a que tem quatro? Será que explicar que a diferença vinha de um cálculo complexo, milimetricamente pensado para dar conta das diferenças de renda, eliminaria a percepção de injustiça? O problema é que, quando a pobreza se torna uma questão de números e delimitações de alvos e metas a ser atingidos, estabelece-se uma ficção na qual os focalizáveis se tornam números, estatísticas, tendo de, através de documentos, comprovar se estão aptos a inserir-se nesse universo (não-universalizavél). No entanto, ainda que tais públicos-alvo não estejam se constituindo enquanto sujeitos políticos – que pautam suas demandas, que põem em xeque a desigualdade a que estão submetidos –, são atores sociais que trazem à tona as imprevisibilidades e ressignificações que planejamentos não dão conta de abarcar.

Ao não verem lógica nos valores recebidos, os beneficiários passavam a avaliar e comparar as faltas e problemas estruturantes de suas vidas, sem encontrar a explicação definitiva. Como no relato citado da beneficiária, não pode ser pelo número de filhos, visto que quem tem apenas um pode receber mais do que quem tem quatro (e comparativamente precisaria mais – reafirmando a aparente aleatoriedade); outro relato afirma a injustiça de os que moram em favela receberem: afinal, "*não paga água, não paga luz, mas em compensação nós pagamos por eles, né?*"(...) *queria eu ter uma casa na favela pra não pagar aluguel. É lógico que eu ia morar, de graça! Mas o certo seria sim ir na casa das pessoas e fazer uma pesquisa, pra saber se realmente precisa.*" (Campos, 2004 : 319). Outra beneficiária afirma que o valor do Renda Mínima variava conforme os pais estivessem trabalhando ou não: "*Entrevistador: 'E tem um critério pra não ser igual pra todo mundo?' Rosária: 'Eu não sei. Não sei se é por causa da ficha de cada pessoa, se ela tá desempregada, se tem trabalho e tal.*" (Idem : 334). Avaliações de necessidade, busca por critérios para definir qual das precariedades seria o parâmetro, acabaram colocando o que recebia o benefício (ou um valor maior) em um lugar de desigualdade e injustiça; e assim, ao invés de as pessoas se reconhecerem na sua desfiliação em comum, separam-se e individualizam-se nas faltas de cada um.

Mais ainda, dada a amplitude desses programas só seria possível garantir que os critérios de elegibilidade fossem perfeitamente respeitados se houvesse uma estrutura como a imaginada pela beneficiária: que investigasse minuciosamente cada domicílio. Verificar a condição de 490 mil famílias, delimitando sua renda familiar e ocupação? Talvez em uma sociedade plenamente administrada – o que não parecia uma possibilidade absurda para muitos beneficiários. A fala constante de que a Prefeitura iria "investigar" traz à tona a relação com um Estado que é tanto o pagador do benefício quanto o que tem o poder de checar a vida das pessoas, verificar se estão falando a verdade. Poder que se explica e se materializa no ato do cadastramento – levar documentos, declarar renda, comprovar endereço, ocupação, identidade – e o que seria o mais difícil: na hora de passar pelo crivo "do computador".

Os computadores utilizados durante o cadastramento – os quais posteriormente armazenariam um poderoso banco de dados sobre os beneficiários[23] – aparecem nas falas de alguns como o que materializa a possibilidade de verificar a vida de cada um – o que desnuda também como esse universo tanto da tecnologia institucional quanto da lógica burocrática-impessoalizada dos cartões[24], registros e códigos não fazia parte da vida dos beneficiários. Este relato acerca do recadastramento do Renda Mínima aponta para o "grande olho" do computador:

"Antônia: 'Aí renovemos de novo, porque todo mundo renovaram o cartão. Mas um e outro não passou, não conseguiu cadastrar o cartão, por quê? Porque umas mães tinha de ter algum trabalho, porque se você chegasse lá e fosse renovar o cartão deles e não falasse o que

---

[23] Banco esse altamente protegido, disputado pelo poder público. Interessante seria saber o que aconteceu com ele na passagem da gestão de Marta Suplicy para a de José Serra.

[24] A relação dos beneficiários com o cartão magnético, por mim percebida durante o Oportunidade Solidária, simbolizava essa distância. Os cartões tinham validade para além dos anos daquela gestão – talvez por um planejamento que contasse com a possibilidade de reeleição e manutenção dos programas –, algo como "Vencimento: 10/06". Pois bem, praticamente em todas as aulas as pessoas vinham perguntar o que fazer, visto que o cartão venceria em 10 de junho daquele ano. Os formadores, sem querer, eram instituídos como o canal para a Prefeitura (inevitável, visto que éramos nós que materializávamos todo aquele programa), ou até mesmo confundidos com a própria Prefeitura (afinal, se o programa era da Prefeitura, quem éramos nós?). E assim, cotidianamente era necessário repetir (não custava perguntar de novo, dada a recorrência de informações desencontradas, em todas as instâncias – inclusive para nós formadores, que muitas vezes nos víamos perdidos frente a prazos, valores, duração dos benefícios e procedimentos necessários) que o cartão só venceria no ano de 2006. Resposta óbvia: "mas como assim, se o benefício só dura seis meses?". Então, tentar explicar que o vencimento do cartão não correspondia ao vencimento do benefício, o que de fato não parece lógico. Assim, é fácil imaginar quantas angústias e expectativas o possível vencimento do passaporte para o benefício gerou. Some-se a isso o "código cidadão", um dos números de registro que vinha no cartão e que era pedido a toda hora, principalmente para anotar a freqüência às aulas e conseqüentemente garantir o recebimento do benefício – enfim, as pessoas andavam constantemente com a cartão, que se tornou seu RG de beneficiário.

dizia na carta, tinha de dizer a verdade, porque o computador puxa, né? Tem de falar a verdade. Se chegar mentindo lá...'

Entrevistador: 'Computador? Onde?'

Beneficiária: 'É, o computador. Eu não sei onde, porque meu marido é que sabe. Ele foi comigo e perdeu um dia de serviço pra ir. Aí eu tinha de levar uma carta da minha patroa, porque eu trabalho dois dias por semana, né? Tinha de levar uma carta. Porque senão, se você chegar mentindo lá, o computador fala que você não vai ter Renda Mínima, porque se você não trabalha, como vai sustentar a família inteira, né? E pagar luz, água e aluguel? Como? Não tem como [...] Se você falar alguma mentira, o computador fala que tá mentindo. Porque, por exemplo, era duas salas. Eu fiquei em uma e tava falando a verdade, né? Na outra tava o computador lá ligado. E me falaram: escuta, aqui você já terminou. O que era pra falar, já falou. O computador, já tá tudo lá." (Campos, 2004 : 324)

Não só o computador definiria quem podia receber ou não, de acordo com a veracidade das informações, como determinaria o valor do Renda Mínima de acordo com o grau de honestidade: *"Eles vão ver: 'quem tiver mentindo, a gente põe menos. Quem tiver falando a verdade a gente põe o tanto normal, que bem que merece."* (Idem : 336)

Portanto, o poder do Estado materializa-se no computador. A impossibilidade de a Prefeitura garantir a efetividade dos critérios reverte-se em uma questão de honestidade – quem mente não recebe, ou recebe menos. O poder atribuído ao computador evidencia o fato de que aqueles que não conseguem passar pela burocracia não entram no sistema, e assim não podem ser beneficiados. Um sistema que tem o poder de mapear, localizar e determinar quem está dentro e quem está fora – que se traduz na "investigação" de quem fala a verdade ou uma mentira. A responsabilidade do Estado – que não conseguiu com sua técnica abarcar todos os "elegíveis" – desloca-se para uma autoculpabilização. As diferenças de recebimento se explicariam pelas precariedades de cada um, ou por seu grau de honestidade. Afinal, se a Prefeitura (ou como muitos diziam, "*a Marta*") aparece como aquela que traz uma "*ajuda que vem de Deus*", traz também o computador – que sabe tudo de todos e que decide o grau de merecimento.

- *A política construída na impessoalidade e no rompimento com práticas clientelistas*

A figura do computador também simboliza a demanda de toda uma engenharia institucional: cadastros, contas em banco, cartões de retirada, banco de dados para implementação dos programas. Isso remete à "outra política" da SDTS: um dos fundamentos da Secretaria era o de romper com as práticas clientelistas e os mandonismos locais. Implicava em impessoalizar a distribuição do benefício, cortar as velhas e pemanentes relações locais que, por exemplo, trocam cesta básica por votos, ou com instituições que controlam o repasse das verbas – controlando também quem recebe, quem não recebe, etc. Ao não delegar o cadastramento para entidades locais, a SDTS usou da burocracia – no sentido da estrutura impessoalizada e orientada por uma racionalidade que está desvinculada de interesses privados -- para garantir que os programas não se tornassem moeda de troca para politicagens locais. Em entrevista dada a Campos, Márcio Pochmann discorre sobre a importância da impessoalidade para o cadastramento e das tensões que envolviam os mais diversos interesses, não só localmente, mas por toda a estrutura legislativa:

"... a tensão que tivemos no início com segmentos organizados, por exemplo, dos desempregados, dos sem-casa, depois a 'pressão' do legislativo, de vereadores e de deputados, que tensionaram o comando do programa. Por exemplo, onde é que você vai fazer o programa, quem são as pessoas que devem ser beneficiadas, ou seja, é uma tentativa de reproduzir o que a gente já sabe que existe no Brasil, que é a chamada pobreza assistida e que instituições recebem cotas e, por sua vez, repassam aos seus pobres."

Houve resistência da SDTS e a proposição de romper com as lógicas dos favoritismos:

"Nós tivemos isso quando fomos fazer lá em Lajeado, eu me lembro como se fosse hoje, nós reunimos a comunidade, tava explicando o que eram os programas e aí levantaram e disseram: não, não, que cadastramento nada, nos passem os cartões e nós distribuímos aqui, a coisa é muito mais rápida. E aí falamos: não, não vai ser possível fazer assim. A mesma coisa com voluntários, nós tentamos fazer com voluntários em Capão Redondo. Só que aí você vai ver quem são os voluntários, são os assessores do vereador X, do deputado Y, enfim. Obviamente que nós rompemos com esse tipo de 'pressão', com essa tensão, no que diz respeito ao gerenciamento de um programa desse tipo.

"Entrevistador: 'E a prefeita apoiou em todos os momentos essa..."

"Márcio Pochmann: 'A prefeita chegou a nos convidar para uma reunião com vereadores em que foi questionado esse ponto. Havia lá propostas inclusive de que quem faria as inscrições seriam as instituições que estão nas periferias, essa coisa toda. Nós resistimos e a prefeita aceitou a resistência. Nos diziam lá que esses programas eram programas "ventania", programas como a ventania que passa mas não fica nada. Quer dizer, a questão da cidadania aí só passaria por obras ou por algo assim mais orientado por essas chamadas instituições que estão aí há muito tempo, cuidando da condição de pobreza." (Campos, 2004 : 137)

"Ventania" ou não, aleatoriedades ou injustiças, independentemente dessas questões fundamentais, inegavelmente houve a montagem de toda uma estrutura voltada para garantir que os programas escapassem dos fins ilícitos das políticas públicas. Para tanto, erigiu-se uma engenharia institucional, que se concretizou nos cadastramentos computadorizados, centralizados em alguns endereços e feitos por parceiros da Prefeitura. Havia um telecentro de atendimento gratuito para informações. As pessoas foram convocadas via correio para se cadastrarem em dias, horas e locais determinados. Em cada local, a organização do público era feita pela Prefeitura em conjunto com agentes locais e com apoio da Guarda Civil Metropolitana. Estando cadastradas, as pessoas recebiam um cartão magnético para retirar no banco o benefício.

- *O cadastramento e as filas*

Para as pessoas da periferia essa impessoalidade certamente configurou uma outra formalização do Estado; a carta, o cartão simbolizavam uma administração que se fazia presente de forma incomum: cartas que convocavam para cadastramento, cartões magnéticos que desvinculavam das entidades locais o recebimento do benefício. No entanto, ao mesmo tempo que a Prefeitura de São Paulo adquiria visibilidade através da dimensão dos programas, não se concretizava em qualquer elemento familiar. Para a SDTS a impessoalidade era fundamental na realização da política; a distância dos beneficiários com relação a esse mundo já era prevista e sua aproximação também estava planejada:

> "Do ponto de vista dos beneficiários, para além da comodidade ou da redução dos custos de transporte, o cartão significa o acesso a um mundo não familiar.

> Em primeiro lugar porque não há ninguém lhes entregando o que lhes pertence por direito – o benefício – e, em segundo lugar, porque, por uma porta inusual, ingressam numa tecnologia com a qual não tinham familiaridade." (Pochmann, 2002 : 84)

Imprevisíveis eram as reações, estranhamentos e atitudes que as cartas e os cartões poderiam provocar. Reações que, mais do que apontarem para o "mundo não familiar", indicam também como o discurso dos direitos e da universalidade é ressignificado pelo "consegue quem chegar primeiro". As cartas convocatórias indicavam dia, local e hora para as pessoas comparecerem ao cadastramento. Planejou-se assim uma organização que otimizaria o tempo tanto dos cadastradores quanto dos beneficiários, evitando filas e tumultos. Pois bem, no primeiro dia do cadastramento formaram-se filas quilométricas, desde cinco horas da manhã. A descrição de Campos acerca de um desses cadastramentos explicita o que foi aquele dia; vale reproduzi-la na íntegra:

> "No final de abril de 2001, mais de 15.000 correspondências direcionadas aos beneficiados pelos programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo nos distritos de Capão Redondo e Lajeado foram postadas. Nestas correspondências, a SDTS comunicava a esses cidadãos que, verificada a adequação entre as suas características declaradas e aquelas exigidas pela legislação, eles deveriam comparecer em local, dia e hora determinada para assinatura de um documento que formalizava a incorporação a esses programas. Não obstante a 'clareza' de um texto sucinto e padronizado, os 15.000 beneficiados compareceram aos locais determinados quase que de uma só vez, fazendo com que às 05:00 horas da manhã do primeiro dia de atendimento as filas já fossem quilométricas. Todo o cuidadoso escalonamento de dias e horários elaborado pela SDTS (que se utilizou até mesmo de um software especialmente elaborado para tanto) foi por água abaixo, quase levando junto a estrutura material e humana planejada para atender a população. Por volta das 14:00hs desse dia, os cidadãos agendados para as 09:00hs começaram finalmente a ser atendidos. Embora as correspondências pedissem a presença apenas dos requerentes dos benefícios, famílias inteiras (incluindo muitas crianças recém-nascidas e pessoas de idade avançada) chegavam para se incorporar às filas. O trânsito nas regiões de atendimento simplesmente parou, camelôs vendendo bebidas se estabeleceram rapidamente nas esquinas, ambulâncias chegaram a ser

chamadas para levar aos hospitais aqueles que não aguentaram as longas horas de pé desde a madrugada, a polícia tentou intervir nos tumultos que se multiplicavam cada vez que as filas davam uma nova volta e os jornais e tvs foram verificar o que estava acontecendo. Embora as correspondências solicitassem que os beneficiários se apresentassem munidos de documentos como RG, CPF, comprovante de residência etc., muitos chegaram ao final de quase 10 horas de fila sem serem atendidos, pois não haviam levado tais documentos, o que resultou em novos tumultos. As ameaças aos funcionários da secretaria se multiplicaram mas, curiosamente, houve também verdadeiras 'súplicas' a esses funcionários, com vários pedidos de cesta básica, emprego, remédios etc. [...] Um dos pontos que chamaram a atenção no caos que se estabeleceu durante o atendimento dessa população foi que inúmeras pessoas que não haviam recebido as correspondências e não haviam sido beneficiadas naquele primeiro momento se incorporaram às filas. Algumas sequer haviam se cadastrado para a obtenção do benefício e foram informadas, após longa espera, que nunca obteriam o mesmo naquela fila. Outras foram levadas por amigos, conhecidos e parentes e passaram horas de pé apenas para ouvir de um funcionário da secretaria que nada poderia ser feito, pois haviam se cadastrado mas ainda não haviam sido beneficiadas. Outras se incorporaram às filas por verificarem que vizinhos e conhecidos haviam sido beneficiados sem a 'menor necessidade', enquanto na verdade elas é que necessitavam do benefício. Diante desse quadro, a SDTS tomou a decisão de enviar correspondências específicas aos cidadãos que não haviam sido beneficiados naquele primeiro momento, explicando as razões e abrindo uma porta para futura incorporação aos programas. Nestas correspondências, havia o comunicado de que esses cidadãos, provavelmente devido à insuficiência de informações ou às informações incorretas coletadas durante o cadastramento. não puderam obter os 'benefícios' dos programas. E, para equacionar essa situação, era necessário entrar em contato com uma central telefónica, completar o cadastro e aguardar por um novo processo 'seletivo'. De fato, boa parte dos quase 10.000 cidadãos que ficaram para trás incidiram no problema de informações insuficientes ou incorretas, de maneira que o recadastramento por telefone aparentemente resolveria a situação. Qual não foi a surpresa quando, 72 horas após a postagem das correspondências, a central telefónica teve de paralisar suas atividades pro falta de capacidade de atendimento. Num indicativo do desespero provocado por uma correspondência que só pretendia explicar as

> razões e abrir novas possibilidades junto aos programas, os 10.000 cidadãos 'não beneficiados' realizaram 270.000 chamadas num único dia. Nas poucas chamadas que conseguiram ser atendidas, os cidadãos apenas expressavam sua indignação com o texto informando que eles não haviam sido 'beneficiados'. Curiosamente, o argumento de que, com esse texto, a SDTS pretendia justamente dar uma satisfação e esclarecer a população não foi aceito então pela maioria dos cidadãos". (Campos, 2002 : 2 *apud* Campos, 2004 : 252-3) [grifos meus]

Quinze mil pessoas na fila, desde as cinco da manhã. Camelôs vendendo lanches, ambulâncias, tumultos, polícia, televisão. A descrição de Campos dá a dimensão do que deve ter sido aquele dia. De fato, o "cuidadoso escalonamento" da SDTS foi "por água abaixo". Foi por água baixo deixando explícito como o "direito" reverteu-se na reação do "salve-se quem puder". Primeiramente, as "súplicas por cesta básica e remédios" indicavam que, para muitos, naquela fila estava a possibilidade de suprir através do Estado alguma falta ou necessidade. Ambigüidade: a consciência de que o Estado poderia/deveria ser o provedor e, ao mesmo tempo, o "suplicar" que repõe a percepção da política pela lógica do favor. Além disso, muitos que estavam naquela fila não tinham sequer recebido a carta da Prefeitura: no lugar da impessoalidade e dos critérios de elegibilidade fica o "*tá todo mundo correndo atrás, porque todo mundo precisa igual, né*". Crianças, recém-nascidos, idosos, famílias inteiras talvez indicando o "acontecimento" que a chegada dos programas representava – ver de perto o que afinal seriam aqueles programas da Prefeitura dos quais do dia para a noite todo mundo estava falando, assim como verificar o que ela tinha mesmo para oferecer. Por fim, o fato de que muitos ficaram 10 horas na fila mas não haviam levado os documentos necessários. De todos os convocados, aproximadamente 1/3 teria sido cadastrado; os outros 10 mil voltaram para casa, por falta de documentos ou devido a "informações incorretas" e três dias depois de receberem uma nova carta realizariam 270 mil ligações para a central telefônica de atendimento.

Enfim, as filas para o cadastramento puseram à mostra o viver na periferia – o que também depois explicaria os desenrolares do Oportunidade Solidária –, que se constitui no "se virar", no assegurar o que der. Políticas públicas e projetos sociais inserem-se nesse mesmo contexto. O que garantiria que chegando no horário indicado as "vagas" já não teriam acabado? O que garantiria que quem não recebeu a carta naquele momento receberia depois? O que garantiria

que, na ausência de documentos, era melhor não ficar na fila e "entrar em contato com uma central telefônica, completar o cadastro e aguardar por um novo processo 'seletivo"? Esse é um viver em que as garantias são poucas, principalmente no que se refere ao mundo público. Impossível a impessoalidade e o discurso dos direitos manterem-se de pé, fazerem sentido, frente à experiência de quem transita por entre as ajudas que vêm dos mais diversos lugares; tem consciência da distância do mundo dos direitos e está acostumado a aproveitar as oportunidades passageiras e esporádicas que compõem muito da sobrevivência nas periferias. É um curso de costura aqui, uma cesta básica ali, um bico, a frente de trabalho do governo estadual e então os programas da Prefeitura. A consciência de que o "choque distributivo" não era para todos *"que estão precisando"* já estava dada desde a chegada dos programas, como mostra Campos através de pesquisa realizada pela SDTS:

> "Em termos mais concretos e menos abstratos, é assim que se pode entender que, quando perguntados sobre as razões das filas, 24% dos beneficiários pensaram que havia um número reduzido de inscrições e por isso era preciso chegar muito cedo, 9,4% sempre estiveram em filas para outros programas sociais e 5,6% acharam que não ia haver dinheiro ou cartão magnético para todos e por isso era preciso chegar muito cedo. *(Campos, 2004 : 254)*

Fica explícita, portanto, a total desconfiança frente ao Estado: quem é que vai seguir o horário determinado, quem garante que funciona? Enfim, se as pessoas de fato depararam com um mundo desconhecido, também trouxeram consigo a familiaridade das aleatoriedades e ausência de garantias que andam junto com as ações sociais, venham elas das ONGs, dos políticos locais, das associações de bairro ou do Estado. Lógica que se constitui não só com relação aos projetos sociais mas, desde sempre, ao que estiver ligado a direitos e ações governamentais. Como explicita uma beneficiária (novamente recorrendo aos relatos de Campos):

"Faço fila pra tudo na vida. É pra receber uma cesta básica, é no posto de saúde. Quem é pobre vive em fila. Tá sempre esperando a sua vez. Então, eu já venho cedo." (Campos, 2004 : 254).

Quem é pobre vive em fila. A do cadastramento da Prefeitura foi mais uma entre muitas que vieram e virão.

2.3 A estruturação e o desenvolvimento do programa emancipatório Oportunidade Solidária[25]

- *A opção da SDTS pela autogestão*

Antes de passarmos para uma descrição aprofundada do Oportunidade Solidária, vale ressaltar que a pesquisa foi feita apenas com os beneficiários do Começar de Novo que foram encaminhados para esse programa. Assim, toda a análise baseia-se na experiência de pessoas que tinham mais de 40 anos; não nos referiremos aos jovens que também participaram do programa. Assim foi apresentado pela SDTS:

> "Na estratégia paulistana de inclusão social, protagonizada pelo governo municipal por meio da SDTS, todos os envolvidos na sua implantação são desafiados a encontrar caminhos para resgatar, recriar e amplificar a escala de práticas sociais e de governo que contribuam noutra direção que não o assistencialismo ou a institucionalização da pobreza (...) O programa Oportunidade Solidária (POS) é parte dessa estratégia de inclusão socioeconômica. Suas ações estão voltadas para o estímulo à autogestão popular, seja ela individual, expressa comumente no chamado empreendedorismo popular (micro e pequenos negócios), ou coletiva, cuja expressão principal tem surgido nas formas variadas da chamada economia popular solidária[26] (associações,

---

[25] Esse é o momento da reflexão em que a experiência de pesquisa e a de trabalho como formadora mais se imbricam. A experiência de quase dois anos de trabalho é o que possibilita muito do que aqui será descrito e refletido. Entretanto, vale ressaltar que se trata de uma reflexão que foi tomando forma ao longo da pesquisa, tanto no contato com os beneficiários quanto na discussão com outros formadores (entre eles, novamente agradeço a colaboração de Caroline Sampaio, bolsista de iniciação do grupo de pesquisa e também ex-formadora do Oportunidade Solidária).

[26] A economia solidária, por si só, abre um vasto campo de questões, acerca de suas proposições, possibilidades, desdobramentos políticos. Adentrarmos esse debate nos desviaria do tema e dos propósitos desta pesquisa. Não temos condições de avaliar os interesses e objetivos que orientavam a opção pela constituição de um programa social apoiado na economia solidária. No entanto, ao pensarmos acerca das impossibilidades que a maioria dos empreendimentos enfrentou para viabilizar-se, há que refletir acerca dessa opção. A proposta da formação de empreendimentos autogeridos foi apresentada não só como uma possibilidade de geração de renda mas como algo emancipador. Nesse sentido recorria-se aos fundamentos da economia solidária – a partir da linhagem fundada pelo prof. Paul Singer, hoje coordenador da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa economia tal como pensada e difundida por Singer tem um sentido politicamente revolucionário e transformador. Concebe-a como forma e meio de transformação das relações de produção por dentro do capitalismo, o que caminharia junto com a transformação da subjetividade e da consciência do trabalhador, que de explorado passaria a proprietário dos meios de produção, propriedade essa que é coletiva (Singer, 2002). Nesse sentido, a

> cooperativas, redes de comércio solidário, clubes de troca, empresas em autogestão, etc.)" (Pochmann, 2002 : 140).

O Oportunidade Solidária atendeu 19,2 mil beneficiários, em sua maioria provenientes do Bolsa Trabalho e do Começar de Novo. Estruturou-se fundamentalmente como um curso de autogestão. Durante seis meses, período de vigência da bolsa, eram ministradas aos bolsistas orientações sobre economia solidária, mais especificamente sobre a formação de cooperativas. O objetivo final era a montagem de empreendimentos coletivos com os grupos que se formassem ao longo daquele período. A partir de 2002 foi implementado um módulo que antecedia o módulo de economia solidária: aulas sobre cidadania[27].

Depois desses seis meses, iniciava-se a segunda parte do curso, denominada "incubação"[28], tendo como objetivo o desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. Esse módulo era orientado pela chamada "pesquisa de viabilidade econômica" – o que significava tentar definir uma atividade econômica (que, na maioria das vezes, variava entre costura, alimentação, construção civil, reciclagem e limpeza) e delimitar as possibilidades de

---

solidariedade dessa economia tem um sentido muito mais forte do que o tão correntemente utilizado – de ajuda e de compaixão pelos pobres. A economia solidária realiza-se pela igualdade entre os trabalhadores, eliminando a lógica predatória da competição, estabelecendo mercados de troca entre produtos que vêm de uma propriedade coletiva e socializada dos meios de produção. Enfim, uma economia que não mais se fundamentaria na desigualdade e na exploração, mas na inter-relação de empreendimentos coletivamente formados e autogeridos. Quando o Oportunidade Solidária é elaborado, esse horizonte emancipatório é o que para muitas entidades orienta a formulação do curso – formadores que pensam nas cooperativas como meio para uma emancipação dos beneficiários, os quais na prática da autogestão chegariam não só à sua independência econômica como a uma formação politicamente transformadora. Entretanto, todo esse horizonte deparou com as impossibilidades reais de ingresso dos empreendimentos no mercado consumidor. Para se viabilizarem, tinham de lidar com a concorrência e com as precarizações que geram lucros e mantêm muitos negócios. Assim, o Oportunidade Solidária seria um bom ponto de partida para uma reflexão acerca das possibilidades de realização da economia solidária no espaço da pobreza. Pode-se refletir também acerca das precarizações que derivam do trabalho cooperativo, pela eliminação de direitos do trabalho, o que vem sendo recorrente – a transformação de empresas nas chamadas "coopergatos", cooperativas de fachada – que eliminam os direitos do trabalhador, sem modificar sua condição de empregado. Posteriormente olharemos de perto as experiências de trabalho daqueles entrevistados que estão nas cooperativas.

[27] Relatos e reflexões sobre o que foi o módulo de cidadania serão desenvolvidos no último capítulo.

[28] Acredito que, em São Paulo, o termo "incubação" passou a ser utilizado pela economia solidária quando da formação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Fundada pelo economista e prof. Paul Singer, hoje secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, formou-se como fomentadora da economia solidária, dando assessoria e apoio para a formação de empreendimentos cooperativos e populares. Vale ressaltar que várias das parceiras que compuseram o Oportunidade Solidária foram "incubadas" pelo ITCP-USP – as Incubadoras da PUC e da FGV, por exemplo. Assim, o conceito de "incubação" tornou-se recorrente e remete diretamente à economia solidária. O termo tem um sentido de preparação, de formação. Note-se que

estabelecer tal empreendimento em tal região; para então iniciar a montagem de um negócio, na forma de cooperativa ou associação. Para a consolidação do empreendimento era possível fazer um empréstimo a juros baixíssimos através do programa emancipatório de microcrédito São Paulo Confia.

Os módulos desenvolviam-se de acordo com a parceira responsável[29]. No caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo, partia-se da necessidade de estimular o conhecimento e o estabelecimento de relações de confiança entre as pessoas da mesma turma, o que possibilitaria depois o interesse em formarem um empreendimento coletivo. Eram feitas "dinâmicas cooperativas", práticas que tinham como objetivo a integração entre as pessoas. Paralelamente, eram apresentadas noções de cooperativismo, os significados e sentidos da autogestão. O módulo estruturava-se sobre a experiência de sala de aula e ao mesmo tempo a de conhecer outras pessoas e integrar-se com elas, além de discussões e estabelecimento de responsabilidades coletivas. O benefício do Começar de Novo durava em média seis meses, mesmo tempo de duração do módulo de cidadania e da formação em cooperativismo. Após esse período o recebimento cessava, podendo ser renovado, com um valor menor, por mais três meses para aqueles que tivessem interesse em montar um empreendimento. Grande parte dos beneficiários parava de freqüentar as aulas quando o benefício terminava. Portanto, o segundo momento do curso, a Incubação, gerava um grande afunilamento e nele permaneciam apenas as pessoas interessadas em tentar constituir um empreendimento, visto que não estavam mais recebendo para participar das reuniões.

"incubadora" faz pensar em crianças recém-nascidas frágeis, que precisam de proteção para desenvolver-se; cabe um parelelo com as dificuldades dos empreendimentos solidários para "andarem com as próprias pernas".

[29] As parceiras do programa Oportunidade Solidária foram:

· Ação da Cidadania; ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária;·CEABRA – Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Estado de São Paulo; CEBRACOOP – Central Brasileira das Cooperativas de Trabalho, CEEP – Centro de Estudos e Pesquisa,·Instituto Cooperando;
· ITCP FGV – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FGV;·ITCP PUCSP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da PUCSP;·ITCP USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP; Instituto Lidas; Integra Cooperativa;·ITS – Instituto de Tecnologia Social;·NAPES – Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária;·PUC Nova Escola;·UNITRABALHO; UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo. (Fonte: site da Prefeitura de São Paulo http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/programassociais/0017)

A opção da SDTS pela autogestão abriria um outro campo de discussão, acerca da economia solidária. Não nos focamos nesse tema, ainda que a cooperativa integre a discussão acerca das reconfigurações do trabalho. O campo da economia solidária não é homogeneamente constituido, o que se evidenciou nas diferentes atuações das parceiras do Oportunidade Solidária. Abre-se assim um vasto leque de questões, acerca de suas proposições, possibilidades, desdobramentos políticos. Não temos condições de avaliar os interesses e objetivos que orientavam a opção pela constituição de um programa social apoiado na economia solidária. No entanto, ao pensarmos acerca das impossibilidades que a maioria dos empreendimentos enfrentou para viabilizar-se, há que se refletir acerca dessa opção. A proposta da formação de empreendimentos autogeridos foi apresentada pela SDTS como uma possibilidade não só de geração de renda, mas como algo emancipador. Nesse sentido recorria-se aos fundamentos da economia solidária a partir da linhagem fundada pelo prof. Paul Singer, atual coordenador da Secretaria Nacional de Economia Solidária e fundador da ITCP-USP. Essa economia tal como pensada e difundida por Singer tem um sentido politicamente revolucionário e transformador. Concebe-a como forma e meio de transformação das relações de produção por dentro do capitalismo, o que caminharia junto com a transformação da subjetividade e da consciência do trabalhador, que de explorado passaria a proprietário dos meios de produção, propriedade essa que é coletiva (Singer, 2002). Nesse sentido, a solidariedade dessa economia tem um sentido muito mais forte do que o tão correntemente utilizado – de ajuda e de compaixão pelos pobres. A economia solidária realiza-se pela igualdade entre os trabalhadores, eliminando a lógica predatória da competição, estabelecendo mercados de troca entre produtos que vêm de uma propriedade coletiva e socializada dos meios de produção. Enfim, uma economia que não mais se fundamentaria na desigualdade e na exploração, mas da inter-relação de empreendimentos coletivamente formados e autogeridos. Quando o Oportunidade Solidária é elaborado, esse horizonte emancipatório é o que para muitas entidades orienta a formulação do curso – formadores que pensam nas cooperativas como meio para uma emancipação dos beneficiários, os quais na prática da autogestão chegariam não só à sua independência econômica como a uma formação políticamente transformadora. Entretanto, esse horizonte deparou com as impossibilidades reais de ingresso dos empreendimentos no mercado consumidor. Para se viabilizarem, tinham de lidar com a concorrência e com as precarizações que geram lucros e mantêm muitos negócios. Assim, o Oportunidade Solidária seria um bom

ponto de partida para uma reflexão acerca das possibilidades de realização da economia solidária no espaço da pobreza. Pode-se refletir também acerca das precarizações que derivam do trabalho cooperativo, pela eliminação de direitos do trabalho, o que vem sendo recorrente – a transformação de empresas nas chamadas "coopergatos", cooperativas de fachada – que eliminam os direitos do trabalhador, sem modificar sua condição de empregado. Posteriormente olharemos de perto as experiências de trabalho daqueles entrevistados que estão nas cooperativas.

- *Obrigatoriedade da freqüência e o "achei que a Prefeitura arrumaria um emprego"*

Relatos indicaram-nos que ao iniciarem esse módulo as pessoas não tinham idéia do que se tratava; iam para o Oportunidade Solidária achando que "*a Prefeitura arranjaria um emprego*".

Assim, grande parte chegava à igreja, escola ou outro local onde os cursos eram ministrados, no papel de beneficiários, sem saber ao certo o que iriam encontrar. Saíam como ou empreendedores ou como pessoas que não quiseram apostar a sorte na formação de uma cooperativa. Entretanto, todo esse processo se constituiu no desconhecimento inicial dos objetivos do programa e na freqüência obrigatória. Enfim, pessoas que achavam que seriam chamadas para uma frente de trabalho ou receberiam algum emprego da Prefeitura viram-se inseridas em um programa voltado para o empreendedorismo e que eram obrigadas a freqüentar. Passaram da condição de desempregados pobres e "velhos demais" para a de beneficiários da Prefeitura, e então de possíveis proprietários de seu próprio negócio. Portanto, não é difícil explicar o altíssimo índice de evasão quando o benefício terminava. Segundo a SDTS:

> "São cursos que visam estimular, preparar e organizar grupos das comunidades pobres, em especial – mas não apenas – os beneficiários dos programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Operação Trabalho e Começar de Novo para criar empreendimentos em autogestão que lhes proporcionem renda e ocupação, a partir dos princípios do empreendedorismo popular e/ou da economia solidária. Otimiza-se assim o impacto dos programas de complementação de renda, já que durante o período em que o cidadão recebe o benefício está tendo acesso a

> outros instrumentos que podem lhe facilitar alcançar autonomia econômica." (Pochmann, 2002 : 144)

Portanto, o objetivo do curso de autogestão era "estimular" a criação de empreendimentos, "otimizando" o período em que o cidadão recebe a "complementação de renda". Traduza-se: para receber o benefício era compulsório aceitar o estímulo ao empreendedorismo. Muitos dos beneficiários não estavam disponíveis nem interessados em ser "preparados", o que no fim do programa resultou em um baixo número de empreendimentos formados (isso também se explica pelas muitas dificuldades enfrentadas por aqueles que tentaram a montagem do negócio). No site da Prefeitura de São Paulo constava que no final da gestão em torno de 300 empreendimentos se mantinham ativos: considerando-se que quase 20 mil pessoas foram abrangidas pelo programa e que dentre esses empreendimentos há os que são individuais, conclui-se que uma baixa porcentagem de beneficiários consolidou os objetivos propostos.

O descompasso entre as expectativas dos beneficiários e os objetivos do programa, a constante afirmação de que esperavam arrumar um emprego enuncia qual seria o sentido emancipatório que o programa poderia ter para aquelas pessoas. A possibilidade de autonomia econômica mantinha-se relacionada com a possibilidade de uma ocupação. Essa possibilidade nem mesmo constituía na esperança de um trabalho estável: muitos achavam que seria mais uma Frente de Trabalho ou algo semelhante; contudo, deixavam clara sua preferência pelo emprego com relação ao empreendedorismo. Do lado da SDTS, estava explícita a opção pela economia solidária como forma alternativa de geração de renda e ocupação (veremos no próximo capítulo que com os empreendimentos que se viabilizaram gerou-se mais ocupação do que propriamente renda). Esse desencontro de expectativa e objetivo traz à luz a questão tratada no primeiro capítulo – esses programas enquadram-se nas "políticas de inserção" definidas por Castel.

Os programas da Prefeitura constituíram-se como formas de gerir os danos causados pelo desemprego, e nada além. Ser emancipatório, nesse sentido, não pressupunha o enfrentamento dos processos que produzem a desigualdade social; emancipação tinha um sentido individualizado e despolitizado: ter auto-estima elevada, tentar ser dono do próprio negócio, aumentar uma renda que não deixa de ser baixa – objetivos que têm sua importância na vida privada mas não alteram o lugar e o estatuto daquelas pessoas. Para os que se tornaram

empreendedores – e assim alcançaram os objetivos "emancipatórios" – pode ter havido a geração de renda, o resgate da auto-estima, da sociabilidade; entretanto continuam no mesmo lugar social, convivendo com as mesmas dificuldades e faltas de sempre.

- *Para os que quiseram tornar-se empreendedores, as impossibilidades*

Os que abdicaram da procura pelo emprego para tentar formar um empreendimento permaneceram no segundo módulo do Oportunidade Solidária, a chamada incubação. Já não recebiam o benefício; portanto, continuavam no programa pela disposição de tentar consolidar um negócio. Essas pessoas depararam com muitas dificuldades e a maioria delas desistiu depois de algum tempo. Poucas cooperativas se formaram.

A dificuldade de definir uma atividade econômica, o despreparo das parceiras, a falta de capital próprio dos beneficiários e, principalmente, o fato de que a entrada de qualquer empreendimento no mercado demandava um processo longo e difícil – que ultrapassava os prazos estipulados pela Prefeitura – constituíam as dificuldades para chegar aos objetivos propostos. Assim, para os que se envolveram com a proposta do Oportunidade Solidária, ficou o enfrentamento dessas dificuldades.

O processo para a consolidação de uma cooperativa ou associação iniciava-se pela delimitação da atividade econômica: Fazer fraldas? Coletar lixo? Abrir um restaurante? Cuidar de idosos? Segundo o discurso da SDTS, respeitou-se a "história de vida" dos beneficiários na determinação do ramo dos empreendimentos:

> "É importante notar que a implementação dos programas emancipatórios, também foi em sentido inverso À tradição econômica, social e política paulistana, valorizando a história dos beneficiários. Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários estiveram concentradas em atividades relacionadas à culinária (31,3%), comércio em geral (29,7%), cuidados com idosos (14,1%), coleta seletiva e reciclagem de resíduos (10,9%). (Pochmann, 2004 : 82)

O que se verificou durante o período de incubação é que a escolha das atividades se dava de forma aleatória, alheia a qualquer embasamento sobre as possibilidades econômicas assim

como das experiências de trabalho dos beneficiários. Esse era um momento de grande dificuldade não só para os beneficiários como também para os formadores, que tinham de saber como orientar a pesquisa de viabilidade econômica, a definição da atividade e estimar o possível desenvolvimento do negócio. Por serem em sua maioria estudantes universitários da área de humanas, a incubação tornava-se um período de dúvidas, despreparo e dificuldades de todas as partes[30]. Minimizou-se assim a importância de conhecimentos específicos que possibilitassem a orientação da escolha da atividade, do local, do capital necessário, de sua viabilidade. Dessa forma, o despreparo da maioria das parceiras tornava mais distante a possibilidade de consolidação. Retornando à esfera do planejamento, aparentemente a formulação do Oportunidade Solidária não previu a necessidade de pessoas tecnicamente qualificadas para orientar os empreendimentos. Minimizou o conhecimento e preparo necessários para o ingresso das cooperativas no mercado, um mercado que não seguia a lógica da economia solidária – trocas, formação de redes solidárias – e sim a lógica capitalista da concorrência e do lucro. Portanto, para além do despreparo das parceiras para a viabilização dos empreendimentos, o baixo "índice de emancipação" (pura ironia, mas que até poderia tornar-se um termo técnico) também se explica por um planejamento que não planejou uma estrutura capaz de enfrentar as dificuldades de inserção no mercado consumidor. Desconsiderou-se a dificuldade de qualquer empreendimento, independentemente de seu porte, atividade ou local escolhido, consolidar-se em um mercado que já estava estruturado, enfrentar a concorrência, ter condições de manter-se sem ter um retorno imediato.

Dessa forma, o objetivo central do Oportunidade Solidária desestruturou-se na irrealidade com que se planejou o caminho para a consolidação dos empreendimentos, como se todo o engajamento envolvido na realização desses programas desaparecesse frente às impossibilidades e desqualificações presentes no processo de viabilização. E assim, beneficiários e formadores pareciam brincar de "*o que você quer ser na vida*".

---

[30] É contraditório que a SDTS, frente a toda sua mobilização e investimento, tenha optado por delegar a pessoas totalmente despreparadas o papel fundamental de orientação de viabilização dos negócios. Experiência pessoal: ao tentar orientar um grupo de mulheres que queria fazer marmitex, depois de um longo processo de determinação da atividade e do possível local de trabalho, chegamos juntas ao cálculo de que, se vendessem em média 40 marmitex por dia, teriam uma retirada mensal de 500 reais *per capita*. Concluímos então que o empreendimento era altamente viável; afinal, cada uma teria de vender sete marmitex por dia, muito possível. Ao sair da reunião, confiro os cálculos com outro formador; obviamente estavam errados, faltou um zero – 500 reais demandavam a venda de 400 marmitex – ou seja, vendendo seis por dia cada uma tiraria ao final do mês 50 e

O período de incubação, do ponto de vista de uma formadora, gerou várias ansiedades, angústias, expectativas frustradas – mobilizando o envolvimento e a dedicação das pessoas. Os beneficiários faziam a "pesquisa de mercado": passavam a tarde andando pela avenida M'Boi Mirim, entrando de restaurante em restaurante para perguntar quanto se vendia por dia, qual era o movimento. Reuniam-se duas vezes por semana – muitos iam a pé, já não recebiam o benefício, não tinham dinheiro para o ônibus – a fim de discutir "os laços do grupo" e a viabilidade do negócio. Negócios que em sua maioria não se consolidavam, e as pessoas iam desistindo a cada semana. Com as que ficavam, vinham as dificuldades de elaborar o "plano de negócios" – documento que formalizava o pedido de crédito para o São Paulo Confia, no qual se comprovava a realização da pesquisa de mercado e se explicitavam as condições locais, o número de pessoas envolvidas, o montante necessário, as previsões de custo e ganho. Enfim, para a liberação de crédito era necessário comprovar que o negócio era viável – novamente o universo dos cálculos, estatísticas e planejamentos –, ainda que não tivessem sido fornecidas as condições para tal.

Para os que conseguiam ultrapassar esses obstáculos vinha a dificuldade maior: a proposta do programa era que pessoas sem renda alguma assumissem uma dívida com a Prefeitura, montassem um negócio com outras que conheceram há menos de um ano e se tornassem empreendedores autogestionados. Somava-se a isso a necessidade de adaptar-se aos preceitos da economia solidária (relações de confiança, ausência de hierarquias, divisão igualitária dos ganhos), que soam muito bem quando se quer pensar em uma outra forma de relações de produção, mas que na prática implicam em pessoas produzindo juntas, decidindo juntas, repartindo seus ganhos. Práticas difíceis, ainda mais quando permeadas pela constante dificuldade de geração de renda: poderiam aprender a fazer assembléias e livros de contabilidade, a votar quanto retirariam no final do mês; o problema era que não haveria muito que retirar.

Portanto, o Oportunidade Solidária pode ser analisado sob o enfoque do descompasso entre o planejado – onde tudo parecia muito lógico e perfeitamente possível – e o vivido: pessoas praticamente sem renda eram chamadas a adentrar um mercado altamente concorrencial, com uma dívida que teria de ser paga, enfrentando as impossibilidades e dificuldades de estruturar

---

não 500 reais. O que ficou foi a comprovação de minha total inexperiência, e para o grupo o desânimo e no final

e manter um negócio. O fato é que não eram grupos organizados que procuraram orientação e assistência para a formação de um empreendimento; eram pessoas que para poderem receber R$180,00 por mês foram "induzidas" ao empreendedorismo popular. Indução seria o termo que resume muito da passividade presumida para o desenvolvimento do Oportunidade Solidária (e de qualquer política social que se realize na delimitação da pobreza):

> "Outra questão que surgiu no processo de formação para a autogestão estava relacionada ao momento de ingresso no programa. Ao adotar a estratégia de indução, ou seja, as pessoas eram selecionadas para o curso e não escolhiam fazê-lo, a demanda consciente para organizar ou não um empreendimento surgia depois de quase quatro meses de estarem participando do curso, ou depois dos seis meses, como foi o caso de muitos que participaram de atividades diferenciadas promovidas pelas secretarias municipais e só depois desta fase foram solicitar o ingresso nas atividades de autogestão com o propósito claro de organizarem-se para a geração de renda e ocupação.[31] Este descompasso no ingresso dos beneficiários tem exigido uma ampliação do tempo previsto para as atividades e, também, um redimensionamento da capacidade e do momento de receber estas pessoas no programa, de forma a potencializar suas ações." (Pochmann, 2002 : 150)

A "estratégia de indução" evidencia a necessidade de "potencializar as ações" dos beneficiários. Novamente o léxico da cidadania. O público-alvo, as metas, estratégias, potencializações que sempre reafirmam que do lado de lá há alguém parado, esperando ser "atingido" por algum programa social. Portanto, se por um lado o Oportunidade Solidária estruturou-se como uma forma de possibilitar alternativas ao desemprego, através do fomento de empreendimentos populares, por outro lado não previu que as pessoas não estavam tão dispostas a ser induzidas. E mais ainda, mesmo que estivessem, a "potencialização de suas ações" dependia de condições materiais e de toda uma estrutura que viabilizasse a consolidação dos empreendimentos, condições e estrutura que o planejamento não deu conta de "implementar".

---

a desistência.

[31] A partir do segundo ano do programa, após freqüentarem o módulo de cidadania as pessoas passavam por um processo de escolha para decidirem em qual dos programas emancipatórios queriam integrar-se. Na prática essa opção não mudou muita coisa, visto que o desconhecimento sobre os objetivos do programa continuava praticamente inalterado.

- *A experiência da impossibilidade no vácuo da política*

Um casal de beneficiários que entrevistamos narra todo o processo vivenciado para a montagem de uma lavanderia que no final teve o pedido de crédito negado pela Prefeitura, quando então o grupo se desfez. O formador encontrou no bairro uma lavanderia que estava à venda; o grupo passou um ano reunindo-se (já sem receber qualquer apoio financeiro da Prefeitura) e por fim elaborou um plano de negócios que pedia 25 mil reais de crédito – uma soma alta em comparação com outros pedidos. É impossível entender toda a confusão dessa história, ou até mesmo por que o grupo, juntamente com o formador, estipulou um valor tão alto. Entretanto, explicações à parte, os dois acreditam que todo aquele processo de quase consolidar o empreendimento foi uma forma de prolongar o que não daria certo somente para atender aos interesses das parceiras e da própria Prefeitura – interesses que não condiziam com o que lhes era proposto.

José, hoje com 50 anos, recebe pensão por invalidez há dois anos e meio. Teve problemas de coluna devido aos quase vinte anos em que trabalhou na construção civil. Em 2001, por causa das dores, vai trabalhar em uma firma de limpeza, e então pede afastamento. Está há dois anos e meio sem trabalhar, recebendo o auxílio-doença. Ele e a esposa hoje vivem em apartamento próprio, construído em mutirão – levaram 13 anos para ver a moradia ficar pronta, carregando blocos por muitos fins de semana; na gestão malufista a obra ficou parada – "*diziam que tinha irregularidades*". Terminam a construção durante a gestão petista. Ainda não começaram a pagar as parcelas do apartamento.

Antes de Marli foi casado, teve três filhos. Um deles está preso há três anos, por envolvimento com o tráfico de drogas. Marli e ele não tiveram filhos nem se casaram. Vivem juntos na casa que construíram no mutirão.

A pensão dele é o que mantém a casa. Vivem na expectativa de ele ser ou aposentado ou declarado apto para o trabalho. Tudo depende do "*médico que estiver lá no dia da perícia*". Se a pensão sair, significará uma certa estabilidade permanente; se terminar, ficam os dois na situação de desemprego. José inscreveu-se no Começar de Novo, mas não foi chamado. Sua esposa conseguiu tornar-se beneficiária.

Marli não sabe bem sua idade; o ano em sua certidão, lavrada muito depois do nascimento, é 1957. Perdeu o pai quando pequena; e a mãe um ano depois. Ainda bem jovem, sai do interior da Bahia, vem para São Paulo trabalhar com a tia em uma casa de família. Durante muitos anos trabalhou em cozinhas e refeitórios de grandes empresas. Não tinha constância nos empregos: a firma falia, ou ela "*enjoava*", demitia-se e procurava outro. "*Arrumava pelo jornal*". Na década de 90 não consegue passar para o próximo emprego. Está desempregada há mais de 10 anos; nesse período, foi vendendo lingerie, tinner no mutirão, "*umas coisinhas ali...outra lá...*"

Na gestão de Erundina saem as inscrições para o mutirão. Marli inscreve-se; passa os fins de semana trabalhando na construção. Começa a namorar José, vão morar juntos e há quatro anos mudaram-se para o apartamento. Durante os anos de desemprego, além de vender esporadicamente diversos produtos, Marli foi inscrevendo-se em programas sociais. Participou da Frente de Trabalho do governo estadual – trabalhou em uma escola em Moema, como auxiliar de cozinha e limpeza, recebendo mensalmente R$210,00 por 24 horas semanais. Na época da entrevista pretendia inscrever-se em outra Frente de Trabalho. Em 2001 inscreve-se no Começar de Novo: "*depois de bico, depois, num fiz mais nada, né? Aí... fui chamado pro Começar De Novo, da Marta, né?*". A experiência foi difícil. "*A gente ficou dois anos... lutando por essa tal cooperativa. Menina! Isso aí... isso aí é um inferno, viu?*"

José e Marli foram algumas daquelas pessoas que tentaram montar uma cooperativa, e não conseguiram. Quando o grupo de Marli se forma, José entra também. Ficam dois anos reunindo-se em sua casa, semanalmente, com mais seis pessoas. Resolvem tentar montar uma padaria, mas não tinham conhecimento suficiente; então surge a idéia da lavanderia. Queriam "*coisa assim, pequena*", mas o formador vem com a proposta de comprarem uma lavanderia que já estava montada. Envolvem-se com a idéia, elaboram o plano de negócios, chegam até a pedir apoio a um vereador "*que não era do PT*", mas não conseguem ajuda. Enviam à Prefeitura o pedido de crédito, que é negado. Então o grupo se desfaz. Para Marli e José aquilo tudo foi vivido como uma "*grande sacanagem*".

Marli diz que o problema dos programas foi que a Prefeitura "*falou que ia ajudar (...) mas não ajudou ninguém*". "*A única coisa que ela ajudou foi dar esse dinheirinho ai pra gente*". Não que não tenha sido bom, ela não vai ficar "*cuspindo no prato que deu comida*", mas nada

além disso. "*Você não tem dinheiro, você não tem nada, você vai montar uma coisa como? Se você não tem uma ajuda? Não tem... não tem como fazer.*"

José diz que o Começar de Novo teve "*as suas vantagens e as desvantagens*". Já que "*eles pagavam, né?*", mas "*tinha a reunião, uma coisa e outra, mas num era um trabalho*". Para além do pagamento havia os cursos, mas "*os cursos que eles inventaram...foi enganação. Isso aí, entendeu?*". As pessoas recebiam, mas aquilo não era trabalho. Os cursos "*que eles inventaram*" foram então interpretados como uma forma de ocupar o tempo de quem recebia o benefício, o que era uma "*enganação*", pois afinal propunham ser outra coisa.

José afirma também que" *a idéia de cooperativa parecia boa, mas... é aquilo que eu falei: 'Isso não dá certo. Num dá certo porque eu... tenho muita experiência... e eu sei que quando pra você conseguir acima de quatro pessoas, pra você conseguir falar a mesma língua, já começa a ficar difícil.* " Levanta assim uma das dificuldades de montar um empreendimento: pessoas serem "induzidas" ao empreendedorismo sem nunca terem trabalhado juntas ou se conhecerem antes. "*Você quer uma coisa, outro quer outra.*" Além disso, não recebiam qualificação para a atividade escolhida: "*E... e outra coisa, que ninguém tava preparado, né? (...) por exemplo, eles falavam que ia dá um curso, de... no caso, se você... evidente, se você vai montar uma... uma padaria, você tem que ter um curso de padeiro, no mínimo confeiteiro. Se você vai montar de lavanderia, como a gente quis fazer, acontecer...* " Sem preparo, sem dinheiro, sem qualificação. Os beneficiários viveram a contradição de ser "estimulados" a formarem empreendimentos e simultaneamente depararem com a falta de condições para tanto. E, se quem propõe – no caso a Prefeitura e a parceira – ao mesmo tempo não possibilita, ao beneficiário resta a impressão de que havia algo errado:

"*Eu não sei,... se foi a Prefeitura que não quis mesmo bancar, ou se foi uma esperteza da parte da Integra, que era firma que o (formador) trabalhava*", questiona José. Propuseram-se a montar um empreendimento, que depois não é financiado. Mediando e sendo responsável por esse processo está a parceira – que no caso é vista como uma "*firma*", que pode ter suas "*espertezas*". Enfim, para os beneficiários era preciso encontrar explicações para o que no nível da administração se explica pelo que o planejamento não previu. E assim o período de incubação torna-se "*enrolação*". O formador era muito presente, "*ele explicava muito bem pra gente. Eu não vou dizer que não. (...) explicava tudo como que... que funcionava, né? A*

cooperativa, essas coisas assim, né?"; mas não conseguiam concretizar coisa alguma. *"Só que aí, eu tive uma impressão... que alguém tava ganhando um tempo, porque começou muita enrolação, né? (...) Eu achei que alguém tava ganhando tempo pra segurar a bronca,... sabendo que aquilo não ia dar em nada."* Marli completa: "*Mas era o serviço dele, né?, ele era pago pra isso."*

José e Marli mostram claramente a certeza de que as parceiras eram prestadoras de serviço da Prefeitura. Em meio às angústias do grupo, os questionamentos sobre o papel e a idoneidade do formador. Outros integrantes afirmavam que o formador era "*gente fina", "que vai ajudar a gente, tá ajudando"*, ao que Marli respondia "*ele não tá ajudando em nada. Tá aqui, porque tá ganhando o dinheiro dele. Ele tá fazendo o papel dele. É o trabalho dele e ele tá fazendo o papel dele, né?* E explica-nos: "*porque, é claro, é... como se fosse um emprego.*" O formador estava ali em uma relação de trabalho, "*recebia para isso"*, não era ajuda. Ajuda mesmo – e que não veio – seria a da Prefeitura.

Programas que chegam e vão, através de entidades que não pertencem ao local. A delegação da implementação do Oportunidade Solidária para as parceiras resultou, por um lado, nos mais diversos desenrolares do programa (metodologias diferentes, qualificações desiguais) e, por outro lado, na reiteração do papel de uma administração que dava dinheiro mas não intervinha diretamente, optando por contratar "*firmas*" que poderiam ter interesses próprios. As parceiras, então, puderam ser vistas não como entidades "engajadas na economia solidária" mas como "*a firma, que, que recebe da Prefeitura... põe essas pessoas pra trabalhar", "e ganha dinheiro*".

A terceirização da política pública implica em descentralizar a realização dos objetivos e, em certa medida, em uma forma de privatização do Estado. Se não é o poder público mas entidades privadas que implementam os programas, os interesses não necessariamente serão públicos. Essa privatização é claramente percebida pelos beneficiários, ao questionarem quais os interesses que estavam em jogo. Nessa nebulosidade onde interesses e responsabilidades se obscurecem – na confusão entre Estado e entidades privadas – a tentativa de fazer uma "outra política" se desvanece frente à terceirização da política. Nebulosidade que se reitera na relação com os beneficiários e aparece tanto no relato sobre o papel do formador quanto na

percepção de que o que a Prefeitura propagandeava nem sempre correspondia ao que estava sendo desenvolvido nos programas.

Fica explícita a percepção de que eram as entidades que implementavam o programa, não a Prefeitura, o que pôde ser visto como desresponsabilização: "*Porque a Prefeitura põe essas pessoas, faz esse... esses programas, essas coisas, mas não vem...*". Implementa os programas, mas não "*vem ver o que está acontecendo*". Enfim, na ponta fundamental do programa, saindo do nível do planejamento, do cadastramento e chegando ao momento de concretizar "os novos caminhos da inclusão social", estava o terceiro setor: "*ninguém da Prefeitura vinha. Só eles. Só eles lá, dessa firma aí que ele trabalha. Então, por isso que eu digo, que é tudo de falação.*" Há portanto a atribuição de responsabilidades por parte dos beneficiários, e o fato de que "*a Prefeitura não vinha*" punha em xeque o comprometimento tanto das parceiras quanto do poder público com relação às propostas do programa. E então este acabou sendo percebido muito mais como uma negociação entre os que "*recebem para isso*" e a que paga mas "*não vem*" do que como um meio de acesso à propalada emancipação.

O processo de (não)consolidação do empreendimento explica a forma inusitada com que José e Marli falam da "*Marta*" e da Prefeitura. A maioria dos entrevistados expressa sua gratidão, afirmando que foi "*tudo muito bom*" – muitos deles, talvez, por não terem claro de onde vinham os que os entrevistavam, sua ligação com a Prefeitura[32]. Esse casal envolveu-se com a idéia de empreendedorismo, ficou dois anos nesse processo e viveu todas as impossibilidades sem ter qualquer retorno. "*Um ano e acabou o negócio. É igual a essa Frente de Trabalho, mesmo, desse governo, aí. Aí, é um... um fracasso. (...) Por que é que a gente trabalha... nove mês? Por que... que a gente não serve pra nada depois? Mais nada. Num é... é errado?*". Independentemente de qual programa, têm prazo para terminar, começam, acabam, e tudo continua igual. Para ser diferente, "*tem que pegar, mesmo, as pessoas pra trabalhar*" – leia-se: um emprego.

Para cadastrarem-se, os beneficiários eram obrigados a apresentar vários documentos que comprovavam sua eligibilidade. Para pedirem o crédito, de novo os mesmos documentos, e mais alguns que comprovavam sua idoneidade. Entretanto, quando o negócio não deu certo os

---

[32] Só consegui marcar uma entrevista com o sr. José quando ele se convenceu de que eu não era mesmo da Prefeitura.

xerox dos documentos não foram devolvidos. José chega a ir à subprefeitura para pedir as cópias de volta. Marli diz que "*a gente queria... o nosso documento de volta, o nosso papel. (...) Tá tudo... pra lá. Agora, pra onde eu num sei. Quem é que vai saber. E ele* [o formador] *não devolveu. Eu achava que ele tinha que devolver tudo. (...) É. Se não deu certo, porque ele... ele fez essa papelada toda e ficou por lá? Aonde,... onde é que ele enfiou isso? (...) os dados da gente, tudo que era pra ele devolver, ele não devolveu. Não me deu mais notícia, né?*" Documentos exigidos, que não são devolvidos – para José e Marli isso tem importância, pois significaria algum retorno da Prefeitura e da entidade responsável. Um sistema que exigiu que comprovassem muitas coisas, mas, quando ele mesmo não comprovou ao que veio, desaparece.

O formador, contratado pela entidade contratada, "*não deu mais notícia*". Não deu mais notícia porque a verba utilizada para a realização dos programas chegou ao fim, o tempo de contrato expirou e portanto a entidade não é mais parceira. Não está mais vinculado ao programa e sua relação com aquele grupo termina junto com o final do contrato. Não foi só ele que "não deu mais notícias": o poder público deixa de ter responsabilidade sobre as conseqüências do programa que tentou implementar, e assim não deve nada ao público-alvo, que deixa de existir enquanto tal no momento em que o programa se encerra. É uma política que tem hora pra acabar, valor definido, licitação e contrato de trabalho. Esvazia-se de qualquer potencialidade de ser outra política, gerindo a desigualdade social através de metas a ser atingidas, delimitação de públicos-alvo, financiamentos que vêm de vários lugares e terceirizações com tempo de contrato determinado.

Faz-se necessário ultrapassar o nível das boas intenções da SDTS e sua proposição de fazer uma política pública impessoalizada, distante das lógicas clientelistas de sempre. Sem desconsiderar a dimensão inédita que os programas tiveram – chegaram diretamente a 490 mil famílias; todas as regiões da cidade foram incluídas, e de fato planejou-se uma grande estrutura voltada para o desenvolvimento dos mesmos –, há que contextualizar esses programas no campo da "cidadania gestionária". Para além das intenções da SDTS, é necessário problematizar toda essa estrutura e planejamento que se constrói em torno dos pobres – e que movimentam dinheiro, interesses e responsabilidades. Responsabilidades que não estão tão voltadas para os que se tornam os alvos das políticas. Passam os programas, permanece a pobreza. Para os ex-beneficiários, fica a espera de um "bico", o trabalho em uma

cooperativa que mal gera alguma renda (como veremos adiante) ou talvez a chegada de algum outro programa, de algum outro governo.

2.4 A perspectiva da administração no final da gestão: os "ruídos de comunicação" e os "resultados atingidos"

A última publicação da SDTS foi lançada em 2004, com o título "Políticas de inclusão social: Resultados e avaliação". Enquanto a primeira e a segunda publicações eram divididas por seções descrevendo cada programa (na de 2003 também avaliando seu desempenho), na avaliação dos resultados finais não há separação. Programas emancipatórios e redistributivos são todos avaliados conjuntamente, sem qualquer distinção. Isso já indica que algo aconteceu no caminho daqueles anos; afinal, toda a estratégia da Secretaria consolidou-se na diferenciação entre essas duas categorias. Quanto aos programas de Desenvolvimento Local, são apresentados inicialmente e depois desaparecem nessa massificação dos resultados. Assim, não é possível saber quantas cooperativas foram formadas, se fóruns locais foram criados pelos programas de Desenvolvimento, que tipos de capacitação ocorreram; enfim, são apresentados apenas os dados que comprovariam que houve um "combate à exclusão e à desigualdade" (Pochmann, 2004 : 5). Nessa indistinção, a potencialidade dos programas emancipatórios propagandeada pela Secretaria transforma-se nos gráficos e porcentagens de reduções ou aumentos que indicariam a "inclusão social". Portanto, há que atentar para os não-ditos do livro.

É preciso ter em mente que se tratava de uma publicação que prestava contas de uma gestão e que obviamente lhe cabia demonstrar que aqueles quatro anos de programas sociais haviam sido relevantes. Nada mais esperado que uma apresentação de dados e resultados que comprovassem a eficácia da estratégia. Ultrapassando o fato de que estamos lidando com a publicização de um fim de gestão – que tem muito a disputar e comprovar –, há aspectos interessantes que podem ser lidos nas entrelinhas.

Um deles é como aqueles termos vazios constroem argumentos que retificam realidades complexas e discursos que até mesmo poderiam ser lidos de forma contraditória. Ao demonstrar os resultados, a SDTS também quis dar voz aos beneficiários: há nesse livro de

2004 uma seção que expõe relatos sobre os programas. Esse é o momento em que os dois discursos são postos conjuntamente, sob a perspectiva do planejamento. A passagem encontra-se no item "Fortalecimento dos direitos e da cidadania":

> "O processo de resgate da auto-estima, o fortalecimento da cidadania e dos direitos daqueles que participam dos programas sociais têm sido desenvolvidos desde o primeiro momento de sua entrada e passagem pelo processo de seleção de beneficiários. Apesar de ser um direito do cidadão, chegar ao final de todas as etapas de inserção nos programas e conseguir ter acesso aos benefícios é encarado por eles de forma bastante positiva e, por que não dizer, inédita. Em muitos casos foi a primeira vez na vida dessas pessoas que conseguiram obter algo que lhes é de direito. Mas direito este que sempre lhes foi negado, chega-lhes à mão, ajudando-os a olhar o seu entorno, resgatar sua auto-estima, fortalecer sua cidadania e enxergar um horizonte de possibilidades. [grifos meus]

Logo em seguida o relato de um beneficiário, que então ilustraria o fortalecimento da cidadania.

> "Eu parei de pedir esmola. [...] Depois que saiu o Renda Mínima, eu parei. Eu falei: 'não vou pedir mais esmola'. Depois, de lá para cá, nunca mais. Eu parei de pedir esmola, arrumei esse 'biquinho' ai. As vezes, a mulher me ajuda com alguma coisinha. Eu vou lá e ela me dá um pouco de arroz, um pouco de feijão. Uma vez, na Casa dos Meninos, eu fui obrigada a apelar para ela num dia em que não saiu minha cesta básica. Eu quero ver, quando acabar, o que eu vou fazer da minha vida." (Beneficiário do Programa Renda Mínima). " (Pochmann, 2004 : 78) [grifos meus]

Essa pessoa pedia esmola, parou por causa do recebimento do Renda Mínima. Ainda freqüenta a entidade do Jardim São Luís, a Casa dos Meninos, para "*apelar*" por comida quando não sai a cesta básica. Enfim, esse cidadão teve sua cidadania fortalecida – talvez por não pedir mais esmola? Assim, estar na rua pedindo comida não parece contradizer a cidadania. Está posta aí a gritante condição social que é silenciada por um discurso retilíneo e sem contradições. A frase seguinte resume uma questão central com relação às políticas sociais: parar de pedir esmola por quanto tempo? E quando acaba o benefício? Esperar pela chegada de outro programa? Desconstruindo um pouco mais, qual é o "horizonte de

possibilidades" que se abriu para quem diz que "*quero ver, quando acabar, o que vou fazer da minha vida*"? Chega a ser inacreditável que os dois discursos possam ser postos em concordância.

Na mesma página:

> "Durante o módulo básico *[módulo de cidadania]* os beneficiários são estimulados a se reconhecerem como indivíduos e cidadãos. Esse curso discute questões que abordam a dura realidade dessas pessoas, como a vulnerabilidade social na qual o grupo está inserido, as mudanças no mercado de trabalho, o desemprego e as interrelações desses assuntos nos demais aspectos de seu cotidianos. Os depoimentos a seguir destacam isso.

E então a carta escrita por uma aluna do Começar de Novo:

> "Agradeço o Programa de Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utlilidade Coletiva, porque é o começo de uma qualidade de vida melhor, podendo ter condições de suprir as necessidades básicas de cada um que esta escrito no Programa Começar de Novo da prefeita de São Paulo, Excelentíssima Senhora Marta Suplicy, que nas eleições de São Paulo corresponde ao número 13 *(...)* Tenho plena certeza que as pessoas progrediram porque expandiu seus conhecimentos e aprendeu muito com os professores da ETE Martin Luther King que é de uma categoria incrível e o poder de responsabilidade muito grande, com os alunos, chega até transmitir segurança diante de tantos problemas que enfrentamos na sociedade.
> Realmente a atitude da professora foi de grandeza interior, a aluna Maria Torres foi passar o trabalho para a professora ela olhou para ela e disse: — Ei espera aí, o que está acontecendo com você, a sua aparência não está boa, não quero que você sofra, ela estava sentada na cadeira com rodinhas afastou a cadeira e falou me dá um abraço, sei que não vai resolver seu problema mas vou passar energia positiva para você, é a única coisa que eu posso fazer para você, abraçou ela forte por alguns minutos, sei que a aluna se sentiu protegida, percebeu que era amada pela professora, e ficou tão emocionada que comentou na sala e foi até o metro falando. Eu como expectadora naquele momento fiquei comovida e por isso estou relatando. Considero ser digna da sua profissão, uma atitude simples e de grande valia para a humanidade, mas

> realmente a Professora Clara demonstrou ser dedicada a todos os alunos inclusive aos jovens sem restrições, isso que faz a diferença para o ser humano. (Idem : 78-80) [grifos meus]

É quase desnecessário comentar. O auto-reconhecimento como "indivíduos e cidadãos" nesse caso mais parece um capítulo dos livros de auto-ajuda ou de alguma religião. A cidadania então adquire um sentido indefinido, da compaixão, do não pedir esmola, até mesmo do "passar energia positiva". Enfim, toda a questão da desigualdade social – desemprego, processos brutais de concentração de renda, criminalização da pobreza, violência, não-reconhecimento político – desaparece, dando lugar a uma celebração da alegria dos pobres. Mas, como diz o ditado, "dura pouco": o tempo de uma gestão. Para os que não demonstraram tanta alegria, também houve menção, e mesmo as dissonâncias podem ser enquadradas pelo léxico da cidadania. Foram *ruídos de comunicação*:

> "Estudos qualitativos realizados por instituições externas apontaram alguns problemas de comunicação, como por exemplo o que o CEDEC chamou de 'ruídos de comunicação'. Tais 'ruídos' fazem com que o poder público adquira uma imagem de poder arbitrário, isto é, faz com que a população-alvo dos programas sociais não tenha claro quais as regras que definem concessão, prazos e valores dos benefícios. Tal problema faz com que parte da população avalie que os programas sociais da Prefeitura Municipal favoreçam alguns em detrimento de outros". (Idem : 88) [grifos meus]

Todas as impossibilidades de planejar o implanejável convertem-se em uma questão de informação. Através dos relatos de vários beneficiários e da experiência narrada por Marli e José, pudemos ver como a política focalizada e terceirizada pelo Estado foi interpretada e experimentada pelos públicos-alvo. Os desencontros entre a perfeição do discurso oficial e as imensas filas do cadastramento, as reclamações dos que não receberam o benefício, a versão dos que não montaram cooperativas resumem-se então em *"ruídos de comunicação"* que comprovariam que faltou divulgação e esclarecimento dos critérios por parte da Prefeitura, e entendimento pelos beneficiários. Repõe-se novamente a passividade da "população-alvo"; toda sua experiência frente ao mundo dos (não)direitos, da assistência, frente ao papel do Estado, pode ser desconsiderada perante a engenharia social que constitui o "planejamento da exceção" (Oliveira, 2003a).

Os "*ruídos de comunicação*" também nos remetem à uma das reflexões centrais de Campos, autor que colheu e analisou grande parte dos relatos dos beneficiários aqui citados. O autor levanta os descompassos entre o que a SDTS planejou e a interpretação dos beneficiários, mas os explica como uma questão de "falta de informação". Em seu argumento, os programas constituiam direitos para os beneficiários, e os relatos colhidos em suas entrevistas apontariam então para uma deficiência do planejamento: a falta de divulgação plena. A opção por utilizarmo-nos dos relatos colhidos por Campos, além de contribuir imensamente para nossa análise, decorre da intenção de demonstrarmos como o mesmo discurso pode ser interpretado de formas tão diferenciadas. Partimos, em parte, de um objeto empírico em comum, no entanto, a interpratação de Campos acerca dos relatos colhidos vai no sentido oposto do que aqui está sendo construído. Mais ainda, compõe justamente a nossa crítica. Da nossa perspectiva, a linha do autor está próxima da que foi desenvolvida p/ lo discurso oficial. Ainda que Campos levante os descompassos entre o planejado e o vivido, sua argumentação desvia-se do que caracterizaria a gestão da pobreza para reforçar um discurso da necessidade do bom planejamento. Em suas considerações finais Campos afirma:

> "Sublinhamos que a perspectiva inovadora dessa secretaria diante de tal questão [questão social] defrontou-se com outros problemas mais, problemas situados na própria implementação dessa perspectiva. Afinal, os programas sociais foram encarados pelas pessoas e pals famílias ora como uma ajuda, ora como um direito (...) Mas porque ora uma coisa, ora outra? (...) se tratava sim de uma espécie de irracionalidade que aparecia no próprio modo como esses programas eram colocados em cena, pois o que nesses era declarado como um direito, por vezes era registrado como uma mera ajuda. Afinal evidenciava-se aí o problema da ausência de informações sobre os programas, com dificuldades consideráveis para as pessoas e as famílias apreenderem estes últimos." (Campos, 2004 : 385-6) [grifos meus].

Para Campos, a longa experiência da ausência de direitos na pobreza demandaria uma publicização dos programas que explicitasse que eram inovadores, que rompiam com as lógicas clientelistas, e que eram direitos.

Sua argumentação remete-nos ao cerne de nossa discussão. Contradições são explicadas pela lógica do planejamento, e assim os descompassos que apontam para a distância entra

"cidadania gestionária" e o seus públicos-alvo são por ele interpretados como uma questão de planejar melhor. É relevante a historicização que Campos faz acerca dos direitos e a pobreza no último século, e como muitos dos relatos e acontecimentos ao longo dos programas indicam a distância dos direitos no viver daquelas pessoas. Entretanto, se a explicação se resolve pela informação, novamente é definido o papel ativo do planejamento, e o papel passivo do público-alvo. Recuperamos o "léxico da cidadania", para pensarmos como há todo um discurso que retifica contradições e realidades, às vezes pelo uso recorrente de termos que se esvaziaram de sentido. Campos afirma reiteradamente que os benefícios eram direitos, assim como o fez a SDTS em suas publicações. Ainda que a SDTS afirmasse que era "*possível focalizar para universalizar*" e que Campos afirme que os benefícios eram direitos, que não foram constantemente experimentados enquanto tais devido às experiência históricas precedentes, esses benefícios não se universalizaram e não se constituíram como direitos: acaba a gestão, acabam os benefícios, aos quais aliás nem todos os "elegíveis" tiveram acesso garantido – a não ser que direitos agora possam ser concebidos como passageiros, esporádicos e nem sempre acessíveis. Assim, nossa crítica ao argumento de Campos situa-se no mesmo contexto da que fazemos à SDTS e mais amplamente ao contexto da "cidadania gestionária", de uma política e de uma noção de cidadania que estão cada vez mais despolitizadas e vazias de sentido, ainda que se legitimem pelo discurso dos direitos e da inclusão social.

No âmbito do planejamento, as interpretações e explicações giram em torno da determinação da eficiência dos programas, de números que indicam aumentos e reduções em certos índices. Ao optar por não avaliar os resultados de cada programa emancipatório, a Secretaria elaborou uma avaliação geral, que mediria o "impacto" (outro termo do léxico da cidadania fundamental) dos programas com relação a questões sociais, tais como violência, educação e, por fim, desemprego. Segundo a publicação, todas foram afetadas pela implementação daquelas políticas.

Abstemo-nos de analisar os gráficos que demonstram a queda dos índices de homicídios, evasão escolar e pobreza, e o aumento da renda familiar e da geração de empregos, entre outros indicadores, todos relacionados com a implementação dos programas. Frases como "a dinâmica do mercado de trabalho no município de São Paulo antes dos programas sociais" (Idem : 41), juntamente com os indicadores, são utilizadas para comprovar que tiveram efeitos significativos no que se refere ao desemprego e à desigualdade social. Examinando os

gráficos apresentados, poderíamos questionar se as reduções estariam diretamente ligadas à implementação dos programa, interpretando as linhas que indicam que algumas reduções já estavam ocorrendo anteriormente, ou que a redução ocorre no mesmo período da implementação – pouco espaço de tempo para avaliar, o que também deixa a questão da permanência dos resultados após o fim dos programas, caso tenha se configurado essa relação. Para tanto, teríamos de recorrer a outros dados, que apontassem para outros fatores naquele período, o que extrapolaria os limites deste trabalho.

Não nos interessa questionar os dados apresentados pela Secretaria. O que essa publicação tem de relevante são novamente os discursos que constroem o universo das políticas públicas; lendo-a é possível finalmente entender como a questão do desemprego foi tratada. Saindo de todo aquele discurso que combinava emancipação, com "devolução da cidadania", com autonomia econômica e inclusão social; pode-se ver a relação da ação da SDTS com o mercado de trabalho. Analisando as publicações, observa-se que os programas não se apresentavam como de "geração de emprego", ao mesmo tempo que se constituiam a partir das desestruturações do mercado de trabalho.

Na introdução do livro de avaliação, afirma-se que "*os programas sociais, se não conseguiram inverter a lógica excludente e discriminadora do mercado de trabalho, atenuaram em alguma medida os efeitos deletérios do desemprego crescente e do encolhimento dos níveis de renda.*" (Idem : 13). Novamente, eximindo-nos de avaliar qual a dimensão dessa afirmação, é relevante atentar para os critérios que indicam que houve uma mudança no mercado de trabalho devido à implementação da Secretaria. Esta afirma que "*os programas sociais coordenados pela SDTS têm produzido muito mais efeitos anti-cíclicos do que impactos pró-cíclicos*" e ainda, que "*a ação da SDTS não chega a reverter esse quadro* [do aumento do número de desempregados], *embora colabore para minimizar de forma significativa suas manifestações mais negativas*". Disso conclui que "*o conjunto de programas sociais da SDTS tem sido suficiente para evitar que o número de desempregados seja ainda maior*". Traduzindo: os programas não teriam agido sobre as causas estruturantes do desemprego nem revertido o quadro que leva mais e mais pessoas para fora do mercado de trabalho. Assumindo algumas limitações, afirma-se que "*a SDTS tem pela frente alguns desafios que, por vezes aparentam ultrapassar suas possibilidades, como o de transformar um padrão de acumulação que tem impactos graves e agudos sobre o mercado de trabalho*

não só do município, mas do país como um todo." (Idem : 49). Entretanto os desafios não impedem que a Secretaria afirme que teve um impacto no mercado de trabalho, qual seja o de evitar que o número de desempregados fosse maior do que foi naquele período.

Mesmo esse impacto demanda uma reflexão. Para explicar o que levou a uma diminuição potencial da taxa de desemprego (e convém lembrar que isso deixa implícito que não se diminuiu o número dos já desempregados e sim que se atenuou a taxa de possíveis desempregados), a Secretaria recorre a três elementos: *efeito inatividade*, *efeito rendimento* e *efeito ocupação*.

O efeito inatividade "*decorre da absorção de mais renda pela famílias, ocasionando a diminuição da pressão da chamada mão-de-obra secundária no mercado de trabalho (crianças, jovens, mulheres com dependentes pequenos, pessoas de mais idade, entre outras)*" (Idem : 50). Isso quer dizer que o aumento da renda diminui a necessidade de a dona de casa e, hipoteticamente, aquele seu filho de 13 anos saírem em busca de emprego.

O efeito rendimento decorre da inatividade, "*resulta de menor pressão na concorrência entre os trabalhadores para os mesmos postos de trabalho existentes*". Se a renda aumenta, diminui a pressão para a dona-de-casa tentar voltar para o mercado, o que diminuiria a concorrência entre os trabalhadores, evitando a redução do "*rendimento real médio dos ocupados*" – menos gente concorrendo, melhor salário.

O efeito ocupação, também decorrente da ampliação da renda, viria do consumo: "*o impulso ao consumo adicional, especialmente nas camadas mais pobres da população, que possuem menor propensão à poupança, ajuda a ampliar o nível de produção e, em contrapartida, o volume de ocupados.*" Ou seja, aquela mesma dona-de-casa, ao receber o benefício, aumenta sua renda mensal. E assim, ao invés de procurar emprego ou disputar os contratos temporários, vai para as Casas Bahia comprar aquela geladeira a prestações. Várias fazem como ela, portanto é preciso produzir mais e portanto contratar mais gente para a produção. [33]

---

[33] Fazendo aqui uma digressão, se por um lado os termos da política parecem esvaziar-se cada vez mais de sentido – a aqui tão referida cidadania, por exemplo –, os termos da economia vêm tomando uma força cada vez maior e uma aparente precisão como meios de explicação e determinação da realidade.

Efeitos contestáveis ou não, o fato é que a relação dos programas com o mercado de trabalho seguiu a lógica do afastamento do mesmo: a diminuição do número de desempregados potenciais se deveria ao fato de que durante aquele período 490 mil famílias receberam uma complementação de renda, por isso a busca de emprego por elas caiu; assim sendo, naquele período não se caracterizaram como desempregados. A explicação para o número menor de desempregados potenciais não seria aquelas pessoas estarem empregadas e sim que, por estarem recebendo o benefício, afastaram-se do mercado de trabalho, deixando de, naquele período, entrar na medição do desemprego. Portanto, a questão não se resolve pela ocupação, mas pela renda – renda que tem hora para acabar. E novamente, o conceito de emancipação desaparece; encerrado o recebimento do benefício, o que fica? Em resumo, o próprio discurso da SDTS confirma uma "inclusão social" que tem prazo determinado: o tempo que durar o complemento da renda.

Ainda seria possível questionar se os benefícios realmente geraram tantos efeitos – se de fato evitaram a busca pelo trabalho naquele período; se tiveram uma dimensão relevante para diminuir a concorrência aos postos de trabalho, se provocaram um aumento de consumo suficiente para gerar mais postos de trabalho. Não temos como fazer esse tipo de avaliação ou contradizer essa lógica; o que sustenta a análise é a percepção de que, mesmo na avaliação-propaganda desses programas, está presente a concepção de que são políticas sociais que não "integram" e sim criam condições momentâneas de maior consumo e menor necessidade do emprego. Correndo o risco da repetição, vale retomar a reflexão de Castel (1998) acerca das políticas de inserção. Noção que não só põe em xeque todo o discurso da SDTS sobre cidadania como aponta para o nó do problema: programas que se inserem na ausência de soluções globais – estas sim universalizáveis e duradouras – propiciam condições muito mais de manutenção da sobrevivência do que de transformação do social:

> "Se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar *a gestão do não-emprego* através da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam fazer esquecê-la *(...)*. Ninguém, exceto os partidários da política do pior, pode contestar o interesse desses esforços. Contudo, é preciso ser singularmente otimista para ver nessas práticas de manutenção as primícias

> de uma 'nova cidadania'. Não se constrói cidadania sobre inutilidade social.". (Castel, idem : 551-2)

A gestão da pobreza configura-se justamente na reprodução das condições que mantêm os pobres no mesmo lugar. Retoma-se então a discussão já feita sobre os processos que nas últimas duas décadas tornaram a questão da desigualdade social uma questão de gestão dos danos – apaziguamentos, novas formas de reprodução da pobreza.

Neste capítulo buscou-se uma reflexão acerca da consolidação desse campo das políticas sociais, que se tornaram os principais atores do fomento das ações e estratégias que planejam, mapeiam e lidam com a exceção. Se hoje a cidadania esvaziou-se de sentido, é justamente para esse vácuo da política – onde não há medidas nem referências que orientem o reconhecimento do conflito – que é preciso olhar. Quando contradições são retificadas e obscurecidas por discursos que ao não terem sentidos definidos falam de muitas coisas, torna-se necessário desconstruí-los para alcançarmos o que esse vazio representa. Há toda uma engenharia política da despolitização, e o léxico da cidadania é o que lhe dá forma e visibilidade.

Esse campo tomou tanta força que parece quase inatingível. Composto hoje pelo universo das entidades que atuam pela cidadania (nem todas com os mesmos fins), pelos altos financiamentos que giram em torno do terceiro setor e pela quase incontável quantidade de projetos sociais que se fazem presentes nas periferias, expandiu-se de uma forma que seus atores e interesses são dificilmente delimitáveis. Entretanto, seu vácuo político é desvelado pela desconstrução de sua principal ficção, a categoria público-alvo. Quando os focalizáveis saem da passividade que é pressuposto de uma cidadania que agora se realiza no não-reconhecimento do outro enquanto sujeito político, sua engenharia social suspende-se na impossibilidade de alcançar plenamente aquele que não está estático na sua condição de pobreza. Ainda que politicamente os pobres que se tornam os focalizáveis não pautem suas demandas nem ponham em xeque a desigualdade social – pessoas realmente vivem e sobrevivem em torno das políticas sociais, tendo com elas até mesmo uma relação de dependência –, há que atentar para as imprevisibilidades dos que não são só os números da cidadania, mas também atores sociais que lidam, readaptam e sobrevivem com os planejamentos da exceção.

CAP 3. DO PÚBLICO-ALVO PARA AS HISTÓRIAS DE VIDA 100

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO A PARTIR DAS COOPERATIVAS DO PROMORAR 103

O Restaurante Diferente *105*

Juraci: de metalúrgico indisciplinado a evangélico-líder de uma cooperativa 107

Odília: viúva-estudante-evangélica que voltou a trabalhar 119

Olga: vivendo das oportunidades e dos circuitos da cidade 127

Maria Consoladora: deixando de ser dona-de-casa 136

Cléber: tentando ser o chefe da família 146

Análise das biografias: dos caminhos individuais para as tramas e experiências da pobreza *150*

Maria do Socorro: equilibrando-se na corda bamba da precariedade 155

3.2 PERCORRENDO AS TRAMAS DO SOCIAL PELAS SINGULARIDADES DE CADA TRAJETÓRIA 167

Capítulo 3: Do público-alvo para as histórias de vida

A pesquisa empírica realizou-se no Promorar e sua imediações. Conjunto habitacional, construído pela COHAB e entregue em 1981, o Promorar abarca hoje uma média de duas mil famílias. Localizado no distrito do Jardim. São Luís, periferia da Zona Sul de São Paulo, o conjunto consolida-se para alocação de famílias que haviam feito a chamada "ocupação do terreno da Record", uma grande área nas imediações do bairro do Piraporinha que em 1981 foi ocupada por mais de 700 famílias. Alguns meses depois seria truculentamente desocupada pela ação da polícia. A demanda pela realocação das famílias, acionada por movimentos de moradia conjuntamente com a mediação de políticos, igreja, comissão de direitos humanos, resulta na construção do Promorar, que seria entregue naquele mesmo ano. No final de 1981 foram entregues os primeiros "embriões", denominação que se deu a casas de um quarto, banheiro e cozinha, construídas no fundo dos terrenos, o que propiciaria expansões posteriores.

Se nos anos 80 o Promorar caracterizou-se como fruto da disputa política de movimentos de moradia organizados e articulados com outros atores que em certo sentido marcariam aquela década, na virada dos anos 90 configura um outro campo político, da entrada de entidades, das disputas em torno de seu centro comunitário, dos cadastramentos, cestas básicas, programas sociais e entidades não governamentais.

Ruas estreitas, um *continuum* de casas que já foram embriões e hoje se expandiram: construções sobre a laje, a maioria sem acabamento, só o concreto. Difícil saber como eram os embriões originalmente: uns cresceram para cima, outros para a frente; casas tortas, quadradas, construções inacabadas ao lado de casas prontas, pintadas, marcam as histórias das possibilidades pessoais. A atmosfera, homogeneamente cinzenta pela falta de verde e de cores nas casas, confunde-se com as construções desordenadas, indicando que muita coisa aconteceu nas vidas de seus habitantes nesses últimos 20 anos. Entre uma ruazinha e outra, chega-se ao Centro Comunitário, onde foram ministrados os cursos e feitas algumas reuniões dos que queriam montar cooperativas. Com uma pequena quadra de futebol e um salão cheio de cadeiras, é ali que acontece a maioria dos cadastramentos para os mais diversos programas, para receber o leite, fazer o curso de computação etc. Em torno do Centro, a escola municipal, as ruas estreitas, asfaltadas e cheias de buracos. O Promorar fica ao lado da avenida Fim de

Semana, que de avenida não tem nada: uma rua estreita e comprida, empoeirada, meio de terra, com o comércio das barraquinhas, dos churrasquinhos, dos botecos em garagens de casa – cada qual tocando uma música diferente –, cartazes de propaganda de cerveja e de pinga emendando-se com a porta de uma lojinha, então de uma casa, então dos bequinhos que se tornam favelas, pessoas transitando nas não-calçadas. Perto dali está a Casa dos Meninos, entidade que sedia uma das cooperativas estudadas, a Saboreando. Do outro lado do Promorar, o Restaurante Diferente, cooperativa de marmitex, uma das poucas que permanecem funcionando na região.

Margeando o Promorar está o cemitério Jd. São Luís, um dos com maior índice diário de sepultamentos da América Latina. O cemitério dá a dimensão não só da morte mas também do viver na região. Até dois anos atrás, o cenário dos barrancos de terra, sem lápides, com as cruzes fincadas demarcando a morte, muitas de jovens, e de homens e mulheres que não passaram dos 40 anos de idade. Hoje, o cemitério está reformulando sua estrutura e substituindo as cruzes por plaquinhas padronizadas com os nomes dos que ali estão enterrados. Ao fundo, mais cinzenta do que ele próprio, a paisagem dos barracos, favelas, amontoados num horizonte imenso, dando a dimensão da pobreza, da periferia. Nos velórios, muitos negros, para o enterro de muitos jovens. Um coveiro conta-nos que a média de enterros era de 24 por dia, hoje caiu, no máximo oito. Fazemos o ar de espanto, "*mas como, se não diminuiu a violência?*", dúvida que é imediatamente esclarecida: "*Não é porque diminuiu a violência não, é que abriram mais oito cemitérios aqui na região, então o pessoal que tem um pouco mais de dinheiro não enterra mais aqui.*" De fato, a demanda não está pequena. Muitas mortes, muita violência, sem túmulos nem árvores, somente o barrancão de terra, mostrando o lugar de quem vive e morre nas periferias. Alguém que nasceu antes de 1950 é completa exceção, a "velhice" no Jd. São Luís chega aos 40, o que para além do cemitério foi observado nas salas de aula do Programa. Na sala com 30 alunos, todos de mais de 40 anos, histórias de filhos assassinados, de esposas que morreram nas filas dos hospitais, de maridos que faleceram pelo alcoolismo, e do desemprego dos que já estão velhos demais para o mercado de trabalho.

Do total de quase 20 mil beneficiários que participaram do Oportunidade Solidária, a porcentagem dos que montaram algum empreendimento é baixíssima: aproximadamente 300 empreendimentos, sendo que muitos são individuais. No entanto, apontar "ruídos de

comunicação", criar gráficos que mostram o impacto dos programas na redução das taxas de desemprego ou na escolaridade não dá conta de compreender, e nem mesmo lidar, com as tramas que vêm compondo o mundo social, no sentido de que, para além de critérios de inclusão, da produção de indicadores sociais, o que constitui a realidade das periferias são histórias de vida que trazem consigo o desemprego, a impossibilidade de retorno ao mercado de trabalho, as reconfigurações familiares – homens que não mais conseguem ser os "chefes de família" e mulheres assumem o sustento da casa, atividades informais que se tornam vitais para a sobrevivência [e, enfim], participação em tantos programas sociais que vêm se estabelecendo na última década. Vemos portanto, na vida desses homens e mulheres que não conseguem mais um lugar no mercado de trabalho, as invenções cotidianas para sobreviverem e o lugar que os programas sociais ocuparam em suas vidas. Pessoas que transitam por entre cadastramentos, programas, benefícios, campanhas eleitorais, assassinatos, bicos.

Assim, a proposta e a realização do trabalho de campo tiveram como objetivo ultrapassar as classificações administrativas – que enfocam a pobreza, criam segmentos dentro de uma determinada população – para chegarmos às vidas daqueles que se tornam as estatísticas e os objetos dos programas sociais. Os programas da Prefeitura tornaram-se o meio para compreendermos como a vida na periferia está se produzindo na intersecção com as políticas públicas e focalizadas. A família, as atividades econômicas que correm paralelas e também desembocam na inserção do Oportunidade Solidária, assim como as relações e interpretações acerca dos cursos, são centrais para compormos este campo de reflexão.

Percursos que desembocam no Programa, trajetórias que então se cruzaram no tornar-se beneficiário da Prefeitura. Histórias que ocupam o centro de nossa reflexão, pois, se todos os entrevistados são os ex-beneficiários, é justamente o seu percurso para chegar até aqui que nos propicia a compreensão das transformações do trabalho, dos deslocamentos espaciais pela cidade e finalmente das práticas políticas que hoje os transformam nos focalizáveis de tantos projetos sociais. Assim, o Promorar torna-se o cenário, e os entrevistados os atores, que, em sua história e relação com o local, vão dando forma e conteúdo a um cenário que se constrói no entrecruzamento de diversas tramas, do viver na pobreza, da relação com os programas municipais, da sobrevivência por entre os bicos e assistências que aparecem de todos os lados.

Suas histórias falam de um mundo do trabalho que hoje se configura na ausência de perspectivas e garantias, de uma pobreza que vai se delineando desde a falta de luz, água, moradia própria até o assassinato de filhos, irmãos, ou as doenças e o alcoolismo. Assim, apresentamos estes personagens, que nos falam sobre muitas coisas, permitindo-nos a reflexão sobre o que é a vida daqueles que hoje são os pobres, como sobrevivem, como se integram e caracterizam esse contexto de transformações sociais e políticas que vem se compondo desde a década de 90.

3.1 A construção do campo a partir das cooperativas do Promorar

Chegamos aos entrevistados através das fichas de cadastramento cedidas pela SDTS, ou por indicações de uma das pesquisadoras[34] que nos pôs em contato com alguns de seus ex-alunos. A pesquisa priorizou duas cooperativas do Promorar. Ambas são de marmitex, sendo que uma delas também serve refeições no local. Entrevistamos praticamente todos os integrantes de ambas. A princípio pretendia-se estender a pesquisa para a família dos entrevistados, o que propiciaria uma compreensão de suas histórias de vida por mais de uma perspectiva. Porém, como nossa chegada se deu através do Oportunidade Solidária, tornou-se muito difícil obter esse prolongamento; com exceção do filho de um dos cooperativados, não conseguimos entrevistar nenhum outro familiar.[35]

As entrevistas – 14 no total – foram realizadas do final de 2003 até o início de 2005. A maioria delas foi feita nas casas das pessoas, quando então víamos por dentro o que eram e em quê se transformaram os embriões. Casas quarto-sala-cozinha que foram avançadas para frente do terreno, para cima. Muitos eletrodomésticos, contrastando com casas que mal foram

---

[34] Agradeço novamente a Caroline Sampaio, por, além de ter me acompanhado intensivamente no trabalho de campo, também ter sido fundamental para a abertura do campo: foi através dela que estabeleci contato com a maioria dos entrevistados.

[35] Interessante essa dificuldade, que explicita um pouco da relação do entrevistado com a pesquisa. Primeiro a dificuldade de explicar, e de o entrevistado acreditar, que não fazíamos parte nem da Prefeitura nem de qualquer das parceiras. "*Então pra quê é a pesquisa?*" foi uma pergunta recorrente; e falar em mestrado ou em Universidade de São Paulo soava como coisas muito distantes e incompreensíveis. E assim, como nos apresentávamos como pessoas que estavam pesquisando o programa Oportunidade Solidária, para eles não fazia sentido que também entrevistássemos seus familiares, e isso dificultou muito a entrada nas famílias. Por outro lado, ainda que o programa se apresentasse como o objetivo principal, praticamente todos os entrevistados concordaram em contar-nos sua história de vida, desde quando nasceram até os dias de hoje.

acabadas. Os detalhes dos panos de prato bordados, fotos, quadrinhos, calendários, e na maioria das vezes a mesa arrumada com o café, o bolo feito para receber os entrevistadores.

Neste capítulo a reflexão se constitui a partir das trajetórias das pessoas que estavam nas cooperativas. Cada história de vida, por si só, propiciaria uma reflexão longa e profunda. Optamos por traçar o cenário da cooperativa Restaurante Diferente, como estava na época da pesquisa, e como se configurou no encontro das trajetórias daquelas pessoas; por fim, apresentamos a trajetória de uma integrante da cooperativa Saboreando, que já se desfez. Os outros personagens permeiam a reflexão; suas trajetórias não serão extensamente analisadas.

Há aspectos que balizam a exposição e a análise de todas as entrevistas: a condição de migrante (presente em quase todas), a precariedade da moradia, as relações familiares – muitas apontando para os deslocamentos do papel do homem e da mulher. Também as transformações do trabalho nos últimos 20 anos, e marcadamente dos anos 90; as dificuldades cada vez maiores de garantir um emprego, que andam junto com as atividades informais que armam um novo campo do trabalho: nessas entrevistas é possível vislumbrar o que configura o tão indefinido mercado informal, suas tramas, as lógicas que o compõem, os processos que empurraram muitos para suas atividades. Há portanto, um marco claro da década de 90 na vida dessas pessoas: o desemprego, a reestruturação produtiva e o tal "enxugamento" dos postos de trabalho aparecem aqui na realidade de cada um.

Há entre esses entrevistados uma vivência da pobreza que assume nas mais diversas formas, mas se assemelha pela constante presença do alcoolismo, da violência contra a mulher, das questões e inseguranças com relação a moradia, do assassinato de um filho, um parente. Trajetórias marcadas por diferentes formas de violência e pela precariedade de quem sempre andou às margens do mundo dos direitos. Processos, caminhos, opções que permitem entender o lugar que os programas da Prefeitura ocuparam, seus significados, e então o trabalho nas cooperativas. Portanto, a família, o trabalho e a moradia são os eixos fundamentais para a construção da análise dessas trajetórias.

- *O Restaurante Diferente*

Assim, chegamos às cooperativas Restaurante Diferente e Saboreando. Funcionando há quase dois anos, o Restaurante Diferente hoje ocupa uma casa alugada, reformada, próxima ao Promorar. A primeira entrevista com um de seus integrantes, realizada em 2003, foi com Juraci, hoje a liderança da cooperativa. Naquela época ela funcionava em uma cozinha improvisada na garagem de Odília. Estavam a espera da aprovação da concessão de crédito do São Paulo Confia, o que conseguiram no ano seguinte.

Ao chegarmos ao Restaurante Diferente no começo de 2005, tivemos a percepção de como o empreendimento se consolidou. Um salão quadrado, pequeno, onde cabem três mesas, mais uma varanda com outras duas mesinhas. Ao fundo a cozinha, protegida por telas que vão até o teto. Lá dentro, as mulheres uniformizadas, com toucas no cabelo, todas de branco e com aventais. Panelões e o movimento de uma cozinha que durante o dia todo não pára. Paredes e chão pintados de branco Ao lado das mesinhas, o freezer com as latinhas de refrigerante e os guaranás Convenção. Uma grande televisão – que ganharam de um dos coordenadores da Integra, entidade responsável pela orientação na formação da cooperativa. Na varanda, dois motoboys, um deles filho de d.Odília, com suas sacolas térmicas, tudo com o logotipo do restaurante – um "smile", aquela carinha amarela sorrindo. Comida muito saborosa, servida em porções generosas. Enfim, o empreendimento se tornou realidade, tem freguesia fixa, o telefone toca, os pedidos saem. Em uuma mesinha de canto, ao lado das mesas de plástico brancas, está Juraci, hoje contador e certamente liderança da cooperativa. Atende o telefone, anota os pedidos, contabiliza a venda.

Na cozinha estão: Maria Consoladora, hoje com 40 anos; Odília que já tem quase 60; Olga, 55 anos; Cléber, 42 anos; e Sandra, que não quis dar entrevista, disse que por ter duas filhas psicólogas não queria saber "*dessas coisas de falar da vida*". Por ser uma das poucas cooperativas que permanecem funcionando depois do fim do programa, o Diferente realmente se se distingue pela diferença de ter-se viabilizado. Esse é um ponto que orienta a análise de todas as trajetórias, afinal de contas, por que, dentre tantas tentativas, essa foi para frente? No entanto, quando olhamos para cada trajetória, vemos que, se os sentidos de estar trabalhando na cooperativa são diversos, alguns elementos em comum: a maioria dos cooperados é

religiosa. Além disso, todos estavam desempregados, muitos vivendo de bicos há um bom tempo, ainda que o lugar, a necessidade e o sentido do trabalho sejam distintos para cada qual. Entretanto, esses elementos não devem obscurecer o fato de que há diferentes expectativas em relação ao Restaurante, e diferentes contextos que explicam o lugar e o papel de cada um. Contextos que também dão indícios do lugar que o programa teve em seu viver.

Dos seis integrantes da cooperativa, quatro são mulheres. Três foram entrevistadas. Olga, Consoladora e Odília têm trajetórias muito diferentes entre si, além da diferença de idade. Odília, a mais velha do grupo, é quase 20 anos mais velha que Consoladora, a mais nova.

Cada integrante da cooperativa traz consigo a singularidade dos caminhos escolhidos, das atuais condições de vida, da composição familiar, assim como das interpretações e relações com o Oportunidade Solidária. Nessa singularidade, é possível ampliar a perspectiva de uma história de vida para os diferentes contextos que hoje compõem a pobreza. As opções feitas, as reações, as perdas desdobram-se em questões mais amplas, que retiram a pobreza da indistinção e de uma falsa homogeneidade, evidenciando as diferentes tramas que hoje tecem a periferia da cidade. Porém são singularidades que também trazem à tona um contexto maior, de deslocamentos do trabalho, de desemprego, de formas da precariedade; assim como de produção de um campo definido como o trabalho informal. Atores que em sua biografia evidenciam os diversos contextos em que estão inscritos, possibilitando uma reflexão desnaturalizada acerca da pobreza.

Esses entrevistados podem ser lidos como tipos sociais, cujas trajetórias põem à mostra os campos de possibilidade e as relações que se configuram na periferia.

O primeiro entrevistado é Juraci. Hoje com 49 anos, é casado e pai de cinco filhos. Moram todos juntos em um barraco de madeira com três cômodos, construído no quintal dos sogros dele. Juraci encabeça as biografias por ser hoje uma figura fundamental no Restaurante, mas principalmente por sua história abrir um feixe de questões que permeiam todas as outras trajetórias. Muitos anos empregado, registrado, sua profissão era de metalúrgico, alternada empregos em outras atividades. No final dos anos 90, estando desempregado, arriscou-se pelas atividades informais. Nesse mesmo período tornou-se evangélico. Em sua trajetória é possível perceber os desmanches do mercado de trabalho, que se evidenciam em uma terceirização seguida de demissão e da necessidade de buscar outras atividades. Assim, a

biografia de Juraci dá o traçado dos processos que tiveram lugar na última década e de como configuram uma outra vivência na pobreza.

Juraci: de metalúrgico indisciplinado a evangélico-líder de uma cooperativa

Atualmente, quando encontramos Juraci, é possível perceber a postura de quem está "conduzindo os negócios". É responsável por toda a parte financeira do Restaurante Diferente, faz a contabilidade, atende os telefones o dia todo, calcula e controla o pagamento das prestações do empréstimo da Prefeitura e é quem determina o valor da retirada no fim de cada mês. Enquanto todas as mulheres estão na cozinha e Cléber não tem um papel bem definido, Juraci é quem tem contato com os clientes que almoçam no local. De pele parda, olhar vivo e voz muito tranqüila, recepcionava-nos em nossas idas ao restaurante. Perguntava sobre nossa pesquisa, contava sobre o andamento da cooperativa. Em um de nossos primeiros almoços, disse que não sonhava em continuar na cooperativa, queria o *"negócio próprio, (...) uma loja de doces"*. Da última vez contou que eles estavam quase acabando de pagar o empréstimo da Prefeitura, e já pensando em abrir uma filial *"na avenida, que tem mais movimento"*. Tem dedicação total ao trabalho e reconhecimento do grupo.

Em sua narrativa iluminam-se os caminhos pelo mercado de trabalho de um homem que vai pulando de emprego em emprego, até que não consegue mais retornar, entra para o mercado informal e, em meio as dificuldades da vida, torna-se evangélico. A presença da religião é marcante no discurso de Juraci e talvez extrapole o âmbito de sua vida pessoal; o funcionamento da própria cooperativa provavelmente também está ligado a um *ethos* religioso que se estabeleceu a partir dele e de Odília.

Nascido em 1956 em Promissão, no interior de São Paulo, vem para a capital aos cinco anos de idade. Sua mãe resolve vir para separar-se de seu pai. Então migra com a mãe, tios e irmãos. Vão morar em uma casa de sala e cozinha, alugada, na Vila Campestre, zona Sul de São Paulo.

Aos sete anos, começa a estudar. Nessa época já haviam mudado para perto do bairro do Jabaquara. Aos nove, vai trabalhar na oficina mecânica do tio. Aos 11, pára de estudar para

poder trabalhar em horário integral com o tio, "*ajudar no orçamento da casa*". Não recebia nada; o dinheiro ia diretamente para sua mãe.

Com a morte do tio, um amigo indica-o para um emprego no Campo Belo, zona Sul de São Paulo. Assim, aos 14 anos, Juraci tem seu primeiro emprego registrado, como metalúrgico. Começou como ajudante; quatro anos depois já trabalhava na prensa, fazendo "*aquelas arruelinhas*". A empresa vendia as peças para a Volkswagen. "*Aí cheguei lá, fui aprendendo. Fui aprendendo, aprendendo, aprendendo, até chegar a prensista.*" A empresa era pequena, tinha cinco funcionários. Então "*é quando começou a preguiça. Falei pra você que eu não gostava de trabalhar?*". Conta que faltava demais; era bom no que fazia, mas não gostava de trabalhar. Trabalhava porque tinha de ajudar no orçamento da casa.

A situação estava difícil; morava com a mãe e a irmã e o dinheiro não dava para pagar o aluguel. São despejados. "*Aí nós tivemos que pegar à noite, né, e jogar tudo no mato, né, as coisas que nós tinha.*" Vão morar no Cambuci com uma tia, "*Aí sabe como é que é, agüenta isso de um, agüenta isso do outro... Maior humilhação.*"

Um ano depois, o namorado da irmã indica-lhes um quartinho de aluguel, e assim voltam para o Jardim Comercial, próximo ao Jd. São Luís, "*baratinho, baratinho mesmo*". Vai com a mãe; o meio-irmão – "*de uma aventura que ela teve*" – e com a filha de sua irmã – "*de um outro rapaz*", não aquele que indicou a casa. Morando lá, sua mãe conhece "*esse senhor aí, que também tava sozinho, tinha separado da esposa, tava morando sozinho... e tava querendo uma companheira, né, pra morar.*" Parece ser uma boa solução. "*Eu falei, 'pôxa, bacana, mãe. Pelo menos nós vamos sair um pouco desse sufoco'. Pra mim foi um alivio.*" Até então chegaram a passar fome, "*ia no mato catar chuchu pra poder comer*", fumava e não tinha dinheiro para o cigarro, "*chegava a catar bituca do chão, pedir cigarro pros outros pra poder fumar*". Todo seu salário, mais os bicos que a mãe fazia, iam para pagar o aluguel. Com o casamento, mudam-se para o Jd. São Luís, para a casa "*desse senhor*".

"*Aliviado*", Juraci resolve "*pedir as contas*", porque o serviço ficava muito longe de casa. Arruma então um emprego em uma firma de calhas, na qual fica por quatro anos. Quando perguntamos por que não procurou outro emprego de metalúrgico, responde "*porque aquele tempo lá, você arrumava emprego em qualquer lugar (...) você saía de uma firma e entrava em outra*". Essa facilidade parece ser uma constante em sua vida durante muitos anos: em 35

anos de trabalho, teve 11 empregos diferentes, sendo que passou 10 anos em um só, sem contar as andanças pelo mercado informal. "... *naquele tempo você arrumava... qualquer um que saia de um emprego hoje, você arrumava outro emprego amanhã*". Entra nesse emprego como ajudante e quatro anos depois sai como oficial de instalação de calhas. Junto com o trabalho, ao mudar para o Jd. São Luís começa a "*fazer as besteiras*". Usava drogas, "*ia na macumba, (...) no baile*", e fazia "*pequenos roubos*". Furtava com os amigos, lingüiça do açougue, cerveja do "baile", chegou a roubar dinheiro de um clube. A constante mudança de empregos parece estar associada à vida que levava no bairro com os amigos; passava as noites fora de casa, "*não queria saber de trabalhar*". Faltava muito e, quando não era demitido, pedia demissão.

Em 1978, com 22 anos, começa a namorar sua atual esposa, "*era de brincadeira (...) sempre continuando na farra, né... bailes, dança...*". Briga com a mãe, por causa de "*desemprego, dinheiro*". Fogem juntos e vão morar em um quartinho sem nada, "*não tinha nem cimento, era só chão (...) cozinhava no fogão jacaré (...) a luz era de querosene*". Resolvem falar com os pais dela. Casam-se e o sogro constrói um "*barraco no quintal*" para eles morarem. Até hoje Juraci vive nessa mesma casa. É "*um barraco de madeira*", coberto com telhas de amianto, com três cômodos: uma pequena cozinha logo na entrada, uma sala e um quarto. Na parede do fundo da sala há uma cortina de plástico que faz a divisão com o quarto. Nesses dois cômodos dormem ele e a esposa, seus cinco filhos mais uma neta. Diz que não quer investir na casa: "E*u sempre quis ter a minha casa, não construir na casa... Porque eu pensava assim, 'se eu for construir aqui, depois vai ficar aqui pra eles'.* (...) *Eu sempre acreditei nisso, que eu ia ter* [a própria casa]. *Eu queria ter. É por isso que eu nunca construí lá.*"

Mesmo casado, Juraci continua, como diz, "*na gandaia*". Sua esposa perde três filhos durante a gestação. Ele continuava saindo com os amigos. O casamento e o emprego não impedem que continue na vida das "*besteiras*". Sua esposa faz um tratamento e aos 23 anos Juraci tem seu primeiro filho.

Em meio à vida noturna vai pedindo as contas dos empregos. Pede demissão da firma de calhas, entra em outra "*firminha pequena, pra trabalhar com prensa de novo*", não gosta de lá, pede demissão novamente e então, aos 26 anos (1982), consegue emprego na Monark, uma

das maiores fábricantes de bicicletas do país, para trabalhar com uma máquina como "*embuxador de guidão*". Consegue o emprego nas filas na porta da empresa, "*aí chegava gente, chegava a jogar até a carteira lá dentro*". Novamente na vida de metalúrgico, registrado, diz que gostava de lá porque havia muitas greves. "*Cada vez que era greve, um aumento pra nós. Sempre ganhava.*" As greves dos metalúrgicos que marcariam aquela década, para Juraci significavam a possibilidade de não trabalhar. Não participava do movimento, ia para casa. "*Eu não queria saber de trabalho. Não trabalhando, pra mim, tava bom.*" Fica dois anos lá; poderia ser demitido por justa causa, "*porque eu faltava demais, eu ia no hospital, lá no convênio, sozinho, falava que tava com dor nas costas. Só pra eles me darem um atestado.*". Após três anos na Monark, faz um acordo com a empresa, sai e consegue receber o fundo de garantia.

"*Mas eu gastava assim... sabe? Eu nem sei.*" Iniciam-se as dificuldades para arrumar outro emprego. "*Já tava começando a ficar ruim. 85, 86, por aí, já tava começando a ficar ruim de arrumar serviço.*" Sua terceira filha estava para nascer. Junta-se com um amigo para trabalhar como ajudante de pedreiro. O homem que então só tinha trabalhado em fábricas, registrado e com direitos garantidos, inicia-se nos trabalhos temporários e em uma atividade que nunca tinha feito antes. Fica aproximadamente um ano na construção. Um dia vê uma placa na porta de uma firma; já havia feito um trabalho de pedreiro na casa do dono dela e o chefe morava na sua rua. "*Aí eu peguei e falei pra ele assim: 'Dá pra você arrumar um serviço lá pra mim?'. O dono da firma.*" Empresa metalúrgica novamente; faziam "*máquina pra laminação de vidro*". Fica nesse emprego por 10 anos. Era empresa pequena, com 10 funcionários. Vai trabalhar no almoxarifado, sai como operador de "*máquina de fresadora*". Esse trabalho demandava curso técnico; não tinha, aprendeu "*tudo lá dentro mesmo*".

Antes de sair desse emprego, começam os problemas conjugais. "*Aí que minha vida virou um martírio. Aí que começou o sofrimento da minha vida.*" Sua esposa, desconfiada, começa a vigiá-lo, até mesmo no trabalho. Para ele a demissão do emprego estava relacionada com a crise no casamento. "*É inconfiança, inconfiança total. E você não fica bem assim, num casamento. Aí pronto, eu comecei a perder o emprego, não deu mais nada certo, perdi o emprego, tá vendo como uma coisa tem a ver com a outra?*"

O "*martírio*" de Juraci começa em plena década de 90; o desemprego vem com a proposta de terceirização de seu trabalho. Na empresa em que teve mais estabilidade – 10 anos trabalhando – é que virá o desemprego, não pelas faltas constantes mas pela proposta de mudança em sua relação de trabalho. "*Eles resolveram é, separar a... a firma* (...) *Separar a usinagem. Que era eu, era eu, e mais algumas pessoas, né. Enfim, e trabalhar pra eles, né, eles davam o material, e eles cobravam uma porcentagem. Só que a gente, fora de lá. A gente ia trabalhar, alugar um salão.*" A princípio, gosta da idéia de ter um negócio próprio: "*Eu pensei 'Vai dar certo! Acabou o miserê!*". Alugam um salão; a própria empresa emprestaria as máquinas, que depois de algum tempo eles deveriam comprar. Mas não dá certo. Juraci desentende-se com os outros. Nessa época resolve parar de beber e de sair, "*eu me empenhando, me empenhando, me empenhando, porque eu sabia que o negócio era meu, né, e ia dar certo*". Tem problemas com os colegas, "*eles começou bebendo, não prestava mais atenção no serviço, e... e deixava tudo por minha conta... eu falei 'por minha conta não.*" Sai de lá e algum tempo depois os outros fecham a firma, "*afundou*".

Da terceirização ao desemprego. Juraci não conseguia mais retornar ao mercado de trabalho formal. "*Aí... foi onde eu cheguei no fundo do poço. Que ela ficou grávida, e eu desempregado... e eu não sabia mais o que fazer. 'E agora?'. Emprego eu não arrumava, naquela época emprego tá ruim, né? Não arrumava emprego nenhum, né? Eu falei 'e agora?*" A rede de amigos que antes mobilizava na procura de um emprego também não mais funcionava, "*Aí foi aonde que eu tava sofrendo... eu não tinha, meus amigos sumiu... Não apareceu um pra me ajudar. E eu num sufoco danado. Com a mulher grávida, e eu desempregado. E eu fiquei sem saber o que fazer.*"

Então, entra para a Igreja Universal. Já tinha passado por lá, mas não gostava. Brincava com a cunhada que tentou levá-lo, "*ela olhou bem na minha cara, falou 'um dia, eu vou te ver lá'. Eu falei 'eu??? Hahaha!!!' E dava risada.*" Com a quarta filha prestes a nascer e desempregado, começa a freqüentar a Igreja Universal. "*Agora me pergunta, como é que eu fui pra lá? Como é que eu sabia que lá era o fim dos meus problemas? Fui sozinho, ninguém me convidou, nada. Fui sozinho.*"

Torna-se um evangélico dedicado, indo assiduamente aos cultos. E assim, estando dentro da igreja, Juraci mobiliza um novo campo de relações, de informações e de acessos. Três meses

depois de convertido, um rapaz da igreja, com o qual jogava bola antigamente, arruma para ele um emprego de ascensorista, no qual permanece 10 meses. Já no discurso de convertido, Juraci não deve mais sair do trabalho; agora quer crescer dentro da empresa... "*Eu queria sair de lá, conheci esse rapaz, sempre falando com Deus, orando a Deus, que eu não queria, que a igreja ensina muito a gente não aceitar a ficar... desempregado, desocupado... tudo isso pra Deus nós pede, né. Então eu continuava fazendo isso, né, é, não aceitando, erguia a cabeça, tudo, não queria ficar, eu falei 'não quero ficar aqui nesse ascensorista, não, eu quero crescer aqui.*" Trabalhava a semana inteira, sem folgas. Consegue passar para a manutenção e assim tem o domingo livre para "*ir na igreja*".

Sai desse emprego, é despedido. Segundo ele, "*quis ser mandado embora, porque eu não queria mais trabalhar*". Em sua narrativa não fica claro o motivo da demissão; diz que queria ter o próprio negócio. Sua filha já tinha um ano; aparentemente as entradas de Juraci nos empregos coincidem com os nascimentos dos filhos. Resolve que quer trabalhar por conta própria; usa o dinheiro recebido com a demissão para montar uma barraca de cachorro-quente em frente à Igreja Universal da av. João Dias. Perguntamos por que quis sair de um emprego fixo para trabalhar por conta própria: "*Eu ia ser de mim. Eu ia ser de mim. Eu resolvi... aí eu conheci outras pessoas, também... né, aqui da igreja... mas só que não seu certo, infelizmente.*" Como o movimento era pequeno, muda-se para a frente da igreja do Jd. São Luís; trabalhava de manhã até nove horas da noite. A venda de cachorro-quente, que se prolongou por alguns meses após o último emprego, fracassa e ele volta a "*trabalhar de empregado de novo*".

O amigo que o havia indicado para o serviço de ascensorista abre uma firma própria e convida Juraci para trabalhar com ele. Retorna então à mesma atividade, com "*a mesma maquininha de antes*". Fica lá por dois anos. Continuava faltando ao trabalho, "*mas uma bagunça agora de preguiça, não de rolo, você entendeu?*" É demitido por volta de 2002. Retorna ao mercado informal.

Torna-se representante de uma marca de perfumes. A dona do empreendimento era da igreja. "*Batia de porta em porta, nas ruas, assim. Eu nunca fui bom no negócio, né. Mas, tava desempregado, né?*". Não dá certo. Vendia no bairro. Ao perguntarmos como escolhia onde ia vender, "*eu não escolhia, eu ia*", "*eu ia assim... falava 'vamos pra lá!'. E ia*". Fez um curso

na empresa para aprender a vender, saía com amostras de perfume, passando de casa em casa. Não fica nessa atividade muito tempo. Então, um amigo chama-o para vender sacos de lixo.

Pegava os sacos em uma firma da av. João Dias e saía vendendo. Juraci não fala muito sobre esse período; conta brevemente sobre o momento das atividades informais, resumindo que vendeu "*saco de lixo, perfume e depois churrasquinho*". Ao entrevistarmos seu filho Wilson, hoje com 25 anos, é que pudemos ter a dimensão dessa experiência. Juraci e os dois filhos compravam sacos de lixo de uma empresa em Santo Amaro e passavam as tardes batendo de porta em porta na região do Morumbi; "*Era Morumbi, Giovanni, em oficinas, lugar que a gente via que juntava bastante lixo. Até marcenaria, casa, principalmente casas, mansões. A gente ia pro Morumbi, pros jardins (...) então a gente ia, pegava a rua inteirinha, principalmente rua grande. Rua grande assim, é.... mais onde a gente ia assim, porque tem mais ruas e mais casas, mansões, casas grandes.*" Wilson não gostava do trabalho, "*era cansativo. Sol na cabeça*". Trabalha junto com Juraci por aproximadamente cinco meses. Tinham uma clientela fixa, algumas pessoas telefonavam nos fins de semana para encomendar sacos de lixo. Enquanto seu pai continua na mesma atividade, Wilson resolve vender balas. "*Pô, saco de lixo? Andar com ele nas costas, maior sol... mas dava mais dinheiro. E foi assim. Então por isso que eu fui na bala, porque era era mais fácil.*" As balas davam menos dinheiro, mas ele não precisava ficar carregando e podia vender no seu próprio bairro, "*aí já não é mais tão casa assim, né, assim, mansão. Era mais assim periferia, um comércio... cinqüenta centavos o pacote...*". Diz-nos que as pessoas compravam as balas para ajudá-lo, "*porque a pessoa, assim, chegava com a bala, eu não sei o que acontece com as pessoas, mas chegava assim e ficava tipo com dó, não sei. Apesar que a gente não chegava chorando pra pessoa, ali era nosso trabalho. Mas talvez, o jeito que a gente falava, saía mais fácil, 'bom dia senhor, bom dia senhor. Dá pra senhora me ajudar, comprar um pacote de bala.' Então a pessoa ficava tipo, como é que é a palavra... Me fugiu a palavra agora.... Não é dó.* (...) *Comovido.*" Vende balas por alguns meses, enquanto o pai continua vendendo os sacos de lixo com seu irmão. Também não gostava dessa outra atividade, "*andar, vendas, vendas e andar, eu não gosto. Parei de novo.*" Juraci também desiste, "*a gente parou e pensou: Poxa, se nós conseguirmos emprego vai ficar mais fácil também. Não adianta fazer o que não gosta, né.*" Wilson procura agências de emprego em Santo Amaro; consegue trabalho em uma empresa de telemarketing: vender "*cartões de compra*". O trabalho deixava-o "*nervoso*"; fica

uma semana, não consegue vender nenhum e desiste do emprego. Um ano depois, volta para o ramo de marcenaria, em que já trabalhara anteriormente. Até a época da entrevista, permanecia no mesmo emprego. No ano em que fica desempregado, 2002, Wilson também entra para a igreja, devido a "*decepções amorosas*". Faz um curso para ser pastor; torna-se obreiro. Passa a dormir na igreja diariamente, exceto nos fins de semana. "*Eu durmo lá, venho em casa, me troco, vou pro trabalho. Do trabalho, seis horas chego aqui seis e dez, correndo, já me arrumo, porque a reunião é sete e meia.*" Hoje quer ser pastor e ir para a África, "*eu gosto de estar aonde tem gente sofrendo. Todo lugar tem, mas lá, é fome, sabe. A fome predomina. Eu vejo na televisão, assim, eu falo 'pôxa, eu quero ir pra lá. De alguma forma eu quero ajudar.*" Recentemente soubemos que estava em Minas Gerais, para tornar-se pastor.

O metalúrgico então tinha se tornado vendedor de sacos de lixo. Impossível não fazer um paralelo do que vendia com a idéia de descartabilidade social. Sai do seu barraco na periferia para bater nas portas das mansões no Morumbi, atividade difícil de realizar – melhor tentar vender balas no próprio bairro, ou inventar alguma outra forma de ganhar dinheiro. Juraci então monta uma barraca de churrasquinho na rua da igreja; fica só dois dias. Tão pouco tempo porque "*eu não vendi nada e a carne acabou. E eu não tinha dinheiro pra comprar mais carne*". Dois dias tentando, não dá certo, "*comi tudo*".

Enfim, depois de aventurar-se pelas mansões do Morumbi vendendo sacos de lixo, ser representante de uma marca de perfumes e comer toda a carne que tentava vender, Juraci encontra-se no auge da falta de perspectivas. Não encontrou possibilidades de voltar a ter um emprego, arriscou-se na informalidade, não conseguiu. Ainda que a igreja lhe acene com alternativas – de ascensorista a vendedor de perfumes, ou montando barracas de alimentos nas suas proximidades –, as perspectivas são cada vez menores. Então, é a vez de tentar os programas da Prefeitura. "*Aí chegou uma pessoa lá na igreja e falou assim pra mim: 'ó, tá abrindo um concurso aí, na... no colégio.. (...) Tá abrindo um curso lá... um negócio do Começar de Novo, tá abrindo Renda Mínima... e outro negócio lá, do Bolsa Trabalho. Vai lá fazer a inscrição, rapaz!*". A princípio resiste, "*eu lá quero saber de governo?*". O outro insiste; os programas já estavam se integrando no cotidiano das pessoas, "*Aí no outro dia ele falou 'ô rapaz, eu fui lá. Eu fiz a minha lá, vou receber, tal.*" Resolve ver de perto, "*eu vou lá pra saber como é isso aí*". Ao chegar, vê a fila enorme, "*tava meio desconfiado, e eu nunca gostei de pegar fila*"; orientam-no para voltar no dia seguinte e "o *pior é que eu fui, fui e*

consegui. Consegui de... me inscrever pro Começar de Novo, pro Renda Mínima... e o meu filho pro... Bolsa Trabalho."

Começam os cursos. Juraci fala-nos sobre o de "cidadania". "*Ela* [a professora] *queria resgatar uma coisa que eu já tinha aprendido, né? Que era a nossa auto-estima. Mas isso aí eu já tinha aprendido tudo na igreja, né, que a igreja ensina tudo isso, né? É você nunca abaixar a cabeça, sempre seguir em frente, tal. E ela ensinava isso lá. Porque tinha muitas pessoas realmente que tava assim.*" Enfim, o que era ensinado no curso de "cidadania" ele já aprendera na igreja. "*Aprendemos a conhecer as outras pessoas também. Mas a auto-estima, eu já tinha feito tudo isso.*" Tinha quatro horas de aula, diariamente.

Passa para o curso de cooperativismo. "*Eu queria estudar, aprender... porque eu já sabia que dali ia sair alguma coisa.*" Empenha-se nas aulas; fala-nos sobre as pessoas (a grande maioria) que freqüentavam só para receber o benefício. "*Muita gente não acreditava não. Muita gente não acreditava que ia sair o que tá saindo aqui hoje. Aí então muita gente pegou e só ia lá dentro porque queria receber o dinheiro. E depois cair fora. Nem se interessava.*" Diz que com ele era diferente, "*eu me interessei muito, muito mesmo, por esse trabalho*". Interessou-se porque "*sabia que ia sair alguma coisa*". Como tantos beneficiários, Juraci tem suas próprias idéias sobre os motivos de a Prefeitura realizar esses programas. Enquanto Marli e José, após um ano de tentativas, concluem que "*aquilo foi tudo enrolação*", que os cursos que "*eles inventaram*", eram "*enganação*", para Juraci "*a Prefeitura, a Marta, né, ela não ia querer gastar, tirar nós, de nossas casas, à toa, né? Porque nós poderíamos estar muito bem, enquanto nós estamos aqui, nessas quatro horas, poderia estar fazendo alguma coisa pra ganhar dinheiro. E ela não ia tirar nós à toa!*". Justificativa muito coerente; se a Prefeitura montou um programa que as pessoas, muitas pessoas, eram obrigadas a freqüentar, era porque tinha um objetivo maior, afinal os beneficiários poderiam estar "*fazendo alguma coisa pra ganhar dinheiro*" e a Prefeitura não iria "*gastar*" e "*tirar nós de nossas casas*" sem "*dar em alguma coisa*". Não é "à *toa*" que Juraci pensa dessa forma; afinal, durante meses os programas foram sua principal fonte de renda: somados todos os benefícios que sua família conseguiu, recebiam um total de mais de quinhentos reais por mês. Perfaziam o mesmo valor

que sua esposa conseguia trabalhando diariamente como doméstica[36]. Ponderando que havia uma finalidade maior nos programas, Juraci empenha-se nos cursos: "*Aos pouquinhos, acho que ela* [a professora de cidadania] *não queria soltar, mas aos pouquinhos ela soltava e eu... como eu prestava muita atenção... ficava só pescando, tal.*"

Então inicia-se a incubação, o processo de estruturação das cooperativas. "*Eu não queria cooperativa. Porque eu fiquei sabendo que cooperativa era... uma ou mais, sete, 20 pessoas, eu não queria, né. Eu quero um negócio pra mim, sozinho.*" Achava que muitas pessoas trabalhando juntas não poderia dar certo. "*Eu não vou querer ficar aqui não, porque eu pensei que o meu negócio aqui era sozinho. Eu quero o meu sozinho, não quero trabalhar com um monte de gente, não, porque isso aí dá uma perturbação...*" O formador recomenda que, mesmo sem querer montar cooperativa, ele continue freqüentando o curso até o término do benefício. "*Fiquei e acabei me interessando.*"

Uma das alunas convida-o: "*Ô Juraci! Vamos abrir um restaurante?' 'Vamos. O que que nós tem que fazer?*". Então começa a assumir o papel de liderança no grupo, conscientemente: "*Aí, quando chegou aquele momento, de todo mundo se juntar, e perguntar 'quem quer isso, quem quer aquilo', algumas pessoas vieram pro meu lado, né. E aí eu comecei a liderar.*"

Liderar o grupo e a escolha do segmento em que iriam trabalhar. As pessoas iam se juntando, sem saber bem o que queriam, novamente na dimensão fantasiosa do "*qual o seu sonho*": "*Eu falava logo, levantava e falava 'eu quero abrir um restaurante'. Aí o José* [formador]*: 'quem mais quer abrir um restaurante?'. Aí foi vindo pessoas, foi vindo, foi vindo, vindo, vindo.*" Sua turma fica com 16 pessoas, entre as quais Consoladora. Vão saindo, ficam sete. Odília ele já conhecia anteriormente; os outros por terem feito o curso com o mesmo formador.

Juntam-se, doam alimentos, uma parte do benefício, fazem panfletos e começam a vender. "*É... aí cada um deu um pouquinho de cada coisa, depois, dois dias antes eu e o Cléber começamos a panfletar, aí na segunda-feira, dia 28, nós começamos a trabalhar aqui. E*

---

[36] Apesar de falar pouco sobre Edna, sua esposa, e não querer que ela nos desse entrevista – afinal, sabíamos de coisas perigosas para seu casamento – , na narrativa de Juraci fica explícito que Edna só trabalhou fora de casa nos momentos economicamente mais difíceis da família, quando ele ficou desempregado e foi trabalhar como ajudante de pedreiro, e atualmente. Sempre como empregada doméstica.

esperamos o resultado. O que deu nós tinha feito. Agora era só o resultado. Começamos com cinco marmitex no primeiro dia. E essa foi a história até chegar aqui."

Na época da entrevista – final de 2003 – estavam aguardando a resposta ao pedido de empréstimo que apresentaram ao programa São Paulo Confia. Apesar de querer ter seu próprio negócio, Juraci adquire um reconhecimento do grupo como homem calmo, ponderado, decidido. "*É difícil, o ser humano, é difícil você mexer com ele. E sempre tem que ter alguém que tem calma, que pára e pensa. E esse alguém, não pra me vangloriar, sou eu. Eles mesmo falam, eles mesmo falam, a dona Olga sempre fala, se um dia eu sair daqui, isso aqui cai.*" Atribui essa liderança às mudanças em sua personalidade graças à conversão evangélica: "*Eu sou aquele rapaz que pára, pensa, analisa, né, tem uns brigando, eu não esquento a cabeça... Tudo isso eu aprendi. Mas eu não era assim não, tá? (...) o Senhor Jesus mudou a minha vida. O meu modo de ser, o meu modo de pensar, o meu modo de vestir, o meu modo de andar...*". Devido à religião, tornou-se homem correto, "*Eu era rancoroso, brigava, xingava, não tinha respeito pelas pessoas... é, não sabia nem falar (...) Tudo isso ela me ensinou, ela mudou toda a minha vida.*"

"*Não sabia nem falar*" e hoje Juraci leva "*a palavra de Deus*" para outras pessoas. Tornou-se obreiro, o que significa que todos os dias, após o culto, fica na igreja para dar conselhos às "*pessoas que estão com problemas*". Algumas pessoas organizam reuniões para ele falar sobre a igreja a jovens, a não-convertidos. "*Por isso que eu estou lá há sete anos, e hoje, eu ensino aquilo que eu aprendi. Por isso que eu falei assim que eu tenho um compromisso a mais, que eu vou todo dia. Eu tenho um compromisso a mais, lá na Igreja Universal do Reino de Deus.*" Nas pregações, "*o objetivo é levar mais pessoas pra igreja, ensinar elas, acabar enfim com o sofrimento delas. Esse é o meu trabalho.*"

Enfim, para Juraci, sua vida tem um antes e um depois: os tempos de vida desregrada, indisciplinada, o homem que bebia, usava drogas, mudava de emprego, não guardava dinheiro; e agora o homem correto, determinado, que dissemina a religião e "*ajuda as pessoas a resolverem seus problemas*". Para ele, a passagem de uma vida para outra obviamente tem como divisor o ingresso na Igreja Universal. Torna-se evangélico em plena década de 90 – período marcado pelas terceirizações e demissões da indústria –, após mais de 20 anos de vida desregrada mas com emprego garantido. "*Lá é assim, você vai lá, você entra, vamos dizer*

assim, cheio de problemas, como eu entrei, aí você aprende a lutar contra o seu problema, a lutar contra... contra as coisas, a lutar pela vida, a se erguer, que você chega lá pra baixo, né, eles te ensinam você a ficar por cima." Em um misto de depuração do passado e transformação da personalidade, "*ali vai trabalhando, vai trabalhando, a pessoa vai se libertando, conforme o tempo que você vai na igreja, vai se libertando de tudo o que é ruim que você fez, o que você tem.*" Ao adotar a religião, Juraci torna-se o homem fiel à igreja e a seu casamento, assim como ao seu trabalho.

O discurso evangélico está imbuído também da determinação pelo sucesso. Quando Juraci nos fala da cooperativa, há em seu discurso algo que não ouvimos dos outros integrantes. É ele que pensa em abrir uma filial, é ele que diz que a cooperativa está ficando famosa; "*prosperar*" é o termo que usa. "*E eu creio que isso aqui... vai... vai ouvir falar muito de nós. A partir do momento que começar a crescer... aí nós não vamos parar não. Pode vir a dificuldade que for. Não vou parar não. Vou em frente aqui.*"

O "*progredir sempre*" talvez explique um pouco do fato de hoje o Restaurante Diferente ser uma das únicas cooperativas do Jd. São Luís e também uma das poucas de todo o Oportunidade Solidária. Já saiu na mídia algumas vezes, já receberam políticos, pessoas da administração municipal. O restaurante adquire visibilidade por ser uma das poucas cooperativas que deram certo. Juraci, liderança desde o começo, imprime uma determinação que foi de encontro às motivações de cada um.. É como se essa lógica do sucesso impulsionasse o projeto a ultrapassar aquela dimensão do "qual é o seu sonho" para lidar com as condições, dificuldades e possibilidades materiais. Esse é um dos poucos grupos que não apenas solicitaram um empréstimo à Prefeitura – raros chegaram a elaborar todo o complicado "plano de negócios" exigido pelo São Paulo Confia – como conseguiram receber o dinheiro e depois pagar a dívida.

Para Juraci, a religião tornou-se um caminho para reestruturar sua vida. Antes vivia com a certeza do emprego que também propiciava sua indisciplina e inconstância tanto na relação com o trabalho quanto com a família; com o desemprego encontra na religião um novo *ethos*, pelo qual adquire determinação e dedicação a ambos.

Odília, hoje 59 anos também é evangélica, mas a opção pela religião se deu por outros caminhos. No entanto, também desempenha um papel fundamental na determinação pelo

sucesso que permeia os caminhos da cooperativa. Mãe de oito filhos, viúva, ela nos apresenta também um antes e um depois que, mais do que marcados pela religião, são definidos pelo desemprego e pela morte de seu marido.

Odília: viúva-estudante-evangélica que voltou a trabalhar

Cabelos bem brancos, olhos grandes, estatura pequena, beirando os 60 anos. D. Odília concedeu-nos a entrevista em sua casa, a mesma que hospedou a primeira cozinha do Restaurante Diferente. Mora em um embrião do Promorar hoje totalmente transformado em uma casa de dois andares, inacabada; ela pretende construir o terceiro. No primeiro andar mora um dos filhos com a esposa e sua neta em um cômodo; ao fundo, a cozinha. No segundo andar, três quartos e um banheiro. Uma casa grande, que no entanto abriga 10 pessoas mais uma criança. Além de um filho que foi assassinado, Odília teve sete outros, sem contar os dois do primeiro casamento. Todos os dessa segunda união moram com ela.

D. Odília saiu de Cabrália Paulista, São Paulo, aos 16 anos. Lá, trabalhava na roça. Uma prima que tinha vindo "*pra cidade*" "*falou que aqui era bom de emprego*"; e "*como eu vivia cansada de trabalhar na roça, sabe, jovem quer aventurar, né?*", vem com ela para um emprego já arranjado. Conheceu o primeiro marido aos 20 anos; ele trabalhava na construção civil, ela em casa de família. Abandonou-a com os dois filhos pequenos; foi para Minas. "*Chegou lá, tinha um fazendeiro que obrigou ele a casar à força com a filha dele.*"

O patrão de Odília arruma um colégio interno para ela deixar os filhos e poder continuar no trabalho; segundo ela, foi isso que garantiu os estudos e a boa formação dos dois. Sua filha hoje está nos EUA; perdeu contato com ela há 18 anos, não sabe o que faz nem como está. Aos 29 anos, Odília conhece o segundo marido. O fato de ela já ter dois filhos não era problema: "*eu quero uma mulher que lave a minha roupa e faça comida pra mim.*" Casam-se e alugam um barraco de madeira em um terreno no Capão Redondo. Moraram em vários lugares, inclusive em uma favela no Jd. São Luís. Por fim compram uma casinha no Capão Redondo e fazem uma permuta com um amigo que tinha um embrião no Promorar. Odília vive lá há quase 15 anos.

Até os anos 70, trabalhou em casa de família. Passou por vários empregos; conta sobre a facilidade de arrumar trabalho. "*Ah, a dona fulana paga tanto'. Se eu estava ganhando menos, eu já ia. Agora ninguém pode fazer mais isso, que não acha emprego. Naquela época achava. Eu mesma, tava trabalhando, às vezes saía para comprar um pão, ou tava varrendo uma calçada, vinha uma senhora 'você não sabe quem quer trabalhar, eu te pago o dobro para você vir trabalhar comigo', era sempre assim. A minha vida foi sempre assim.*" Com os filhos pequenos, não queria mais dormir no trabalho; por isso resolve mudar de ramo. "*Tem os horário deles lá que eles fazem, e a gente tem que cumprir... E firma não, você trabalhou, chegou teu horário você vai embora. E foi por isso que eu optei por trabalhar em firma.*" Com os "*conhecidos do ônibus*" fica sabendo de uma empresa que estava contratando; é admitida, torna-se auxiliar de limpeza em uma "*loja de carro*" na av. Nove de Julho. Passou por três empresas diferentes, todas com trabalho registrado. Na última, onde foi contratada em 1977, permaneceu por 11 anos.

Gostava do que fazia. Entretanto, seu marido incentiva-a a pedir demissão para trabalhar em um restaurante. Era final da década de 80; todos os filhos já haviam nascido e a família estava mudando para o Promorar. Depois de trabalhar nove anos em casas de família e mais 17 como auxiliar de limpeza, Odília muda de atividade. Não queria sair, mas a insistência do companheiro prevalece. Negocia com a firma, recebe por seus direitos e vai trabalhar em um restaurante. Nesse período, seu marido, que antes trabalhava na construção civil, já tinha se tornado taxista, primeiro com carros de frota e depois com um veículo próprio que adquiriu. Quando mudam para o Promorar, ele monta uma oficina mecânica na garagem da casa; trabalhava de dia como mecânico e à noite como taxista.

Em 1995, sete anos depois, a dona do restaurante "*dá um golpe*" nos funcionários. Declara falência e fecha o estabelecimento, sem pagar o fundo de garantia de ninguém – segundo Odília, deveria ter recebido em torno de 20 mil reais. Esse foi seu último emprego desde então. "*É, aí já não achava mais... Já estava com a idade avançada, né? 40 para cima...*". Para a mulher com 50 anos, baixa escolaridade, semi-analfabeta, as dificuldades para conseguir emprego eram grandes: "*procurei ainda, mas não consegui mais*". Odília é pega pelas reestruturações da década de 90. Se antes trabalhou continuamente, primeiro em casas de família, depois com limpeza e então no restaurante, naquela década já sente o peso da idade e da falta de qualificação para um mercado cada vez mais exigente e restrito; homens e

mulheres de 40 anos não mais teriam a facilidade de transitar de um emprego para outro, muito menos a garantia do trabalho registrado. A estabilidade de ficar sete, 11 anos no mesmo emprego havia acabado.

Um ano antes de vir o desemprego, seu filho, Rogério, de 16 anos e seu marido são assassinados. Motivo: briga de bar. Vinte dias depois de discutir com um amigo em um jogo de sinuca, o marido retorna ao boteco; estava com três filhos no carro. Ao parar na porta do estabelecimento, leva três tiros; um atinge o filho que estava do seu lado. Os dois morrem. Odília sabe quem foi, mas não conta para a polícia, *"Eu não falei. Falaram que tinham uns outros aí, eu falei 'vou falar? Depois nem..."* O assassino e sua família não moram mais no Promorar; ela preferiu deixar a história de lado: *"foram embora. Mas não fiz nada, entreguei nas mãos de Deus, Deus faz, né?"*. Era um conhecido: *"Esse cara que matou ele, quando a gente morava lá embaixo, a gente emprestava luz pra ele. Tinha luz na casa da gente e eles não tinham, lá na favela, né."*

Conta-nos o ocorrido com simplicidade. *"É que ele gostava muito de beber cerveja, né, mas não assim pra sair. Aqui dentro de casa ele era muito rude com a gente, ele brigava com os filhos, batia, tudo. Mas não era assim de sair pra fazer coisas na rua, pra brigar, pra matar, ele nunca fez isso. Só que ele... saiu daqui, foi na casa da irmã dele que mora lá embaixo, e lá ele foi jogar, acho que snooker, não sei, e ele brigou com um rapaz lá"*. Com a simplicidade que caracteriza na periferia muitas das mortes pelos chamados "motivos fúteis". Brigas de bar, ofensas que terminam em tiros: acontecimentos que permeiam muitas histórias de vida. Conhecidos que um dia *"emprestam luz"* no outro brigam e então se matam. Às vezes ocorre o imprevisível, que não é tão imprevisto assim, de mais alguém morrer junto – nesse caso, um filho. Fica por isso mesmo, muitas vezes; afinal, a justiça traz consigo o medo de colocar em risco a vida de outros.[37]

Sobre a morte de Rogério, Odília não nos fala nada; apenas que *"é uma data que não esqueço, parece que para mim ficou gravada"*. Com relação ao marido, acha incomum, porque ele só era violento *"dentro de casa"* mas não na rua. Vai se delineando a figura do homem que

---

[37] Para uma reflexão acerca das tramas e viveres que giram em torno dos "motivos fúteis", ver INÊS. Ferreira, INES C. **Na ronda da pobreza: violencia na solidariedade.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas (no prelo).

queria alguém para "*lavar e cozinhar*", que batia nos filhos, que controlava e decidia os caminhos da vida de toda a família – o que explica a reação de Odília após a sua morte. Diz que passou a gostar do bairro depois da morte do companheiro; um ano depois deu início à reforma da casa. "*Porque aí eu comecei a viver, comecei a sair, ir para a igreja, ir para a escola... Ele não deixava eu fazer nada disso (...) Ele era muito bravo. Não deixava eu estudar, não deixava... mal trabalhar. (...) ele não deixava as crianças sair, nem estudar... Ele não queria deixar nem ir no colégio, queria que trabalhasse aqui na oficina com ele.*" Enfim, com seu assassinato as coisas mudaram, em certo sentido, para melhor. "*Depois que ele morreu é que melhorou muito, os meninos começaram a viver, começou a trabalhar... Hoje meus filhos vivem, antes eles não viviam direito, por causa do pai.*" Relato recorrente, sobre chefes de família que, enquanto homens da casa, têm autoridade para ditar e definir as regras do lar e da vida dos familiares, o que muitas vezes envolve violência. Odília explicita uma relação que se construiu em termos de mando-obediência, com um homem que cumpria o papel do chefe de família, sustentando a casa, trabalhando dia e noite, batendo nos filhos e mandando na mulher.

No ano seguinte, com a ajuda da filha mais velha, que trabalhava como secretária em uma clínica (e até hoje se mantém no mesmo emprego), dão início à reforma e ampliação da casa.

Como não conseguia mais emprego, Odília começa a trabalhar dentro de casa – algo que nunca tentara até então –, fazendo doces para vender. Algum tempo depois, participa de um curso de culinária no Centro Comunitário.

O curso desdobra-se em uma tentativa de montar uma cooperativa. Ela e mais três amigas alugam um salão em um bairro próximo e montam o empreendimento, por conta própria. Os filhos de Odília mensalmente ajudavam a pagar o aluguel do salão, os negócios iam bem, mas a cooperada que era responsável pela contabilidade estava roubando o dinheiro da cooperativa. Nove meses depois a parceria está desfeita. Outra amiga do curso convida-a para trabalhar com ela no Morumbi; vai, também não dá certo.

"*Aí eu falei para os meninos: 'eu não vou trabalhar mais não.' Aí eles falou: 'Ah, mãe, a senhora dentro de casa é muito melhor, porque a senhora trabalhando a senhora não traz dinheiro nenhum para dentro de casa, ninguém vê a senhora com dinheiro. A gente é que tem que estar ajudando.*" Volta para dentro de casa. Resolve então fazer doces e salgados para

festas, junto com "*uma menina da igreja. (...) Dava um dinheirinho.*" Até que estava dando certo. "*Ah, eu tenho as minhas coisinhas que eu comprei quando eu vendia, tem relógio, tem quadro, que eu comprei.*" Porém a companheira de trabalho muda-se do bairro. Fim da década de 90. Odília resolve desistir de ter uma ocupação. "*Ah, não vou fazer mais nada, não'. Aí fiquei sem fazer nada.*" Nesse período, cadastra-se para receber leite semanalmente no Centro comunitário, "*vai lá toda semana, assina, e recebe*".

Muitas mudanças na vida da mulher que era casada, tinha emprego e se torna viúva, desempregada e sem conseguir constituir outras formas de ocupação. Insere-se no universo da ajuda social, passando a receber leite. Quanto a trabalhar, desiste, recolhe-se à sua casa. Mas o recolhimento não combinava com seu modo de viver.

Naquela mesma época, meados de 2000, decide ingressar na Igreja Universal. Até então era católica, "*mas não ia muito não*". Via os programas e propagandas na TV, "*achava tão bonito*". Procura a igreja evangélica "*porque eu queria ter um pouco de paz, queria conhecer um pouco a Bíblia e... foi... Graças a Deus, me dei bem, gostei e estou até hoje... gosto muito.*". Hoje, com a cooperativa, só vai ao culto aos domingos; antes de começar a trabalhar ia todos os dias: não havia mais a responsabilidade rotineira e cotidiana do trabalho, a igreja então ocupava esse lugar. Torna-se uma evangélica devotada. A igreja faz sentido na vida de Odília em um momento determinado; tornar-se evangélica foi uma opção feita concomitantemente com o distanciamento do mundo do trabalho e a possibilidade de estar na rua, o que não acontecia quando seu companheiro estava vivo.

A igreja também lhe abre outras possibilidades: resolve voltar a estudar, entra em um curso de alfabetização desenvolvido no local. Na mesma época dos programas, um projeto da Secretaria de Ensino encaminha-a para a escola, onde passa a estudar todas as noite durante a semana. Além de assistir aos cultos e ler a Bíblia toda noite depois da aula, Odília também sai aos domingos para "*evangelizar, falar de Jesus para as pessoas*": ela e outros vão batendo de porta em porta, "*levando a palavra de Jesus*". Conta-nos que por isso já conhece "*o São Luís quase todo, porque eu ando tudo*". Através da igreja não só aprende a ler como também cria outras relações pelo bairro. Passou de desempregada analfabeta a estudante evangélica que tem o papel de disseminar sua religião.

Desistindo de tentar trabalhar e totalmente dedicada à religião, Odília fica sabendo no Centro Comunitario sobre os programas da Prefeitura. "*Aí quando apareceu o Começar de Novo, aí eu entrei para o Começar de Novo.*" Vai cadastrar-se. "*Enfrentei a fila e peguei. Três dias pra conseguir.*" Consegue o benefício, começa o curso de cidadania. Descreve-o assim: "*Só falavam, e eu só ouvia, eles falavam, eu só ia.*". Interessa-se pela possibilidade de voltar a trabalhar em uma cooperativa.

Odília entra para um grupo, mas as mulheres não sabiam bem o que pretendiam, "*uma queria montar um restaurante, queria montar um bufê, outra queria montar isso...*". Há tempos ela já planejava cozinhar para fora, idéia que é reforçada quando começa a receber o benefício. "'*Aqui nessa cozinha eu vou pôr um fogão industrial, que eu vou trabalhar para mim mesma', né. Eu falava, sozinha aqui, mas falava.*". Vê no recebimento da bolsa a possibilidade de fazer algo sem ter de pedir dinheiro aos filhos. Odília queria montar outro empreendimento, mas não sentia confiança no primeiro grupo, achava que "*não vai dar em nada*".

Um dia, indo para o curso, encontra Juraci; já o conhecia da igreja. Ao saber que o grupo dele quer montar um restaurante muda de turma. Aquela idéia de fazer alguma coisa em casa volta a ser uma possibilidade. Montam a cooperativa na garagem de sua casa. Um ano depois, recebem o empréstimo de quatro mil reais, mudam-se para o salão alugado.

Indagamos sobre o trabalho no Diferente. "*Eu acho muito bom, muito legal*". Trabalhando na cooperativa pode sair da casa tão movimentada. "*Nossa... pelo meu gosto eu não ficava nem um dia aqui em casa, os meninos brigam, que eu queria estar lá todos os dias. Mas como tem um dia pra ficar aqui, cuidar da casa, então... Mas pra mim eu estava lá todo dia, todo dia.*" Se não está na cooperativa, está na escola, ou na igreja, ou na rua, evangelizando. Não tem dúvidas sobre o futuro da cooperativa, diz que vai dar certo, "*acho não, eu tenho certeza! (...) vai durar. Com fé em Deus.*" A fé não é só de d. Odília: Cléber e Juraci também são evangélicos e Olga é testemunha de Jeová.

Hoje, Odília trabalha todos os dias, de manhã e à tarde. À noite vai para escola. Aos domingos, "*pode estar chovendo, pode estar frio, pode estar o dia assim, dia que está aquele gelo*", levanta às cinco e meia da manhã, para ir ao culto e depois sair pelo Jd. São Luís para

evangelizar. Enfim, a senhora de quase 60 anos não pára em casa, alternando o trabalho com o estudo e a religião.

Com uma trajetória ocupacional relativamente estável, Odília permaneceu em alguns empregos por longos períodos. Teve três profissões: empregada doméstica, auxiliar de limpeza e ajudante de cozinha; na maioria do tempo era registrada. As mudanças de emprego davam-se quase sempre devido a oferta de um salário melhor, às vezes por causa de "golpes" dos patrões. Trabalhou quase ininterruptamente dos 16 aos 50 anos de idade, tendo nesse período 10 filhos e dois maridos. Do trabalho para a casa, da casa para o trabalho durante muitos anos, numa rotina permeada pela violência e o cerceamento de seu falecido marido.

Assim como a perda do marido, a perda da possibilidade de emprego muda o rumo de sua vida, e desde muito antes do Oportunidade Solidária ela já estava se arriscando pelo empreendedorismo: montou cooperativa, fez sociedade em casa com outra amiga – experiências que provavelmente foram fundamentais para a consolidação do Restaurante Diferente. Se para muitos a concretização do empreendimento poderia ter uma dimensão abstrata e fantasiosa, para Odília resgatava uma experiência de trabalho, aliada à vontade de ter um negócio dentro de casa. Tinha conhecimento tanto do funcionamento de uma cooperativa quanto do trabalho na área da alimentação; portanto, o universo de um restaurante não era lhe estranho.

Paralelamente à experiência, a religião também tem um papel importante. Sua ligação com Juraci ultrapassava a convivência no curso: conheciam-se da igreja, "*congregavam juntos*", como ele dirá em seu relato. São laços diferentes daqueles que se tentou construir ao longo do Oportunidade Solidária – pessoas desconhecidas que tinham de ter uma relação de confiança e reciprocidade. Juraci vinha do mesmo lugar que ela, já estava inserido em outra rede de sociabilidade, e assim tornava o negócio muito mais confiável. Um ano depois, Cléber também se tornaria evangélico.

A igreja estabelece um rede de sociabilidade – e conseqüentemente de oportunidades – que ultrapassa o espaço da congregação. Numa combinação de *ethos* religioso – que se constrói na retidão de caráter e na busca pelo sucesso – e da confiança estabelecida pelo "somos todos do mesmo lugar", estabelece uma relação de confiança que está dada *a priori*: mesmo não se

conhecendo bem, as pessoas estão ligadas por um universo que garante que são iguais, confiáveis, com os mesmos valores.

No caso de Odília havia também uma estrutura familiar que possibilitou que se arriscasse a montar o empreendimento. Filhos todos empregados, a maioria como motoboy – inclusive um deles é contratado pela cooperativa. Casa própria, renda familiar garantida: dos nove adultos que moram na casa, apenas o mais novo, de 17 anos, não trabalha. Muitas pessoas morando juntas, mas não em condições de alta precariedade – família inteira em apenas um cômodo – como as que veremos na casa de Juraci. Uma casa simples, sem acabamento, meio pronta, meio em construção, mas com três andares que distribuem os micronúcleos familiares. Um filho e sua esposa com um cômodo deles, um quarto para todos os filhos, outro para a filha e a neta e um para ela. Não há mais a figura (opressora diga-se de passagem) do chefe de família. A família vai conjuntamente se readaptando às mudanças e necessidades. A terceira geração já está agregada: um filho que constituiu outra família, com a qual permanece dentro de casa.

Se a estrutura familiar permite que Odília tente a cooperativa, também é justamente um dos motivos para tal tentativa: uma das razões que levam Odília a querer trabalhar todo dia é poder não ficar em casa. Além da dificuldade de morar com mais nove pessoas, Odília não quer ficar inativa. O recebimento do benefício abre-lhe a possibilidade de tentar alguma outra atividade.

Com o desemprego, enveredou pelas tentativas de conseguir outra ocupação. Mais do que o imperativo da renda, evidencia-se a necessidade de estar trabalhando. Com o dinheiro que ganhava vendendo doces ela comprava o *"relógio da casa, o quadro"*; no Diferente, retira menos que 200 reais por mês – quando vendem bem. Para ela que trabalhou durante 40 anos, a expulsão do mercado de trabalho reverteu na criação de outras formas de ocupação. E assim, mesmo sem conseguir gerar uma renda significativa, a mulher de 60 anos volta para a escola – a única do grupo a estar estudando, apesar de todos terem apenas o primeiro grau incompleto –, vai para a igreja e trabalha em seu negócio próprio.

O Oportunidade Solidária foi vivenciado por ela como uma oportunidade de resgatar uma tentativa frustrada, aliada à vontade anterior de ter seu próprio empreendimento. A viuvez trouxe uma certa liberdade a uma vida que se resumia em emprego e casa. O Programa oferece-lhe uma forma de *"ir para a rua"*, o que o mercado de trabalho não mais

possibilitava. Em seu relato vemos uma mulher que trabalha na cooperativa movida pela vontade de ter um papel e um lugar fora do âmbito familiar, além de apoiar-se em uma religião que a incita a ter dedicação, retidão e fé naquilo que faz. Também não é possível ignorar o fato de que Odília conta com uma estrutura familiar que lhe permite arriscar-se em uma atividade que não gera uma renda significativa; afinal, o que ganha trabalhando diariamente oito horas no restaurante é menos do que ganharia fazendo algum bico ou voltando a vender doces em casa.

Sair do âmbito da casa compõe o modo de vida também para Olga. Assim como Odília, há muito ela construiu uma identidade fora do lar, mas uma construção que pouco se deu pelo mercado de trabalho. Sua vida estrutura-se em torno de Elaine, hoje com 24 anos, deficiente mental. Atualmente com 55 anos, quatro filhas, Olga vive em uma casa alugada grande e bem acabada, próxima do Promorar.

Olga: vivendo das oportunidades e dos circuitos da cidade

Abiografia de Olga mostra um constante aproveitamento das mais diversas oportunidades que aparecem e que por muito tempo garantiram sua sobrevivência. Sua participação na cooperativa é narrada como mais uma das coisas passageiras que faz. Diz que entrou para "*dar um apoio pra turma*", e que não tem intenção de continuar lá: quando terminassem de pagar o empréstimo sairia do Restaurante. De fato, no meio de 2005 Olga já não estava mais trabalhando no Diferente.

Nasceu no interior da Bahia, em 1950, e logo o pai abandonou a família, o que parece ter desestruturado completamente sua mãe. Até os sete anos morou em sua cidade natal; ajudava a mãe, que era lavadeira. Mudam-se então para outra cidadezinha; a mãe vai trabalhar em um cabaré, põe Olga para trabalhar como pajem de crianças em casa de família. Presencia um assassinato, é molestada, passa três anos convivendo com as "*noitadas*" maternas. A mãe tornara-se alcóolatra, estava doente. Olga cuida dela até o falecimento.

Sentada no sofá de sua casa muito bem arrumada e cheia de fotos da netinha, Olga conta-nos com sua voz forte, cheia de ênfases, como foi difícil enfrentar o trabalho tão nova: "*trabalhei em cada casa terrível, cada casa horrível, eu trabalhei*". Ao lado dela, Elaine, que tem

problemas mentais desde o nascimento, acompanha a entrevista, emitindo sons incompreensíveis, que entretanto demonstram compreensão da conversa. Olga fala em tom sério mas muito simpático, sempre com a convicção de quem sabe o que diz. Negra, cabelos presos, olhos grandes, enquanto conta suas histórias eventualmente pousa a mão sobre a mão da filha, como para mostrar-lhe que continua ali; aos sons dela, responde, "*tá, tá bom Elaine*"; há uma comunicação que só elas entendem. Na cozinha, repleta de eletrodomésticos novos; uma mesa com bolo e pães de queijo, feitos especialmente para a entrevista. A casa é alugada. No quarto do fundo mora o ex-marido. Separaram-se – ele tinha outra mulher, mas perdeu tudo que possuía e pediu para voltar. Olga arrumou para ele o quartinho onde "*guardava as revistas*" religiosas que distribui. Um corredor longo cheio de plantas; dois quartos. A casa localiza-se nas imediações do Promorar. Olga mora ali já há muitos anos. É assim que vive hoje a mulher que, quando menina, teve de "*pedir esmola*" para enterrar a mãe e mudar-se para Salvador, sem nenhum familiar, aos 13 anos de idade.

Órfã de mãe, sem saber do paradeiro do pai, Olga percebeu que estava por conta própria no mundo. Separa-se do irmão, que fica lá em Jequié, no emprego que tinha; vai para Salvador junto com uma mulher que a aceitara para trabalhar em sua casa. Alguns anos depois, vem para São Paulo: conhecera uma bailarina italiana que iria mudar para a capital e precisava de alguém que tomasse conta de sua mãe, Olga vem com ela. Ao contrário daquele discurso que comumente explica a vinda para São Paulo, fala-nos de sua falta de perspectivas. "*É, queria vim porque pra mim tanto fazia ficar lá em Salvador como aqui São Paulo, não tinha ninguém mesmo, então pra mim não fazia diferença nenhuma, né... (...) Não pensava nada, não esperava nada, não, não esperava nada.*"

Vem com 17 anos, fica um ano com a dançarina, sai do emprego e vai trabalhar em uma fábrica de adubos. Nesse período conhece seu primeiro marido; casam-se e vão morar em Guarulhos. Com menos de dois anos de casamento, já tem duas filhas e uma separação: "*Ele não queria que eu trabalhasse, eu queria trabalhar. Ele falou que se eu fosse trabalhar, ele me largava, e eu fui e ele me largou.*" Entre o casamento e o trabalho, o trabalho. E assim fica sozinha, com duas filhas para criar. "*Aí fui pastar, fui pastar mesmo, com duas filhas, né, sem ter onde morar... aí não foi fácil não.*" Estava novamente em contato com o irmão, que também tinha vindo tentar a vida em São Paulo. Vai morar com ele numa pensão em Osasco e volta a trabalhar em casas de família.

Novamente nos ambientes "*terríveis*"; a vida na pensão era complicada. Passava a semana dormindo no emprego, pagava a dona para cuidar de suas filhas. O dinheiro que recebia ia todo para pagar a moradia. Até que a proprietária da pensão exige que ela adiante um pagamento; como não tinha o dinheiro, é despejada. Vai com as filhas para a porta do mercado da Lapa, caminho cotidiano para o trabalho – o mesmo onde uma noite fora estuprada, o que a levou a fazer um aborto em um hospital público. Fica na estação uma tarde inteira, "*porque eu não tinha pra onde ir, então eu peguei e fiquei parada ali, na estação lá, tem a estação do trem lá*". No fim do dia, uma mulher resolve ajudá-la – uma das muitas que cercariam sua vida. Vão morar com ela. Continua trabalhando em casas de família, pagava para ela olhar suas filhas.

Na impossibilidade de conciliar as filhas com o emprego, faz uma opção inusitada. Vai para Jundiaí, pois lhe disseram que poderia conseguir emprego na fábrica de enlatados, a CICA. Não consegue. Decide então procurar o juiz da cidade para pedir ajuda. "*Cheguei lá, fui no fórum, conversei com o juiz, vamos ver lá esse juiz, eu falei: 'eu tenho duas filhas, eu estou na rua, eu preciso trabalhar*"; ele responde que "*nós não podemos fazer nada*". Mas lhe dá o endereço de um colégio interno. Olga consegue uma vaga para as duas filhas. Eliane e Eliete ficaram lá durante cinco anos. Conhece então seu ex-marido, perto da casa de família em que trabalhava; ele era frentista de um posto de gasolina. "*Porque daí depois de tanta coisa que tinha acontecido comigo eu falei: homem agora eu só durmo com homem se for casada.*" Casam-se. Vão morar no Jd. São Luís – alguém indicou uma casa para alugar. Tira as filhas do colégio interno.

Nessa época, trabalhava na Ellus, fábrica de roupas, como "*singerista. É só limpar, dá uma limpada, dobrar ela, passar, dobrar para embalar. Acabamento, né.*" Lá trabalha dois anos, até engravidar. Nasce a terceira filha, Elizabeth. No ano seguinte nasce Elaine; ela tinha convulsões, demandando constantes idas para o hospital. A vida de Olga novamente é abalada. Depois do nascimento da filha, não voltou mais a procurar emprego; tudo passa a girar em torno da menina: cuidados, tratamentos, remédios.

Um ano depois do nascimento de Elaine, seu marido é despedido. Resolvem ir para Recife, tentar um negócio próprio; ele tinha um irmão lá. "*Só que daí não deu muito certo... Só ilusão. né, Norte é só ilusão, né.*" O marido tentou montar um negócio de venda de sacas de

feijão; não consegue. "*Ele falou: 'Olga, não vai dar. O dinheiro tá acabando'... vou embora, e volto, eu vou embora, depois eu mando dinheiro e você vai.*" Mas ele "*mandava dinheiro nada*". Assim, alguns anos depois, Olga se vê de volta ao Nordeste e novamente sozinha, só que agora com quatro filhas. Vendendo bolos na cidade, consegue juntar dinheiro para voltar para São Paulo. A filha mais velha "*saía vendendo pedaço de bolo. E eu consegui através dessas vendagens aí, juntar dinheiro pra comprar passagem pra vim embora porque eu não agüentava ficar lá mais.*"

Seu marido volta a morar com ela; estava trabalhando novamente como frentista. Nessa época, Olga decide tornar-se testemunha de Jeová. Explica-nos que conhecia alguém que era da igreja, e que sentia "*a necessidade de saber "como é que eu faço para agradar a Deus pra quando eu conversar com ele, ele me ouvir, porque eu sofro demais*". Segue a religião há 20 anos; assim como Odília e Juraci, "*... vai nas casas ensinar pras pessoas a Bíblia, falar de uma esperança que a gente tem que é o reino de Deus, única solução para o mundo*".

Morando com o marido, mudam-se para outra casa no Jd. São Luís. Ele deixa o emprego de frentista e vai trabalhar numa empresa de terraplanagem. "*Ele foi bem, começou a ter conhecimento com uns engenheiros aí, os engenheiros davam serviço pra ele em Moema, tem até um shopping lá que ele trabalhou, um shopping bastante grande.*" Essa é uma fase da vida de Olga em que as coisas pareciam poder andar bem: as filhas já adolescentes, o marido ganhando bem – abre uma empresa própria de terraplanagem, tinha até "*caminhão zerinho e tudo*". Difícil saber como era essa empresa, seu tamanho, enfim, qual era o grau de estabilidade econômica que tinham. Entretanto Olga descobre que ele estava com outra mulher; havia montado uma casa para ela, no mesmo bairro. Recorre à justiça para a separação e pensão: "*Aí entrei com o processo de desquite, né, pensão das meninas. Aí ele ficou dando a pensão, ficou, ficou, até que sumiu, porque aí acabou com tudo que tinha, porque a mulher acabou com tudo que ele tinha.*" Chega a ser preso duas vezes por não pagar a pensão.

Separada, quase foi despejada novamente. "*Faltou um pouquinho pra mim passar fome, não passei porque Jeová não permitiu.*" O ex-marido estava bem de vida, ela não. Conhece então uma mulher da igreja: "*Você sabe fazer coxinha? Olha, se você soubesse fazer coxinha, você fazia e ia vender, você ia ver quanto dinheiro você ia ganhar.*" A outra combina ir à casa dela

no dia seguinte, "*aí quando chegou em casa, chegou com frango, até o alho. Ela disse 'aqui tem 50. Essas 50 aqui você vai ganhar pra fazer amanhã.*" E assim, Olga começa a sustentar-se vendendo doces e salgados: em uma escola em construção, nas barracas de rua do Promorar e depois por encomenda. Nesse período faz no Centro Comunitário um curso de culinária semelhante ao que Odília havia feito no mesmo lugar. Fica nessa atividade alguns anos e então resolve parar. "*Enjoa. Tudo que é demais enjoa.*"

Fim da década de 90. Suas filhas já são adultas: a mais velha, Eliete já tem quase 30 anos; a mais nova, Elaine, quase 20. Todas, com exceção de Elaine, fizeram cursos para auxiliar de enfermagem. Atualmente trabalham, registradas, em grandes hospitais, uma no Instituto do Coração e a outra no Hospital São Paulo; já passaram pelos hospitais Sírio-Libanês e São Luís, entre outros. Uma é casada, outra vai casar logo. Elizabeth, a mais nova, depois de Elaine, continua morando com Olga. Eliete, hoje com 35 anos, tem uma história quase fantástica: era aeromoça, mas, segundo Olga, dizia que "*não ia ficar carregando bandejinha*"; então conhece um norueguês, casa-se e muda para a Noruega. Separou-se e hoje está de volta, também trabalhando como auxiliar de enfermagem; mas a mãe conta que agora ela resolveu que vai ser "*policial de praia lá em Ilhéus*". Não mora com a mãe, porque "*queria morar num lugar bonito*". As trajetórias de suas filhas não estão claras, difícil saber como todas conseguiram tornar-se auxiliares de enfermagem e trabalharem em grandes hospitais da cidade. Aparentemente uma das oportunidades surgiu com uma ex-patroa que conseguiu um emprego para uma delas no Sírio-Libanês, outra fez um curso gratuito no hospital Albert Einstein; talvez a própria circulação de Olga pelos hospitais da cidade tenha contribuido.

Em 1996, Olga inscreveu-se em um mutirão para construção, na av. Guarapiranga, de um conjunto habitacional que hoje está quase pronto. Todos os domingos vai para lá , "*fazer limpeza*, (...) *assembléia*". Acha que até o fim do ano recebe o apartamento. Vai continuar na casa e dar o apartamento para a filha Elizabeth, que está para casar, "*eu já não falei pra vocês que eu não suporto apartamento?*"

Todas as filhas contribuem para as despesas da casa. Desde 1980, a vida de Olga gira em torno da de Elaine. A estabilidade econômica das filhas permite que ela circule pela cidade, tanto em função de Elaine como dela própria. Até os anos 80, Olga trabalhou predominantemente em casas de família. Com o nascimento da filha, afasta-se da

possibilidade de um emprego e sua única atividade econômica de forma mais estabelecida foi a venda de doces e salgados, primeiro na rua e depois em casa. Atividade que coincide com o momento da separação do marido e a falta de dinheiro.

Como se dedica integralmente a Elaine, seu vínculo com o mundo exterior à casa não se dá pelo trabalho e sim pelos acessos que busca e estabelece para a filha. Olga tem com o Estado uma relação que não é muito habitual entre as mulheres da periferia: além de ir ao Fórum para reclamar da falta de trabalho, acessou a justiça duas vezes para receber pensão do marido e também obteve uma pensão pela invalidez de Elaine, sem mencionar o aborto que conseguiu fazer em um hospital público. Conseguiu tratamento para a filha tanto no Hospital das Clínicas quanto no Hospital São Paulo, ambos públicos e de boa qualidade. É a pensão de Elaine – um salário mínimo – que paga o aluguel da casa.

Olga circula pela cidade. Já tentou colocar a filha na APAE, na AACD, fez que freqüentasse uma escola paga para deficientes quando o marido estava mais bem estabelecido e depois da separação conseguiu uma gratuita no Brooklin. Fala da cidade com familiaridade; circula pela Zona Sul, pelo centro, pela Zona Oeste. Os remédios que Elaine tem de tomar são muito caros. Durante seis anos ela participou como "*cobaia*" do teste de um determinado remédio. Quando acaba o período de experimento, querem dispensá-la. Olga dirige-se à médica responsável: "*Doutora, como que eu vou conseguir comprar um remédio da Elaine, é 270 por mês.*" Vem a resposta: "*mas ela ficou seis anos pegando de graça.*" "*E daí?*" retruca Olga, "*doutora se a senhora tivesse me dito que depois dos seis anos que ela ficou pegando de graça não ia ter mais nenhum, eu não teria assinado para ela ficar de cobaia.*" Ameaça processar o laboratório. O fato é que Elaine recebe o remédio até hoje. Olga já arrumou até curso de equoterapia para filha, a "*moça da escola que indicou*", coisa que num primeiro momento nos pareceria muito distante de sua realidade.

Nas idas e vindas por causa de Elaine, também fica sabendo de outras oportunidades: informações pelas pessoas que também freqüentam o hospital, notícias que vê em revistas. Enquanto nas trajetórias das mulheres do Promorar é comum ter freqüentado algum curso, uma oficina no Centro Comunitário ou em alguma entidade ou igreja da região, Olga fez cursos pelo centro da cidade, na av. Paulista, por exemplo. "*Aprendi a confeitar bolo, vários salgadinhos... e eu ia muito em curso que tem ali na avenida Paulista, da Arno.*" Participou

de "*uma entrevista de degustar coisas*", ganhou "*70 reais, lá perto do hospital São Paulo*". Além de cursos, também circula pelos programas sociais. Para ela, muitos dos acessos que obtém explicam-se pela solidariedade alheia, "*as pessoas têm dó (...) eu separada e com uma filha doente o povo quer me ajudar, o pessoal quer me ajudar, 'vai aqui, vai ali, vai aqui, vai lá*".

Olga está vivendo uma vida que parece ter alcançado uma certa estabilidade econômica quando, no início de 2000, o ex-marido volta, falido, abandonado pela outra mulher. Pede para ficar na casa de Olga: "*Quando é um dia ele chegou aqui e disse: 'ó, você me deixa morar aqui que eu não tenho onde morar?' Eu não falei nem sim nem não. Como quem cala consente...*". Ele vai morar no quartinho do fundo, para ela, não é "*nem um velho amigo, é assim, um velho conhecido*". Ajudou-o por compaixão, em coerência com sua religião, e também comparando com o que ela já tinha vivido. "*Eu prego o amor, tem que demonstrar a ele porque senão não adianta eu pregar o amor e vendo ele aí na sarjeta (...) Também me lembro do meu passado, das vezes que eu fiquei na rua, não é fácil não. E eu fazendo assim, também, mais pra frente a gente nunca sabe a que chega. Tenho minhas filhas, se eu plantar hoje coisa boa, mais pra frente eu vou colher coisa boa, né.*" Ele continua morando na casa. Está tentando retornar para a terraplanagem, com a ajuda de um engenheiro que conhecia antigamente. História como a de muitas mulheres das periferias da cidade, que em algum momento são abandonadas pelos maridos e depois os recebem de volta quando eles têm a identidade e a autonomia econômica abaladas pelo desemprego.

Entre cursos, mutirões, hospitais, em 2001 Olga ingressa em uma Frente de Trabalho do governo estadual: levava processos entre um prédio e outro da Secretaria de Segurança. Em 2002 inscreve-se no Começar de Novo. É encaminhada para o Oportunidade Solidária. Tenta descrever o que foi o curso: "*É palestra que eles fazem, é tipo assim uma...como que fala meu Deus... dinâmica né, tipo uma dinâmica de grupo*"; e então descreve o dia que achou "*muito interessante mesmo*". "*Um dia nós chegamos tava todo mundo do lado de fora, a porta da sala estava fechada , 'ah quem será que está aí?', ela disse [a formadora] 'ai, hoje tem uma pessoa especial, muito especial.*" Cria-se a expectativa. "*Tava na campanha do Lula e da Marta, né, então todo mundo ficou naquele suspense, 'será que a Marta que tá aí, será que é o Lula?*" A professora faz suas recomendações: "*Olha, é uma pessoa especialíssima, você vai entrar e vai com muito cuidado, com calma... tem um biombo, lá vocês vão entrar e conversar*

com essa pessoa, pedir para essa pessoa o que vocês quiserem, porque essa pessoa, o que vocês quiserem, vocês podem pedir para essa pessoa que essa pessoa vai conseguir." Chega a vez de Olga. "*Aquela musiquinha bem suave, tal, e aí quando cê chegava lá, a pessoa especial, quem era?*" Faz suspense na narrativa. "*Eu!*". "*Quando você chegar, você oferece a flor para a pessoa que tá aí dentro e aí você conversa o tempo que você quiser, pede o que você quiser, porque o que você quiser você vai conseguir... com essa pessoa'. 'A auto-estima da gente fica lá em cima, né. Eu achei muito interessante aquela parte que ela fez.*" Enfim, cidadania passou a ser uma conversa com o espelho, um exercício de auto-estima que chega a ser perverso em sua lógica do "tudo que você quiser você pode ter", mais uma das formas de despolitização que jogam para o indivíduo a responsabilidade sobre seu lugar social.

Mas se Olga gostou dessa parte, outra a incomodou. Em uma das aulas daquele curso, outra professora diz para os alunos que "*vocês vão sair daqui com uma profissão*". Olga retruca "*que profissão professora? Qual profissão?*" A professora fala para a turma "*não vai pela cabeça da Olga não que a Olga tá errada*". Resposta: "*É claro que não vão ir, quem vai na cabeça dos outros é piolho.*" Em uma das atividades, "*escreve assim ...num papel, que profissão vocês querem ter?'. Eu falei 'como é que escreve nada, desenha?', que ela mandou desenhar, 'se desenha nada, como, como é que se desenha nada?', ah! ela não gostou não.*"

Morando em uma casa grande e bem acabada, pagando o aluguel com a pensão de Elaine, recebendo apoio financeiro das outras filhas e há muitos anos sem sair de casa para trabalhar, Olga resolve tentar montar a cooperativa. Diz que entrou no grupo para "*dar apoio lá pra turma*". Trabalha diariamente; seu horário é mais flexível, por causa dos cuidados com Elaine. Entretanto não tem vontade de continuar e as filhas também a desestimulam: "*Minha filha também fica dizendo 'sai mãe, não tem necessidade, vem aqui em casa, deixa esse negócio de cooperativa para lá, mãe.*" A filha prefere que ela fique em casa; já para a Olga "*não é ficar em casa, porque eu não paro em casa, mesmo eu não tando lá eu não paro em casa*". Trata-se de poder fazer outras coisas. "*Porque na realidade eu estava querendo mesmo era ir para o CEU fazer computação*", ou ir para a escola de Elaine, "*tem um dia que as mães vão pra trabalhar com alguma coisa, eu estava trabalhando com fuxico*[38] *(...) não ganho nada, mas*

---

[38] Artesanato com pequenos retalhos de tecido cujas bordas são alinhavadas e franzidas.

você está ali com muitas mães, ajudando a escola." Já avisou a todos do restaurante que "*quando terminar de pagar, eu caio fora.*"

Enfim, para Olga o trabalho da cooperativa não significa um projeto de futuro: entrou, trabalha, mas não quer ficar. A cooperativa gera renda, mas, como ela diz, "*pouquinho*"; trocaria a jornada de trabalho por outras formas de ocupar o tempo. Ao falar que preferiria sair da cooperativa para fazer um trabalho beneficiente para a escola da filha, Olga traz à tona o modo como vive, suas condições materiais e o lugar que a cooperativa teve para ela. O trabalho no restaurante parece ter o estatuto de mais uma das atividades e dos muitos circuitos nos quais ela se insere.

Se para d.Odília a opção pela cooperativa é orientada pela possibilidade de voltar a ser uma trabalhadora – também a do estar na rua, mas com um papel e um lugar definidos –, para Olga o restaurante foi mais uma de muitas tentativas e realizações transitórias. Trabalhar fora, para ela, configurou-se majoritariamente pelo trabalho em casas de família. Teve apenas dois empregos em empresas; todos os outros como empregada doméstica. O nascimento de Elaine pôs fim à sua trajetória ocupacional. Não viveu a experiência do desemprego como outros integrantes da cooperativa: retirou-se do mercado antes de ser retirada dele.

Entretanto, é intrigante que, apesar de não falar da cooperativa num sentido forte de trabalho, ela passa oito horas por dia cozinhando, inserida na rotina que caracteriza aquela atividade – horário, uniforme, cuidados com a higiene, retiradas no fim do mês, pagamento dos empréstimos. No entanto, isso não norteia sua permanência, tanto que, diferentemente de todos os outros relatos, Olga justifica sua entrada com um motivo cristão, o de auxiliar os outros, e não como tentativa de consolidar um trabalho.

Os programas da Prefeitura parecem ter tido para ela um sentido passageiro – da Frente de Trabalho para o Oportunidade Solidária para a cooperativa e então para um curso de computação ou alguma outra atividade. Enfim, nada daquilo foi vivenciado num sentido transformador ou como algo que lhe possibilitasse uma outra forma de vida. Olga batalha e batalhou por muitas coisas, mas sua luta não passa necessariamente pelo mercado de trabalho. Assim, a cooperativa parece ter se configurado como mais uma das muitas coisas por que passou na vida.

Ao observarmos os desdobramentos e significados do Oportunidade Solidária e da consolidação da cooperativa para Olga e Odília, é possível ver de perto o que esses programas produziram, e como o planejado se desfez frente aos imprevisíveis das histórias e das opções de vida que cruzaram, encontraram com e também destoaram dos programas da Prefeitura. O discurso da "emancipação" e da "autonomia econômica" esfumaçam-se em sua ausência de sentido frente aos percursos individuais que desvelam as possibilidades e impossibilidades que pavimentam seus caminhos. Histórias que nos tiram de um nível abstrato e vazio para visualizarmos o chão dos processos que se cruzam com as biografias.

Tanto para Olga e Odília o trabalho na cooperativa mantém uma papel que não está restrito ao âmbito familiar, ainda que para elas o ingresso no Restaurante pareça ter sentidos diferentes – para Odília é voltar a trabalhar, para Olga é acessar mais uma das suas oportunidades, não há um sentido forte de trabalho.

Para Maria Consoladora o trabalho na cooperativa tornou-se um meio para a consolidação de um outro papel social. A dona-de-casa torna-se trabalhadora.

Maria Consoladora: deixando de ser dona-de-casa

Nascida em 1955 no norte de Minas Gerais, Maria Consoladora tem hoje 40 anos; está casada há 28 e tem quatro filhos com 20, 22, 23 e 26 anos – três homens e uma mulher. Todos eles hoje estão empregados, registrados. Seu marido possui uma loja de ourives no centro de São Paulo. Moram em uma casa semi-acabada, ao lado da Casa dos Meninos, no Promorar. Todos os filhos estão empregados e o marido tem um negócio próprio e funcionando. Esse é um ponto bastante importante, que configura toda a sua história: seu marido manteve o papel de chefe de família, que trabalha, toma as decisões, lida com o dinheiro e manda na mulher. Para ela, os sentidos de trabalhar hoje em uma cooperativa não estão diretamente ligados à necessidade de ter renda para o sustento da família; o benefício recebido do Começar de Novo, por exemplo, ela pôde economizar para comprar um máquina de lavar.

A cooperativa parece ocupar um lugar fundamental para a dona de casa que quis voltar a trabalhar fora. O tempo todo, fala do marido como o homem que não a apoia e não compartilha seus interesses, mas que define os rumos da economia familiar.

A casa, muito organizada, não está acabada. Começou-se a construir sobre a laje um segundo andar, abandonado desde 1997. No térreo, o quarto do casal, uma sala, a cozinha, o banheiro, o quarto dos filhos e o quintal – "*cheio de ratos*" segundo ela. Tudo muito bem cuidado, dentro das limitações de uma casa inacabada. Consoladora recebeu-nos na sala; o que chama a atenção nesse cômodo é a escada que levaria ao segundo andar, seu tom cinzento do concreto destoa do resto do ambiente, detalhadamente decorado.

Com voz tranqüila, aparência de mais nova do que é, jeito meio tímido, ela foi nos contando sua vida, da menina que vem para São Paulo estudar, aos 17 anos casa-se, larga o emprego e se torna dona de casa, ficando sem trabalhar por muitos anos. Até que volta a ter ocupações fora de casa e cadastra-se então no programa Oportunidade Solidária.

Vinda do interior de Minas Gerais, desde pequena morou com o pai. Quando se separa da mulher, ele vai embora com os filhos. Era mascate; iam de cidade em cidade, vendia terços, escapulários e rosários nas portas das igrejas. Sem residência fixa, conhecidos do pai ou pessoas da igreja cuidavam da menina enquanto ele ia trabalhar. Dá-nos a impressão de que o pai queria arrumar outra família para ela, "*Ele chegava falava assim é: 'toma conta dela pra mim uma semana.' Passava a semana, aí não ia buscar, as pessoas iam me devolver.*" Quando pequena, vai morar em uma fazenda com a tia; o pai deixava-a lá e de tempos em tempos ia buscá-la.

Descobre que sua mãe ainda estava viva, morando em Tumiritinga, sua cidade natal. Aos 13 anos vai morar com ela. A mãe, já com outra família formada, registra-a e quer que ela comece a estudar, coisa que nunca tinha feito na vida. Começa a lavar louça, cuidar de crianças, "*Daí eu ganhava umas moedas, uns troquinhos, aí eu ia comprando caderno, porque era o que eu queria tudo na vida era estudar.*" Estuda até a quarta série. Aparece um tio que queria levá-la para Conselheiro Pena, outra cidade de Minas Gerais; muda-se com ele e lá estuda um ano só, "*que tinha mais filhas, não sei, ciúmes, eu não sei o que deu*". Nessa mesma época, seus irmãos tinham vindo "*tentar a vida em São Paulo*". Resolve vir para São Paulo, "*ah, eu vou para lá, e lá eu continuo os estudos*".

Vem morar em São Paulo com os irmãos, muda-se para as proximidades da av. João Dias, zona sul da cidade. Um dos irmãos tornara-se torneiro mecânico, profissão que manteve até

aposentar-se; hoje mora em Mato Grosso. O outro teve dificuldade para arrumar um emprego e voltou para Minas Gerais.

Ao chegar a São Paulo, aos 17 anos, tem de adiar os projetos de estudo: a falta de dinheiro leva-a a procurar um emprego. Até os 18 anos trabalha como embaladora em uma fábrica de perfumes, como temporária, porque era menor de idade. A prima que trabalhava com ela não é recontratada; Consoladora fica com medo de ir trabalhar sozinha, porque era "*muito longe, pegar duas conduções, pegando informação, jamais vou conseguir chegar nesse serviço, sozinha*"; assim, rejeita a oferta de emprego registrado e vai trabalhar numa casa lotérica perto de sua casa. Fica lá por um mês; o patrão tenta assediá-la, ela reclama e é demitida. "*Ele veio com as conversa, com gracinha comigo e... não gostei, falei pra ele e tal. Aí quando eu cheguei no outro dia meu dinheiro tava lá, do trabalho, pelo menos me pagou.*" Então fica sabendo das filas da Semp, empresa de eletro-eletrônicos perto da João Dias. "*Aí, fui eu e umas colegas, né? E lá, aquela fila, e pegou todo mundo, registrou... e fiquei trabalhando lá.*" Permanece nesse emprego por três anos, até se casar, em 1977.

Em 1974, com 18 anos, Consoladora muda-se com os irmãos para uma casinha alugada no Jd. São Luís. O futuro marido morava na mesma rua que ela, namoram por três anos e casam-se. Então, aos 21 anos, pede demissão da Semp, torna-se dona de casa, seguindo a vontade do marido: "*Então namoramos quase três anos, casamos... e, como eu tava dizendo, a gente não tinha condições, então ficou combinado: "eu trabalho, você trabalha, né? A gente vai casar... Então, a gente... Vamos fazer planos, né? A gente casa e... vamos segurar o máximo que pode, vamos comprar a nossa casa, aí depois aparece os filhos, não vamos pensar em filho agora não, né...?*". (risos) (...) *Aí pronto... Foi casar e um mês depois já queria que eu saísse do emprego, né? Dois meses já queria um filho, né? E eu, muito boba, sempre cedendo, né?*"

Sai do emprego e fica morando com o marido na casa do irmão, que havia mudado de cidade. Em 1980, já com três anos de casada e dois filhos, seu marido é demitido da empresa de ourives em que trabalhava; é recontratado e demitido definitivamente. Com o dinheiro do fundo de garantia ele dá entrada na casa em que moram até hoje; derruba-a para construir outra. A segunda demissão não estava prevista, e assim não há dinheiro para pagar o restante da construção. Até hoje a casa não está no nome deles; há um processo correndo na justiça. O terreno estava irregular, eram vários lotes num só; já foi feito o desmembramento; não se

tornaram proprietários porque não têm como provar o valor já pago, "e *quando meu marido foi na casa desse senhor ele comprou, só que o homem não deu recibo. Foi na casa, ele tinha imobiliária, mas só que ele não deu recibo da quantia.*" Quando o processo da venda do imóvel vai parar na justiça recebem do advogado orientação para entrarem na casa, em construção, de qualquer jeito. "*O advogado falou: 'vai pra lá com suas criança, antes de terminar, porque assim não tem... Se não ele chega lá, toma conta, e você? Vai perder tudo!" Então foi quando a gente veio pra cá..*" Moraram durante cinco anos em condições precárias, "*não tinha nada! Gente, isso aqui era terra, tava em bloco, sabe, não tinha janela, não tinha banheiro... e ele desempregado... E, eu sei que ficou uns 5 anos nisso aqui, nessa situação assim! Não tinha luz...*"

Nesse período, seu marido havia ficado desempregado e tenta montar uma avícola no Parque Santo Antônio, próximo ao Jd. São Luís. "*Foi com o dinheiro dessa firma lá, do pagamento e tal, que ele... que ele não era registrado, mas recebeu tudo, fundo de garantia, tudo direitinho... Então ele tentou essa avícola. Claro que faliu.*" Depois de alguns meses o marido desiste da avícola e volta a trabalhar como ourives. Nesse mesmo ano, em 1985, termina a construção do primeiro andar da casa e abre uma loja, provavelmente com o dinheiro que recebeu do último emprego.

Hoje seu marido trabalha, há 20 anos, em um negócio próprio. Aluga uma sala em um prédio do centro da cidade; já teve um sócio, comprou a parte dele. Faz alianças, anéis, brincos, com seu próprio ouro ou só vende a mão-de-obra. Ao descrever o trabalho do marido, vemos seu distanciamento dos negócios dele: não sabe bem quanto ganha, onde e como é seu trabalho. Há anos não vai ao local. Diz que não compartilha com ele as decisões sobre a economia da família. "*Ele assume vários compromisso, ele quer a vida dele, não dá muita satisfação, ele quer... não vem fazer plano, né? 'Que que você acha disso? Você acha que pode?'. Tanto é que, ele começa as coisas, né? Ó,* (aponta a casa) *tá aí pra terminar, desde 97, tá aí ó! Montou, aqui ó, a... desde que eu vim pra cá, aqui era terra, ó, pois o vermelhão tá até hoje ó: 23 anos.*"

Recentemente ele comprou um "*terreninho em Parelheiros*"; vai lá todo fim de semana, criar porcos e galinhas. "C*ria, os outros vai e roubam.*" Consoladora acha que a família ficou em

segundo plano, "*tá difícil pra família, né?*". Hoje são os filhos, todos empregados, que sustentam a casa.

Segundo ela, a indefinição quanto à situação legal da casa faz com que tenham medo de investir no término da construção, ao mesmo tempo que não têm possibilidade de quitar as dívidas. "*Tá esse receio de terminar a casa, empregar o dinheiro na casa, e depois ir tudo pra água baixo, né*". Por outro lado, acha que seu marido "*perdeu o interesse. (...) Eu acho que ele quer que os filhos agora termine, se virem, né? Eu acho que é isso.*". Enfim, para ela, "*ele quer mais é curtir as galinha lá em Parelheiros...*"

Em 1998, já há quase 20 anos sem trabalhar, Consoladora "*não estava suportando mais*". Procura um médico no posto de saúde da região e ele a encaminha para a psicóloga; faz dois anos de terapia. A terapeuta sugere que arrume alguma coisa para fazer, e assim se inicia sua volta para o mundo além da casa. "*Ouvi dizer que ia ter curso de crochê, tricô.(...) Aí eu fui pra lá, pra tentar aprender alguma coisa, e acabei aprendendo a fazer tricô. Pra vender.*" Aprendeu a fazer, mas seu marido não deixava que saísse de casa para vender, queria que no máximo ela entregasse tudo para ele vender. "*Eu dei, ele vendeu uma, mas até hoje eu não vi o dinheiro.*" Então fica sabendo de um lugar que recebe e repassa encomendas de costura para arrematar; poderia trabalhar em casa. Consegue algumas encomendas, mas não por muito tempo; "*acabou o serviço.*" Já abandonando a exclusividade do papel de dona-de-casa, fica sabendo de um curso ministrado pelo SEBRAE na Casa dos Meninos (vizinha de sua casa).

Ao fazer o curso, Consoladora ingressa em um novo universo de relações; a proposta era que as mulheres participantes montassem uma cooperativa de costura. Aprendem a costurar e tentam montar o empreendimento. Assim, começam a fazer costura para vender, produzindo dentro daquela ONG. Estabelece-se então uma rede que liga mulheres do bairro com o SEBRAE, através da Casa dos Meninos, com uma fábrica de tecidos do outro lado da cidade: "*Aí, tinham várias mulheres. Então: 'ih, e o tecido?', 'não, a Casa dos Meninos não tem recurso pra comprar, né?'. 'Ah, tem uma firma que eles jogam muito tecido fora, lá na Anhangüera, inclusive colocam fogo, então a gente vai pedir pra eles.' Aí uma senhora que tinha conhecimento pediu pra Casa dos Meninos, aí acabou conseguindo, retalhos, né? (...) Então a gente fazia lençóis, fazia joguinho de banheiro, que vinha aqueles matelassê que é*

muito bonito, a gente fazia joguinho de banheiro pra vender, e esse dinheiro seria repartido uma parte pra Casa dos Meninos, e outra parte pra gente, né?"

Assim Consoladora se torna costureira, integrante de uma cooperativa, dentro de uma ONG, com máquinas emprestadas pelo SEBRAE. Além de venderem para pessoas do bairro, às vezes a Casa dos Meninos fazia algum evento, quando então vendiam para pessoas de fora, vindas da subprefeitura do Campo Limpo ou do Centro Empresarial de Santo Amaro. Esse é um dos exemplos de como se armam muitas das atividades ditas informais. Uma entidade local faz parceria com outra entidade – a qual vem de fora da periferia, com recursos materiais e técnicos –, são montados cursos para pessoas da região. Muitas freqüentam, para algumas abre-se um campo de possibilidades – tornar-se costureira, por exemplo, ou doceira, no caso de Odília. Entretanto, como a falta de capital é recorrente, buscam-se outras redes – uma fábrica de tecidos do outro lado da cidade, por exemplo. Através de eventos solidários atraem consumidores de outros territórios, como o Centro Empresarial,. Enfim, a rede dos projetos sociais é feita de conexões que ligam o financiamento que vem de muitos lugares aos interesses de entidades locais, às pessoas desempregadas. Há a mobilização dos contatos pessoais, da "mulher que conhece alguém de lá de tal lugar que fornece...". Está feita a rede que possibilitará uma ocupação, na maioria das vezes passageira, que no entanto se configura pela mobilização e o cruzamento dos mais diversos atores e entidades sociais.

Inicialmente a cooperativa tinha 18 mulheres; saem 15, ficam Consoladora e outras duas. "*E começamos, montamos, né? Mas durou muito pouco, que as mulheres começaram a sair, viu que não entrou o dinheiro, começaram a sair.*" Saem todas as integrantes e ela continua o trabalho sozinha, durante um ano. Vendia "*pros vizinhos, pras colegas*" e dava uma porcentagem para a entidade. "*Quando eu fiquei sozinha, foi quando deu um bom troco.*"

Já inserida num circuito não só de circulação de mercadorias, de cursos, mas também de informações, Consoladora fica sabendo do cadastramento para os programas. "*Então eu fiquei nesse ano, foi quando surgiu essa inscrição do Começar de Novo, que... mas falaram que a prefeita ia dar trabalho pra todo mundo, né?*". Comparação recorrente entre os beneficiários com as Frentes de Trabalho. "*Aí você vai lá, faz a inscrição, que eles vão dar trabalho.*" A idéia de a prefeitura "*dar trabalho*" não lhe parecia possível: "*Eu fiquei pensando: 'Como vão dar trabalho? Tanta gente! Onde vão arrumar trabalho pra tantas pessoas, né? Do jeito que*

tá lá... Ah, não vou não." Mas a chegada dos programas se tornou um assunto importante entre as pessoas, "*Aí a vizinha fala, e a outra fala, e a outra fala.*" Recebe o apoio dos filhos para participar: "*Aí eu conversei com os meninos, né? Aí eles falaram: Vai, mãe! Você não tem nada a perder mesmo! Vai lá, faz a inscrição, quem sabe?*". Resolve inscrever-se: "*Eu falei 'ah, tá bom... Quem sabe, né? Nove meses de trabalho, né? Tipo aquele do governo, né?*". Deixa clara a confusão entre os programas da prefeitura e as frentes de trabalho ligadas ao governo estadual. Enfim, as pessoas se cadastraram sem saber para quê estavam se inscrevendo.

Seu marido continuava desaprovando sua saída de casa: "*Ele nunca quis, nunca quis que eu fizesse nada, nunca, nunca, nunca me apoiou em nada, nada, nada, nada.*" Mas nessa época, já trabalhava fora de casa e não queria mais voltar. Independentemente da renda, queria se ocupar. "*Mesmo sem o dinheiro, já tava muito bom. Só de sair de casa, costurar, chega alguém, conversa, já tava bom... nossa, faz um bem!*". Com o dinheiro recebido, comprava coisas para a casa. Na época do cadastramento, havia saído da Casa dos Meninos: "*Que já tava muito... muito sem interesse, né? Uma cooperativa, como uma cooperativa? Se uma pessoas só e... e já foi surgindo outras coisas que já dava pra eu, tendo meu serviço, ganhava meus pouquinho, ganhava dinheiro, então foi surgindo outras coisas.*" Arruma paralelamente um trabalho de diarista.

Durante todo o período em que recebe o benefício, continua trabalhando como diarista. E assim, guarda a maioria das bolsas; queria comprar uma máquina de lavar, chega a juntar 800 reais, o equivalente a quase cinco meses de benefício. Se para algumas famílias a bolsa tornou-se praticamente a renda familiar, para Consoladora e outros beneficiários era um dinheiro que poderia ser economizado.

Um episódio com seu filho faz com que use o dinheiro para outras finalidades. Dentro do próprio mercado de trabalho, organizam-se formas de extorsão contra aqueles que estão no desespero de arrumar um emprego. Agências de emprego, ou as próprias empresas empregadoras, impõem condições para que os candidatos a determinada vaga possam concorrer; entre elas está o pagamento de alguma quantia. Luciano, na época com 22 anos, estava desempregado; tenta uma vaga de vendedor de planos odontológicos. Uma das etapas da seleção requer que ele venda dois planos – isso para poder passar para a próxima etapa;

não estaria com o emprego garantido caso vendesse. Não consegue vender, pede para seu pai e para um amigo que comprem os planos. O pai "compra", mas não paga; então outro colega assume a dívida. No dia da entrevista, passa mal a caminho da empresa, não consegue fazer a prova escrita. Enfim, vendeu dois planos mas não conseguiu a vaga. Após um ano, ainda está em dívida com os amigos, que indiretamente haviam lhe emprestado o dinheiro. Então Consoladora dá o dinheiro para o filho pagar a dívida. E assim o benefício da Prefeitura vai parar numa empresa de planos odontológicos que não emprega mas consegue vender dois planos para cada desempregado que chega a ela. No Dia das Mães, Consoladora ganhou da filha uma máquina de lavar.

O benefício, que se legitimou como a forma de garantir estabilidade material, tinha destinos diversos. O discurso da Prefeitura referia-se a comprar comida, pagar as contas, manter os filhos na escola. Muitas vezes, essa estabilidade significou pagar uma dívida, afastando a possibilidade de um conflito violento, garantir que a luz não fosse cortada, ou então, simplesmente comprar coisas para a casa. O uso do benefício teve os mais diferentes destinos: às vezes o de garantir a renda familiar naquele período, para outros o de resolver situações de conflito (endividamentos), ou ainda o momento raro de poder economizar ou investir em si mesmo.

Começam os cursos da Prefeitura. Primeiro, os três meses de "cidadania". "*Era sobre por que veio, como que foi, por que já passou, como que tá agora.... E conhecer os colega, cada um saber da história de vida de cada um, né? Saber que é quase tudo o mesmo, quase tudo, é... é quase igual as histórias, né? Só muda o endereço.. Um da Bahia, outro do Ceará, outro de Minas, outro de São Paulo mesmo, e por aí vai. Era mais ou menos isso. E tem o entrosamento, né, de tá conhecendo os colega, sabendo respeitar os colega, respeitar a opinião... enfim. Era mais ou menos assim.*" Acaba o módulo da cidadania, passa para a "Incubação". Eram muitas pessoas e muitas opções. A opção pelo empreendimento a ser montado parecia dar-se em um plano abstrato: "*Na verdade, eu tava meio perdida, né? Eu falei assim, pensei assim : 'Ó, qualquer grupo pra mim tá bom, porque eu não tenho opção.' Tinha costura também, que a única coisa que eu entendia dali um pouco era a costura, né? Tinha a costura e... então eu tava ali no meio, né?*". A escolha entre um restaurante, confecção de fraldas, catar lixo para reciclagem, montar padaria parecia ter a simplicidade do "qual é a sua vontade". "*Aí um fala: 'ah, vem pra cá, tal'. Então eu pensava: 'Qualquer*

coisa aqui dá', né? Se tiver bem trabalhado, bem organizado pode dar sim." Escolhe o restaurante, dentre todas as opções a que julga a mais promissora, por ter mais demanda: "*Mas eu acho que a alimentação é a coisa que... ninguém fica sem.*"

No começo eram 36 pessoas. Várias desistem, ficam 16. Para os que vão tentar o empreendimento, a Prefeitura estende o benefício por mais três meses. Então, cada um guarda 30 reais dos 150 reais recebidos mensalmente. No fim desse período restam sete pessoas. Perguntamos por que ela não desistiu também: "*Não, porque eu não ia desistir. Se eu agüentei até ali, em alguma coisa tem que dar! Não vou desistir no meio do caminho, não sou de desistir. Eu vou até o fim, né? Então vamos ver. Se der deu, se não der pelo menos eu vejo que eu batalhei.*"

D.Odília cede a garagem de sua casa, juntam as economias de todos, compram um fogão industrial por 190 reais, cada um dá mais 10 reais e o material necessário para começar: "*Um deu um pacote de arroz, outro deu tempero, outro deu óleo, entendeu? Cada um deu um pouquinho. E também... começamos com a feijoada. Deram, demos um pouquinho de dinheiro, fomos lá, compramos o tempero da feijoada e começamos com a feijoada.*" Conseguem um telefone e distribuem panfletos pelo bairro. "*Ó, Deus, ó telefone que não tocava...*" No início vendiam de dois a quatro marmitex por dia, hoje saem em média 40.

Depois de oito meses, fazem o empréstimo com a Prefeitura e alugam um salão, no qual estão há mais de um ano. "*A única coisa que a gente não queria era fazer empréstimo. Achava que dava pra se virar, né? Mas não dava, não adiantava! Não tinha como. Ninguém tinha nada.*" Uma integrante doa a geladeira, um formador da Integra o freezer, outras pessoas doam panelas. Consoladora trabalha todos os dias, totalmente dedicada: "[Trabalho] *das oito e meia até a hora que acabar o serviço. Terminou de fazer tudo, faz o caixa, lavou louça, limpou tudo, pra amanhã chegar com tudo limpinho, já começar a fazer comida de novo. (...) Sábado mesmo eu cheguei aqui [à sua casa] nove, ia dar nove horas* [da noite]." Trabalha diariamente, em geral mais de oito horas por dia.

Ao perguntarmos sobre suas expectativas e vontade de continuar lá, nos diz da necessidade de arrumarem uma clientela fixa, uma empresa. Por não estarem legalizados isso fica difícil, pois não podem emitir notas fiscais. Trabalha oito horas por dia, retira em média 150 reais por mês, e quer continuar. "*Eu tinha vontade de trabalhar. Eu queria trabalhar fora, ganhar meu*

dinheiro, entendeu? (...) Não importa como, eu queria ser útil pra mim mesmo, pra alguém, não queria ficar só dentro de casa, porque não dá... Meus filhos cresceram, eu vou esperar o quê? De quê? Hoje, daqui a pouco todo mundo casa, e eu? Que é que eu fiz da vida?" Gostaria de ter mais dinheiro, para terminar a reforma da casa, mas o trabalho já faz "*muito bem para a cabeça*". Além de uma ocupação, é na cooperativa que tem uma sociabilidade fora do âmbito familiar: "*Também, eu não tenho vida social. Já nasci dentro de casa, não tenho! Então minha vida social é essa aí ó, vai todo dia no trabalho, volta, vai... entendeu?*"

Consoladora queria ser "útil para si mesma", e consegue isso através da cooperativa. Sua determinação ultrapassa a motivação religiosa de outros integrantes. Mais do que o resultado, mais do que quanto vai ganhar, fundamental para ela é "saber que batalhou", leia-se: saiu da condição de dona de casa, deprimida e submissa ao marido, para tornar-se a mulher que trabalha fora, vai atrás do que quer. Com filhos crescidos que não precisam mais de seus cuidados e um companheiro cada vez mais distante, o restaurante traz para Consoladora a possibilidade de encontrar utilidade em outro lugar. Talvez, para ela a cooperativa tenha o sentido forte do trabalho. Não está na escola, não freqüenta a igreja. O restaurante é o lugar que possibilita o não mais ser a dona de casa mas a esposa-mãe que tem horário de trabalho, responsabilidades fora do âmbito familiar e que ainda ganha algum dinheiro.

Para ela, a cooperativa foi vivida como a possibilidade de sair do papel da dona-de-casa. No caso de Cléber, última biografia aqui analisada, o trabalho no Restaurante Diferente talvez tenha se configurado como uma tentativa, ainda frustrada, de recuperar o papel de chefe de família. Separado, morando com suas filhas, Cléber é o integrante que não demonstra ânimo nem se identifica com o trabalho. Evidencia as tentativas de ter um emprego, uma ocupação que lhe garantisse o reconhecimento familiar. Não se dedica ao trabalho, e é o integrante mencionado por todos os outros como o que tem pouco interesse pelo trabalho. Assim, sua trajetória destoa dos caminhos que levaram os outros, com exceção de Olga, a encontrarem na cooperativa um lugar de sociabilidade, de reconstrução de uma identidade pelo trabalho. Cléber, assim como Juraci, também se aventurou frustradamente pelo mercado informal. Sua narrativa evidencia como se estabelecem muitas das atividades que hoje compõem esse campo.

Cléber: tentando ser o chefe da família

Ao contrário de Juraci, que se estabeleceu como o líder do grupo, Cléber é tido como o que não tem dedicação ao trabalho. Ao ser entrevistado, não parecia estar disposto a contar sua vida: frases curtas, truncadas; não quis estabelecer uma cronologia nem descrever momentos ou atividades do passado. O relato de uma tentativa frustrada de fabricar pochetes de coco – experiência que teve durante o Começar de Novo – foi o único momento em que demonstrou disposição e ânimo para contar.

Hoje com 43 anos, Cléber está separado e mora com as duas filhas em uma casa que construiu nos fundos da casa de sua mãe. Baixo, magro, meio careca, tem um jeito que passa do tímido ao mal-humorado. Às vezes olha com desconfiança, outras com simpatia. Mineiro, veio para São Paulo aos seis anos de idade, acompanhando o pai, que iria trabalhar na Semp Toshiba, fábrica de eletro-eletrônicos. Um tempo depois, o pai comprou o terreno onde hoje moram.

A separação dos pais quando ele tinha aproximadamente 10 anos parece tê-lo marcado de muitas maneiras. Teve de parar de estudar, aos 13 anos saiu da escola para trabalhar como empacotador em um supermercado; ficou alguns anos nessa atividade. Aos 18, consegue emprego em uma gráfica, onde ficaria durante cinco anos. Nesse período conheceu sua ex-mulher: o terreno de sua mãe tinha mais duas casas, ela era inquilina de uma delas. Começam a namorar e ele pede demissão para poder construir com o fundo de garantia sua atual moradia. Naquele serviço tinha crescido profissionalmente, "*nunca dei motivo nenhum para falar do meu serviço. Eu entrei lá como ajudante, depois passei para meio oficial operador, depois eles queriam me passar como operador de máquina. Eu já tomava conta de quatro máquinas.*"

Consegue um emprego no Centro Empresarial – os grandes prédios que podem ser vistos lá do Jd. São Luís, um conjunto de empresas, bancos, onde circulam diariamente milhares de pessoas. Vai trabalhar na cozinha central, como auxiliar de limpeza. Um ano depois pede demissão para ir a Minas Gerais em busca da esposa (haviam se desentendido). Quando voltam de lá, Cléber estava desempregado. Ela trabalhava como auxiliar de limpeza, "*também não tinha estudo, mas é muito esforçada, trabalha até hoje.*"

Por ser uma narrativa nebulosa, onde os acontecimentos se confundem, fica impossível estabelecer a cronologia ou mesmo os caminhos que a vida de Cléber tomou. Aparentemente, ele voltou de Minas Gerais em meados da década de 90. Sem conseguir retornar ao antigo emprego, vai trabalhar na construção civil, "*de pedreiro, carregando bloco, carregando madeira, aquele serviço bem de pião mesmo*". Trabalhava sete, oito meses, parava, "*porque trabalhar direto era muito pesado*", voltava um tempo depois. Era uma empreiteira grande; trabalhou na construção de um hospital do Campo Limpo. Estava difícil arrumar emprego, "*tinha uma certa época que estava mais fácil arrumar serviço mulher do que os homens: empregada doméstica e por aí vai. Agora, para os homens, não. Era mais era bico.*" Depois que voltou de Minas não conseguiu mais arrumar um emprego. "*Dali para cá não trabalhei mais não. Era mais bico.*" Ficou vários anos em contratos temporários na construção civil. Também vendeu algodão-doce – o sogro de sua irmã tinha algumas máquinas. Saía vendendo a pé: não podia ficar parado num ponto, senão teria de ter licença da Prefeitura. Chegava a vender cem por dia, mas não dava dinheiro, "*o lucro ia para o dono da máquina*".

Em 2002 chegam os "*programas da Marta*". Com o recebimento do benefício, Cléber compra uma máquina de algodão-doce e outra para fazer trabalhos artesanais. A de algodão-doce era para sua filha trabalhar, "*que ela está parada*", mas "*a mulher da Prefeitura não deixou, disse que tinha que ser eu, porque ela é menor de idade (...) agora a máquina tá aí encostada em casa*", o trabalho na cooperativa não lhe deixa tempo para ele mesmo vender. A outra máquina ele comprou depois de um curso de artesanato que fez durante o Oportunidade Solidária.

Durante o período do programa, interessou-se pelo trabalho artesanal, aprendeu a trabalhar com casca de coco. A formadora, então da CUT, motivou-o: "*Tinha umas bolsinhas meia esquisitas com uns bonequinhos da Marta, é desse tempo aí. Aí ela falou: 'você consegue fazer um desse aqui?' Eu fiz. Através disso aí eu pus na minha cabeça que ia mexer com artesanato. Aí depois deu uma viravolta*". Com o reconhecimento da formadora, empolga-se com a idéia e ela incentiva-o: "*Você pode continuar, se você for seguir essa profissão, você pode seguir que o negócio é bom.*" Cléber arruma um fornecedor de coco de Santo Amaro, aprende a fazer taças, cinzeiros, anéis, gargantilhas. Aprende também a usar verniz. A máquina que comprou é para lixar o coco, mas precisaria ter outras, uma "*furadeira industrial*", senão levava três horas para fazer à mão uma pochete.

Já tinha arrumado três lojas interessadas em comprar o artesanato, mas faltou gente e dinheiro. "*Estava sozinho. As idéias estavam todas na cabeça. Já tinha até gente que vinha em casa fazer pedido (...) eu já tinha até arrumado um lugar que era para mim trabalhar, que era um quarto que eu tenho de aluguel, eu ia desfazer do aluguel para pôr máquina.*" Ao mesmo tempo que tentava o artesanato, Cléber acompanhava a estruturação do Diferente. "*Aí, como o lado da cozinha e restaurante tinha mais gente, eu já entendia um pouquinho, eu pulei para o outro lado.*"

É difícil entender esse processo, o que aconteceu para que Cléber não tivesse os mesmos incentivos e apoios que, por exemplo, as pessoas do Diferente receberam. Aparentemente sua iniciativa passou desapercebida, não recebeu apoio da entidade responsável pelo processo de incubação. Isso resgata uma discussão anterior, de que o "estímulo à autogestão" não dava conta de prever ou reconhecer o imprevisto nem de abarcar todas as variáveis na composição de um empreendimento. A iniciativa de Cléber, todo seu envolvimento, desfizeram-se no passar desapercebido. Fica claro em sua narrativa como o artesanato foi algo que motivou seu interesse e que ele tinha habilidade para tanto. E, mais que isso, Cléber chega a armar toda a rede necessária para a consolidação do negócio: além da técnica e da criatividade, tinha o fornecedor da matéria-prima e já um mercado consumidor estabelecido – todos os elementos requeridos pela Secretaria para o fornecimento de crédito. Enfim, Cléber identificou-se com o empreendedorismo, tomou iniciativas, mas, ao ver que não teria a estrutura necessária, opta pelo trabalho na cozinha: "*Entrou esse outro grupo de cozinha, aí eu fui lembrar que eu trabalhei no Centro Empresarial, que eu já entendia alguma coisa também, e artesanato eu tinha que ter a máquina, aquele monte de coisa que, até então, eu estava fazendo na mão*" – um "lembrar" que significou abrir mão do que realmente queria fazer. A definição da atividade – que nesse caso não se deu no plano fantasioso do "qual é o seu sonho?" – desmancha-se frente às impossibilidades materiais, que neste caso, muito mais do que à viabilidade do negócio, referiram-se à falta de fornecimento das condições, o que era o objetivo principal do Oportunidade Solidária. Cléber, em certo sentido, remete à história de José e Marli: envolve-se com a proposta, providencia o que pode, mas a parte que cabe à parceira e à Prefeitura não é cumprida. E assim, na falta de alternativas, que não foram criadas, vai para o restaurante.

Provavelmente, a impossibilidade de viabilizar o artesanato explica o lugar diferente que Cléber ocupa na cooperativa. Seu discurso sobre o restaurante destoa do dos outros cooperados: os planos para o futuro, a valorização do trabalhar fora de casa, o investimento emocional não aparecem como questões centrais; o que ele destaca é a falta da geração de renda nesse trabalho. "*Que nem o restaurante lá, faz dois anos que nós não vemos dinheiro, então, quer dizer, o risco que nós estamos correndo ali, principalmente quem tem família*". Ele tinha família, não tem mais esposa. Nas entrelinhas, indica que o trabalho na cooperativa contribuiu com o fim do casamento ou ao menos não facilitou sua continuidade. "*Quando eu fui falar para a minha mulher que eu não estou tirando dinheiro, ela não acreditou, porque eu trabalhava de segunda a domingo. (...) Minha mulher falou: 'trabalha de segunda a domingo e cadê?' Até hoje não tem. Outro dia nós tiramos 300 e pouco, não sei nem como tiramos isso.*" A esposa queria que ele fosse atrás de um emprego: "*Sai disso aí, vai procurar serviço, melhorar para ter paz, esse negócio não vai dar certo'. Como muitas pessoas falaram que não ia dar certo. Está dando certo porque todos que estão ali não estão pensando tanto em dinheiro, estão pensando mais na parte de trabalho, mas se fosse na parte de dinheiro...*"

Cléber explicita uma questão fundamental, que gira em torno do funcionamento do Restaurante Diferente. Pessoas que não estão "*pensando tanto em dinheiro*", a motivação está "*mais na parte do trabalho*". Obviamente não é possível afirmar que a renda não seja importante para todos os que se dispuseram a montar o restaurante; entretanto, através dos relatos percebe-se que, para além da necessidade financeira, está a importância de ter o local de trabalho, uma ocupação definida, reconhecida. A cooperativa possibilita o estar trabalhando novamente, não em um bico, não dentro de casa, mas em um trabalho que se constrói no espaço público, no espaço da rua, da impessoalidade, das regras definidas, e com uma legitimidade enquanto um trabalho e não mais uma atividade improvisada.

Para Cléber, a cooperativa configura-se como um trabalho, que porém não corresponde ao que ele gostaria de fazer e, mais ainda, que não gera renda – o que impede também o reconhecimento familiar. Através da cooperativa Cléber não recuperou seu lugar de chefe de família; afinal, trabalha todo dia, "*e nada*".

Há um ano Cléber começou a freqüentar a Igreja Universal, a convite de Juraci. Diz que quis ir para lá porque "*tinha a cabeça muito quente, cheia de idéia maluca*", e que agora na igreja está "*mais calmo, levo as coisas mais na esportiva*". Resume também um dos motivos de seu nervosismo: "*até mesmo para agüentar aquele pessoal da cooperativa que é meio bravo. Aquela mulherada lá!*".

Cléber parece não se identificar com o grupo nem com a atividade desenvolvida. Explicita a falta de geração de renda, o excesso de trabalho, os desentendimentos do grupo; entretanto a falta de alternativas leva-o a continuar.

O planejamento do artesanato com coco e das idéias que não se realizaram também revela como acontecem algumas das atividades empreededoras, tão constantes na periferia. Motar barraca de cachorro-quente, abrir uma vendinha na garagem de casa, vender salgados no bairro, entre tantas outras atividades. Enfim, a experiência de Cléber nas tentativas com o artesanto e antes com o algodão-doce evidencia o modo como se consolidam algumas das iniciativas empreendedoristas. Cléber faz um curso de artesanato oferecido por um programa social, conhece alguém que fornece a matéria-prima em outro lugar, faz contatos com o comércio local e consegue alguns clientes. Algumas vezes dá certo, muitas outras não. No caso dele faltaram o capital e pessoas apoiando seu projeto. São iniciativas que surgem na falta de outras possibilidades e que se armam de forma improvisada, meio transitória, sem muita técnica ou planejamento. Surgem da sugestão de um amigo, da experiência de um vizinho, do "ouvir dizer" que tal coisa poderia dar certo. Modos de constituir alternativas de ocupação que vão dando forma à vaga denominação de "mercado informal".

- *Análise das biografias: dos caminhos individuais para as tramas e experiências da pobreza*

Partindo de uma análise biográfica, adotamos a perspectiva de que os integrantes do Diferente podem ser interpretados como "tipos sociais" que se constituem na relação das escolhas individuais com seus "campos de possibilidade" (Revel, 1998). Uma perspectiva que analisa as biografias nas suas singularidades, ao mesmo tempo que as "*inscreve em contextos -- de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global*" (Idem : 28). As opções de cada

um dos cooperados, os acontecimentos de sua vidas, trazem em si a trama do social. A costura de cada vida compõe os fios do tecido social, o qual podemos enxergar mais de longe ou mais de perto. De acordo com a distância, seu desenho será visto de uma forma diferente. Esses personagens nos mostram os percursos e escolhas que os tornam uma pequena linha dessa imagem. Ao deslocarmos o nível da análise, acontecimentos individuais tornam-se os pontos de um traçado maior, e assim na vida de cada um é possível vislumbrar o esboço dos processos e contextos que hoje configuram a vida nas periferias. Assim, o Restaurante Diferente é o ponto de entrecruzamento de várias linhas, que, ampliadas, revelam o retrato do viver no Promorar, na periferia de São Paulo, na pobreza do país. E nesse sentido as biografias dos entrevistados compõem tipos sociais, que se constituem pelos caminhos individuais que delineiam e são delineados pela trama do social. Assim, a igreja, o desemprego, as reconfigurações familiares, a partir da história dessas pessoas podem ser entendidos em um contexto local ao mesmo tempo que se desdobram para uma perspectiva mais ampla.

Identidades que se constituem no deslocamento de antigas referências – individuais e globais. Juraci, o metalúrgico indisciplinado que virou evangélico; Consoladora, a dona-de-casa deprimida que voltou a trabalhar; Olga, a mulher sofrida que hoje circula pelas oportunidades que cava pela cidade; Cléber, o homem que não consegue ser o chefe de família; Odília, de mulher oprimida a senhora evangélica-estudante-trabalhadora. Identidades que poderiam ser construídas de muitas formas, de acordo com o ponto de vista. Para nós, são pessoas que nas suas escolhas trazem indícios de muitos processos.

Em uma escala mais ampla, a opção por tornar-se evangélico, presente em algumas biografias, permite a contextualização da Igreja Universal nas periferias da cidade como um campo que abre possibilidades para subjetividades que foram dilaceradas pelo desemprego se reestruturarem. Ao pregar o *ethos* da retidão de conduta aliada ao progresso individual, essa religião enlaça-se à vida daqueles que estão na corda bamba do desemprego que balança, entre a constante invenção de caminhos que garantam a sobrevivência e o desequilíbrio individual, que resulta na violência, no alcoolismo, nas doenças, até mesmo na morte.

A religiosidade une as pessoas da cooperativa, tanto pelas relações de confiança como pela busca pelo sucesso. Odília dá os indícios dessa relação: "*A dona Olga é testemunha de Jeová.*

Juraci, é... Sò a dona Consoladora, Dona Consoladora não é, mas também não atrapalha. Não mexe em nada. Dona Consoladora é uma senhora que vou te contar, se todos ali fossem iguais a ela! Aquele restaurante estava, ó! Ela dá a vida pelo restaurante, também. Trabalha direto. A gente combina assim..."

Consoladora não é religiosa, mas *não atrapalha*, dado sua dedicação ao trabalho. Relações que são permeadas pelo *ethos* evangélico. Odília resume nossa tese de que a religião é um dos elementos que compõem o campo de possibilidades do Restaurante Diferente. Ao perguntarmos "*o que acontece com essa cooperativa?*", conclui: "*É a luz de Deus, é a mão de Deus que está ali com a gente...! Pra gente poder conseguir o que fosse para trabalhar. A gente não tem preguiça também. Se for para ficar até meia-noite, a gente fica.*"

Outro campo que pode ser analisado em uma perspectiva mais ampla a partir das escolhas individuais é o das tramas do mercado informal. As histórias de Juraci e de Cléber indicam as opções que se armam em um campo de relações que conecta pessoas, empresas, circuitos que extrapolam o local. Atividades que se estruturam na aleatoriedade, na trasitoriedade e no improviso dessas conexões. É o sogro da irmã que tem um máquina, o que possibilita que Cléber durante alguns meses ande pelas ruas vendendo algodão-doce fora do bairro onde vive. É a resolução de Juraci por montar uma barraca de cachorro-quente na frente da igreja, que não dá certo, que ele transforma em uma barraca de churrasquinho que não dura nem dois dias e à qual segue-se a decisão de comprar sacos de lixo em Santo Amaro, por intermédio de um amigo da igreja, para vender nas mansões e empresas do Morumbi. A opção de Wilson por vender balas na rua até arrumar um emprego. A mulher – que junto com Consoladora faz um curso de costureira – que conhece do outro lado da cidade uma empresa que pode doar tecidos que seriam jogados fora e que possibilitarão a venda de lençóis dentro de uma ONG. Essa ONG amplia a venda local dos lençóis, possibilitando o comércio com trabalhadoras-consumidoras do Centro Empresarial. Diferentes atores, de diferentes territórios, mobilizam toda uma rede de relações que, ao mesmo tempo que configuram *"o provisório como modo de existência"* (Castel, 1998), também movimentam a economia da cidade, o mercado consumidor que se materializa no transeunte que compra o algodão doce para seu filho, na moradora do Morumbi que adotou Juraci como fornecedor de sacos de lixo; e assim vai, indefinidamente.

Portanto, no Restaurante Diferente as biografias se encontram, cruzando também processos que extrapolam o nível local. Além da reflexão sobre o lugar da religião, os caminhos de cada entrevistado também trazem consigo outras configurações que se estabelecem nas últimas décadas. As reestruturações do trabalho, que retiraram Cléber, Odília e Juraci do mercado de trabalho, configurando a impossibilidade de voltarem a ter um emprego e então a busca por alternativas; a violência que se banaliza na perifeira, os homicídios por "motivos fúteis" que atingiram a vida de Odília; as reconfigurações familiares que andam juntas com o desemprego, chefes de família que têm seu papel desmanchado, como o ex-marido que pede abrigo na casa de Olga; a busca de Cléber por um trabalho e uma renda que garantam a manutenção de seu casamento; a esposa de Juraci que sai de casa para trabalhar devido à desocupação do marido, o mesmo que "*não quer saber de governo*" mas passa a ter sua renda familiar formada pelos benefícios da Prefeitura. Reconfigurações dos papéis familiares que também permitem que Consoladora contrarie seu cônjuge e saia do papel clássico de dona de casa; e, o que posteriormente se desdobrará em nossa reflexão central, a avalanche de programas sociais diversos pela periferia, que possibilita tanto Consoladora tornar-se uma costureira quanto Olga vivenciar o programa como mais uma das muitas atividades passageiras que realiza pela cidade. Portanto, o Restaurante Diferente constitui um feixe de processos globais, opções individuais, acontecimentos locais, que abrem vários campos de reflexão.

Os integrantes do Diferente evidenciam as diferentes experiências do viver na pobreza, que no entanto, ainda que produzam caminhos e sentidos diferentes, entrecruzaram-se na consolidação da cooperativa. Há uma hetoregeneidade socioeconômica, por exemplo. As condições de vida ficam explícitas na sua diferença ao observarmos a moradia de cada um. Sete pessoas num barraco de madeira, como vive Juraci, três pessoas numa casa alugada, como vive Olga. Mulheres que, pressionadas pelos maridos, tinham condições econômicas de não trabalhar, o que não foi o caso de Odília, que, apesar do marido que a tolhia, sempre trabalhou para manter seus sete filhos. Há, portanto, diferentes experiências da pobreza, que demonstram um heterogeneidade tanto das relações familiares como das condições econômicas. Entretanto, todos os integrantes, ainda que nas suas diferenças, têm uma semelhança. Há uma estrutura familiar minimamente solidificada, filhos empregados que contribuem com as despesas da casa; Cléber recebe apoio de sua mãe, morando num terreno

próprio; Olga recebe apoio das filhas, todos os filhos de Odília estão empregados, a esposa de Juraci hoje trabalha, dois de seus filhos também. Enfim, há uma renda familiar e laços que permitem que essas pessoas se arrisquem na cooperativa e que o trabalho ultrapasse a dimensão exclusiva da necessidade de gerar renda.

Esse não é o caso de uma das ex-integrantes da cooperativa Saboreando. Tal cooperativa já não existe mais, eram quatro mulheres, duas saíram, duas permaneceram tentando a venda dos marmitex. Provavelmente hoje todas já enveredaram por outros caminhos. A cooperativa formou-se com o apoio da Casa dos Meninos, entidade filantrópica do Promorar onde as crianças passam a tarde; fornece cursos esporadicamente, tem uma cooperativa de jovens voltados para o geoprocessamento da região. É também centro de disputas políticas, de disputas por financiamentos, de interesses locais; histórias que se cruzam há muito tempo.

A Casa dos Meninos sediou a Saboreando em troca da contribuição das mulheres na limpeza de seu refeitório e pagamento de uma porcentagem pelo uso da cozinha. Em troca oferecia divulgação, que seria realizada pela cooperativa de geoprocessamento, o que parece não ter ocorrido. Das quatro mulheres, optamos por apresentar a trajetória de Maria do Socorro. Tal escolha justifica-se por essa ser uma biografia que parece indicar os mais profundos limites da pobreza que correm juntos com as invenções pela sobrevivência. Revel afirma que "*uma experiência biográfica* (...) *pode assim ser relida como um conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza*" (Revel, 1998 : 38). É por essa perspectiva que interpretamos a trajetória de Socorro.

A expressão "*viver por um fio*" (Castel, 1998) parece ter sido pensada para definir o viver de Socorro. Ela não deixa o fio se romper numa vida em constante vulnerabilidade: a falta de moradia, a doença, o alcoolismo do marido, o assassinato de um filho, a condição de migrante que queria voltar para a terra natal, as experiências de trabalho marcadas pela violência de patrões, do marido, e então o desemprego. Uma história permeada pela total falta de garantias em todas as esferas, contrabalançada pela invenção de alternativas ou pelo agarrar-se a cada oportunidade que surgia. Socorro traça seus caminhos por entre as muitas precariedades e perdas que a vida lhe trouxe.

Os desdobramentos de sua história até a chegada do programa são contados nos detalhes, na descrição minuciosa dos diálogos e situações de sua vida. Vemos então uma mulher que lida

há anos com a doença, o alcoolismo e a violência de seu marido, lutando pelos direitos sobre a casa (*"quase um barraco"*, como nos diz) onde vive hoje, e que encontra no programa e posteriormente na cooperativa, literalmente, uma forma de sobrevivência.

Maria do Socorro: equilibrando-se na corda bamba da precariedade

Viúva desde o início de 2005, com 48 anos, vive no Promorar há aproximadamente 10 anos. Socorro é branca, baixinha, bem magra, cabelos claros. Fizemos a entrevista na casa de Marinalva, outra entrevistada, enquanto esta confeccionava os arranjos de flores da cooperativa Criando. Entre risos e descrições minuciosas, Socorro vai desenhando-nos sua vida; com voz grave e irônica; cria suspense na narrativa, define sua cronologia linearmente, apesar de alguns episódios e passagens que não ficam bem explicados. Quando havíamos entrevistado Marinalva, ela também estava lá, fazendo os arranjos de flores. Então, ao nos encontrar, parecia já saber exatamente como conduzir sua narrativa.

Tem duas filhas: uma de 26 anos, casada, que mora no centro de São Paulo; a outra, de 16 anos, vive com ela e não trabalha, só estuda; teve um filho, assassinado aos 18 anos de idade.

Nascida no interior do Ceará em 1957, trabalhou na roça com os pais. Aos 15 anos seu pai falece; a mãe vende o sítio em que moravam e mudam-se para outra pequena cidade do interior do Ceará; conta que gostava do sertão. Uma prima que morava em São Paulo vai visitá-la, *"falou que aqui era muito bom, tudo...ah! que aqui antes era bom né? Tinha muita facilidade das coisas, tudo."*

Então vem com a prima para São Paulo; tinha 16 anos. Conta-nos, entre risadas, da sua dificuldade ao chegar a São Paulo: *"só que eu vim, pra mim deu tudo errado"*, *"quebrei a cara quando cheguei né."* Vem para trabalhar em casas de família, atividade que terá durante cinco anos, até seu casamento. O primeiro desses trabalhos ela arranjou na rua, *"tinha uma plaquinha, fui na plaquinha lá comecei né?, chamei, toquei campainha, olhei, conversou e eu já fiquei. Quarto pra dormir tudo, já ponhei a mala lá dentro, lá fiquei."* Um ano e meio depois, muda de emprego devido aos maus-tratos da patroa, que negava comida e a humilhava. Quando pede demissão, a mulher tenta bater nela, que logo revida: *"Cê ta pensando que cearense é paulista, que você faz gato e sapato?"* Arruma suas coisas e vai

embora. Rejeita então a oferta de emprego da irmã de sua ex-patroa: "*Olha eu sinto muito mas eu tô saindo da casa da sua irmã, num é desfazendo de você mas... com a família dela não quero ter mais que trabalhar.*"

Então, novamente nas ruas de Santo Amaro, encontra no mesmo dia seu próximo emprego, ou melhor, é encontrada por ele. "*Ai quando eu passei num quarteirão que entrei no outro só vi uma pessoa correndo atrás... '- Ei menina, ei menina, cê ta indo embora ou tá chegando? (...) É porque a minha empregada eu dispensei que vai casar, e se você quiser ir trabalhar nós já faz o contrato agora.*'"

Fica nesse emprego durante dois anos, diz que a patroa "*era uma mãe pra mim*", até se casar com Ari, seu falecido marido. Resolve sair do emprego para morar e trabalhar com ele no bairro do Valo Velho, também na Zona Sul de São Paulo. Conheceu-o no dia em que chegou a São Paulo. Era amigo do primo da prima. Namoraram vários anos. E então o casamento, ao que parece quando engravida da primeira filha... "*Bem, aí eu passei a morar com ele né, aí foi o desbarato da minha vida* (risos). *Acabou toda a desilusão.*"

Com 22 anos (1979), chega ao Jd. São Luís. Mudam-se para lá por intermédio de um primo de Ari. Já não mais trabalhando como empregada doméstica, Socorro começa a ajudar o marido a montar um negócio – tinham uma padaria, lanchonete e açougue. Como nos diz, já teve "*altas condições*". Difícil entender como começaram com tanta coisa, "*conseguimos tudo isso com uma garrafa de pinga, um litro de 51.*" O marido, metalúrgico, é despedido de duas empresas que fecham; vai trabalhar em uma construção, depois tenta um negócio próprio: "*É, fez uma barraquinha sabe, e ponho lá dentro, e ali vendia... só 51 e dali começou, aí começou a comprar uma caixa de cerveja, ninguém tinha geladeira, aí pegava um tambor, desse tambor de plástico, enchia d'agua e botava tudo dentro né, aí o pessoal vinha, começava a conversar a beber por ali, fazia um churrasquinho... ai foi crescendo né... daqui a pouco nós tava com a padaria, nós tava com um bar, nós tava com um açougue, tinha lanchonete, tinha tudo!*"

Os negócios iam bem, estavam construindo um patrimônio. Viviam de aluguel, trabalhavam dia e noite. Nessa mesma época, ela apresenta problemas de saúde; começam as andanças pelos hospitais. Depois de dar à luz, "*eu não podia ter filhos e tive três*", tem algum problema no útero, faz um tratamento médico durante seis meses no Capão Redondo e é encaminhada

para o hospital Santa Catarina, na av. Paulista. Depois de uma cirurgia, recebe alta, desenvolve uma infecção, porém não consegue mais ser internada lá: "*o hospital me operou, quando mandou embora depois num quis me pegar de volta*". Então começa a ida de hospital para hospital, inutilmente; não consegue tratamento, não consegue ser internada, passando por um "*sofrimento terrível*". Ser tratada em um hospital como o Santa Catarina já foi incomum, visto sua condição social; o fato é que depois não consegue mais ser aceita lá, pelos meios legais. O problema de saúde que Socorro teve não fica muito claro na entrevista, mas o interessante é a forma como resolve a situação: "*Não queriam me receber e me levava em outro e me levava em sto. Amaro e nada...*". Então, resolve se internar "à força": Pede para Ari levá-la para dentro do hospital e "largá-la" dentro de um centro cirúrgico. Até que uma enfermeira a encontra, "*meu Deus, tem uma mulher aqui operada sozinha na mesa de cirurgia morrendo de dor,' aí quando o médico chegou ele falou assim: 'que você tá fazendo ai?'* (risos)*, eu disse: 'eu tô aqui esperando socorro né, por que me mandam pra morrer em casa, na minha casa num tem médico, e a cirurgia foi feita aqui, é aqui que tem que me atender.*"

E assim consegue ser internada, faz outras operações. Conta com ironia e graça como obrigou os médicos a aceitá-la. Estava no hospital das freiras, "*Aí, nossa, aí, cheio de freira em volta de mim tudo chorando...*(risos) *'Vão chorar pra lá, deixa eu morrer sossegada.*" Quando lhe perguntam de sua família, diz que não tem ninguém, assim não podem mandá-la embora. Fica lá um mês, sem receber nenhuma visita, "*e agora, como que a gente faz pra entrar em contato com seu esposo?" (...) "não, tem ninguém não, eu vim foi pra ficar", "daqui ninguém me tira, eu vou ficar é aqui mesmo*". Um mês depois volta para casa, "*curada*". A narrativa do hospital já nos dá uma dimensão de como Socorro lida com algumas dificuldades de sua vida. Tanto luta que consegue passar um mês internada no hospital Santa Catarina, integrante da rede dos mais caros convênios médicos atuais.

Do "*deixa eu morrer sossegada*" ao "*vim para ficar*", vai se delineando a vida da "*cearense*" que enfrenta a ausência de direitos – obre sua saúde por exemplo – criando formas de enfrentamento que acabam por lhe dar acesso a serviços que em principio não poderia ter. Posteriormente veremos como lida com a questão da moradia de forma parecida; e vai assim garantindo sua sobrevivência. Socorro vive uma vida distante do universo dos direitos, o que

não a impede de acessá-lo de formas imprevisíveis. Se o hospital não a aceita, entra à força, na lógica do "*me larguem aqui e vão embora*".

Ao sair do hospital, volta a trabalhar com o marido. De tempos em tempos (impossível precisar) ela e Ari vendiam tudo o que tinham e iam para o Ceará; ficavam alguns meses, voltavam e compravam tudo de novo. Essa é uma história recorrente em sua vida, o que dá a dimensão das inconstâncias do marido: depois de formar um patrimônio ele se desfazia de tudo, para então construir de novo; e até meados dos anos 90 conseguiu de fato fazer isso. Na época em que sai do hospital, Socorro já tinha dois filhos e 25 anos de idade. Nesse período, Ari começa a beber, a sumir por vários dias, e ela passa a conduzir os negócios, a cuidar de tudo. "*É ... aí era pesado...eu sozinha lá dentro com os funcionário mandava ver, a noite toda aberta escancarada, e o som rolando e todo mundo bebendo....aí só eu fazia isso na* [av.]*Fim de Semana e até hoje sou respeitada ai dentro, eu ando aí de cabo a rabo e ninguém mexe comigo, pode ser a hora que for.*"

Durante anos mantêm-se na rotina de vender, ir e voltar. Até que a mãe de Socorro fica doente no Ceará e ela resolve voltar para o Norte; o marido vai junto, vendem novamente tudo o que tinham. Só que dessa vez ele volta e ela fica lá, durante três anos. Em sua narrativa vai se delineando a inconstância do marido com os negócios, juntamente com o alcoolismo, a violência e os dias em que sumia; além disso, parece que tinha alguma doença.

Ari volta para São Paulo; perdem contato, Socorro julga que ele morreu. Depois de três anos, recebe notícias. "*Aí quando foi um dia eu recebi um telegrama dele lá falando pra mim que tava internado em Sto.Amaro, quase morto. E eu não tava sabendo, que mandava notícia pra mim e o pessoal não informava que ele tava doente né. Aí internaram, devia ser da bebida, né.*" Achando que o marido morreu, volta para a roça: "*Fui pra roça, trabalhar. Eu digo 'já que morreu ó'* (risos) *'que fica lá mesmo ó'. Aí peguei, juntei as crianças e desci pro sítio, lá onde mora o pai dele né. Cheguei lá, arrumei um terreno lá, uma tropa de homem, e mandei fazer lera lá, queimar aquelas mata danada.*"

Vai trabalhar na roça, no sítio de seu sogro. Conduz o plantio, pega as crianças todo dia de madrugada e vai trabalhar. As plantações começam a dar certo. "*Mandei ver, feijão, milho, eu sei que deu viu...tirei bastante legume, e eu ia! Eu morando na cidade, longe né, pegava as criança, jogava no ônibus, cinco horas da manhã e me mandava pra lá....pegava os homens*

pra trabalhar, fazia uma barraquinha, onde cozinhava pra dar comida pro povo lá, né, quando era seis hora da manhã jogava as criança no carro e vinha embora. Chegava lá na cidade né, só pernoitava, quando era no outro dia vamo de novo...Que assim, quando foi inverno, porque lá é seis meses de inverno, seis de verão, né, então já tava na colha, já tava tudo pronto pra colher né...feijão...milho...Tô sossegada, quando o véio chega lá, né." Após três anos separada e trabalhando na roça, o reencontro com o marido. "*Quando o véio chega lá*" acaba o sossego, quer que voltem para São Paulo. Vendem tudo novamente, de novo a volta para a cidade, "*E eu não queria mais vim, as crianças não queria mais vim.* (...) *Aí vim... e me arrependi de ter vindo...Vim, aí quando chegou aqui foi só desbarate.*" Voltar para São Paulo também significava voltar a conviver com o alcoolismo do marido e com as dificuldades da cidade, "*continuou na mesma bebeção né*".

Voltam para o Jd. São Luís, no início da década de 90. Abrem então uma barraca de frutas; compravam no CEASA; vendiam frutas de dia e churrasco à noite. A impossibilidade de conviver com o marido, que se torna violento não só com ela mas também com os filhos, faz com que Socorro resolva procurar emprego, longe dele. Volta a trabalhar em casas de família, algumas vezes por semana, fazendo limpeza. Enquanto isso, Ari vai perdendo tudo o que tem, "*vende a barraca para uns bandidos (...) não viu um centavo até hoje*". Difícil precisar as datas, mas parece que antes desse trabalho eles voltaram mais uma vez para o Norte; novamente ele volta e ela fica e novamente retorna por causa da saúde do marido.

Enfim, ainda que a narrativa se confunda, o que fica claro é que a vida de Socorro se alterna entre idas para o Nordeste e voltas para São Paulo; e, ao contrário do discurso recorrente dos que saem de lá para a "cidade grande", Socorro não queria voltar para São Paulo novamente. O que marca sua trajetória são os encontros e desencontros com Ari, o que a faz transitar por entre a roça no Ceará, as barracas do marido e os empregos em limpeza. A trajetória ocupacional de Ari não fica muito clara, mas aparentemente também se alternou entre empregos e as barracas no Jd. São Luís, até que não tem mais ocupação, vai perdendo tudo e ficando cada vez mais doente. Para ela, São Paulo parece realmente estar associado com o "*se dar mal*"; entretanto, apesar das dificuldades com Ari, não se separa dele, não o abandona. No fim do ano de 2004 ele foi internado; quando passávamos pela Saboreando, as outras mulheres contavam que Socorro estava ficando menos no trabalho para poder passar os dias no hospital. No início de 2005 ele faleceu.

Em 1995, de volta para São Paulo e já morando no Promorar, Socorro não quer mais trabalhar junto de Ari; volta para as casas de família e consegue emprego em uma firma de limpeza terceirizada que a manda trabalhar no Tribunal Federal de Justiça na av. Paulista. Era registrada e ficou empregada durante seis anos.

Em 2000, ainda no Tribunal, acontece o episódio que marca sua vida: seu filho de 18 anos é assassinado. Em um viver onde não há garantias de nada, Socorro tem durante o dia inteiro da morte do filho o pressentimento de que algo iria acontecer. Vai trabalhar, *locus* dos direitos e da justiça, chora a manhã inteira sem saber por quê, até que a dispensam do trabalho; volta para o centro dos "acertos de conta" e da violência que regula muitas das relações locais. Encontra-se com o filho e, desesperada, pergunta-lhe se está envolvido com alguma coisa, diz que se estiver "*eu tiro você agora mesmo daqui de São Paulo pro Norte*". Ele afirma que não tem nada de errado acontecendo. "*A mãe tá te falando isso já é pra te alertar, o que eu tô sentindo, eu tô sentindo que eu vou perder você!*". Descreve-nos cada ação do menino, o que comeu, o que falou, o que vestiu, enquanto ela ficava deitada no sofá de casa, chorando compulsivamente. E então ele vai para rua, e ela escuta os tiros: "*Filha, seu irmão já era.*" Ele é executado em um escadão do Promorar, com vários tiros; até hoje o crime não foi solucionado.

"*Pronto. Cabou o mundo pra mim.*" Ao encontrar seu corpo, "*filho obedeça a mãe, feche os olho, você num precisa mais desse mundo cruel, cê já foi.*" Resolve sozinha todos os trâmites da morte dele. "*Já que aconteceu, Deus me dá força pra eu ir atá o fim, que eu necessito disso que eu sou só.*"

Essa morte desestrutura-a profundamente; não come, sente-se "*anestesiada*", e aparentemente a situação de seu marido também se agrava com a perda. Nesse momento, parece que sua vida perde o sentido, a sensação de solidão era muito forte. Não conta com o marido; o "ser só" provavelmente tem a ver com a perda do homem da casa e com a reafirmação de que está por conta própria no mundo: "*Daí pra cá foi só ... com meus pés e minhas mão que ninguém pode me ajudar, e sofrendo sozinha, aí eu fiquei ó sem trabalho, sem ajuda de ninguém, doente, que eu saí do tribunal entrei numa depressão, quase eu morri, passei seis mês me tratando, peguei uma pneumonia profunda com depressão, quase morri, fiquei numas condição que num era pra ficar....*"

Com o marido doente e o filho assassinado, Socorro continua no emprego, "*sem saber onde eu andava sabe, porque eu fiquei anestesiada três meses, sem sentir meu corpo*". Entre a depressão e o trabalho, chega o desemprego. Hoje encontrou uma atividade através da cooperativa; mas foi justamente ao entrarem as cooperativas como mais uma forma de terceirização do trabalho que ela foi excluída do mercado de trabalho.

Em seu quinto ano de emprego no tribunal, o mesmo da morte do filho, o "pessoal da limpeza" tem duas opções: ingressar em uma cooperativa que passará a ter um contrato de trabalho com o local ou ir embora. "*Trocou de firma e a firma que eu trabalhava num teve espaço pra nós.*" Já trabalhava terceirizada, em uma empresa contratada de limpeza, mas a empresa sai de lá, dando lugar a uma cooperativa, e "*a cooperativa é assim a gente ganha pelo o que faz, não tem aumento de salário, não tem, é aquele salário fixo de um ano ou dois o contrato, mas é só aquele então ganhava muito pouco*". Pede demissão. "*Eu já tava doente lá dentro, eu digo 'eu num dou conta mais, trabalhar assim o dinheiro que eu ganho não dá nem pra me tratar.*"

E assim Socorro nos dá a dimensão do que estava vivendo entre alcoolismo, assassinato, depressão e agora a precarização de seu trabalho e então o desemprego: "*Eu peguei e falei – eles não queria que eu saísse ninguém queria que eu saísse, – tinham medo de eu sair ficar sem emprego, sozinha que eles já sabia do meu...terror, do que eu tava passando né, que eles me ajudaram bastante, aí eu peguei e falei 'eu sinto muito mas eu sou obrigada a sair porque eu vou ficar aqui trabalhando um ano, dois ano e até quando essa firma vai ficar aí, e ganhando muito pouco sem ter aumento de salário, sem ter nada, num dá, eu tenho família.' Aí eu peguei e saí, mas só que quando eu saí, adoeci. Que eu já tava doente afinal né, que já tava trabalhando feito espírito pra trabalhar, mas só Deus sabia como era que eu tava vivendo nesse... que eu não parei no ano da morte do meu filho né...*"

Quando o filho morreu, Socorro resolveu que não ia parar de trabalhar: "*Se eu parar, eu vou adoecer, porque eu vou pensar em tudo, enquanto eu tive trabalhando...', e foi dito e feito. E quando eu parei eu desci...*". Além da depressão e do desemprego, havia a doença do marido. "*Fiquei, aí eu entrei em depressão, pneumonia profunda, já meu marido meio doente, desse jeito tá aí e tem problema de cabeça já. Aí ele ficou internado um mês, eles fizeram eletro de*

cabeça e falaram: 'Seu marido num tá mais em condições porque o cérebro dele tá muito pouco, já tá todo apagado."

Não só doente como violento. "*Porque continua bebendo muito, cai demais, se machuca todo, muita pancada na cabeça, derrama muito sangue pelo nariz, pela boca. É, eu tô nesses desespero dentro de casa.". Ele se machuca, maltrata a filha: "O negócio dele é espancar, é machucar (...) se deixar ele mata.*"

Enfim, Socorro nos conta uma história muito recorrente nas periferias da cidade, de homens que com o passar dos anos parecem ir perdendo sua identidade de chefes de família, numa combinação de desocupação, alcoolismo e violência. E assim, mulheres passam a ter centralidade no lar, não só como donas de casa mas por protegerem os filhos contra o marido, cuidarem dele, proverem o sustento da família e freqüentemente enterrarem seus filhos.

Pouco antes da saída do emprego e da morte do filho, Socorro enfrenta também problemas com sua atual moradia. Desde 1995 ela e o marido alugam um quarto em um dos embriões e convivem durante quase dez anos com o casal de proprietários. Cuida dos dois até quando morrem. O proprietário faleceu com 47 anos, "*morreu da bebida*"; sua esposa também era alcóolatra. "*Fiz o enterro tudo, tudo foi eu também. Ela só na bebida... nem sabia que o homem tinha morrido!*". Com 53 anos, a mulher do proprietário também morre, "*era uma velha medonha, não é possível também...e eu tinha paciência, eu tinha paciência, e eu fui, e arrumava a casa dela, e dava banho, e fazia a comida. Eu fazia tudo, eu tinha dó dela, sabe. Cuidava dela bem cuidada mesmo. Num é porque bebia que eu ia desprezar, não desprezei mesmo, aí faleceu.*" Enfim, cuidou de três alcoólatras na mesma casa, e não é porque "*bebia que eu ia desprezar*"; afinal, a bebida fazia parte de seu cotidiano já há muito tempo.

Começam então os problemas por causa da casa: um mês após o falecimento da proprietária, surgem os parentes, nunca antes vistos. Querem vender a casa, que, segundo ela, hoje é quase um barraco, "*só o teto, que a casa já foi toda destruída*". Tem início o litígio com os parentes. "*Quer dizer que agora vocês vem pra me ponhar na rua e vender a casa – casa não, vender o teto, porque não tem casa, quem comprar ali tem que destruir tudo pra fazer de novo.*"

Iniciam-se as negociações. "*Não tinha acordo não: 'eu vim pra vender, entendeu? A senhora pega seus filhos, a senhora arruma um cantinho, que nós vamos vender a casa.' Eu disse:*

'Peraí, não é assim como vocês estão pensando. Eu fiz o enterro do homem, eu fiz o enterro da mulher, quem cuidou, quem passou noites sem dormir, quem cuidou pra o hospital e tudo, IML, tudo fui eu."

Tentam negociar; ela não aceita os mil reais oferecidos: "*Vou fazer o quê com mil reais gente? Mil reais eu não compro nem um tijolo né?*". E então, "*daqui a pouco quando dou fé a polícia entra né?*" Ao invés de intimidá-la, a chegada da polícia dá-lhe mais força para brigar por seus direitos "*Que já passaram pra polícia que eu já tava me impondo de dona né? 'Cadê a dona da propriedade?' 'Tô aqui tenente, tô aqui, pode entrar, dona é eu mesmo aqui, a cearense aqui, pode entrar.*" (...) *Já que eles chamaram vocês, então eu ainda vou depender de vocês pruma carona até a delegacia, que o nosso papo vai ser lá dentro da delegacia tá. Tão disposto a me levar, então vamos! não tem conversa aqui!*"

Na delegacia, os parentes resolvem tentar o acordo, mas ela não cede: "*Não tem acordo não, vocês não chamaram a polícia pra mim? Nós vamos resolver aqui dentro, enquanto não resolver a gente aqui não sai.*" Acordam que, dependendo do valor da venda, lhes darão até quatro mil reais.

Conseguem achar um comprador disposto a pagar 10 mil reais, marcam um dia para irem ao cartório. "*Aí cataram meu marido que eu nem vi, cataram ele e levaram lá no Jardim São Luis, ele chegou lá, mandaram bater o papel que tinham pago né, aí pegou e falou: 'Agora assina ai'. Ainda Deus usou a cabeça dele, sabe, e ele não aceitou. Que assim, ruim da cabeça, se ele tivesse assinado ó, já era.*"

Ao ver que tentaram enganá-la, fecha as possibilidades de discussão: "*Gente, vocês não estão brincando com criança, eu já sou bem adulta pra vocês virem com essa brincadeira pro meu lado, tá. Também não sou aquela pessoa tão trouxa que vocês pensam que eu sou, vocês querem saber de uma coisa...vocês querem uma casa? Vocês vão comprar em outro lugar (...) se a justiça mandar eu sair, eu saio até pro meio da rua, do contrário agora eu não vou pra lugar nenhum.*"

Ainda tentam a negociação: "*Não, mas a senhora assina aqui que a gente precisa desse dinheiro, pra gente dividir entre família'. Eu digo 'não, eu preciso mais', te juro por Deus que eu falei 'eu preciso mais, que eu tenho três crianças e eu não tenho onde ponhá, tá. Vou*

pegar meus filhos pro meio da rua...que eu já não tenho casa, eu tô debaixo desse teto, praticamente debaixo da laje, ó, não tenho nada." Enfim, uma história que se compõe na busca pelos direitos sobre a moradia, concomitantemente ao fato de que na realidade essa moradia é um barraco e de que não há a possibilidade de arrumar outro lugar como o que vive hoje. Agarrando-se aos seus direitos, enfrentando a polícia, os parentes; direitos que serão sempre os direitos sobre uma casa sem teto, sem nada. Remete-nos ao episódio do hospital Santa Catarina: um enfrentamento com instituições, seja o hospital ou a polícia, para garantir nada mais que um direito: a sobrevivência. E garante.

No desfecho da história, tem de lidar com os corretores que vão avaliar a casa. Solução: "*O senhor pode vender a casa comigo dentro, ou o senhor vai me vender junto com a casa?* (risos) *Porque quem for comprar a casa, o senhor já avisa que vai comprar uma mulher com os filhos.* (risos). *Eu digo: 'Se ele não tiver mulher, já tá comprando uma família, eu não tenho pra onde ir daqui.*" E então, com o passar do tempo, os parentes dos proprietários parecem ter desistido; não apareceu mais corretor, não apareceu mais ninguém.

No entanto, ainda que tenha conseguido ficar na casa, as condições de sobrevivência são mínimas. A ligação de água era clandestina; a SABESP descobre e quer que ela acerte uma conta de 1.200 reais. Diz que não tem condições, "*que nas cooperativas a gente não tem salário né*". Os funcionários da SABESP afirmam que, se não pagar, eles não têm como regularizar a situação e a água será cortada. "*Então que corte. Eu vou ficar sem água, sem nada, que eu não tenho condições.*" Até a data da entrevista uma semana depois do ocorrido, a água não tinha sido cortada. O débito com a Eletropaulo também está irregular: ela não paga a conta há três anos e ainda não cortaram o fornecimento "*por milagre*". De qualquer forma, ainda que não definitivamente, Socorro parece ter conseguido garantir sua permanência na casa.

Voltando a 2002, Socorro está desempregada, deprimida; conta-nos que estava muito mais magra do que já é, cuidando do marido e da filha mais nova, que ainda mora com ela. Fica sabendo dos programas da Prefeitura, do cadastramento no Centro Comunitário. Consegue o benefício do Renda Mínima para sua filha, "*nunca recebi mais que 35 reais*". Ingressa no Começar de Novo e "*aí fiz todos os cursos que saiu*". Os cursos a que se refere são o

"módulo de cidadania" e depois o de cooperativismo. Portanto, a entrada dos programas no Promorar coincide com o profundo desalento na vida de Socorro.

Ao ser indagada sobre o curso de cidadania: "*É o mesmo curso que todo mundo fez né? Da renda cidadão, de cidadania... é esses curso de...cidadania, como você lidar com o público, essa coisa assim de indústria, explicação das indústria, como você trabalha, trabalho em grupo...*" Enfim, para a maioria dos entrevistados o curso de cidadania parece ser algo realmente indefinível. Depois dele, passou para o cooperativismo; seguiram-se os meses de "incubação". "*Eu num tava decidida, eu fui a última a me decidir... porque eu pensei assim: eu tinha muito pobrema em casa e num tinha vocação pra essas coisa, pra eu entrar numa coisa e não ter responsabilidade e num ficar direito é melhor num ficar.*" Então resolve "*se arriscar*", ir para o "*tudo ou nada*". O processo de montagem da cooperativa não fica muito claro. Através da mediação da parceira responsável, ela e mais três mulheres fazem a parceria com a Casa dos Meninos.

A cooperativa funcionava vendendo em média 15 marmitex por dia; a construção do CEU perto dali aumentou momentaneamente as vendas, mas na época da entrevista estavam baixas de novo. Os acordos com a Casa dos Meninos estavam se tornando um peso para a cooperativa: compraram seu próprio fogão, pagavam o gás, ajudavam na limpeza da cozinha, pagavam porcentagem; mas não tinham a divulgação acordada.

Socorro então se envolve profundamente com a cooperativa; trabalha diariamente, o dia inteiro. A cooperativa tornou-se seu novo trabalho. Quanto à intenção de permanecer nele, não via outra alternativa. "*Não, eu tô lá assim... vontade se eu tivesse outro meio, mas por enquanto o meio que eu tenho é de lá né, que eu tô mantendo com esse dinheirinho que eu ganho, pra mim sair de lá e ficar parada sem ter da onde tirar, que eu não tenho mesmo, aí não dá.*" O "dinheirinho" a que se refere são 50 a 70 reais por mês. "*Pouquinho, mas tá dando pra eu me manter, porque minha despesa é pouca em casa, qualquer coisinha eu passo, é eu, a menina e o homem, o homem não tem esses gasto todo e se eu ficar parada aí é pior, daí daonde eu vou tirar dinheiro pra comprar gás, daonde eu vou tirar dinheiro pra comprar comida, da onde, num tenho!*".

Além da cooperativa de marmitex, Socorro também trabalhou com Marinalva, outra participante do Oportunidade Solidária; faziam arranjos artesanais. A entrevista foi realizada

na casa da última; enquanto Socorro nos contava sua vida, Marinalva ia fazendo com meias-calças coloridas os delicados arranjos de flores. A cooperativa Criando também não existe mais. Faziam diariamente vários arranjos, porta-chaves , enfeites, flores artificiais. Tinham caixas de enfeites prontos, mas não conseguiam comercializar, segundo elas porque eram apenas as duas e não tinham como fabricar e sair para vender. Chegaram a ter uma encomenda da rede de supermercados Carrefour, mas não puderam atender por não estarem legalizadas, não emitirem notas fiscais. Depois de alguns meses do trabalho manual, que tomava as tardes das duas, desistem de continuar encaixotando os arranjos artesanais.

A chegada dos programas da Prefeitura teve uma importância subjetiva para ela. Nos conta como até então, vivendo em forte depressão e já desempregada, "flutuava" por causa do assassinato de seu filho. A entrada no programa praticamente a traz de volta à vida – constitui uma outra sociabilidade --, dando-lhe novos sentidos, novos amigos e, principalmente, uma nova atividade. Aliado à alta precariedade em que vive, este é um aspecto importante em sua trajetória. Socorro trabalhou em duas cooperativas diariamente, permanecendo até que todas as outras integrantes desistissem. Através de seus caminhos é possível entender o mundo da pobreza e, mais do que isto, o lugar que as tais políticas públicas ocupam no viver das pessoas. O ingresso de Socorro nos cursos e posteriormente na cooperativa insere-a em um novo território de circulação, coloca-a em um novo circuito de relações, que possibilitam que conheça outras pessoas, tenha acesso à Casa dos Meninos, por exemplo. Insere-se num universo que não fazia parte da sua vida, da produção do marmitex, dos cálculos e lógicas para gerir um empreendimento. E assim, a mulher que tem o marido alcóolatra, um filho assassinado, está desempregada e deprimida, vivendo em péssimas condições de moradia, terá nos programas inicialmente uma renda momentânea, de seis meses, e posteriormente a possibilidade de inserir-se em um novo universo de relações e atividades que antes não existiam ali. Nas cooperativas Socorro tem uma ocupação e gera alguma renda, por menor que seja. E assim, nesses trabalhos, novamente passageiros e transitórios, Socorro encontrou uma forma de se manter por algum tempo, tanto material como psicologicamente. Ari faleceu no início de 2005, as cooperativas se desmancharam. Provavelmente, ela encontrou/inventou outras formas de manter-se de pé na corda que não cessa de balançar.

3.2 Percorrendo as tramas do social pelas singularidades de cada trajetória

As trajetórias analisadas abrem diversos campos de reflexão. A precariedade deixa de ser um termo abstrato, para definir-se concretamente. É o viver em um barraco de madeira com mais sete pessoas; morar em uma casa inacabada; não ter a posse da casa garantida, agarrar-se a algum direito que garanta a permanência em uma casa ocupada. Histórias que evidenciam o que são as ausências na periferia. Garantias que não compõem a vida dessas pessoas. Maridos que morrem em brigas de bar, filhos assassinados, histórias permeadas pelo alcoolismo e pela violência. Assim, a precariedade toma forma na singularidade de cada biografia. Evidenciam-se também os modos como os indivíduos compõem sua vida, produzem alternativas, inventam atividades, estabelecem redes de sociabilidade, que garantam a sobrevivência, o que configura as experiências na pobreza.

Há um contexto amplo, em que se inscrevem todas essas trajetórias: o mercado de trabalho deixa de garantir um emprego. O modo de vida de cada um reestruturou-se na última década, seja pelo trabalho informal, seja pela desistência de ter uma ocupação, seja pelo trânsito por entre programas sociais e cursos que se tornam mais presentes nesse mesmo período. São histórias desde sempre marcadas pela violência, pelas perdas, que apontam para caminhos que foram pavimentados pela precariedade e vulnerabilidade social muito antes de o desemprego configurar-se como atualmente. No entanto, o mercado de trabalho, e mais ainda, o mercado formal, mesmo que instavelmente, era uma possibilidade que acompanhava e compunha os caminhos dessas pessoas.

O mercado informal, desde o fim da ultima década, tornou-se o campo de possibilidades que se compôs na ausência então configurada pelo desemprego. A maioria arriscou-se pelas atividades passageiras e incertas que hoje constituem esse campo, para o qual, diga-se de passagem, ainda não foi designado um termo que precise sua indefinição. Opções que também evidenciam a incerteza que anda junto com essas atividades, caracterizando-se por uma provisoriedade que deixa claro que, também nesse campo, nada está garantido.

As cooperativas foram definidas no Oportunidade Solidária como uma alternativa de renda, e mais ainda, como um meio de emancipação; isso contrariaria a nova forma de precarizar o

trabalho que vem se tornando comum nos últimos anos: transforma-se terceirização em trabalho cooperativado, retirando assim do trabalhador as poucas garantias que restavam. A trajetória de Socorro traça a experiência de ser demitida por uma cooperativa que precarizaria mais ainda seu trabalho. Por outro lado, também é pontuada por um campo de possibilidades que se abriu com o trabalho na Saboreando. Campo esse também árido, que com o tempo apresentou muito mais impossibilidades do que outros caminhos.

Enquanto Cléber afirma que as pessoas estão no Restaurante mais "*pelo trabalho do que pelo dinheiro*", a extrema precariedade da vida de Socorro indica que sua batalha para permanecer vendendo marmitex mesmo quando o resto do grupo já desistiu --juntamente à determinação pelo trabalho, ou à busca por uma afirmação de identidade-- constituía-se na necessidade de gerar renda, qualquer renda. É como ela expressa diante da morte de seu filho "*me dá forças, que eu seu só*"; mais do que solidão, não há estrutura alguma que garanta sua sobrevivência. E assim, o Oportunidade Solidária é vivido como mais uma das atividades a que tem de se agarrar.

Ao olharmos essas trajetórias lado a lado, e também em seu entrecruzamento, evidencia-se o significado que os programas da Prefeitura de São Paulo tiveram para esses beneficiários. Na singularidade de cada trajetória é possível perceber como os programas aparecem como mais uma das atividades passageiras a serem aproveitadas e, para esses que montaram as cooperativas, como mais uma das formas de se arriscar para ter uma ocupação. Discursos dos direitos e da emancipação desmoronam frente à experiência dessas pessoas. Na precariedade, nas tramas que agora se compõem na transitoriedade das atividades, na ausência de um emprego fixo e reconhecido, as ações pela cidadania encontram o chão da desigualdade; e assim tornam-se mais um dos muitos meios de sobrevivência que não transformam a condição social de ninguém, mas que permitem que se estabeleçam novas condições materiais e simbólicas para a manutenção do sobreviver.

CAP 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDEFINIÇÕES DO TRABALHO, SUPRESSÃO DA POLÍTICA E DOS HORIZONTES DA IGUALDADE SOCIAL. UM CAMPO EM PRODUÇÃO 170

4.1 NATURALIZAÇÃO DA POBREZA E CULPABILIZAÇÃO DOS POBRES 171

4.2 A TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO 174

4.3 O MERCADO DA CIDADANIA 176

4.4 OS DESLOCAMENTOS DO TRABALHO E ACIRRAMENTO DA EXPLORAÇÃO 179

4.5 PERCORRENDO O VÁCUO DA POLÍTICA 187

Capítulo 4 – Considerações finais: Redefinições do trabalho, supressão da política e dos horizontes da igualdade social. Um campo em produção

> "*que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e freqüentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra – essa convicção constitui o pano de fundo implícito contra o qual se delinearam esses perfis. Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era de uma vela ou a de um sol resplandescente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade.*" Hannah Arendt, **Homens em tempos sombrios.**

Partindo das transformações do trabalho nas últimas décadas, buscamos construir um caminho que também enveredasse pela despolitização que envolve o trato da desigualdade social. Assim, a pesquisa acabou por abrir um amplo e denso campo de reflexão em torno do trabalho e da cidadania. Consolida-se um campo outro da política, aqui pensado através das práticas que caracterizam o que denominamos "cidadania gestionária".. Optamos por delimitar dois eixos de reflexão, que, apesar de imbricados, podem ser pensados separadamente.

O campo da "cidadania gestionária" estrutura o primeiro eixo das reflexões finais. Uma "cidadania" que se constitui na gestão da pobreza, formalizando-se em uma engenharia social que planeja e apazigua a exceção. Permeada pela indescernibilidade dos pobres e pela propagação de um pensamento que afirma constantemente a inevitabilidade de um curso histórico linear e irrefreável, a "cidadania gestionária" erige-se sobre as ruínas –nunca plenamente edificadas – do desmanche do horizonte da igualdade e justiça sociais.

No primeiro capítulo, nosso percurso consistiu em recuperar como os direitos se consolidaram de forma excludente e não universalizável a partir do conceito de *cidadania regulada* de Wanderley Guilherme dos Santos. As reconfigurações e desregulamentações do trabalho

agora repõem novas formas de exclusão e desigualdade. A cidadania desloca-se para uma outra forma de não-reconhecimento social. Assim, se o trabalho regulado foi o eixo estruturante da consolidação da cidadania no Brasil, o não trabalho, em suas múltiplas formas, torna-se central para a configuração do que denominamos "cidadania gestionária".

4.1 Naturalização da pobreza e culpabilização dos pobres

Se antes estava dada a clivagem entre o pobre – não reconhecível – e o trabalhador – sujeito de direitos, agora a pobreza é reafirmada por outras formas de não-reconhecimento. Quando as linhas que separavam o trabalho formal do informal já não têm seu traçado tão bem definido, ou ainda, não têm a centralidade que tiveram outrora, a pobreza torna-se indistinta por outros parâmetros. O enorme campo da informalidade, do trabalho precarizado e do desemprego – campos que estão embricados, quase indiscerníveis – estabelece outras vias pelas quais os sujeitos não são reconhecidos politicamente na sua falta, nem mesmo reconhecidos como atores sociais; reforça-se a figura do pobre numa indistinção deprovida de qualquer identidade política ou social. Enfocamos a invisibilidade social a partir das *políticas de inserção* tal como as denominou Castel (1998).[39] Políticas que se realizam em focalizações que apaziguam a desigualdade social, apoiadas na indiscernibilidade dos pobres – que agora têm de ser incluídos por algum projeto social. Inclusão vazia de sentido político, ou melhor,

---

[39] Uma outra via para a reflexão sobre a indistinção da pobreza é o intenso processo de criminalização dos pobres, que são vistos como bandidos potenciais; muitos programas sociais voltados para os jovens da periferia apoiam-se no discurso do "salvá-los antes que se tornem marginais". Certamente que a criminalidade, sobretudo o tráfico de drogas, se torna um caminho possível dentro da pobreza. No entanto, a associação entre pobre e bandido, que se tornou lugar comum na sociedade, reforça esse reconhecimento despolitizado, da culpabilização e da inevitabilidade. Novamente se obscurecem os processos que levam as pessoas para o tráfico ou outras formas criminosas, e a solução para a criminalidade torna-se a defesa veemente da reclusão ou até mesmo do extermínio dos ditos bandidos; solução que, ainda que intensamente posta em prática, não tem fim, visto que não está voltada para as condições sociais que propiciam a criminalidade. É a criminalização/culpabilização dos pobres. A autoproteção das classes médias e altas, acompanhada do crescente reacionarismo, evidencia a inevitabilidade da desigualdade social – "se não é possível tratá-los, melhor separá-los"; muros, segurança privada, blindados marcam os horizontes esvaziados de uma sociedade que aposta na ordem repressiva e não na transformação social, engendrando o confinamento dos pobres e dos ricos, os primeiros nas prisões e os últimos nos cercamentos simbólicos e materiais da segurança privada. Na pobreza, a ausência de horizontes – não só políticos, mas fundamentalmente pessoais – talvez possa ser mais bem entendida observando-se consumo imediato de "objetos de desejo" praticado pelos jovens que trabalham no tráfico de drogas: na impossibilidade de planejar suas vidas, eles optam por viver intensamente o agora; se não há futuro, melhor viver o presente. Para uma interessante etnografia, desnaturalização e discussão acerca do tráfico ver a tese de doutorado de FEFFERMANN, Marisa, **Vidas arriscadas – Um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo.** 2004.

plena de um sentido despolitizante; constituida por formas de garantir a manutenção, mas não a transformação das condições sociais. Pobres tornam-se objetos da inclusão social. Assistimos à naturalização da pobreza através da gestão da exceção; os processos que engendram a desigualdade social não são postos em questão – e assim, esta aparece como inevitável e a-histórica. O viver na precariedade não mais está posto em um horizonte de superação: a pobreza é fincada no lugar perene da impossibilidade política: resta a gestão.

A gestão da exceção é o avesso da política, é a opção política pela despolitização. E assim, de imprevisibilidade, de dissenso, de reconhecimento de sujeitos em sua condição desigual, a política converte-se em planejamento, em técnica, realizando-se em uma engenharia social que localiza os pobres, focaliza, e contribui para o viver incerto e provisório. As políticas de inserção contribuem para um viver que se estrutura na transitoriedade.

> "As políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter errático de algumas trajetórias de vida não decorre somente de fatores individuais de inadaptação. Para essas novas populações, as políticas de inserção vão precisar inventar novas tecnologias de intervenção. (...) sua consolidação progressiva marca a instalação no provisório com modo de existência." (Castel, 1998 : 543) [grifos meus]

E assim configura-se o campo do *planejamento da exceção* (Oliveira, 2003a). Um campo onde tudo vale, desprovido de medidas e regulações públicas. Essa ausência de medidas se traduz no embaralhamento do papel do Estado com entidades privadas e financiamentos diversos. A falta de medidas aponta para referências que se esvaziaram. Tal esvaziamento foi mais fortemente trabalhado aqui pelo léxico da cidadania que hoje torna-se a gramática da gestão, evidenciando a ausência de qualquer sentido forte ou eminentemente político que constitui a cidadania: estabeleceu-se um discurso que fala em inclusão sem mencionar a desigualdade social – proeza que dissociou a política social da superação da desigualdade. A cidadania, tal qual é difundida por essa gramática, é a não-cidadania, ou a "cidadania gestionária" como a denominamos; está vazia de qualquer sentido ou fundamento que constituem a cidadania enquanto tal. De gramática política reverteu-se em gramática gestionária.

Ao longo das trajetórias recuperamos alguns dos relatos sobre o módulo de cidadania, que era desenvolvido antes do curso de autogestão. Todos os entrevistados indicavam a impossibilidade de definir o que havia sido esse módulo: discussões sobre a ALCA, discussões sobre a condição de imigrante, passeios na represa do Guarapiranga, aula de sexualidade. A maioria dos relatos tem uma palavra em comum, a auto-estima. A dificuldade em precisar seu conteúdo é um caminho para pensarmos nos esvaziamentos de sentido. O relato de Olga, já apresentado no terceiro capítulo, é esclarecedor: pedir para aquela pessoa "*especialíssima*" – no caso a sua própria imagem num espelho – "*tudo o que você quiser*".

Há uma associação recorrente que permeia essas práticas da "cidadania gestionária": a vinculação da auto-estima com a lógica do sucesso. Assim, se o indivíduo acreditar em si mesmo, se "batalhar", pode alcançar um lugar melhor. Um discurso e uma prática que responsabilizam o indivíduo; e essa responsabilidade se traduz em autoculpabilização, também recorrente nos relatos, pelo momento em que ele teria perdido a oportunidade da sua vida ou feito a opção incorreta. Reiteradamente o desemprego é associado ao momento do passo errado: é Juraci que fica desempregado por causa das desconfianças de sua esposa, é Odília que não devia ter trocado pelo restaurante seu emprego de faxineira, e assim por diante. A exortação-promessa (e ameaça implícita) "*batalhe para vencer, se você quiser você pode*" reforça a autoculpabilização, através de um discurso simultaneamente empreendedorista e motivador da busca pelo sucesso.

Esse é um dos vieses das políticas de inserção que configuram a gestão; o próprio Oportunidade Solidária estruturou-se a partir do pressuposto de que o sucesso dos empreendimentos estava diretamente relacionado com o esforço pessoal do grupo. E assim, na desresponsabilização do Estado e na des-historicização dos processos que levaram as pessoas a estarem onde estão, desloca-se a responsabilidade para o indivíduo. Então, cabe aos públicos-alvo saber aproveitar as oportunidades que "caem do céu" – coisa que constantemente é feita, mas que, no final das contas, constitui mais uma das muitas condições da sobrevivência na provisoriedade.

O relato de Olga indica o esvaziamento dos significados da cidadania, delineando um campo em que as medidas estão ausentes e as ações são diversas, entre as quais as voltadas para "recuperação da auto-estima" (no seu caso, entregar uma flor para si mesma diante de um

espelho e "*pedir o que quiser*"). "Capacitação" e "elevação da auto-estima" são termos centrais no léxico da "cidadania gestionária"; indicam que uma das formas da despolitização se explicita na transferência para o indivíduo da responsabilidade por seu lugar social.

4.2 A terceirização da gestão

A despolitização da política também se realiza na relação do Estado com o terceiro setor. No segundo capítulo buscamos visualizar como essa parceria acontece na prática: A Prefeitura de São Paulo formula a política pública, mas a implementação se dá pelas parceiras. O que isso produz evidenciou-se no relato de José e Marli, o casal que tentou montar a lavanderia: a combinação entre o despreparo, os interesses que deixam de ser públicos e, no fim, uma responsabilidade que não mais é localizável – explicitada em "*o formador não deu mais notícias*" e "*a prefeitura nunca veio para ver o que estava acontecendo*". A revolta frente aos documentos que não foram devolvidos traz à tona a relação que se estabelece entre o público-alvo e o Estado: este no papel de quem concede um benefício e para tanto exige o que houver definido tecnicamente como necessário, enquanto o primeiro se submete às exigências e não consegue obter a contrapartida. A relação é rompida quando o Estado, sob aquela forma, desaparece, eximindo-se da responsabilidade de assumir o que realizou e o que não conseguiu realizar. Além disso, terminado o contrato de trabalho, acaba também a responsabilidade da parceira com as pessoas do programa. Está posta a efemeridade da política de inserção. A questão central é que a responsabilidade tanto do Estado quanto das parceiras não está fundamentalmente relacionada com aqueles a quem "atingem". Ambos prestam contas para quem os financia. Quanto ao público-alvo, é reposto no lugar da passividade e, novamente, da indistinção. Acabado o período do programa, tudo volta para onde sempre esteve.

O programa Oportunidade Solidária situa-se num universo mais amplo, que vem se tornando a marca das práticas pela "cidadania" desde meados dos anos 90. Se quisermos hoje entender os significados e (des)caminhos da cidadania, temos de debruçar-nos com todo empenho sobre esse gigante e aparentemente indistinto movimento no qual incontáveis ONGs, muitas vezes em parceria com o Estado, passam a atuar onde estiver a pobreza.

Política transfigura-se em políticas públicas, *desfiliados* (Castel, 1998) tornam-se público-alvo e a pobreza passa a ser o lugar da realização de projetos sociais os mais distintos e das mais diversas origens. Ainda que seja relevante uma administração municipal que assume uma certa responsabilidade sobre uma parcela da pobreza e, ainda mais, que reconhece as impossibilidades do mercado de trabalho e o altíssimo índice de desemprego, é esse mesmo Estado que se insere no contexto de "delegação da política". Ainda que seja a Prefeitura que determine a linha, os objetivos e as direções do desenvolvimento desses programas, ao estabelecer a parceria com 18 entidades completamente diversas serão essas as executoras e por fim formuladoras do projeto; e assim, a ação do Estado se dissipa no mundo de entrecruzamentos entre verbas internacionais e entidades que têm histórias e objetivos completamente diversos. A delegação da política – que nesse contexto é entendida como sua terceirização –constitui mais uma das questões centrais que compõem os agires políticos no Brasil. Se é fato que o Estado brasileiro nunca se consolidou enquanto Estado provedor, ou nunca tenha ultrapassado seus ditames de classe, a terceirização da política realiza-se nesse contexto de uma forma repleta de contradições, que se compõem nas ambigüidades de projetos socialmente engajados que lidam com o drama social brasileiro, ao mesmo tempo que diluem o conflito de classes na forma da "responsabilidade social" e do "politicamente correto". Ficam postas as contradições da relação entre Estado e terceiro setor, no sentido de que ao mesmo tempo que o primeiro se responsabiliza em alguma medida pelo social, concomitantemente terceiriza e delega sua gestão para entidades que têm objetivos próprios, metodologias diversas e comprometimentos nem sempre públicos. Se por um lado podemos comemorar o "engajamento da sociedade civil" – discurso recorrente sobre as ONGs –, por outro é possível pensar nas contradições que correm junto com a crescente presença do terceiro setor no fazer político brasileiro. É possível discutir em que medida essa centralidade das ONGs no desenvolvimento de políticas públicas junto ao Estado reafirma o trato da questão social num sentido muito mais apaziguador e mantenedor das desigualdades do que de transformações estruturais. Enfim, a dissipação da questão social também decorre da nebulosidade de uma perda da medida sobre o fazer político; é substituída pelos problemas sociais localizados que se tornam objeto de entidades diversas, dispersas, das mais diversas origens, e, em sua grande maioria, sustentadas por capitais privados (que, diga-se de passagem, muitas vezes são os mesmos que se alimentam da desigualdade social, precarizam o trabalho, geram o desemprego). Assim, a cidadania está esvaziada de sentido e o conflito

que torna milhares de pessoas "inúteis para o mundo" se obscurece ainda mais. A tensão social vinda da crescente *desfiliação* que caracteriza as periferias torna-se ou questão de polícia ou questão de elaboração de projetos sociais que não diminuem as desigualdades: muito mais provêm formas de sobreviver no mundo dos *supranumerários* (Castel, 1998).

A delegação gestão para o terceiro setor constitui uma prática fundamental da atual despolitização. Ao terceirizar a realização da política pública o Estado está também terceirizando sua responsabilidade perante a questão social. Responsabilidade que desaparece junto com a própria questão; novamente, explicita-se a transfiguração da questão social em gestão dos danos. O Estado não está ausente, talvez hoje seja possível afirmar que está mais presente do que antes; mas aparece como mais um dos muitos mediadores da pobreza e do planejamento da exceção. Sua responsabilidade enquanto mediador entre o capital e o trabalho, instituidor dos direitos; reveste-se do papel de provedor da assistência. Assim, direitos tornam-se benefícios que têm duração determinada, e no lugar da política ficam as políticas públicas que apaziguam a pobreza durante o tempo de uma gestão, de um mandato.

4.3 O mercado da cidadania

A terceirização da política tem de ser pensada como o que fundamenta e tece o campo da "cidadania gestionária": é na delegação do papel do Estado que reside a possibilidade de entidades privadas tornarem-se atores centrais na gestão da exceção. Ainda que essa pesquisa não tivesse como foco central o papel do Estado, e muito mais a compreensão da gestão da pobreza a partir dos que se tornam seu alvo, é possível, a partir da estruturação do Oportunidade Solidária, vislumbrar algumas das redes que hoje tecem esse campo. O Estado torna-se o mantenedor de entidades sociais que agora são caracterizadas e reconhecidas como as ONGs. A manutenção dessas entidades depende tanto do orçamento do Estado como do financiamento privado. E então o *imbroglio* está configurado. Entram em cena outros atores, que explicitam de fato como a política se tornou gestão. Grandes empresas – as mesmas que muitas vezes são centrais nos processos de aprofundamento da desigualdade, na geração do desemprego – tornam-se centrais no fornecimento de capital para essas entidades. Fundações de bancos e de empresas transnacionais garantem a boa imagem da responsabilidade social contribuindo com os "projetos socialmente engajados" e, em contrapartida, o Estado garante-

lhes isenção de alguns impostos. Consolida-se assim a gestão – financiamento privado, legitimação do Estado/abatimento de custos – calcada na visibilidade social. Empresas que poderiam ser reconhecidas como principais fomentadoras da desigualdade revertem sua imagem, adquirindo o benemérito da responsabilidade social. Numa desigualdade agora des-historicizada, aqueles atores do lado "de cima" da desigualdade tornam-se socialmente responsáveis e não mais reconhecidos em sua responsabilidade histórica de engendrar a desigualdade social. E então, o mesmo banco que fatura bilhões por ano com a financeirização do capital e com o "enxugamento" dos seus postos de trabalho, que desempregou milhares ao longo desses 15 anos, torna-se socialmente responsável: através de fundações e institutos não paga impostos mas contribui com uma cooperativa de mulheres no interior do Nordeste, com alguma ONG voltada para alfabetização de crianças pobres, entre tantos outros projetos. Projetos que variam de acordo com o que estiver mais em moda: investir em cooperativas nos confins do Brasil, por exemplo; depois os produtos vão para lojas (também estruturadas pelo engajamento social) onde são comprados por uma classe média e uma elite que pagam muito mais do que os produtores recebem, não pelo produto em si mas pelo que ele representa: a ação-cidadã-do-consumidor-socialmente-responsável. Na maioria das vezes, as fundações das grandes empresas destinam uma determinada verba para a "cidadania" (leia-se: projetos sociais), mas o investimento pesado vai para o *marketing* social: criação de logotipos, propaganda, divulgação. Além do grande capital voltado para uma "imagem cidadã", esse investimento também é recorrente nas próprias entidades do terceiro setor; afinal, sua existência depende de um reconhecimento constante que garante tanto o financiamento como sua legitimidade. Enfim, a visibilidade é o que movimenta o campo da "cidadania gestionária".

O discurso da SDTS utilizava-se de termos e expressões que trazem à tona a tecnologia social que vem consolidando o campo das políticas públicas e dos projetos sociais. O léxico da "cidadania gestionária" remete ao discurso mercadológico: delimitação do público consumidor/alvo, demandas por faixa consumidora, metas de venda e de consumo. É na privatização do papel do Estado – na delegação da realização da política a entidades privadas – que reside a entrada de uma lógica de mercado no campo da política pública. Entidades que precisam de visibilidade para a captação de recursos (outro termo bem em moda) estabelecem um campo cada vez mais concorrencial e "aquecido" por financiamentos que vêm de todos os

lados, o que praticamente configura um mercado dos projetos sociais. Hoje a cidadania tem público consumidor, propaganda, orçamento. Seu paralelo com o léxico (e em certa medida também com a lógica) mercadológico permite-nos pensar em um *mercado da cidadania* que se consolida fortemente a partir dos anos 90 e no qual se entrecruzam entidades privadas, interesses privados, parcerias públicas, todos providos pela delimitação e focalização da pobreza. Assim, cidadania, longe de uma dimensão política, torna-se questão de financiamento e de visibilidade (não de quem é "atingido" mas de quem implementa e executa os projetos sociais). Há todo um movimento de financiamentos internacionais, transnacionais, governamentais que rodeiam – e mantêm – as entidades privadas que se tornam executoras da resolução de problemas sociais. E assim, mais do que nunca, a questão social desaparece para dar lugar às políticas e projetos sociais que demandam orçamento, financiadores e propaganda que lhes dê legitimidade e visibilidade, além de consumidores dirigidos – leia-se: públicos-alvo.

O mercado da cidadania configura-se na movimentação de investimentos financeiros, contratos de trabalho, definições de público-alvo, *targets*, metas e marcas que são socialmente vendáveis – entidades têm nome, logotipo, propaganda na TV; e lá na ponta estão seus consumidores "induzidos" aos bens não muito duráveis: os públicos-alvo que transitam pelos projetos sociais; e em outro lado, os consumidores do politicamente correto, pessoas que, conscientes da desigualdade social aliada à impotência (que muitas vezes também se transforma em hipocrisia, na dicotomia que não parece contraditória "*ajudo os pobres mas quero que matem os bandidos*"), contribuem com as campanhas pela TV, emocionam-se durante os telejornais que diariamente comemoram as ações cidadãs. Portanto, a cidadania agora é consumível.

Esse *marketing*, assim como qualquer propaganda nos dias de hoje, bebe na fonte do pensamento hegemônico da inevitabilidade do curso histórico. Portanto, o mercado da cidadania obscurece o conflito, e de várias maneiras. Primeiramente tornando-se um meio para que o capital agora construa uma imagem de responsabilidade social – aparência que se descola do movimento real da exploração em seu sentido mais imediato. Em segundo lugar, possibilita que a desigualdade social se torne mais suportável, tanto materialmente para os que consomem a cidadania como mais uma forma de sobrevivência e também para os que a consomem como forma de apaziguar a consciência. Há ainda aqueles que encontram no

terceiro setor não só uma possibilidade de geração de renda como uma forma de interação com a desigualdade social. Não nos aprofundaremos aqui no papel dos jovens de classe média que as entidades do terceiro setor mobilizam, mas que, indiscutivelmente, são atores fundamentais para sua constituição. Esses jovens encontram nas ONGs tanto alternativas ao desemprego – que não mais atinge somente os pobres mas também a classe média qualificada – quanto formas de exercer seu engajamento social. Está assim configurado o mercado da cidadania: capital, relações de trabalho, consumidores, mediados pelo *marketing* que torna os problemas sociais mercantilizáveis; paga-se e recebe-se pela falsa consciência cidadã.

Intentou-se aqui refletir acerca da "cidadania gestionária", como se estabelece, como adquire visibilidade social e legitimidade tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil. Os deslocamentos do trabalho constituem o segundo eixo de nossa reflexão, abrindo-se para a necessidade de repensar referências que balizavam o pensamento sociológico.

4.4 Os deslocamentos do trabalho e acirramento da exploração

Retomando as questões tratadas no primeiro capítulo, há um esvaziamento tanto do horizonte da igualdade social em um sentido revolucionário – de "*operários tomando de assalto o céu*" (Rancière,1996) – quanto de um horizonte reformador, realizado por um Estado provedor que pusesse limites à exploração e proporcionasse as garantias e seguridades sociais do trabalho. Nesse sentido reformador, ainda que mantida a clivagem de classes, a desigualdade era definida como questão social, a ser assumida e progressivamente superada por um Estado do Bem-Estar Social.

No esvaziamento desses horizontes residem os deslocamentos do trabalho. O desemprego estrutural traz uma outra configuração social e política, que se expressa na perda de centralidade do trabalho nos moldes da sociedade salarial – na qual era o elo entre direitos, capital e consumo. Obscurece também o conflito de classes, minando a potencialidade política de uma classe trabalhadora que já não se reconhece como tal.

Como pensar o próprio trabalho quando progressivamente se torna não-trabalho? O que produz? O que fica no lugar dessa centralidade? Quais são as conseqüências subjetivas? E, em última análise, como essa descartabilidade social proveniente do desemprego está inserida na

engrenagem que agora movimenta desreguladamente o capital? Esse é um campo árido que demanda tempo para uma compreensão sociológica: voltamo-nos para processos que estão em ato e requerem um tempo histórico para poderem ser compreendidos.

Traçamos no primeiro capítulo a centralidade que o trabalho adquiriu na *sociedade salarial*, enquanto estruturante da relação entre Estado, mercado e capital. A constituição de um Estado social é pensada por Castel pela instituição dos direitos e da proteção social que delimitam o lugar do Estado, do mercado – então regulado – e dos trabalhadores. O social torna-se assim o que vincula as diferentes partes da sociedade, garantindo sua coesão social. Diz o autor: *"As interações tecidas pelo Estado social tornaram-se o componente maior de seu tipo de sociabilidade, e o social forma, de agora em diante, a ossatura do societal."* (Castel, 1998 : 564). No Brasil, como já visto, o Estado social constitui-se mais como referência do que realidade; entretanto, o trabalho também manteve sua centralidade na constituição de uma coesão que sempre se deu às avessas do modelo do *Welfare*, ainda que importando e ressignificando seus elementos centrais.

O neoliberalismo – hoje mundialmente presente e dominante – é pensado a partir da eliminação das regulações do trabalho. Propaga-se a obsolescência das proteções sociais, exaltando-se um Estado que tem de ser eficaz e enxuto. Direitos tornam-se privilégios e um peso para a administração. É o desmanche do público (Oliveira, 1999). Mais do que ideologia, torna-se imperativo: países que tiveram o *Welfare* consolidado vão se desestruturando frente a uma taxa de desemprego que não cessa de crescer. No Brasil, ainda que a proteção pareça sempre ter sido muito mais dirigida ao capital do que ao trabalhador, nesse processo ruem as possibilidades de regulamentação do trabalho.

Enquanto país periférico, há muito a informalidade brasileira realiza-se a favor do capital. Francisco de Oliveira já afirmava em "Crítica à razão dualista" que a informalidade não era símbolo do atraso, mas da forma como o país se integrava no sistema capitalista e no processo de acumulação. O setor de serviços, *locus* do trabalho informal, se constituiria por trabalhadores despidos de qualquer proteção social, que nem mesmo são reconhecidos enquanto tais, mas que integram o processo de acumulação. Para o autor, o setor terciário desenvolve-se a partir da industrialização...

> "...sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de pôr fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços. (...) A 'especificidade particular' de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga 'periferia' onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são ao longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema." (Oliveira, 2003b : 68-9) [grifos meus]

Voltando à noção de inutilidade social tal como Castel a coloca, há que pensar em quê constituem as atividades transitórias tão recorrentes nas biografias de nossos entrevistados. Pois se o trabalho informal já fazia parte do cenário brasileiro, agora cresce concomitantemente à diminuição dos postos de trabalho na indústria. É o exemplo de Juraci, o metalúrgico que se tornou vendedor de cachorro quente e hoje trabalha como contador em uma cooperativa.

As trajetórias de vida aqui analisadas expressam as transformações do trabalho. Antes, a garantia do emprego, o registro em carteira, os pedidos de demissão em busca de um salário melhor; agora, as iniciativas empreendedoristas, vender algodão doce, tornar-se doceira, revender sacos para lixo. Ainda que marcados pela pobreza, havia uma regulação que constituía o lugar de cada um no mercado de trabalho, um lugar visível, reconhecível e negociável. Era o fundo de garantia para a construção da casa própria, a negociação com o patrão para o recebimento dos direitos no ato do pedido de demissão, a jornada de trabalho regulada. Ainda que não houvesse estabilidade – a maioria dos entrevistados mudou várias vezes de emprego –, o trânsito pelo mercado formal estava minimamente garantido. E mais, era possível construir uma identidade a partir do trabalho: ser auxiliar de limpeza, ser metalúrgico, ser cobrador de ônibus. Indo além, era possível o progresso pessoal dentro do trabalho – visto em frases como "*entrei como ajudante, saí como operador de máquina*"; todos os empregos de Juraci, assim como o de Cléber, entre outros entrevistados, são marcados pelo progresso dentro da empresa. Pessoas que não completaram o ensino médio

mas que tinham a possibilidade de qualificar-se dentro do local de trabalho. Havia uma estrutura do trabalho que era central na constituição da identidade.

Nas reconfigurações familiares, fica evidente como o lugar dos homens foi se deslocando nesses quinze anos. Chefes de família que se tornam alcóolatras, doentes, que têm de aceitar que a esposa saia para trabalhar. Relações freqüentemente permeadas pela violência e pela centralidade do papel da mulher, que assume as finanças da casa e cuida do marido – ou ex-marido – que se desestruturou. Esse é outro aspecto importante nos programas: mais de 74% dos beneficiários eram mulheres.

Essa presença feminina maciça talvez se explique pelo fato de, em certo sentido, o desemprego atingir subjetivamente mais os homens do que as mulheres, as quais sempre transitaram por trabalhos que não tinham essa regulação pública ou visibilidade. Enquanto Juraci ia para a fábrica, de tempos em tempos sua esposa trabalhava em casa de família. A maioria das entrevistadas trabalhou como empregada doméstica, desempenhando também outras atividades – uma tornou-se feirante por muitos anos, outras trabalharam em empresas de limpeza, Socorro teve durante anos barracas de comida e bebida no Promorar. Mulheres que se acostumaram a passar de empregos em empresas e fábricas para trabalhos domésticos, para atividades empreendedoras; muitas abdicaram de trabalhar quando seus cônjuges preferiam que ficassem em casa; enfim, mulheres que tiveram uma trajetória de vaivém pelo mercado formal. Talvez, esse seja um dos motivos de os homens – que construíram sua identidade como aquele que vai para a fábrica, oito horas depois volta para casa e no fim do mês garante o sustento do lar – não estarem tão dispostos a participar dos programas sociais. Motivo que também explicitaria como os programas foram experimentados como mais uma das provisoriedades que garantem o viver daquelas pessoas.

As instabilidades e indefinições que hoje constituem o trabalho afetam a formação da identidade; há uma lacuna das referências que eram estruturantes para sua constituição. Na vida de cada um, essa ausência é preenchida de diversas maneiras; alguns optam pela igreja como novo pilar da subjetividade: antes metalúrgico, agora envangélico. As narrativas mostram uma ausência que se faz presente. Na impossibilidade do trabalho, as pessoas buscam outras formas e meios de assumir seu papel social. Reconfiguram-se assim não só as relações de trabalho como também as relações familiares e os meios de sociabilidade. A

ausência do trabalho é preenchida pelas atividades provisórias, pelos programas sociais, pela religiosidade, ou ainda pelo alcoolismo, pela violência, entre outras formas de desestruturação.

Fica evidente que há uma ausência que produz outros campos. O trabalho informal é um deles[40]. Recuperando o argumento de Oliveira, os trabalhadores informais não são reconhecidos como trabalhadores. São pequenos proprietários apenas na aparência; na realidade, vendem sua força de trabalho para a indústria, a qual nessa relação se libera das mediações regulamentadas entre o consumidor e o produto. Configura-se assim um trabalho que não aparece enquanto tal, mas que se constitui na exploração. O tornar-se proprietário – da barraquinha, do carrinho etc – obscurece o fato de que são pessoas comercializando a produção industrial. Em um misto de ilegalidade, provisoriedade e desregulação, esse trabalho aparece descolado da produção – produção essa que não precisa mais dar a contrapartida para o trabalhador. Assim, o campo das atividades informais configura-se na ausência da regulação e das mediações que antes caracterizavam o trabalho. O próprio trabalhador não se reconhece enquanto tal. Nessa ausência de parâmetros que tornem o trabalho reconhecível, configura-se a transitoriedade, marcada pela constante necessidade de aproveitar oportunidades, de inventar atividades, que entretanto, não estão descoladas do processo de reprodução e acumulação de capital. Juraci monta a barraca de cachorro-quente, transforma-a em barraca de churrasco, dois dias depois desiste e come tudo (o proprietário que engoliu os meios de produção? ou o trabalhador precarizado que não conseguiu vender sua força de trabalho revendendo os produtos da indústria frigorífica?); então passa a vendedor nas ruas do Morumbi e finalmente se inscreve nos programas. É a transitoriedade, marcada pela "*precariedade como destino*" tal como denomina Castel. Essa é uma característica fundante do mercado informal: não há reconhecimento, não há visibilidade, não há mediação ou regulação na exploração da força de trabalho, ainda que haja a inserção, sem formas definidas, no processo de acumulação.

---

[40] O conceito de informalidade refere-se a um campo em produção, o qual essa denominação não mais dá conta de explicar ou abarcar. Na falta de uma definição já estabelecida, permanecemos com esse termo, ressaltando porém que a oposição ao formal não é suficiente para explicar as configurações desse campo (ver Oliveira, 2003b).

O deslocamento do trabalho também se dá na precarização e flexibilização: terceirizações, contratos de trabalho temporários, além do trabalho flexível[41]. O trabalho precarizado concretiza-se nos "bicos" que se tornam lugar comum na vida dos entrevistados, nos contratos de trabalho com tempo determinado – contrato, que não significa regulação para além de sua duração, é justamente a regulação para garantir que não se estabeleça qualquer direito trabalhista --não há demissão, não há registro em carteira. Assim, além das atividades improvisadas, os deslocamentos do trabalho evidenciam-se nos serviços temporários, que também não são um emprego e não permitem a construção de uma identidade. Enfim, todos os parâmetros que formalizavam o trabalho vão desaparecendo, dando lugar a formas indefinidas, sem nome, sem referências que lhes dêem medida ou recognição.

Talvez essa ausência de formas reconhecíveis que passam a constituir o mundo do trabalho seja um caminho para compreendermos o motivo de o Restaurante Diferente permanecer funcionando até hoje. Decerto que há uma dívida que ainda está sendo paga, mas o discurso de Juraci, Odília e Consoladora demonstra que esse não é o motivo central para permanecerem trabalhando. São pessoas que apostam na cooperativa e que pensam no seu futuro dentro dela.

Sennett, ao abordar a flexibilização do trabalho nos EUA, traz algumas reflexões sobre "*as conseqüências pessoais*" das novas configurações do trabalho. Ainda que a flexibilização de que trata esteja muito distante do desemprego tal como é vivido pelos pobres na periferia da cidade, o autor apresenta elementos importantes para a análise. Tanto ele quanto Castel se referem à incerteza que constitui o viver do trabalhador. "*O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo.*" (Sennett, 2003 : 33). Castel, ao referir-se à provisoriedade, afirma que "*... existe uma mobilidade feita de alternância de atividade e inatividade, de virações, provisórias, marcadas pela incerteza do amanhã. (...) A precariedade como destino.*" (Castel, 1998 : 528). A incerteza do amanhã não mais provém do medo do desconhecido – desastres naturais, a morte – mas de saber que em termos de

---

[41] Para uma reflexão acerca das conseqüências subjetivas e, em alguma medida, políticas acerca da flexibilização do trabalho nos EUA, ver Sennett, 2003.

trabalho, nada está garantido. A incerteza que anda junto com o desemprego, ou com a possibilidade de tornar-se desempregado.

A impossibilidade do emprego não só transforma o viver dos indivíduos como os impossibilita de planejar o futuro. Atividades informais onde nada é seguro; contratos temporários; empregos que oferecem baixo salários e demandam alta produtividade apoiados na constante ameaça da demissão: a precariedade esvazia as possibilidades do futuro. Sennett, em termos bastante familiares para esta pesquisa, afirma que "*...estar continuamente exposto ao risco pode assim corroer nosso senso de caráter. Não há narrativa que supere a regressão à média, estamos sempre 'sempre começando de novo.*" "*No presente flexível e fragmentado, talvez pareça possível criar narrativas apenas sobre o que foi, e não mais narrativas previsivas sobre o que será.*" (Idem, : 98 e 161).

As incertezas que decorrem do desemprego e as transformações do trabalho tornam-se cotidianas, integram o viver dos sem-emprego (ou potencialmente desempregados). Desde que saíram do mercado formal, as pessoas do Restaurante Diferente convivem com essa transitoriedade e com a constante perspectiva de que suas tentativas podem dar errado. Mas no Restaurante, em alguma medida, falam do futuro. Planejam, ao mesmo tempo que não têm renda no presente. Como explicar a dedicação e a aposta na cooperativa, quando as pessoas trabalham em média oito horas por dia, ou mais, e têm uma renda mensal menor do que teriam fazendo "bicos"? O que explica a ida diária para a cooperativa, a seriedade com a confecção das refeições, a dedicação e ainda a vontade de permanecer? Quarenta horas semanais dentro de uma cozinha, retirada mensal de menos de duzentos reais: o valor do tempo de trabalho na cooperativa é praticamente metade do valor que é pago, por exemplo, nas Frentes de Trabalho do governo Estadual (e que a entrevistada Marli definiu como "*exploração*").

O Restaurante Diferente evidencia a permanência simbólica da centralidade do trabalho. Nele, cada uma daquelas pessoas tem horário de trabalho definido, uniforme, relações de trabalho, responsabilidades, retirada mensal com data e valor definidos, funções determinadas; enfim, é possível reassumir a identidade de trabalhador. E ainda que estejam atrelados a uma dívida e seu trabalho não gere um rendimento alto, não se caracteriza como uma atividade provisória: ali há uma história em andamento, com passado, presente e futuro. Quiçá isso seja importante

o bastante para que persistam. Pela visibilidade, o Restaurante Diferente não tem o mesmo estatuto de fazer doces e salgados em casa para vender, não corresponde a ter uma barraca de alimento na rua; estrutura-se como um local de trabalho estabelecido, com clientela fixa, telefone, logotipo e nome. Constitui-se no espaço da rua, como estabelecimento comercial. É reconhecido como um local de trabalho e não como uma atividade passageira. Portanto, de uma certa maneira, repõe a forma pública do trabalho.

Ultrapassando a dimensão subjetiva, os deslocamentos do trabalho estão relacionados a um momento do capitalismo no qual as relações de trabalho se tornam indefinidas e desregulamentadas; se o trabalho enquanto tal descentralizou-se, a centralidade do desemprego ainda não está definida. Quando o desemprego deixa de ser um estado transitório, indivíduos recorrem a outras referências estruturantes para sua identidade – referências ainda indefinidas e instáveis. A cooperativa insere-se nesse campo, pela busca e afirmação de um sentido do trabalho que já não se estabelece como antes. A noção de descartabilidade, ou de *inutilidade social*, evidencia essa ausência e na (in)(re)definição do trabalho. No entanto, há que considerar que, ainda que se afirme a noção de descartabilidade, essa condição de inutilidade tem de ser pensada através do que a desregulação do trabalho acarreta nas relações de produção. Com o desemprego estrutural, perde-se qualquer poder na negociação da exploração da força de trabalho; a incerteza do emprego, ou de qualquer ocupação, submete o trabalhador a exploração explícita e levada ao extremo.

Enquanto forma de apaziguamento da pobreza, as políticas de inserção também estão inseridas no contexto das desregulações do trabalho. Retomando a abordagem de Castel para pensar tais políticas, a sociedade salarial tinha no salário a formalização das relações de trabalho, então regulamentadas pelo Estado; o trabalho – agora não localizável nem regulamentável – realiza-se numa relação que já não tem forma definida. Nessa invisibilidade, o social não mais pode "domesticar" o capitalismo, rompem-se mediações reconhecíveis entre capital e trabalho.

Essas questões sustentam a compreensão da gestão da pobreza em uma perpectiva mais ampla. No contexto da desregulação do trabalho e do desemprego estrutural redefine-se o papel do Estado, assim como o campo de possibilidades do trabalhador. A desregulação produz a ausência de formas reconhecíveis do trabalho, nessa ausência, o Estado não mais

aparece como mediador entre capital e trabalho; "trabalhadores sem trabalho" (Arendt, 2003 *Apud* Castel, 1998) deparam com a indefinição que passa a estruturar suas vidas. As desconfigurações do trabalho produzem uma reordenação do social. Mesmo no Brasil, o Estado que não se estruturou pelo Bem-Estar também se redefine, e do outro lado, trabalhadores desde sempre não integrados tornam-se não-trabalhadores, passando para uma outra desintegração social. Nesse contexto, as formas que antes davam a medida para a igualdade e a justiça social desaparecem na sua indefinição, e assim a pobreza é relegada a administração dos danos. Nessa nebulosidade da ausência de medidas e mediações reconhecíveis, tem lugar a administração dos danos.

4.5 Percorrendo o vácuo da política

Na construção deste texto fizemos todo um trajeto no sentido de desfazer a categoria público-alvo, trazendo para a cena atores sociais que vivem na pobreza e que criam e ressignificam relações e campos que se deslocaram ou se perderam nas reconfigurações do trabalho. Entretanto, ainda que suas trajetórias evidenciem que as políticas de inserção se fundamenam numa passividade que é ficcional, é cada vez mais difícil visualizar um campo político. São atores que reinventam seu sobreviver, mas não põem em xeque a desigualdade social. Como problematiza Castel:

> "Tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, 'inúteis para o mundo', que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Ocupam uma posição de *supranumerários*, flutuando numa espécie de *no man's land* social, não integrados e sem dúvida não integráveis pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Essa inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas. Pode-se ficar surpreso pelo fato de que um desastre de 3,5 milhões de desempregados não tenha desencadeado nenhum movimento social de qualquer amplitude." (Castel, 1998 : 530) [grifos meus]

São atores sociais, mas não sujeitos políticos. Os deslocamentos do trabalho estão diretamente relacionados com a despolitização. A noção de política também está fincada na centralidade do trabalho: a clivagem entre os que vendem a força de trabalho e os que detêm os meios de produção constitui a política, é no reconhecimento e visibilidade do conflito de classes que ela se realiza. Visibilidade que tem de ser alcançada pela "*parcela dos sem-parcela*" (Rancière, 1996): é no reconhecimento e na ação da classe trabalhadora enquanto tal que a política é configurada. Como afirma o autor: "*A instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes. A luta de classes não é o motor secreto da política ou a verdade escondida por trás de suas aparências. Ela é a própria política...*" (Idem : 32).

Se o trabalho desconfigura-se, fica impossibilitada a experiência de classe; e se a classe desaparece, o conflito não é mais reconhecível, a própria política é então impossibilitada. Trabalhadores que não se reconhecem como trabalhadores. Qual o lugar da política quando as relações de trabalho se obscurecem a tal ponto que não é mais possível nem mesmo reconhecer o trabalho? A não-integração como condição social é o único elemento gritantemente visível em meio ao obscurecimento das relações de produção, à exploração do trabalho e ao desaparecimento da imprevisibilidade e do dissenso que compõem a política. O que aparece é a inevitabilidade do curso da história, apoiada na negação da política e no desaparecimento do conflito de classes.

> "Celebrou-se com estardalhaço o fim dos 'mitos' do conflito de classes e até se chegou a identificar o desaparecimento das fábricas da paisagem urbana com a liquidação dos mitos e das utopias. Talvez se comece agora a perceber a ingenuidade desse 'anti-utopismo'. O que se chama fim dos 'mitos' é o fim das formas de visibilidade do espaço coletivo, o fim da visibilidade da distância entre o político e o sociológico, entre uma subjetivação e uma identidade. O fim dos 'mitos' do povo, a invisibilidade operária, é o não-lugar dos modos de subjetivação que permitiam incluir-se como excluído, contar-se como incontado." (Rancière, 1996 : 121)

Sob o consenso imposto por um pensamento hegemônico, reside a configuração de uma sociedade que torna milhares de pessoas sem-lugar (nos termos de Agamben), "*inuteis para o mundo*" (nos termos de Castel). Na desconfiguração do social fica explícita a exploração e a

desigualdade que liberam a reprodução do capital na sua relação com trabalhadores agora invisíveis na sua condição social.

A gestão da pobreza tem de ser entendida nesse contexto histórico. A reflexão aqui desenvolvida construíu-se sobre a perda de referências e o esvaziamento de sentido pensados através da "cidadania gestionária" e do desemprego estrutural. Se pretendemos analisar como a cidadania hoje se tornou meio de reprodução da pobreza e como o desemprego tece novas tramas do social, há que se historicizar essa despolitização e essa condição de inutilidade social. Para tanto, é preciso ampliar a escala, a fim de visualizar uma cartografia do social que hoje se desenha em uma acumulação que progressivamente se desvincula do social.

Considerando-se que este é um campo que está em ato, as reflexões aqui desenvolvidas inserem-se nesse contexto em pleno movimento de reconfiguração do social. Há uma ausência de referências fundantes tanto do viver quanto do pensar, demandando que se abdique de certezas historicamente construídas, para que seja possível decifrar as tramas que agora tecem o social. Aqui optamos por nos atermos às contradições e obscurecimentos que configuram algumas camadas do pensamento dominante. Assim, cidadania, terceiro setor, políticas sociais foram pensados como campos repletos de contradições, aparentemente retificados, que no entanto têm de ser historicizados e compreendidos no contexto da despolitização e aprofundamento da desigualdade social. Para tanto, optamos por compreender esses processos a partir da história de indivíduos que hoje vivem na sombra do desemprego estrutural.

Se vistas em uma perspectiva ampliada, as tramas que compõem estas histórias de vida constituem um retrato da vida nas periferias; em uma escala maior, indicam os processos políticos e econômicos que tiveram lugar no Brasil nas últimas décadas. Deslocando a escala, visualiza-se a cartografia do social, em maior ou menor amplitude (Revel, 1998). Em menor escala, um traçado de biografias que trazem os indícios das escolhas pessoais, dos caminhos individuais, das invenções que acompanham as transformações do trabalho e da experiência da pobreza. Narrativas que trazem consigo em microescala o estabelecimento de um desemprego estrutural nos últimos 15 anos, a ampliação e formação do mercado informal, a violência que se imbrica com a pobreza. Personagens que podem ser interpretados como tipos sociais, que nas suas escolhas explicitam também "um campo de possibilidades" (Revel,

1998). "*Vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da 'grande' história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa.*"

Histórias que também dão os indícios das tramas que armaram nosso principal campo de reflexão: entidades sociais que se ligam ao poder público, que em conexão com outras entidades locais constituem um novo campo de (im)possibilidades para esses personagens. A questão para reflexão posterior é o que esses campos produzem no sentido não da reprodução do mesmo desenho, mas das possibilidades de um outro traçado. Pois se os programas configuram outros campos de possibilidade numa microescala, também reafirmam as impossibilidades de se transformar o retrato social da pobreza e da desigualdade.

Justamente por não podermos alcançar um distanciamento histórico, a delimitação dos campos de possibilidade permanece obscura. Hannah Arendt, ao falar de "Homens em tempos sombrios", afirmava que "*...olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era de uma vela ou a de um sol resplandescente*"; entretanto, "*mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação*". É preciso considerar que, se a perda da centralidade do trabalho produziu novos campos – que constituem o acirramento da exploração e da desigualdade social –, resta a necessidade de também atentarmos para o que esse deslocamento pode produzir em outros termos políticos. Talvez se configurem formas não previsíveis ou ainda não reconhecíveis.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 2003.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

CAMPOS, André Gambier. **Pobreza e direitos na cidade de São Paulo. A experiência da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAGNINO, Evelina (org.). **ANOS 90. Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ e al (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000;

_____ (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Edt.34, 1992.

FEFFERMAN, Marisa. **Vidas arriscadas – Um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de dorgas em São Paulo.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2004.

FERREIRA, Ines C. **Na ronda da pobreza: violencia na solidariedade**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (no prelo).

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regimento da economia patriarcal.** São Paulo: Brasiliense, 1963.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEDRUT, Raymond. **Sociologie du chômage**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MARUANI, Margaret. **Les metecomptes du chômage**. 1.ª parte, Paris: Bayard, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A prova dos nove: conflitos de classe, publicização e nova contratualidade. In*:DINIZ,E. et al(org.). **O Brasil no Rastro da crise**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In:* OLIVEIRA & PAOLI, Maria Celia (orgs). **Os sentidos da democracia: política do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Passagem na neblina. In*: **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____ "O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção?". Conferência de abertura da Reunião Anual da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belo Horizonte. Maio de 2003a.

_____. **Crítica a razão dualista/ O ornitorrinco**. *Crítica a razão dualista.* São Paulo: Boitempo. 2003b.

_____.**Crítica a razão dualista/ O ornitorrinco**. *O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo. 2003c.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In*: DAGNINO, Evelina *et al* (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1963.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (org) .**Outra cidade é possível. Alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez. 2003

_____ (org.). **Políticas de inclusão social: Resultados e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SALAIS, Robert. **L'invention du chômage**. Cap.1 e 2. Paris: Presses Universitaires de France. 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro: Campus. 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SINGER, Paul (org.). **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Contexto, 2002.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELLES, Vera da Silva. "A sociedade civil e a construção de um espaço público". *In*: DAGNINO, E. (org). **ANOS 90. Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ "Sociedade Civil, direitos e espaços públicos". *Polis,* n.14, p.43-53. 1994.

_____ **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora. 34, 2001.

TELLES, Vera S. *Trajetórias urbanas: fios de uma descricao da cidade. In*: TELLES, VeraS. e CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (no prelo).

TELLES, Vera S. e CABANES, Robert (orgs). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (no prelo).**

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.